



A Ditadura de Segurança Nacional

N O R I O G R A N D E D O S U L

1 9 6 4 História e Memória 1 9 8 5

Volume 3
Conexão Repressiva e Operação Condor



A Ditadura de Segurança Nacional

N O R I O G R A N D E D O S U L

1 9 6 4

História e Memória

1 9 8 5

**A DITADURA DE
SEGURANÇA NACIONAL
NO
RIO GRANDE DO SUL
(1964-1985):
HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Conexão Repressiva e Operação Condor

Volume 3

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Mesa 2010

Presidente: Dep. Giovani Cherini (PDT)

1º Vice-presidente: Dep. Marquinho Lang (DEM)

2º Vice-presidente: Dep. Nelson Härter (PMDB)

1º Secretário: Dep. Pedro Westphalen (PP)

2º Secretário: Dep. Luis Augusto Lara (PTB)

3º Secretário: Dep. Paulo Brum (PSDB)

4º Secretário: Dep. Adão Villaverde (PT)

1º Suplente de Secretário: Deputado Raul Carrion (PCdoB)

2º Suplente de Secretário: Deputado Heitor Schuch (PSB)

3º Suplente de Secretário: Deputado Luciano Azevedo (PPS)

4º Suplente de Secretário: Deputado Ciro Simoni (PDT)

Mesa 2009

Presidente: Deputado Ivar Pavan (PT)

1º Vice-presidente: Deputado Luciano Azevedo (PPS)

2º Vice-presidente: Deputado Francisco Appio (PP)

1º Secretário: Deputado Giovani Cherini (PDT)

2º Secretário: Deputado Nelson Härter (PMDB)

3º Secretário: Deputado Paulo Brum (PSDB)

4º Secretário: Deputado Cassiá Carpes (PTB)

1º Suplente de Secretário: Deputado Miki Breier (PSB)

2º Suplente de Secretário: Deputado Raul Carrion (PCdoB)

3º Suplente de Secretário: Deputado Marquinho Lang (DEM)

4º Suplente de Secretário: Deputado Adão Villaverde (PT)

Escola do Legislativo

Presidente: Dep. Adão Villaverde

Direção: Cármen Lúcia da Silveira Nunes

Coordenação da Divisão de Publicações: Vanessa Albertinence Lopez

**A DITADURA DE
SEGURANÇA NACIONAL
NO
RIO GRANDE DO SUL
(1964-1985):
HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Conexão Repressiva e Operação Condor

Volume 3

Organizadores

Enrique Serra Padrós

Vânia M. Barbosa

Vanessa Albertinence Lopez

Ananda Simões Fernandes

2ª ed. rev. e ampl.

Corag

Porto Alegre

2010

Copyright

Capa - André Rousselet Sardá, Dado Nascimento, Bernardo Berton

Foto da capa: Tortura no Uruguai. SERPAJ. Uruguay Nunca Más. Montevideo: SERPAJ, 1989. p.156

Projeto gráfico - André Rousselet Sardá, Dado Nascimento, Bernardo Berton

Diagramação - Dado Nascimento

Equipe técnica de apoio

Alessandra Gasparotto

Claci Maria Gasparotto

Graciene de Ávila

Marcos Machry

Mariana Ferreira e Silva

Marla Barbosa Assumpção

Revisão de Língua Portuguesa

Departamento de Taquigrafia da Assembleia Legislativa RS

Gabinete de Consultoria Legislativa da Assembleia Legislativa RS

Escola do Legislativo

Supervisão Técnica

Sônia Domingues Santos Brambilla - CRB 10/1679

Débora Dornsbach Soares - CRB 10/1700

Divisão de Biblioteca da Assembleia Legislativa RS

Endereço para correspondência

Escola do Legislativo Deputado Romildo Bolzan

Praça Marechal Deodoro, nº 101 – Solar dos Câmara

CEP – 90010-900 Porto Alegre/RS - Brasil

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

É permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte e mantido o texto original.

Distribuição gratuita. Venda proibida.

Dados Internacionais de catalogação na fonte (CIP – Brasil)

D615

Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985) : história e memória. / organizadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – 2. ed., rev. e ampl. – Porto Alegre : Corag, 2010. – v.3 ; 290 p. : il.

ISBN ??????????????????

Conteúdo: v. 1. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964 – v. 2. Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo" – v. 3. A Conexão Repressiva e a Operação Condor – v. 4. O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.

1. Ditadura – Rio Grande do Sul. 2. Golpe civil-militar (1964) – Rio Grande do Sul. 3. Operação Condor. 4. Doutrina de Segurança Nacional. 5. Repressão – Operações. 6. Rio Grande do Sul – História – Legalidade. I. Padrós, Enrique Serra (org.). II. Barbosa, Vânia M. (org.). III. Lopez, Vanessa Albertinence (org.). IV. Fernandes, Ananda Simões (org.). V. Título: Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964. VI. Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo". VII. A Conexão Repressiva e a Operação Condor. VIII. O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.

CDU 981.65"1964-1985"(093)

CDU: edição média em língua portuguesa

Responsabilidade: Biblioteca Borges de Medeiros – Bib. Débora Dornsbach Soares – CRB-10/1700

*Dedicamos esta obra aos que ontem
lutaram contra a ditadura
e, também, aos que hoje lutam
por Verdade e Justiça.*

*Quero dizer teu nome, Liberdade,
quero aprender teu nome novamente
para que sejas sempre em meu amor
e te confundas ao meu próprio nome.
Deixa eu dizer teu nome, Liberdade,
irmã do povo, noiva dos rebeldes,
companheira dos homens, Liberdade,
teu nome em minha pátria é uma palavra
que amanhece de luto nas paredes.
Deixa eu cantar teu nome, Liberdade,
que estou cantando em nome do meu povo.*

Thiago de Mello
1966

*Los gobiernos electos por el voto popular
identificaron a la justicia con la venganza
y a la memoria con el desorden,
y echaron agua bendita en la frente de los hombres
que habían ejercido el terrorismo de estado.
En nombre de la estabilidad democrática
y de la reconciliación nacional,
se promulgaron leyes de impunidad
que desterraban la justicia,
enterraban el pasado
y elogiaban la amnesia.*

Eduardo Galeano
1998

Sumário

Apresentação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul à segunda edição.....	16
<i>Giovani Cherini</i>	
Apresentação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul à primeira edição	17
<i>Ivar Pavan</i>	
Apresentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.....	19
<i>Temístocles Américo Corrêa Cezar</i>	
Prefácio.....	21
<i>Luis Fernando Verissimo</i>	
Prefácio.....	23
<i>Enrique Serra Padrós</i>	
<i>Vânia M. Barbosa</i>	
<i>Vanessa Albertinence Lopez</i>	
<i>Ananda Simões Fernandes</i>	
Introdução – O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional.....	35
<i>Enrique Serra Padrós</i>	
<i>Fábio Azambuja Marçal</i>	
Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor.....	49
<i>Enrique Serra Padrós</i>	
O povo deve contar sua própria história.....	83
<i>Ubiratan de Souza</i>	
Trajetórias	97
<i>Flavio Koutzii</i>	

O fim das fronteiras policiais entre Brasil e Uruguai.....	125
<i>Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez</i>	
Memória da resistência ou a resistência como construção da memória.....	141
<i>Flávia Schilling</i>	
Todo está cargado en la memoria, arma de la vida y de la historia.....	179
<i>Universindo Rodríguez Díaz</i>	
Lilián, Camilo e Francesca Celiberti: uma família uruguaia na mira do Condor em Porto Alegre.....	205
<i>Ramiro José dos Reis</i>	
O sequestro de <i>Montoneros</i> no Brasil.....	217
<i>Nilson Mariano</i>	
De <i>Jango</i> , de Silvio Tendler, aos dias de hoje: uma atualização do debate sobre a morte do ex-presidente João Goulart.....	227
<i>Caroline Silveira Bauer</i>	
Cronologia – O Rio Grande do Sul e o contexto de ditaduras civil-militares: as conexões repressivas.....	251
<i>Graciene de Ávila</i>	
<i>Marcos Machry</i>	
<i>Mariana Ferreira e Silva</i>	
<i>Marla Barbosa Assumpção</i>	
Lista de abreviaturas e siglas.....	271
Anexo I – Como na Argentina	279
<i>Luis Fernando Verissimo</i>	
Anexo II – Relatório sobre a morte do ex-presidente João Goulart – Conclusões e encaminhamentos.....	281

LAS "LOCAS" DE LA PLAZA DE MAYO



Charge de Santiago. Acervo pessoal de Santiago.

La memoria

Leon Gieco, 2001

Los viejos amores que no están,
la ilusión de los que perdieron,
todas las promesas que se van,
y los que en cualquier guerra se cayeron.

Todo está guardado en la memoria,
sueño de la vida y de la historia.

El engaño y la complicidad
de los genocidas que están sueltos,
el indulto y el punto final
a las bestias de aquel infierno.

Todo está guardado en la memoria,
sueño de la vida y de la historia.

La memoria despierta para herir
a los pueblos dormidos
que no la dejan vivir
libre como el viento.

Los desaparecidos que se buscan
con el color de sus nacimientos,
el hambre y la abundancia que se
juntan,

el mal trato con su mal recuerdo.

Todo está clavado en la memoria,
espina de la vida y de la historia.

Dos mil comerían por un año
con lo que cuesta un minuto militar
cuántos dejarían de ser esclavos
por el precio de una bomba al mar.

Todo está clavado en la memoria,
espina de la vida y de la historia.

La memoria pincha hasta sangrar,
a los pueblos que la amarran
y no la dejan andar
libre como el viento.

Todos los muertos de la A.M.I.A.
y los de la Embajada de Israel,
el poder secreto de las armas,
la justicia que mira y no ve.

Todo está escondido en la memoria,
refugio de la vida y de la historia.

Fue cuando se callaron las iglesias,
fue cuando el fútbol se lo comió todo,
que los padres palotinos y Angelelli
dejaron su sangre en el lodo.

Todo está escondido en la memoria,
refugio de la vida y de la historia.

La memoria estalla hasta vencer
a los pueblos que la aplastan
y que no la dejan ser
libre como el viento.

La bala a Chico Méndez en Brasil,
150.000 guatemaltecos,
los mineros que enfrentan al fusil,
represión estudiantil en México.

Todo está cargado en la memoria,
arma de la vida y de la historia.

América con almas destruidas,
los chicos que mata el escuadrón,
suplicio de Mugica por las villas,
dignidad de Rodolfo Walsh.

Todo está cargado en la memoria,
arma de la vida y de la historia.

La memoria apunta hasta matar
a los pueblos que la callan
y no la dejan volar
libre como el viento.

APRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL À SEGUNDA EDIÇÃO

Giovani Cherini*

As novas gerações precisam tomar conhecimento do que aconteceu neste país nos Anos de Chumbo, entre 1964 e 1985. Daí a oportuna iniciativa da Escola do Legislativo de reeditar a série de quatro volumes *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul*.

A repressão que imperou no Brasil durante a ditadura militar é retratada nos relatos apresentados por ex-deputados, líderes políticos, jornalistas, intelectuais, lideranças sindicais, professores, agitadores sociais. É um caleidoscópio do que ocorreu em nosso País naqueles anos de obscurantismo e perda das liberdades democráticas.

O primeiro volume aborda o período *Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964*, com depoimentos de personagens que participaram dos episódios ocorridos que acabaram no golpe militar de 31 de março de 1964. O segundo volume trata do tema *Repressão e Resistência nos Anos de Chumbo*, com relatos do que se passou nos porões da ditadura e dos horrores cometidos como episódios de tortura e, mesmo, de extermínio. O terceiro volume, a *Conexão Repressiva e Operação Condor* traz candentes depoimentos que retratam o cruel sistema de colaboração regional entre os países do Cone Sul. Encerra a publicação o relato sobre *O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização*, que mostra como o povo brasileiro recuperou as liberdades democráticas, graças ao movimento pela anistia.

O nosso desejo é que a reedição desta publicação, promovida pela Assembleia Legislativa, seja mais uma importante contribuição deste Parlamento para a democracia e que sirva de lição: ditadura, nunca mais!

*Presidente da Assembleia Legislativa-RS no ano de 2010.

APRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL À PRIMEIRA EDIÇÃO

*Ivar Pavan**

Democracia e valorização do Parlamento constituem um dos eixos de atuação da Assembleia Legislativa durante esta gestão em 2009. Destacar importantes datas como a dos 30 anos da Anistia, dos 20 anos da Constituição Estadual e dos 45 anos do golpe de 64 são diretrizes das ações do Poder Legislativo gaúcho.

Esta obra é resultado de um importante esforço de sistematização de pesquisa, testemunhos e reflexões sobre as condições, consequências e perspectivas instauradas no Brasil desde o golpe de 1964 até o período reconhecido como de transição democrática.

A riqueza da abordagem é devida tanto à diversidade de enfoques – produzidos por competentes e comprometidos estudiosos e ativistas de direitos humanos – como à organização em temas que destacam e detalham: o golpe em si; a repressão e a resistência; a Operação Condor; a anistia e a abertura políticas.

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul apresenta, com esta coletânea, mais uma expressão de seu compromisso com a construção da democracia.

*Presidente da Assembleia Legislativa-RS no ano de 2009.

APRESENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

*Temístocles Américo Corrêa Cezar**

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sente-se honrado em apresentar ao público o resultado da primeira ação da parceria com a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

A participação de professores e alunos dos cursos de graduação, mestrado e doutorado deste Instituto, na coletânea de livros intitulada *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*, confirma o crescente envolvimento dos cursos do IFCH com a história recente do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos, a UFRGS tem contribuído significativamente na produção de conhecimento específico sobre a temática relacionada com o período da ditadura. De forma concreta, isso pode ser aferido pelas inúmeras pesquisas transformadas em dissertações de mestrado e teses de doutorado e publicações individuais ou coletivas. Por outro lado, essa produção vem acompanhando tanto as atividades de ensino quanto as de extensão, através de eventos regulares oferecidos para a comunidade gaúcha em geral.

* Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS.

Temas como "A Abertura dos Arquivos Repressivos", "o Golpe de 64", "Os Expurgos da UFRGS", "O 68", "O Sequestro dos Uruguaios", "O AI-5", "A luta pela Abertura Política e pela Anistia" e "A Operação Condor", entre outros, têm sido contemplados nas atividades desenvolvidas pela nossa comunidade. Especialistas como Carlos Fico, Marcelo Ridenti, Maria Aparecida Aquino, Jessie Jane V. de Souza, Selva López e Álvaro Rico ministraram cursos e conferências. E a casa acolheu, ainda, sistematicamente, depoimentos de Suzana Lisbôa, Cláudio Gutiérrez, João Carlos Bona Garcia, Jair Krischke, Guillermo Rallo, Aurélio Gonzalez, Ignez Serpa, Luiz Cláudio Cunha, Aveline Capitani e Universindo Rodríguez Díaz, entre tantos outros.

Neste sentido, trata-se de obra coletiva que articula o resgate de memórias, através da voz e do texto dos próprios protagonistas, à análise de especialistas, oferecendo um panorama diverso, rico em lembranças, sensibilidades e experiências, escritas sob rigor científico. Cumpre, ainda, uma função vital que é um compromisso do IFCH: a divulgação social do conhecimento produzido dentro do âmbito acadêmico.

Assim, o IFCH, cujo nome lhe foi atribuído em 1970 pelo decreto da ditadura militar que fragmentou a universidade em diversas unidades, cumpre, como herdeiro que é da antiga Faculdade de Filosofia da UFRGS, seu papel de protagonista na resistência política e intelectual a todas as formas autoritárias de governo e de sociedade.

PREFÁCIO

*Luis Fernando Verissimo**

A História, segundo um surrado e cínico adágio, é sempre a versão dos vencedores. Uma mentira oficial se instala e se institucionaliza e com o tempo vira verdade. Mas o tempo nem sempre colabora. Com o tempo vem a resignação e a opção por não turvar águas passadas ou reabrir velhas feridas - mas também vem a distância necessária para reexaminar mentiras estabelecidas. O tempo perdoa ou condena, confirma ou desmente. O tempo traz o esquecimento - ou aguça a memória. E nada ameaça mais a versão dos vencedores do que memórias aguçadas.

Depois do fim do regime militar instaurado em 1964 vivemos, no Brasil, num curioso estado de faz-de-conta, exemplificado pela anistia geral dada a vencidos e vencedores. Buscava-se um "desarmamento dos espíritos" (frase muito usada na época, mas inadequada: não foram exatamente espíritos armados que nos dominaram durante 20 anos), mas o verdadeiro objetivo era fingir que nada tinha acontecido. Assim os militares voltaram para as casernas sem remorso ou desculpas, os civis que os apoiaram continuaram suas carreiras políticas sem atos de contrição, as vítimas sobreviventes do regime refizeram suas vidas e - a ideia era esta -

* Jornalista e escritor.

não se falava mais nisso. Mas havia as memórias. Durante estes últimos anos o país conviveu com duas histórias, a oficial, a do deixa pra lá, e a da memória das pessoas. Com o tempo este desencontro se agravou. A memória aguçada - assim como a cobrança dos que reivindicam a verdade apenas para saber onde alguém foi enterrado - exige o fim do faz-de-conta.

E afinal, mesmo aceitando-se a realidade que são os vencedores que contam a história, a exigência não muda. O fim do regime militar foi uma vitória de uma democracia imperfeita e até agora não consolidada, mas democracia. O que se quer é a versão democrática da história do Brasil.

PREFÁCIO

Enrique Serra Padrós
Vânia M. Barbosa
Vanessa Albertinence Lopez
Ananda Simões Fernandes

I.

Este projeto foi, para nós, um percurso singular iniciado no dia 31 de março de 2009, quando relembramos, por meio da exibição do filme *Jango*, de Silvio Tendler, e do Seminário *45 Anos do Golpe de 64 – A Noite que Durou 21 Anos*, a data de 1º de abril de 1964, começo de um período que manchou de sangue e vergonha a democracia brasileira. O evento se completou com uma mesa temática que debateu o Golpe e suas implicações.

Participaram do evento os historiadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Carla Simone Rodeghero, Caroline Silveira Bauer, Claudia Wasserman e Enrique Serra Padrós, além da historiadora da Universidade de São Paulo (USP), Maria Aparecida de Aquino.

A boa acolhida por parte do público presente, bem como a avaliação do registro ainda incipiente sobre a história recente do Rio Grande do Sul, foram fatos fundamentais para amadurecer a possibilidade de um novo desafio: a publicação das intervenções dos professores convidados com a complementação de alguns depoimentos que marcaram presença naquele evento original. Após inúmeras reuniões e avaliações sobre o material à disposição, surgiu a ideia de uma coletânea

de textos que pudesse apresentar ao público, em geral, uma visão panorâmica de uma diversidade de manifestações do que foi o embate político no Rio Grande do Sul, entre 1964 e 1985.

Surgiu, assim, o projeto *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*, constituído de quatro volumes: 1) Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964; 2) Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo"; 3) A Conexão Repressiva e a Operação Condor; 4) O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.

Esta coletânea de livros torna-se uma espécie de certidão, na medida em que possibilita a compreensão sobre a vida dos gaúchos, cujo destino foi alterado por um "suposto acaso histórico", um "desvio inesperado" que, por uma combinação de forças de poder, tornou-nos estranhos no próprio país.

A obra reúne artigos científicos escritos por especialistas no tema, textos testemunhais redigidos pelos próprios protagonistas e depoimentos orais obtidos por meio de entrevistas, transformando-os em fontes preciosas. É claro que há evidentes lacunas e faltam muitos protagonistas essenciais. Desde já agradecemos, humildemente, toda colaboração que nos ajude a sanar possíveis imprecisões e até algum equívoco; é do ofício, sobretudo quando se parte de uma base de conhecimento ainda não sistematizada, pouco conhecida e restrita à especificidade da pesquisa acadêmica ou à memória individual. Mas é um primeiro esforço no sentido de começar a pensar coletivamente, respeitando a singularidade das trajetórias e as perspectivas das análises, a experiência traumática do período discricionário sobre a população do Rio Grande do Sul, suas instituições e seu cotidiano.

Assim, da construção da coletânea, participaram mulheres e homens generosos ao aceitar o desafio de, com desprendimento e

coragem, contribuir para desvendar e lembrar um período da nossa história que não pode se repetir jamais. E, é claro, para o enriquecimento do nosso projeto tivemos a sorte de contar, também, com a colaboração de pessoas e instituições que nos permitiram acesso a arquivos privados ou disponibilizaram fotos e documentos.

II.

Em relação ao período da ditadura civil-militar, o Rio Grande do Sul apresenta peculiaridades em termos das grandes análises de conjunto construídas desde o centro do país. Em primeiro lugar, pelo fato de ter uma forte tradição trabalhista, o que ajudou a configurar um grande apoio às Reformas de Base do governo de João Goulart. Em segundo, a marca deixada no imediato pré-golpe, pela Campanha da Legalidade, fundamental para reverter o quadro golpista deflagrado em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros.

Além disso, naquele contexto, a condição de ser um estado fronteiriço da Argentina e do Uruguai foi uma particularidade que gerou cinco tipos de dinâmicas, não necessariamente simultâneas em termos cronológicos:

- *primeiro*, referente ao fato de constituir uma espécie de *base de projeção* da influência brasileira sobre o espaço platino (lembrando, por exemplo, a preparação da "Operação Trinta Horas" e a construção de uma infraestrutura rodoviária ligando estrategicamente o centro do país com o extremo sul do estado);
- *segundo*, vinculada à percepção geopolítica de fronteiras nacionais ameaçadas tanto pela mútua rivalidade e desconfiança da Argentina, quanto pela presença de "ameaçadoras" forças subversivas, nacionais ou estrangeiras (com a consequente

militarização da região e a conformação dela como área de segurança nacional);

– *terceiro*, pela configuração do território estadual como corredor para o trânsito da resistência ("pombos-correio" de Brizola, esquemas para retirar ou reintroduzir perseguidos políticos) e da repressão;

– *quarto*, o reconhecimento de que o Uruguai, país vizinho, virou santuário preferencial do exílio brasileiro entre 1964-1968, enquanto que o Rio Grande do Sul tornou-se uma área acessada por organizações perseguidas naquele país e na Argentina desde o final dos anos 1960 e durante a década de 1970 – o que deu especial conotação ao estado dentro da lógica da Segurança Nacional;

– *finalmente*, o Rio Grande do Sul foi alvo especial da ação da Operação Condor contra cidadãos uruguaios e argentinos.

III.

A memória, na medida em que se relaciona com o passado, constitui um elo indiscutível entre o presente e esse passado (que pode ter, inclusive, uma temporalidade difícil de precisar). Trata-se de uma espécie de ponte que conecta, articula e relaciona elementos temporais, espaciais, identitários e, também, históricos. Deve-se salientar ainda que, assim como a história não é neutra, também não há neutralidade nos registros da memória. As lembranças não são registros passivos ou aleatórios da realidade.

Além disso, a memória não é sinônimo de história ou de realidade histórica passada. Entretanto, a importância da memória para a história não é pequena, pois ela constitui significativa fonte para o trabalho dos historiadores; as lembranças e reminiscências da memória

coletiva auxiliam ao historiador que, com o rigor da sua metodologia de trabalho, as transforma em valiosas fontes para a produção do conhecimento científico. Ou seja, a história identifica, contextualiza e analisa as memórias como fonte; entretanto, elas também podem ser o seu objeto de estudo.

É importante destacar que, assim como a história, a memória é lugar e objeto de disputa nas relações de poder em confronto na realidade social. Jacques Le Goff é esclarecedor quando afirma que: "Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva".¹

A análise da temática da memória implica em reconhecer que há, como contrapartida, o esquecimento, os silêncios e os não ditos. O esquecimento pode ser uma opção de restringir ao essencial certos fatos ou informações a respeito deles. Mas também pode ser o resultado de uma ação deliberada de ocultamento. Diante dessa dupla possibilidade, pode ser útil a proposta de Peter Burke de "examinar a organização social do esquecer, as regras da exclusão, supressão ou repressão e a questão de *quem quer que quem esqueça o quê e por quê*"². Essa é a fórmula, para ele, da amnésia social, dos atos de esquecimento. Na disputa pelo que lembrar, é possível pensar em *memórias subterrâneas*, que surgem e se mantêm nos interstícios dos espaços compreendidos entre o esquecimento e a memória social. Elas expressam as memórias dos excluídos, dos esquecidos da memória oficial.

Sendo a memória coletiva uma construção social e um fator de identidade de uma comunidade, então, como viver com esquecimentos

¹LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 1996.

²BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

impostos? Como lembrar ou esquecer o que não se permite conhecer? Como conviver diante do *apagamento* (*desmemória*)? Para uma dada coletividade, quais os prejuízos implícitos nesse acesso ao (des)conhecido passado bloqueado? Os responsáveis pelos *anos de chumbo* latino-americanos sabem que o desconhecimento impede o posicionamento consciente; sabem, também, do potencial de inércia que possui o esquecimento coletivo. "*A impunidade é filha da má memória. Sabiam disso todas as ditaduras militares de nossas terras*", bem disse Eduardo Galeano.

Na América Latina do pós-ditaduras, as instituições do Estado, boa parte dos setores políticos e empresariais, as Forças Armadas e importantes segmentos da economia internacional e da política externa norte-americana têm conspirado fortemente contra *o lembrar*. Se não fosse a resistência pelo resgate da memória e da história, por parte de determinados setores político-sociais, a tendência vitoriosa teria sido a da imposição de um esquecimento total.

O processo de anistia no Brasil, bem como no Chile, Uruguai e Argentina, não só poupou os vencedores da ditadura de Segurança Nacional como os recompensou. E a "redemocratização" fragilizou-se diante da manutenção do entulho autoritário que ainda hoje permanece fortemente arraigado ao poder. A institucionalização do silêncio oficial e a supressão da memória coletiva foram fundamentais para *desresponsabilizar* os culpados e impor o anestesiamento e a amnésia do silêncio final. Diante de tamanha manipulação, pode-se coincidir com Yosef Yerushalmi, quando afirma que, em determinadas situações, a antítese da palavra esquecimento – e da palavra silêncio – talvez não seja memória, senão, justiça.³

O conhecimento sobre os acontecimentos das últimas décadas no Cone Sul latino-americano exige o trabalho de resgate das memórias

³YERUSHALMI, Yosef H. et al. *Usos del olvido*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.

individuais e de elaboração de uma memória coletiva, mas também de recuperação da própria história. Tanto a recuperação da elaboração da memória contra o apagamento/esquecimento induzido/*desmemória*, quanto a procura da verdade do que foi dito que nunca ocorreu, são compromissos da história e responsabilidade dos historiadores. Isto implica, também, em apurar, cada vez mais, a importância do papel da memória na dinâmica temporal onde o passado é sempre objeto e motivo de reflexão para o presente e até para o futuro. Da mesma forma, isso também se configura para a afirmação do papel que a memória desempenha como matéria-prima sobre a qual o historiador pode produzir, com seus métodos de trabalho, o conhecimento histórico.

IV.

Nessa incursão foi preciso levantar, incansavelmente, o véu do esquecimento que paira sobre a vida dos brasileiros ao longo da história. Mas esse trabalho de investigação nos serviu de estímulo para enfrentar os limites e desafios que, como era de se esperar, o longo trajeto nos impôs.

Eis aqui nossa coletânea aberta e intensa – porém ainda incompleta, porque faltam muitos registros. Outras obras muito revelaram e com certeza outras virão, muito aprimoradas, com a inclusão de novos fatos, críticas e contribuições. E para elas estaremos de braços abertos, firmes no nosso propósito de apoiar todo projeto voltado à promoção dos direitos humanos.

Deixamos aqui a nossa humilde contribuição; um pequeno grão de areia diante de tudo o que falta por fazer. Uma obra que foi tomando corpo durante a caminhada que se tornou muito especial. Caminhada marcada pela generosidade dos que socializaram suas experiências de luta e resistência vividas e da solidariedade de todos os que se engajaram em

este trabalho coletivo. Caminhada... como aquela cantada em outra língua pelo poeta de outro tempo e de outro lugar; caminhada fraterna dos caminhantes que lutaram e lutam pela igualdade social e por um mundo realmente melhor:

*Caminante,
son tus huellas el camino,
y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.*⁴

V.

“Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor”, de Enrique Serra Padrós, apresenta informações sobre a sistemática de desenvolvimento e funcionamento da colaboração regional dos sistemas de segurança no Cone Sul. Traçando um registro histórico que encontra ligações com experiências concretas aplicadas na Argélia e no Vietnã, o autor insere o debate dentro do contexto da Guerra Fria, mostrando raízes intervencionistas e golpistas, com patrocínio ou apoio dos Estados Unidos, desde os anos 50. O avanço de regimes autoritários assentados, principalmente, na Doutrina de Segurança Nacional, anuncia a confluência de interesses que, após políticas bilaterais de aproximação e complementação repressiva, amadureceram as condições históricas para a deflagração da Operação Condor, a partir de 1975.

Ubiratan de Souza em “O povo deve contar sua própria história” relata a sua trajetória estudantil, de Cachoeira do Sul a Porto Alegre, onde vira aluno da UFRGS e acompanha as lutas do seu tempo. Posteriormente ao AI-5, envolve-se com a VPR. Desse período fazem

⁴ Antonio Machado (Sevilla, 1875 – Collioure, 1939). *Proverbios y Cantares*. Campos de Castilla (1912).

parte recordações do capitão Lamarca e da guerrilha do Vale da Ribeira, até que cai nas mãos da OBAN, em 1970. Posteriormente, foi trocado junto a mais 69 presos políticos pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. O itinerário do exílio passa pelo Chile de Allende (até sua dramática queda), Cuba e França, de onde volta, pouco depois da Anistia.

“Trajetórias” é uma pormenorizada análise de Flavio Koutzii que desenha as raízes do golpe de 1964, conecta os inícios das organizações operárias com as reformas de base, a Revolução Cubana, a tradição conspiradora da direita brasileira, entre outros. A luta contra o imperialismo, a luta pelos direitos civis da comunidade negra nos EUA, as diversas correntes do movimento estudantil, a guerra do Vietnã, o Che, etc., são fatores significativos que contextualizam e dão cores político-ideológicas a uma época muito rica de acontecimentos, bandeiras e lutas. O itinerário que o autor realiza leva por caminhos muito intensos: o PCB, o POC, Debray, Mandel, a Quarta Internacional, o PRT-ERP, as prisões argentinas, a sobrevivência no mundo concentracionário, o exílio, a volta..., a vida política, o PT, ser oposição, ser governo. Trata-se do relato de uma experiência de vida profundamente imbricada com as demandas do seu tempo.

O artigo de Cláudio Gutiérrez “O fim das fronteiras policiais entre Brasil e Uruguai” é profundamente esclarecedor sobre o grau de colaboracionismo existente entre a ditadura brasileira e o governo ainda constitucional de Pacheco Areco. A partir da sua própria experiência, Gutiérrez, exilado em Montevideu desde 1969, descortina um passado de perseguição e sequestro de cidadãos brasileiros com os quais dividiu horas de infortúnio e cujas histórias nos apresenta. Usando como estratégia narrativa um diálogo permanente com um artigo do jornalista Alfonso Correa, publicado no prestigioso semanário *Marcha*, Gutiérrez

revela as entranhas da estrutura de colaboração da qual foi um dos principais alvos, ao mesmo tempo em que descreve os pequenos e grandes gestos de solidariedade recebida, apesar dos dias sombrios do processo de deterioração da democracia uruguaia.

Flávia Schilling, em “Memória da resistência ou a resistência como construção da memória”, oferece um conjunto de reflexões que perpassam os temas da memória, da resistência e da memória da resistência. Apoiada em autores como Michel Foucault e nas reflexões de Zygmunt Bauman e de Jorge Luis Borges, a autora resguarda um pouco seu protagonismo e sua experiência carcerária (em condições muito difíceis). No entanto, acaba comparecendo através de uma proposta sempre instigante: pensar a questão de gênero, tanto dentro da organização à qual pertencia, quanto diante da repressão. A perspectiva de reflexão a partir de um coletivo não interdita a singularidade da sua experiência, a qual perpassa toda a sua fala.

No artigo intitulado “Todo está cargado en la memoria, arma de la vida y de la historia”, menção à bela canção *La memoria*, de León Gieco, o historiador Universindo Rodríguez Díaz oferece um rico painel dos acontecimentos vivenciados como protagonista central. Partindo das inquietudes da geração dos anos 60, justifica a militância que o levou a viver com intensidade situações extremadas dos anos 70. Analisa as condições existentes no Brasil quando sua organização política decidiu criar uma base de atuação o mais próxima da fronteira. A singular experiência de ter sido sequestrado por um operativo Condor, em Porto Alegre, e ter conseguido sobreviver realçam um vigoroso relato que conclui com uma reafirmação de princípios e com um compromisso inadiável: *la obligación de no olvidar*.

O pesquisador Ramiro José Reis centra o seu texto “Lilián, Camilo e Francesca Celiberti: uma família uruguaia na mira do Condor em Porto Alegre” na dimensão do drama que envolve uma mãe que, além de jogar no limite da sua capacidade de sobrevivência, deve proteger seus filhos em condições tão adversas. O artigo recupera a iniciativa de Lilián em estabelecer uma estratégia que lhe permita, simultaneamente, alertar os companheiros de organização, derrubar o sequestro e tornar público que foi vítima de uma modalidade de ação como as que vinham ocorrendo em Buenos Aires, inclusive contra muitos companheiros de organização. Por outro lado, ressalta-se a ação imediata da mãe de Lilián e o papel-chave do menino Camilo, peça fundamental para elucidar e confirmar o que houve realmente em Porto Alegre, apesar das pressões oficiais, de ambos os países, para abafar e encerrar a questão.

Em “O sequestro de *Montoneros* no Brasil” o jornalista e historiador Nilson Mariano apresenta a trajetória dos cidadãos argentinos desaparecidos em território brasileiro, vítimas de ações de práticas de colaboração entre ditaduras. As histórias particulares das vítimas são acompanhadas, como tema de fundo, de um processo que se inicia com Juan Domingo Perón e Eva Duarte, passa pela irrupção do movimento *montonero* e se encerra, tragicamente, com a denominada Contraofensiva Popular. Trata-se da história de pessoas que, como diz o próprio autor, foram fulminadas (desaparecidas) por um duplo Terrorismo de Estado: o brasileiro e o argentino.

Finalmente, Caroline Silveira Bauer debate a polêmica sobre a morte do ex-presidente João Goulart. Seu artigo “De *Jango*, de Silvio Tendler, aos dias de hoje: uma atualização do debate sobre a morte do ex-presidente João Goulart” parte da análise do filme e do contexto em que foi realizado, bem como dos elementos da sua produção. A partir desses pontos, passa a refletir sobre as questões que perpassam as controvérsias

da morte de Jango. A análise da atuação da dinâmica Condor e a potencialização de documentos e fontes que convergem ensejando dúvidas plausíveis sobre as certezas dos pronunciamentos oficiais sobre o caso expõem as incertezas que persistem há mais de trinta anos da sua morte.

Para que não se esqueça

Para que nunca mais aconteça!

Os organizadores

O RIO GRANDE DO SUL NO CENÁRIO DA COORDENAÇÃO REPRESSIVA DE SEGURANÇA NACIONAL

*Enrique Serra Padrós**
*Fábio Azambuja Marçal***

[...] o que há de estranho no fato de o cone sul
se reunir para colocar um “basta” a isso [...]. ?***

Leônidas Pires Gonçalves

Problematizar a Conexão Repressiva e a Operação Condor é um exercício que nos coloca o desafio de articular certas reflexões a partir de impasses ainda não resolvidos da nossa história recente. Não é uma ação nem intervenção simples. Ao contrário, é viva e pulsante, por ser tão próxima de nós e, ao mesmo tempo, tão escondida, distorcida e nebulosa. Algumas das ferramentas para realizar nossas intervenções são sínteses, pesquisas, depoimentos e outros similares que fazem reacender os debates e as inquietações sobre as ditaduras de Segurança Nacional instaladas na América Latina entre as décadas de 60 e 80.

De tempos em tempos, novos elementos ou a reavaliação de antigos recolocam o debate sobre a colaboração repressiva e suas implicações. Assim ocorreu em 2007, quando a Justiça italiana solicitou a extradição de mais de uma centena de militares e policiais latino-americanos (brasileiros, uruguaios, argentinos e chilenos), pois entendiam os juristas daquele país que tais autoridades estariam envolvidas no sequestro e desaparecimento de cidadãos argentinos, de origem italiana, ocorrido no início dos anos 80.

*Professor do Departamento de História e do PPG-História/UFRGS.

** Professor do Instituto Federal Farroupilha - Campus Júlio de Castilhos. Mestre em História/PUCRS. Autor da dissertação *"64, 66, 68, um mau tempo talvez... Um estudo sobre o movimento estudantil no Jullino atuante na construção de 1968"*, defendida em 2004.

***In: MOTTA, Aricildes de Morães (Coord. geral). *1964 - 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. t. 1. p. 92.

O Brasil colaborou, nesse período, com a detenção dos militantes ítalo-argentinos Domingos Campiglia e Lorenzo Ismael Viñas, do grupo guerrilheiro *Montoneros*, entregues à ditadura argentina e desaparecidos até hoje. O primeiro, Campiglia, foi preso na companhia de Mônica Suzana Pinus de Binstock, no Rio de Janeiro, em março de 1980. Havia desembarcado de um voo que vinha da Venezuela. O segundo, Viñas, foi detido em Uruguaiana, na fronteira gaúcha com a Argentina, em junho daquele mesmo ano. Nesse contexto, ficou em evidência a Operação Condor, a aliança político-militar-repressiva entre as ditaduras de Segurança Nacional da América do Sul, definida em meados dos anos 70 com o objetivo central de coordenar a repressão a opositores desses regimes.

Entretanto, muito antes da estruturação dessa internacional repressiva regional, jogavam-se as redes policiais e militares no Cone Sul. Efetivamente, a partir de 1964, consumado o Golpe e consolidada a ditadura no Brasil, iniciou-se uma dinâmica de produção de exilados que passaram a atuar politicamente, além fronteiras. A terra de acolhida da primeira onda do exílio brasileiro foi, fundamentalmente, o vizinho Uruguai, país que até 1973 continuaria sendo, formalmente, um regime democrático.

Desde os anos 50, a percepção de uma ameaça comunista alastrando-se pelo continente produziu tensões alarmantes que, em alguns países, resultaram em traumáticas intervenções antidemocráticas, como aquelas ocorridas por detrás das quedas do governo reformista guatemalteco, de Getúlio Vargas e de Juan Domingo Perón.

Inegavelmente, a Revolução Cubana recolocou o temor da lógica da Guerra Fria no continente americano. Tal situação exigiu uma reavaliação do papel das fronteiras nacionais, por parte da Doutrina de Segurança Nacional, gerando uma importante inversão: diante da

ameaça de subversão interna, as fronteiras políticas, nacionais e territoriais deviam subordinar-se ao princípio das "fronteiras ideológicas"; quer dizer, aquelas que deviam registrar a separação entre territórios ameaçados pela contaminação "subversiva" e comunista. Ou seja, diante da ameaça subversiva, as fronteiras de outros países não podiam funcionar como barreira de proteção para uma oposição organizada a partir do exílio. Portanto, significava que não devia haver limites de jurisdição nacional para perseguir os que eram identificados como "inimigos internos". Com o passar do tempo e o advento dos regimes autoritários na região, tal interpretação tornar-se-ia generalizada entre os sistemas de segurança, tornando-se uma pré-condição para a configuração do esquema Condor.

Por outro lado, a noção de "fronteiras ideológicas" também era utilizada, no caso do Brasil, como forma de legitimar tipos de pressão e intervenção nos problemas internos dos países latino-americanos, como nos casos da República Dominicana, da Bolívia, do Uruguai ou do Chile. Quer dizer, perante ameaças de desestabilização nesses países, que poderiam repercutir nas questões internas da ditadura brasileira ou prejudicar seus interesses políticos e econômicos, o princípio da defesa das "fronteiras ideológicas" justificavam ações de interferência.

O fato do Rio Grande do Sul possuir fronteira comum com o Uruguai e a Argentina, respectivamente, delegou, por parte do regime, um papel de baluarte da defesa nacional; o aparato repressivo local incorporou essa preocupação com afinco. Paradoxalmente, seu território constituía, para a oposição, uma espécie de corredor ou uma rota estratégica para conectar a resistência interna com aquela organizada no exterior.

Nesse sentido, desde o momento da deflagração do movimento golpista, em 31 de março de 1964, a fronteira brasileiro-uruguaia

mereceu vigilância sistemática, visto que muitos simpatizantes do governo deposto buscaram proteção no Uruguai. O questionário a seguir foi aplicado a Françual Terra Pires, cidadão brasileiro que, logo após a instalação da ditadura, temendo ser preso, deslocou-se da cidade de Rio Grande a Pelotas e, posteriormente, a Jaguarão, entrando, a seguir, em território uruguaio:

1. Com que documentos se identificou ao entrar em território uruguaio ou solicitar asilo territorial?
2. Se durante sua permanência no Uruguai teve de informar a polícia uruguaia do seu domicílio e se o fez cada vez que mudou de residência?
3. Quando deixou o território uruguaio?
4. Por que ponto da fronteira?
5. Deu conhecimento do fato às autoridades uruguaias? [...]
11. Que outros documentos de identidade tinha consigo ao deixar o Uruguai?
12. Que documento apresentou na fronteira brasileira?
13. Enquanto estava asilado veio alguma vez ao Brasil?
14. Sabe de algum outro asilado que tenha vindo? Qual?
15. Como e onde passou a fronteira? Com que documentos? Como viajou?
16. Havia alguma possibilidade de obter documentos que facilitassem uma viagem ao Brasil? Qual? Com quem?
17. Que meio ou meios de transporte utilizou o interrogado em sua viagem para o Brasil? Se de automóvel, quem era o proprietário? Marca, tipo, e se possível, n° do carro? Matrícula brasileira ou uruguaia? Onde matriculado? Nome do condutor?
18. Quais eram os asilados com quem mais conviveu no Uruguai?
19. Que outros asilados ou refugiados conheceu no Uruguai?
20. Que meio ou meios de transporte utilizou o interrogado em sua viagem para o Uruguai?
21. Que auxílio recebeu no Uruguai para sua manutenção? Por meio de quem? Quando? Como recebia? Se havia intermediários, quais eram?¹

¹ Ex-Acervo da Luta Contra a Ditadura/ Fundo: Secretaria de Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ Delegacia Regional de Rio Grande/ SOPS/RG – 1.2.488.5.2. Rio Grande, 4 maio 1965.

Ao voltar ao Brasil, Pires foi preso e submetido a interrogatório sobre as atividades desempenhadas no exílio, o nome dos brasileiros com os quais mais se envolveu, as formas de sobrevivência, etc. O conjunto destas informações dão um quadro do processo de vigilância e monitoramento feito pelos órgãos de segurança sobre a fronteira e no país platino.

Baseando-se nas concepções da Doutrina de Segurança Nacional sobre as "fronteiras ideológicas" e o combate ao "inimigo interno", setores do novo regime amadureceram a intenção de desencadear ações que permitissem controlar ou, pelo menos, neutralizar a comunidade exilada. Esta era integrada pelas personalidades políticas mais influentes da administração João Goulart, entre as quais se destacavam o próprio presidente derrubado e o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Nos primeiros anos após a imposição do regime discricionário no Brasil, o território oriental era visto, pelos setores políticos perseguidos, como uma espécie de "santuário" ou porto seguro. Da mesma forma, servia como espaço relativamente protegido para retomar e desenvolver atividades políticas através do exílio organizado. Para setores mais específicos, o Uruguai era uma base a partir da qual seria possível projetar a volta clandestina ao Brasil, particularmente, para aqueles que tinham realizado treinamento militar em Cuba e tentariam criar focos armados no país.

Entretanto, em pouco tempo, a situação começou a mudar. A colaboração das forças policiais e militares uruguaias, com o Brasil, tornou o território vizinho alvo da aplicação de políticas coercitivas contra os exilados. Isto estava de acordo com o entendimento de que o "inimigo interno" devia ser enfrentado onde estivesse, o que incluía, por mais paradoxal que pudesse parecer, o exterior. Sendo assim, os efeitos da

"Operação Limpeza", ação desencadeada para reprimir a resistência e os focos considerados perigosos, deviam recair, também, mesmo que indiretamente, sobre a comunidade exilada. Assim, cada vez mais, a extensa fronteira seca e as cidades "binacionais" (Chuí-Chuy e Santana do Livramento-Rivera) tornaram-se áreas extremamente sensíveis tanto aos acontecimentos da política interna de cada um dos países, quanto da política regional tomada em perspectiva global. Diversas rotas de passagem se constituíram no espaço interfronteiriço entre os dois países, de uso da resistência e da repressão. Primeiramente, o fluxo era constituído de protagonistas brasileiros; já a partir do final dos anos 60, situação semelhante começaria a ocorrer em relação ao Uruguai. O estado gaúcho desempenhou papel-chave nessa articulação.

De singular interesse se reveste o papel dos denominados "pombos-correio", pessoas vinculadas ao ex-governador Leonel Brizola que desempenhavam a função primordial de manter conexões políticas entre a comunidade exilada em Montevideu e a resistência organizada no Brasil, destacadamente no Rio Grande do Sul. Era através deles que os exilados se informavam sobre a situação interna do Brasil, encaminhavam diretrizes e propostas de ação política. Flávio Tavares, um dos "pombos-correio" mais atuantes, relata nas suas memórias que, em 1965, o protagonismo da liderança de Brizola, desde o Uruguai, confluiu na formação do malgrado Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), efêmera aproximação do líder trabalhista com uma estratégia guerrilheira que esboçou uma ameaça nos primórdios da ditadura.

As atividades dos "pombos-correio", entretanto, rapidamente passaram a ser motivo de preocupação e de conluio dos órgãos de segurança de ambos os países, principalmente na zona de fronteira. Os agentes da repressão brasileira também usavam esses caminhos, de forma encoberta ou aberta, a fim de realizarem ações de perseguições e de

operações de busca. Para retribuir, a colaboração uruguaia com o Brasil incrementou alguns acordos comerciais e forneceu cursos de aperfeiçoamento militar. Aliás, muitos dos oficiais convidados a participar dos mesmos representavam setores das Forças Armadas que concordavam com a imposição de restrições às atividades dos exilados e dos "pombos-correio" brasileiros dentro do território uruguaio.

Em 1966 ocorreram mudanças importantes na função administrativa do estado gaúcho. Através do Ato Institucional nº 3 (AI-3), em 5 de fevereiro, a ditadura estabeleceu a eleição indireta de governadores, por maioria absoluta de votos das assembleias legislativas (já expurgadas de quadros nocivos durante a "Operação Limpeza"). Tal medida era fundamental para a manutenção do controle dos maiores e mais importantes estados do Brasil. Por sua vez, os prefeitos das capitais estaduais passaram a ser nomeados pelos governadores, tornando-se interventores. Essa situação foi parcialmente alterada quando, em 1968, promulgou-se a lei que declarava de interesse da segurança nacional vários municípios brasileiros.² Nesse primeiro momento, 68 municípios foram declarados área de segurança nacional, sendo quase um terço localizados no Rio Grande do Sul.³ Os prefeitos desses municípios continuariam sendo indicados pelo governador, porém, neste caso, mediante prévia autorização do presidente, podendo ser exonerados em caso de "decaírem da confiança do Presidente da República ou do Governador do Estado".⁴

² Ao longo do período ditatorial, novas leis foram sendo decretadas, tornando outros municípios de interesse da segurança nacional.

³ A saber: Alecrim, Bagé, Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizontina, Itaqui, Jaguarão, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana. Cf. DIÁRIO Oficial da União. Decreto-Lei nº 348, 4 jun. 1968. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>.

⁴ DIÁRIO Oficial da União. Decreto-Lei nº 898, 29 set. 1968. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>.

A lei não especificava as razões da escolha desses municípios. Entretanto, segundo a definição de crimes contra a segurança nacional, de 1969, conforme Decreto-Lei específico, indicava-se que

em virtude de suas condições socioeconômicas, bem como de suas situações geográficas, [são os municípios que] exigem maior atenção às medidas determinadas à prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva, à garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.⁵

Os municípios gaúchos declarados área de segurança nacional foram a cidade portuária de Rio Grande e, principalmente, os que eram caminho de passagem para a fronteira e os que faziam fronteira direta com o Uruguai (Jaguarão, Quaraí e Santana do Livramento) e a Argentina (Itaqui, Porto Xavier, São Borja e Uruguaiana). Portanto, durante a ditadura, a área de fronteira constituiu um espaço crítico de defesa interna e externa, levando o governo a nomear os interventores dos municípios ali localizados, assim como a promover a militarização do mesmo.

No final dos anos 60, especificamente após o Ato Institucional nº 5, o Rio Grande do Sul também foi palco das rotas de passagem dos militantes das organizações armadas, especialmente da Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella. A ajuda dos frades dominicanos de São Paulo foi vital para tal empreendimento. Frei Betto,⁶ a pedido do próprio Marighella, foi um dos protagonistas essenciais destas ações. Era 1969, a resistência vivia a brutalidade e o sufoco dos "anos de chumbo"; a repressão havia recrudescido intensamente.

⁵ DIÁRIO Oficial da União, op. cit.

⁶ Sobre o "esquema da fronteira", ver BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

Foi assim que o aparelho repressivo do Rio Grande do Sul descobriu o "esquema da fronteira", ao prender várias pessoas que tentavam atravessá-la. Frei Betto passou a ser perseguido implacavelmente, como mostra o radiograma urgente difundido pelo DOPS/RS para as suas delegacias regionais:

Solicito sejam tomadas todas providências possíveis prender ex-capitão Lamarca que consta procura sair do país pelo nosso Estado. Idêntica medida deverá ser tomada com relação ao padre Carlos Alberto Libânio Cristo, com o nome religioso de Frei Beto, pertencente ao seminário Cristo Rei de São Leopoldo e que tem sua prisão solicitada por diversos órgãos de segurança como elemento pertencente ao grupo Marighella.⁷

Frei Betto acabou detido em Porto Alegre. Seu interrogatório foi acompanhado de perto por Sérgio Paranhos Fleury, o temível delegado do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) e líder do Esquadrão da Morte. Posteriormente, Fleury teria se dirigido a Montevidéu, a fim de treinar policiais e militares uruguaios para aperfeiçoar suas práticas antissubversivas e potencializar a eficiência da sua colaboração com os órgãos de segurança brasileiros.

Além das preocupações com o "inimigo interno" que se encontrava em território estrangeiro contíguo, uma outra questão passou a fazer parte da agenda de questões relevantes vinculadas à defesa da segurança nacional. No final dos anos 60, a situação dos países vizinhos se deteriorou rapidamente diante de um quadro de estagnação econômica e instabilidade política. A radicalização de parte da sociedade correspondeu à ineficiência ou desinteresse dos setores dominantes em

⁷ Ex-Acervo da Luta Contra a Ditadura/ Fundo: Secretaria de Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/CS – 1.2.1363.17.5. Porto Alegre, 6 nov. 1969.

responder, concretamente, às demandas sociais de mudanças estruturais, distribuição de renda e combate à pobreza e à desigualdade social.

A influência da Revolução Cubana e os ventos dos diversos 68 assinalaram uma nova etapa qualitativa no conflito de classes. As críticas ao imperialismo e ao comportamento das elites dominantes foram acompanhadas pela denúncia de um processo de direitização que começou a tomar proporções continentais e onde, particularmente, a ditadura brasileira representava um paradigma de enquadramento autoritário e de disciplinamento das tensões sociais produzidas ou alimentadas por projetos de mudança que variavam entre reformistas e revolucionários.

Dentro desse quadro, a Argentina atravessou uma experiência autoritária com a ditadura do general Onganía, a partir de 1966. Porém, apesar da sua carga repressiva e excludente, esta foi resistida corajosamente pela onda de agitações que se estendeu entre 1968 e 1969 e teve seu ápice no denominado *Cordobazo*, experiência histórica dos movimentos operário e estudantil, em Córdoba, que abalou profundamente a confiança do regime e se multiplicou, por outras localidades do país, como um rasto de pólvora. Como resultado direto destes fatos, iniciou-se na Argentina, em 1969, um processo de abertura demorado e complexo que culminou, em 1973, com a volta de Perón ao governo, após quase 20 anos de exílio.

No Uruguai, no final de 1967, assumiu o governo Jorge Pacheco Areco, vinculado aos setores oligárquicos mais agressivos e aos interesses financeiros internacionais. Apostando no uso da força como meio de controle das organizações sociais, partidárias e das incipientes organizações armadas que questionavam o sistema vigente, alavancou, de forma extremada, a espiral autoritária no país. Pacheco Areco (sucedido em 1972 por Juan María Bordaberry, de mesmo matiz político) passou a

banalizar o uso de medidas de exceção, militarizou os trabalhadores em greve e recorreu, constantemente, às *Medidas Prontas de Seguridad*. Com a justificativa de enfrentar a ação crescente da guerrilha dos *Tupamaros*, as forças de segurança desencadearam um grau inédito de violência, produzindo a morte de estudantes e trabalhadores. O clima político se tornou mais conturbado diante do surgimento de uma força partidária de esquerda, a Frente Ampla, que disputou, com protagonismo, as eleições gerais de 1971, um ano após a vitória da Unidade Popular de Salvador Allende no Chile.

A convulsão interna nos países vizinhos, portanto, passou a fazer parte, também, das preocupações brasileiras. Dentro da lógica da Doutrina de Segurança Nacional, a ameaça subversiva em países fronteiriços era colocada na perspectiva da mencionada diretriz das "fronteiras ideológicas". Ou seja, o "inimigo interno" dos governos amigos do Uruguai, Argentina, e do Paraguai (colaboradores, na lógica doutrinária) eram, também, inimigos da ditadura brasileira. Isto podia ser justificado tanto pelo medo de sofrer perturbações sobre as próprias fronteiras nacionais, quanto pelo fato de constituir um exemplo de ativismo político contestador que poderia "contaminar" o território brasileiro, estimulando a retomada de luta política de uma oposição que tinha tradição e raízes antigas, como no caso dos setores historicamente ligados ao PTB e ao PCB no Rio Grande do Sul.

Foi dentro dessa perspectiva que se planejou a denominada "Operação Trinta Horas", entre 1970 e 1971. A mesma consistiu na preparação de um plano de invasão do Uruguai (provavelmente a pedido dos setores vinculados a Pacheco Areco), caso se confirmasse a vitória da Frente Ampla no processo eleitoral de 1971, o que, efetivamente, não ocorreu. Em tese, trinta horas era o tempo considerado necessário para ter o controle sobre os pontos estratégicos do Uruguai, inclusive da

própria capital. Embora conhecido e negado na época, o operativo foi revelado a partir do cruzamento de testemunhos militares posteriores, com documentos desclassificados pelos Estados Unidos. O Rio Grande do Sul era a base territorial estratégica da qual seriam catapultadas as forças de ataque. Em síntese, pelo grau de informação que se tem atualmente, pode-se afirmar que a invasão brasileira, se tivesse ocorrido, consistiria em uma espécie de "Operação Limpeza" no Uruguai contra a esquerda daquele país. Sabe-se hoje que os Estados Unidos e a Argentina avalizavam a intervenção, pois, uma vez concluída a eliminação política dos setores "subversivos", a força invasora se retiraria e o governo voltaria às mãos dos setores conservadores locais. O fato da cúpula militar ter cogitado a possibilidade dessa ação atesta o quão forte era a pretensão de inserção geopolítica dos militares brasileiros no Cone Sul.

O desenvolvimento do quadro regional de conflitos, cada vez mais agudos, sofreu solução de continuidade com os golpes de Estado que afundaram democracias muito fragilizadas, como no Uruguai (1973) e na Argentina (1976), ou derrubaram a experiência socialista da Unidade Popular, no Chile (1973). A consolidação de ditaduras de Segurança Nacional por quase todo o continente acelerou o processo de cooperação entre elas, e atingiu o auge com a Operação Condor, poucos meses antes do golpe na Argentina. O Cone Sul fechou-se sob as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional: a *ratonera*⁸ estava armada.

A partir daqui, a colaboração repressiva transformou-se em ação coordenada e conjunta. A repressão desconheceu fronteiras. O intercâmbio de prisioneiros políticos e a perseguição de exilados tornaram-se práticas corriqueiras, e as medidas de segurança se intensificaram. As fronteiras viraram barreiras quase infranqueáveis, mas somente para quem fugia; para a repressão, tornaram-se cada vez mais

⁸ Expressão castelhana para designar armadilha.

fluidas. A multiplicação de ditaduras traçou o mapa do medo, do desaparecimento e da morte no Cone Sul.

O Rio Grande do Sul foi palco da ação de unidades operativas da estrutura Condor. Nesse sentido cabe lembrar o sequestro de quatro cidadãos uruguaios na cidade de Porto Alegre, em 1978, e de dois argentinos, em 1980, na fronteira Uruguaiana-Paso de los Libres.⁹ Outros casos ocorreram em outras regiões do país.

Dentro de uma perspectiva brasileira, a reflexão sobre a Operação Condor sinaliza para o avanço de algumas análises. Quando da retomada das discussões, motivada pelo caso levantado pela Justiça italiana, o general da reserva Agnaldo Del Nero Augusto, entrevistado pelo *Estado de S. Paulo*, afirmou que autoridades argentinas não só informavam às brasileiras sobre a chegada de militantes *montoneros* como, ainda, solicitavam e recebiam autorização para executar as prisões em território brasileiro. O general Del Nero Augusto argumentou:

Quando se recebia essa informação, podia ser que o cara estivesse só de passagem ou ele vinha também aqui se incorporar a alguma ação, e a gente não sabia. Então a prisão dele tinha de ser feita, pois não sabia o que o cara pretendia. A gente não matava. Prendia e entregava, não há crime nisso.¹⁰

Tais afirmações, que claramente tentam minimizar a participação verde-amarela na Operação Condor, indicam o quanto se tenta diminuir, distorcer e esvaziar não apenas o envolvimento no marco da conexão repressiva, mas o período histórico como um todo. Não são raras as abordagens sobre a ditadura fundamentadas na inversão de

⁹ Fatos aprofundados em textos deste mesmo volume.

¹⁰ General admite que Brasil fez parte da Operação Condor. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 dez. 2007. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac102644,0.htm>. Acesso em: 20 nov. 2009.

sentidos: caçadores viram caça, perseguidores tornam-se perseguidos, torturadores apresentam-se como torturados. Avançando na mesma linha de raciocínio, verifica-se claramente a disputa por esse passado. Disputam-se conceitos – Golpe e Revolução; Guerrilheiro e Terrorista; Ditadura e *Ditabranda*. Omitem-se fatos. Impede-se o acesso à documentação. Tudo isso conforma um cenário no qual se aponta, como claro indicativo, que esse passado não apenas é presente, como também incomoda. Após tantos anos, podemos concluir que as feridas do passado recente ainda continuam abertas no Brasil e na América Latina.

CONEXÃO REPRESSIVA INTERNACIONAL: O RIO GRANDE DO SUL E O BRASIL NA ROTA DO CONDOR

*Enrique Serra Padrós**

*El olvido, dice el poder, es el precio
de la paz, mientras nos impone una paz
fundada en la aceptación de la
injusticia como normalidad cotidiana.*

Eduardo Galeano,
1998

Introdução

A Operação Condor está diretamente vinculada às experiências históricas das ditaduras civil-militares de Segurança Nacional que se disseminaram pelo Cone Sul entre as décadas de 60 e 80. Na prática, consistiu na extrapolação além-fronteiras dos mecanismos repressivos que já vinham sendo colocados em prática, com muita eficiência, no interior de cada um dos países. Através de um complexo processo de articulação e coordenação das forças de segurança, procurou-se combater a oposição exilada na região e, posteriormente, toda e qualquer forma de dissidência, manifestação e denúncia contra as ditaduras em qualquer parte do planeta, casos da Europa e dos Estados Unidos (EUA).

Cabe lembrar que, desde os anos 50, a estabilidade da América Latina vinha sendo abalada por disputas políticas e conflitos sociais que

*Professor do Departamento e do PPG-História/UFRGS.

expressavam a disputa pela tentativa de consolidação ou reversão de projetos de cunho nacionalista e/ou popular. Eles haviam se constituído no decorrer dos desafios e das condições colocados pelo contexto da Segunda Guerra Mundial. Superado esse cenário, um enorme processo de desestabilização foi desencadeado, como expressão da confluência de interesses de atores internos (oligarquia e burguesia dependente) e de atores externos (o capital internacional, as empresas multinacionais e os EUA). O objetivo principal dessas investidas era o de socavar as políticas estatais de industrialização e desenvolvimento, esvaziar projetos nacionalistas em vigor e (re)enquadrar os setores populares mobilizados por exigências de mudanças sociais e econômicas. É nesse sentido que é necessário dimensionar os acontecimentos que assinalaram o fim da Revolução Boliviana (1952), a intervenção estadunidense contra Jacobo Arbenz, na Guatemala (1954), a queda e o suicídio de Getúlio Vargas no Brasil (1954) e a derrubada de Juan Domingo Perón, na Argentina (1955). Tais fatos retomavam uma tendência histórica na América Latina: a de intervenções militares saneadoras, sínteses do autoritarismo latente dos setores dominantes e da profunda assimetria na concentração de riqueza.

O qualitativo advento da Revolução Cubana e o impacto dos seus desdobramentos a médio prazo (a opção socialista, a invasão de *Playa Girón* – promovida desde os EUA – e o conflito dos mísseis) radicalizaram as forças em pugna no cenário latino-americano. Definitivamente, a Guerra Fria atingia uma escala desconhecida no continente. A combinação da realidade de injustiça social com as simpatias e solidariedades manifestadas ao processo cubano fez com que diversos movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, intelectuais, artistas e até setores dissidentes de instituições (quase sempre) vinculadas ao sistema de poder, como a Igreja e as Forças Armadas, assumissem

maior protagonismo. As demandas por mudanças profundas, reformas estruturais ou projetos revolucionários passaram a ser consignas cotidianas de uma população marcada por altos índices de marginalização social. Para ela e para certos setores médios, a Revolução Cubana gerou, sem dúvida, uma expectativa de futuro diferente daquela das gerações anteriores, ou seja, um futuro possível de ser construído com voluntarismo e ação política, com participação, mobilização e organização.

Diante desse quadro, o *establishment* intensificou articulações conspirando, ameaçando, arregimentando aliados, simulando cenários e partindo para a ofensiva. É exemplar, nesse sentido, o depoimento do jornalista Claude Julien, que posteriormente seria, por muitos anos, editor-chefe do *Le Monde Diplomatique*. No ano de 1962, ele testemunhou pessoalmente uma ameaça velada contra o então governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que "[...] foi convocado à oficina do presidente [João Goulart], em Brasília, onde lhe esperavam os representantes da companhia telefônica americana que acabava de nacionalizar. No mesmo instante, em Washington, [o próprio Julien] encontrava-se na oficina do responsável pela América Latina no Departamento de Estado, e este, informado por telefone de que o governador Brizola havia firmado a ordem de nacionalização, não se conteve e respondeu, diante da presença da sua visita: 'Brizola é o homem a ser liquidado'".¹

O golpe contra João Goulart foi o prenúncio de que a reação não se faria esperar. Esboçado em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros, amadureceu, ganhou eficiência e inaugurou uma sequência de

¹ Julien refere-se à Companhia Telefônica Riograndense, subsidiária da *International Telephone and Telegraph* (ITT). JULIEN, Claude. *El imperio americano*. México, D.F.: Grijalbo, 1969. p. 272.

intervenções que fariam submergir o Cone Sul nos tempos cinzentos da Doutrina da Segurança Nacional, da interdição da democracia e da legalidade constitucional, do Terrorismo de Estado, da massificação da tortura, dos desaparecidos e da Operação Condor. Em resumo, tempos de poder discricionário, de silêncio e de medo.

Depois do Brasil (e do Paraguai de Stroessner), foi a vez da Argentina (1966), Bolívia (1966 e 1971), Uruguai e Chile (1973) e Argentina (novamente, em 1976). Em todos os casos se instalaram ditaduras civil-militares (em menor ou maior medida) baseadas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e tendo como principais características um anticomunismo militante, a identificação do *inimigo interno*, a execução da guerra interna (*contrainsurreição*), a imposição do papel político das Forças Armadas e a definição de *fronteiras ideológicas*. Evidentemente que há questões particulares que marcam a especificidade de cada caso. Mas, de forma geral, os novos regimes defendiam a desmobilização e despolitização da sociedade, bem como impuseram programas econômicos desnacionalizadores, privatistas,² de abertura ao capital internacional (oferecendo *vantagens comparativas* às empresas multinacionais) e concentradores de riqueza.

Antecedentes: franceses na Argélia e estadunidenses no Vietnã

Os EUA respaldaram os golpes de Estado e, salvo nuances conjunturais particulares, apoiaram quase permanentemente as

² Quanto ao programa econômico, o Brasil foi exceção. O projeto de um Brasil potência fez com que diversas áreas consideradas estratégicas fossem mantidas na esfera do Estado (casos da indústria bélica e da exploração de recursos essenciais) e que ocorressem investimentos em setores públicos prioritários (como, por exemplo, nas universidades públicas).

ditaduras resultantes (ajuda econômica, respaldo diplomático, sustentação política e auxílio militar). Particularmente, no aspecto militar e doutrinário, a vinculação foi bastante complexa e de longa data. Nesse sentido, a *Escola das Américas* no Panamá e outras unidades de treinamento e instrução em técnicas de luta antiguerrilha, interrogatório e inteligência, entre outras, foram fundamentais para formar gerações de militares e policiais latino-americanos dentro das diretrizes doutrinárias da DSN.

Além disso, cabe frisar que também houve apropriação da experiência francesa de contrainsurgência (Doutrina Francesa), desenvolvida na ação repressiva contra o movimento de libertação nacional da Argélia. Alimentada pelos ensinamentos do insucesso indochinês, a França aplicou, como decorrência da lógica da *guerra suja*, uma política de desaparecimentos de inimigos, visando gerar o medo e a incerteza junto à população e o isolamento da Frente de Libertação Nacional. Um dos mais renomados especialistas franceses, o general Aussaresses, reconheceu que as forças coloniais de segurança foram responsáveis pelo desaparecimento de 3.024 pessoas em Argel.³ A justificativa era simples: "uma vez que haviam contado tudo o que sabiam, terminávamos com elas, ou seja, as desaparecíamos".⁴

O coronel Trinquier, outro importante militar francês na Argélia, teorizou sobre o método de desaparecimento de inimigos e o impacto que isso produzia no conjunto da população. Defendia tal prática como método de aterrorizar os cidadãos e induzi-los, sob o efeito do medo, a colaborar com a política repressiva e sonegar solidariedade à

³ VERBITSKY, Horacio. Argentina: "Estaban de acuerdo" – Bignone: la iglesia convalidó la tortura. *Página 12*, Buenos Aires, 4 set. 2003, [s. p.].

⁴ "El rol francés en la guerra sucia. La letra con sangre". Matéria e transcrição dos depoimentos apresentados no documentário de Marie-Monique Robin, *Escuadrones de la Muerte: la Escuela Francesa*. *Página 12*, Buenos Aires, 3 set. 2003, [s. p.].

guerrilha. Segundo Trinquier, as pessoas deviam saber que quem caía nas mãos do Exército francês podia desaparecer e deixar de existir.⁵ Aliás, uma das formas mais comuns de desaparecimento foram os denominados *Crevettes Bigeard*⁶ (Camarões Bigeard), antecedente dos "voos da morte" característicos do *Río de la Plata*, décadas depois. As vítimas, após perderem interesse por parte dos "interrogadores", tinham os pés cimentados em recipientes e eram levadas por helicópteros e jogadas ao mar.⁷ Como pode-se ver, era a mesma lógica da metodologia implementada, posteriormente, no Cone Sul, pelas ditaduras de Segurança Nacional (inclusive, através da Operação Condor).

A pedido do governo dos EUA, preocupado com a evolução dos acontecimentos no Vietnã e os desdobramentos do caso cubano, especialistas franceses retransmitiram sua experiência à oficialidade estadunidense e latino-americana. Trinquier, Aussaresses e outros veteranos da Argélia foram distribuídos em distintas escolas militares dos EUA e passaram a ensinar as técnicas repressivas desenvolvidas em Argel a alunos que as aplicariam no Sudeste Asiático e na América Latina. Os textos e manuais da contrarrevolução viraram leitura obrigatória bem como das obras de Jean Lartéguy (*Os Mercenários*, *Os Pretorianos* e *Os Centuriões*). Curiosamente, o filme *A Batalha de Argel* (1965), do italiano Gillo Pontecorvo, foi utilizado de forma paradoxal. Elaborado para ser um instrumento de denúncia contra as práticas coloniais repressivas na Argélia, acabou sendo utilizado pelas escolas militares, em função do caráter realista e didático das suas cenas, para instruir oficiais dos EUA e da América Latina.

⁵ El derrotero de la contrarrevolución. Entrevista a Pierre Abramovici. *Todo es Historia*, Buenos Aires, n. 422, set. 2002, p. 20-23.

⁶ Seu nome deriva de Marcel Bigeard, um dos oficiais franceses mais temidos na campanha de Argélia e responsável por essa modalidade de eliminação de prisioneiros.

⁷ El derrotero de la contrarrevolución. Entrevista a Pierre Abramovici, op. cit.

O Vietnã foi outro país a sofrer um operativo, a *Operação Phoenix*, cuja metodologia de atuação lembra as políticas de desaparecimento das ditaduras do Cone Sul e da própria Operação Condor. A *Operação Phoenix*, dentre todas as formas de agressão aplicadas pelos EUA no Vietnã, constituiu-se em caso paradigmático de terror seletivo e foi a mais assemelhada aos desaparecimentos produzidos pelas ditaduras do Cone Sul. A mesma envolveu a CIA, o pessoal civil-militar dos EUA e, na execução, as forças de segurança do Vietnã do Sul. Foi implementada com a recomendação precisa da Secretaria de Defesa de que fosse executada de forma vigorosa, eficiente e de forma secreta (clandestina). Em tese, nenhum agente da CIA devia parecer envolvido nessas operações, pois, em princípio, o *trabalho sujo* era responsabilidade dos aliados locais, o que nem sempre ocorreu.

Usando o recurso da metalinguagem para encobrir seus atos, a coordenação da *Operação Phoenix* reconheceu, tempo depois, a neutralização de 84 mil "infraestruturas Vietcong" (*Viet Cong Infrastructure – VCI*), entre elas, 21 mil mortas. A eliminação física de pessoas suspeitas de integrarem a infraestrutura Vietcong era antecedida por práticas de sequestro e tortura. A fase final constituía no assassinato e desaparecimento da identidade da vítima. Essa forma de eliminação clandestina era justificada com o clássico argumento da valiosa informação que se obtinha (na prática, a maior parte dessa informação sequer era aferida).

A dinâmica da operação resultava numa feroz mescla de violência incontrolável e de corrupção alimentadas pelo particularismo da oferta de recompensa em troca de cada VCI vivo (11 mil dólares) ou morto (metade daquele valor). A tortura dos detidos era, portanto, estimulada pela política de prêmios e recompensas.⁸ A praticidade desta

⁸ Isso era regra. A *Operação Phoenix* também serviu para encobrir vinganças particulares e extorsões que visaram à obtenção de resgates pecuniários em troca de pessoas sequestradas.

modalidade repressiva e sua massividade tornou preferível eliminar o VCI *in loco* do que mantê-lo vivo. Havia outro motivo para isso: a possibilidade do "suspeito" *sequer* ser suspeito, o que poderia gerar constrangimento, sobretudo no caso de mulheres e crianças. Por outro lado, os coordenadores do programa exigiam cotas mensais obrigatórias de eliminação de VCI.⁹ O esforço diversionista e encobridor das autoridades estadunidenses foi desmoralizado pelo depoimento de William Colby (diretor da CIA e mentor da *Operação Phoenix*), no Senado, sobre a *guerra suja* aplicada contra os vietnamitas.¹⁰

Origens e dinâmica da Operação Condor

A Operação Condor nasceu diante das necessidades de colaboração dos serviços de inteligência das ditaduras latino-americanas, as quais constituíram uma espécie de internacionalização articulada do padrão repressivo aplicado internamente nos respectivos países associados (privação ilegítima de liberdade, abuso de autoridade, maus-tratos, homicídios e desaparecimentos).¹¹ Para o ativista paraguaio Martín Almada, tratou-se de uma rede de terror para neutralizar a atuação das oposições além-fronteiras, através do medo e do extermínio.¹²

⁹ CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. *Banbos de Sangue*. São Paulo: Difel, 1976. p. 79-84.

¹⁰ Sem propor-se a isso, as palavras de Colby foram suficientemente eloquentes e esclarecedoras: "[...] Em mais de dois anos e meio de aplicação do programa Fênix, foram capturadas 20.000 pessoas, convertidas em traidoras 17.000 e mortas 20.500. 87% das mortes foram ocasionadas pelas unidades regulares e paramilitares e somente 13% pela polícia e serviços análogos. A grande maioria morreu em combate, tiroteio e emboscadas, e os demais foram mortos durante as batidas policiais. O programa Fênix defendia a detenção, pois respeitamos a vida humana. [Risos]". Citado por SVELOV, B.; TARIN, O. La CIA: sindicato de violencia y terror. In: *CLA y terrorismo internacional. Documentos, testimonios y hechos*. Moscú: Progreso, 1985. p. 107.

¹¹ Volodia Teitelboim apud CALLONI, Stelda. *Los años del lobo. Operación Cóndor*. Buenos Aires: Peña Lillo/Continente, 1999. p. 22.

¹² ALMADA, Martín. Un sueño libertario que terminó en una pesadilla: el Operativo Cóndor. Palestra apresentada na mesa *Terror de Estado: alvos, sequelas, impunidade. A História bem contada*,

No ano de 1974, a Argentina era a última democracia ainda vigente no Cone Sul e, como tal, albergava comunidades de exilados dos países da região. As ditaduras vizinhas mostraram-se preocupadas com a proliferação de mobilizações e atos políticos promovidos pelos exilados. Sendo assim, solicitaram a colaboração das autoridades locais para eliminar tais focos. Nesse momento, já se ventilavam propostas para ampliar qualitativamente a colaboração regional já existente. Solicitava-se permissão para infiltrar agentes nas embaixadas e conectá-los aos órgãos de segurança locais, estabelecendo uma rede de inteligência para processamento e divulgação de toda informação colhida. Da mesma forma, solicitava-se imunidade para os agentes que atravessassem fronteiras cumprindo funções antissubversivas.

O êxito das ocasionais parcerias repressivas estimulou o nascimento da Operação Condor. Entre as iniciativas contabilizadas destacavam-se duas: a primeira, o assassinato, em Buenos Aires, do ex-ministro de Allende, o general Carlos Prats (1974);¹³ a segunda, a frustrada *Operación Colombo*, ação binacional que pretendia tornar pública a morte de 119 militantes chilenos desaparecidos pela *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), em território argentino, como se tivessem sido mortos por causa de lutas entre grupos de exilados ou em ações militares ocorridas naquele país.¹⁴

organizada pela Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura. II Fórum Social Mundial de Porto Alegre, 2002.

¹³ Prats foi o principal representante da linha constitucionalista das Forças Armadas chilenas durante o governo Allende. Foi ministro de Defesa e comandante chefe do Exército até ser substituído pelo general Pinochet, poucas semanas antes do golpe de 11 de setembro. Depois do golpe, se exilou na Argentina onde, até a sua morte, se tornou uma das principais referências do exílio chileno.

¹⁴ O motivo essencial da Operação Colombo consistia em que: "*en Chile había familiares de desaparecidos que los reclamaban y no había cadáveres que mostrar. Y lo que sobraba en Argentina eran cadáveres. Diariamente la Triple A asesinaba, quemaba, destrozaba y destruía huellas digitales.*" BOCCIA PAZ, Alfredo et al. *En los sótanos de los generales. Los documentos ocultos del operativo Cóndor*. Asunción: Expolibro/Servilibro, 2002. p. 102. Manuel Contreras solicitou à repressão argentina que apresentasse cadáveres com carteiras de identidade chilenas para induzir aos familiares das vítimas da DINA de que as mesmas haviam "caído" no exterior. Ver: ROJAS BAEZA, Paz et al. *La gran mentira: el caso de 119 detenidos desaparecidos*. Santiago: Lom, 2005. Também: SEPÚLVEDA

A experiência bem-sucedida de colaboração repressiva, nos anos 60, contribuiu para convencer setores recalcitrantes das Forças Armadas da urgência de estabelecer vínculos (subterrâneos, encobertos) mais estreitos, interligando os serviços de inteligência regionais entre si, e deles com o dos EUA. O saldo positivo no balanço da maioria das iniciativas de colaboração apontava para a viabilização de uma estrutura de articulação regional. Por outro lado, desde 1973, circulavam informações de que organizações armadas latino-americanas remanescentes (e já bastante enfraquecidas) estavam juntando esforços para coordenar ações conjuntas dentro de uma nova estrutura denominada *Junta Coordinadora Revolucionaria* (JCR). Essa organização era integrada pelo uruguaio *Movimiento de Libertación Nacional-Tupamaro* (MLN-T), pelo argentino *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), pelo chileno *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR) e pelo boliviano *Ejército de Libertación Nacional* (ELN).¹⁵ Embora a JCR não tenha chegado a atingir uma fase plenamente operativa, a sua simples existência serviu muito bem como justificativa para a concepção e efetivação da Operação Condor.

Portanto, a descoberta dessa ameaça subversiva supranacional, associada ao anticomunismo militante, foi fator decisivo para justificar a articulação das forças de segurança regionais, como expressa o ex-ministro do Exército do governo Sarney, general Leônidas Pires Gonçalves:

[...] ficam aí falando da célebre "Operação Condor". Sempre digo, [...] "a toda ação corresponde uma reação igual em sentido contrário" [...]. Se a orientação e o apoio [...] vinham

RUIZ, Lucía. *119 de nosotros*. Santiago: Lom, 2005.

¹⁵ BOCCIA PAZ, Alfredo; GONZÁLEZ, Myrian; PALAU, Rosa. *Es mi informe: los archivos secretos de la Policía de Stroessner*. Asunción: Servilibros, 2006. p. 284.

de fora – vinham da Rússia e da China, via Cuba ou Uruguai – enfim, era um movimento internacional integrado, o que há de estranho no fato de o Cone Sul se reunir para colocar um "basta" a isso, com troca de informações, já que todos eram atingidos?¹⁶

Assim, a Operação Condor tomou forma durante 1975, sob iniciativa do general Pinochet e de Manuel Contreras, chefe da DINA, que articulou a I Reunião Interamericana de Inteligência Nacional, em Santiago, com a participação da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e Brasil. No encontro foi confirmada a permissão de troca de prisioneiros entre os serviços de inteligência e a designação dos adidos militares das respectivas embaixadas como elementos de ligação.¹⁷ A estrutura tomou forma e teve seus objetivos definidos: coordenação, cooperação e aprofundamento do combate antissubversivo; levantamento, intercâmbio e armazenamento de informações e inteligência sobre atividades dos "inimigos internos"; deslocamento clandestino de agentes e realização de operações conjuntas contra elementos "terroristas" nos países membros; formação de equipes especiais para viajar a qualquer país fora da região a fim de realizar ações contra opositores. Em tese, a dinâmica de atuação previa três fases: a primeira, visando, principalmente, à formação de um banco de dados regional; a segunda, desencadeando ações de monitoramento, controle e vigilância sobre a oposição política na região; a terceira, a realização de tarefas fora do Cone Sul.

Durante muito tempo, a participação brasileira no encontro fundador foi um verdadeiro mistério. A cúpula militar brasileira sempre

¹⁶ MOTTA, Aricildes de Morães (coord.). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. t. 1. p. 92.

¹⁷ CALLONI, Stella. *Los archivos del horror del Operativo Cóndor*. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/arg/>>. Acesso em: 8 ago. 2008.

persistiu, veementemente, na negação de qualquer grau de participação nesse esquema regional. Porém, a descoberta de uma cópia da ata de fundação do Condor, nos arquivos paraguaios, indicava que o Brasil havia participado, mesmo que na qualidade de país observador. De qualquer forma, os nomes dos delegados brasileiros ficaram anos encobertos pelo pó do silêncio dos protagonistas e dos documentos sonegados. Coube ao jornalista Luiz Cláudio Cunha divulgar segredo tão bem guardado.¹⁸ De fato, o Brasil havia sido representado pelo coronel Flávio de Marco e o major Thaumaturgo Sotero Vaz, ambos com participação destacada na campanha do Araguaia.

O Condor ganhou altura e seu voo não teve limites. Em outubro de 1975, antes mesmo da formalização oficial, suas garras atingiram o ex-deputado da Democracia Cristã chilena Bernardo Leighton, em Roma. No ano seguinte, Buenos Aires foi abalada pela incursão permanente dos comandos de extermínio que, entre tantos outros, assassinaram os parlamentares uruguaios Héctor Gutiérrez Ruiz e Zelmar Michelini e o ex-presidente boliviano general Juan José Torres. A partir desse momento, a Operação Condor semeou pavor entre a comunidade exilada; milhares de pessoas foram perseguidas pelos seus comandos, imunes graças ao encobrimento da CIA e da colaboração direta dos serviços secretos regionais. A articulação desses últimos, entretanto, ganhou certa autonomia diante da Agência Central, o que, evidentemente, desagradou a Washington, principalmente quando, em setembro de 1976, ocorreu o assassinato de Orlando Letelier, ex-ministro de Allende, em território estadunidense. Nesse caso, a Operação Condor, de forma ousada, usou quadros e conexões da própria CIA (como Michael Townley, que participara do atentado contra Prats). Com

¹⁸ CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008. p. 419-423.

o passar dos anos, a coordenação repressiva também abrangeu o Equador, o Peru e a América Central. Diversos atentados e tentativas frustradas ocorreram não só no território dos países membros, mas também contra as comunidades exiladas no México, Espanha, França, Itália, Portugal, entre outros, numa articulação crescente do Condor com grupos europeus de extrema-direita e cubanos anticastristas.

Quer dizer, enquanto esquema de conexão repressiva regional, a Operação Condor visou à cooperação mútua na perseguição e detenção de opositores, e sua entrega clandestina às ditaduras dos países de origem. O período de maior atividade foi o biênio 1976-77. Para que essa articulação funcionasse eficientemente era fundamental a pré-existência de um marco de afinidade política, econômica e ideológica, o que era garantido pelas diretrizes da DSN.

A existência da Operação Condor e os atentados, sequestros, desaparecimentos ou entregas executadas sob a sombra das suas asas foram negados durante muito tempo (até a descoberta dos documentos paraguaios e a desclassificação da documentação dos EUA). Pretendia-se, com essa atitude, mascarar, apagar e encobrir responsabilidades e colaboracionismos. A mentira e o silêncio cúmplice, garantias de impunidade e de imunidade das unidades envolvidas e da linha de comando, foram a base daquela negação.

O Brasil e a coordenação repressiva: de 1964 ao *Condor*

Após a queda de João Goulart iniciaram-se as pressões para cercar os movimentos das centenas de brasileiros exilados no Uruguai. Efetivamente, desde 1964, ocorreu um importante fluxo de intercâmbio

de informação entre os governos do Brasil e do Uruguai, país onde ainda vigorava o Estado de direito. Durante o governo Pacheco Areco (1968-1972), a troca se intensificou e se ampliou, ou seja, o governo uruguaio passou a solicitar colaboração para enfrentar o desafio da guerrilha tupamara e de outras organizações que poderiam estar usando o território brasileiro para organizar-se ou proteger-se.

Na dinâmica histórica que varreu o Cone Sul nos anos 60 e 70, o Brasil teve uma política agressiva e permanentemente vigilante quanto aos eventos internos dos países da região. Desde 1964 as preocupações com a segurança nacional e o anticomunismo converteram-se em fatores destacados da política interna e externa do país. A presença de centenas de exilados no Uruguai e a liberdade de ação política com que se movimentavam preocuparam as novas autoridades brasileiras.¹⁹ O governo do país vizinho passou a ser objeto de pressão política e econômica diante do que era entendido como atitude permissiva ou inoperante, segundo denunciava o Itamaraty, alarmado pela intensa atividade de Leonel Brizola, João Goulart, Cândido Aragão, Darcy Ribeiro e Paulo Schilling, entre outros. Tal situação era mais explosiva pelo fato de o Uruguai ter fronteira comum com o Rio Grande do Sul, região da principal base política do partido de Goulart e Brizola.²⁰ A liberdade de ação, o acesso à imprensa, os contatos políticos e o trânsito dos "pombos-correio" de Brizola, característicos do exílio brasileiro no Uruguai, tensionaram as relações entre ambos os países.

¹⁹ Ver as seguintes dissertações de Mestrado em História: MARQUES, Teresa C. S. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Cuiabá: UFMT, 2006; CASSOL, Gissele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. Santa Maria/RS: UFSM, 2008; FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

²⁰ O temor dos setores golpistas era reforçado pelo fato de esse estado ser fronteiro ao Uruguai, país de reconhecida solidez democrática e de tradicional solidariedade e acolhida de perseguidos políticos.

Avelino Capitani registra, nas suas memórias, que a casa onde morava, em Montevideu, com a turma da "pesada" (os exilados que defendiam a guerrilha), era sugestivamente conhecida como "Viet-Cong".²¹ Flávio Tavares, que considerava Montevideu "a meca da revolução nacionalista-popular no Brasil", ilustra muito bem o quadro de mobilidade pública que lideranças e quadros reconhecidos tinham na capital uruguaia:

Propício mesmo para a conspiração era aquele clima de Montevideu: liberdade absoluta, partidos de todos os matizes e todos legalizados (até os trotskistas e anarquistas, estigmatizados no resto do mundo, lá tinham sede, bandeiras, jornais e congêneres). E, além de tudo, muitos livros e revistas contando da utopia e da revolução. Tudo à mostra, tal qual aquelas centenas de brasileiros exilados, que enchiam os cafés da avenida 18 de Julio ou da rua San José ou de Pocitos e sonhavam com a volta. Juntos, mas não misturados, ministros, subalternos da armada, dirigentes sindicais. Gente do norte e do sul do Brasil contando os planos e os êxitos de uma guerrilha hipotética, para a qual já marcavam data. Inclusive a do triunfo.²²

Entretanto, a pressão da ditadura brasileira acabou surtindo efeito e a colaboração do governo e dos serviços de inteligência uruguaia, tanto no monitoramento (controle e vigilância) dos exilados, quanto no encobrimento da atuação clandestina de agentes brasileiros, acabou ocorrendo.

Em 2007, vieram a público, através do *Correio Braziliense*, documentos que incriminaram o Itamaraty, até então intocável quanto ao envolvimento direto com operações repressivas; em realidade, a estrutura diplomática era estratégica para a coerção da ditadura sobre a comunidade de cidadãos exilados. Efetivamente, o diplomata Manoel

²¹ CAPITANI, Avelino. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002. p. 97.

²² TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999. p. 175.

Pio Corrêa foi o responsável pela criação do Centro de Informação do Exterior (CIEEx), serviço secreto do Itamaraty a serviço da ditadura. Esse órgão foi responsável por ações de monitoramento, vigilância, espionagem, detenção e articulação repressiva fora do país e, particularmente, nos países onde o exílio brasileiro foi significativo (Uruguai, Chile, Portugal, França, etc.). Não foi casualidade que Pio Corrêa, depois do golpe de 64, fosse nomeado embaixador no Uruguai. Utilizando-se do peso que o Brasil desempenhava na economia uruguaia, a Embaixada foi orientada a pressionar o governo daquele país para que cerceasse a liberdade de ação da comunidade exilada. Assim, apesar de certa resistência inicial, foi acatado o pedido de confinamento de Leonel Brizola, em 1965, na cidade balneária de Atlântida, onde era mais fácil vigiá-lo e controlar seus contatos.

Através do canal do CIEEx, a ditadura brasileira passou a receber, também, informação sigilosa sobre os acontecimentos internos do Uruguai, particularmente aqueles concernentes às agitações sociais e às primeiras escaramuças das organizações armadas. Informações similares também são encontradas nos documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e da Seção de Ordem Política e Social (SOPS) do Rio Grande do Sul.

Concretamente, o Brasil implementava um elemento central da Doutrina de Segurança Nacional: a interpretação das "fronteiras ideológicas". Ou seja, no contexto da incorporação da América Latina à realidade da Guerra Fria, desde a Revolução Cubana, as fronteiras territoriais impediam que o "inimigo interno", ao trasladar-se para o exterior como exilado ou contato, fosse combatido com eficiência. Assim, foi necessário mudar a perspectiva: ao focar o combate no comunismo e na subversão como tarefas essenciais, começou a ser implantada a diretriz de confrontar o inimigo, ainda quando estivesse em território vizinho.

Com o advento da administração Pacheco Areco (final de 1967), o colaboracionismo se tornou uma prática mais explícita e incorporou a dimensão da reciprocidade; a partir desse momento, o Uruguai também passava a enfrentar duras convulsões internas e solicitava informações sobre a provável presença de opositores em território brasileiro e ajuda no monitoramento da zona de fronteira. Com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) ocorreu nova onda de fugas para o Uruguai. Nesta nova fase, cidadãos brasileiros foram "entregues" pela polícia uruguaia,²³ sinal evidente da intensificação da cooperação das forças de segurança. Um dos casos mais emblemáticos da nova fase repressiva foi o de Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez.²⁴

Simultaneamente, o DOPS/RS, na virada dos anos 60 para 70, processava significativa informação que recebia do intercâmbio binacional. Essa documentação, disseminada por todo o Rio Grande do Sul, confirma a atuação dos organismos de segurança estaduais na condição de barreira e primeira trincheira de contenção de qualquer incursão da "subversão" vizinha.

O Brasil, em nome dos valores ocidentais, da defesa da segurança nacional e do anticomunismo também procurou influenciar e até interferir na política interna dos países vizinhos. Em relação ao Uruguai, duas situações muito delicadas corroboram o grau de ingerência

²³ Casos de Jorge de Miranda Jordão e Wilson Barboza do Nascimento. Nascimento foi sequestrado em Montevideu e levado à fronteira Rio Branco-Jaguarão, onde foi oficialmente "solto" e imediatamente detido no lado brasileiro. TAVARES, op. cit, p. 112.

²⁴ Gutiérrez, dissidente do Partido Comunista Brasileiro, sofreu perseguições quando o governo Pacheco Areco passou a ignorar o estatuto de asilado. Junto com Euclides Garcia Paes, tornou público o sequestro do qual eram vítimas. Gutiérrez, temendo ser deportado, o que poderia significar a própria morte, cortou o braço esquerdo. Desde a clínica onde foi atendido contactou seu advogado. A repercussão do caso na imprensa local impediu sua deportação. GUTIÉRREZ, Cláudio A. Weyne. *A guerrilha Brancaneone*. Porto Alegre: Proletra, 1999. p. 93.

brasileira naquele país: o sequestro do cônsul Aloysio Dias Gomide pelos tupamaros (1970),²⁵ e a "Operação Trinta Horas".²⁶

O Uruguai não foi o único país a sofrer a ingerência da ditadura brasileira. A colaboração com a ditadura Stroessner, a pressão na Bolívia e o apoio no golpe contra Allende²⁷ são fatos conhecidos. Aliás, em relação ao golpe de Pinochet, vale a pena mencionar as palavras do já citado oficial francês Paul Aussaresses, que foi adido militar no Brasil, entre 1973 e 1975. Dessa época lembra ter tido “uma relação muito próxima com os militares brasileiros”, os quais, segundo ele, deram considerável suporte ao golpe do general Pinochet contra o governo Allende. O embaixador brasileiro Antônio Cândido da Câmara Canto teve um envolvimento tão descarado no golpe que derrubou o governo da Unidade Popular que, informalmente, ficou conhecido como o quinto integrante da Junta Militar.

A presença de agentes brasileiros em Santiago, procurando identificar exilados nas ruas, ou torturando-os no Estádio Nacional do Chile (transformado em campo de concentração após o golpe), são fatos

²⁵ Considerado representante de um governo amigo da administração autoritária de Pacheco Areco, Gomide esteve sequestrado durante vários meses, período no qual unidades brasileiras especializadas no combate à "subversão" estiveram no Uruguai (inclusive o Esquadrão da Morte). O sequestro visava a denunciar a cumplicidade do Brasil com a disseminação de técnicas repressivas pela região. Gomide, vinculado à Tradição, Família e Propriedade (TFP), teve sua soltura condicionada à troca de presos políticos, o que foi recusado pelo governo uruguaio. Durante esse período, o Brasil concentrou unidades de paraquedistas na fronteira; o próprio delegado Sérgio Fleury teria colaborado com a polícia uruguaia. Finalmente, em troca de pagamento de resgate, Gomide acabou libertado. DEMASI, Carlos. *La caída de la Democracia. Cronología comparada de la historia reciente del Uruguay (1967-1973)*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1996.

²⁶ A “Operação Trinta Horas” consistia em uma ação de intervenção militar brasileira no Uruguai caso a Frente Ampla vencesse as eleições presidenciais de 1971. A mobilização para a mesma efetivamente ocorreu; durante semanas diversas unidades militares concentradas no Rio Grande do Sul estiveram de prontidão. Finalmente, o dispositivo de invasão foi desativado já que o prognóstico de vitória da coalizão de esquerda esteve longe de se confirmar. Cf. PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 horas: intervencionismo ou *neocisplatinação* do Uruguai? *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 37, p. 227-249, jan./jun. 2005.

²⁷ El derrotero de la contrarrevolución. Entrevista a Pierre Abramovici, op. cit.

conhecidos.²⁸ O jornal *Movimento* denunciava, em fevereiro de 1979, fatos que lembravam esse envolvimento, como a instrução de torturadores da DINA e a presença de aviões da Força Aérea Brasileira para recolher refugiados detidos no Estádio Nacional.²⁹

A descoberta dos "Arquivos do Terror" contribuiu para calibrar o papel do Brasil na geopolítica regional. Mesmo que essa participação possa ter sido menos explícita que a de outros países, esse rastro está documentado no arquivo.³⁰ Por outro lado, a jornalista Marie-Monique Robin, na obra *Escuadrones de la muerte: la escuela francesa*,³¹ informa sobre a existência de uma escola contrainsurgente em Manaus, nos anos 60 e 70, na qual veteranos franceses da campanha da Argélia transmitiram suas experiências a militares latino-americanos. Tal fato havia sido denunciado pelo general Manuel Contreras durante seu julgamento pelo assassinato de Orlando Letelier, mas passara despercebido. Contreras afirmou que Paul Aussaresses havia treinado agentes chilenos em uma base existente na cidade de Manaus.³² A confirmação desse registro poderia significar a existência de outra conexão da rede repressiva conhecida, tendo como protagonistas setores da segurança francesa transmitindo sua doutrina sem intermediação dos EUA.

Duas pesquisas recentes contribuem quanto ao esclarecimento sobre a atuação do Brasil no esquema *Condor*. Samantha Quadrat confirma essa participação, embora reconheça que a ausência de documentos brasileiros impede fazer maiores precisões.³³ Já Nilson

²⁸ BONNEFOY MIRALLES, Pascale. *Terrorismo de Estadio: prisioneros de guerra en un campo de deportes*. Santiago: Chile América/CESOC, 2005. p. 119-122.

²⁹ ALMEIDA FILHO, Hamilton; TEIXEIRA, Mônica. Brasil também ajudou a prender e bater lá fora. *Movimento*, São Paulo, 5 fev. 1979, [s. p.].

³⁰ BOCCIA PAZ; GONZÁLEZ; PALAU, op. cit.

³¹ ROBIN, Marie-Monique. *Escuadrones de la muerte: la escuela francesa*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

³² VERBITSKY, Horacio. Discurso del método. *Página 12*, Buenos Aires, 31 ago. 2003, [s. p.].

³³ QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras. Perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. Tese (Doutorado em História). Niterói/RJ: UFF, 2005.

Mariano³⁴ realiza pormenorizada reconstituição do desaparecimento de seis cidadãos argentinos no Brasil (entre 1974 e 1980), vítimas da coordenação argentino-brasileira. Os cidadãos argentinos sequestrados em questão são: Enrique Ernesto Ruggia (tríplice fronteira, 1974); Norberto Habegger (Rio de Janeiro, 1978); Horacio Domingo Campiglia e Mónica Pinus de Binstock (Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, 1980); o padre Jorge Oscar Adur e Lorenzo Ismael Viñas (estes últimos, sequestrados em Uruguaiana-Paso de Los Libres, em junho de 1980).³⁵ Mariano aponta que, com exceção de Ruggia, todos os demais estavam envolvidos na nefasta "Operação Retorno", da organização *montonera*.

Vários cidadãos gaúchos foram detidos por questões políticas no Uruguai: Flávia Schilling,³⁶ Antônio Pires da Silva, Rubem Malikovsky e Haroldo Collares.³⁷ Um dos casos que transcendeu fronteiras foi o do jornalista Flávio Tavares, em Montevidéu. Exilado no México e trabalhando para o jornal *Excelsior* daquele país, em 1977, Tavares foi detido no Uruguai após realizar gestões para libertar um colega de jornal que estava preso. Ao preparar-se para embarcar rumo a Buenos Aires aconteceu o que ele mesmo considera o sequestro perfeito, pois ocorrera depois de ter passado pela Imigração e devolvido o visto de permanência no país. Ou seja, oficialmente havia abandonado o território uruguaio, embora permanecesse no Aeroporto de Carrasco. Provavelmente, a

³⁴ MARIANO, Nilson Cezar. *Montoneros no Brasil. Terrorismo de Estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2006.

³⁵ Nilson Mariano aponta, nos casos de Adur e Viñas, um esquema de identificação de suspeitos, naquele ponto da fronteira, envolvendo as poltronas número 11 das empresas de ônibus General Urquiza e Pluma. *Ibid.*, p. 78 e 88.

³⁶ Filha do jornalista Paulo Schilling, exilado brasileiro de ativa presença no semanário *Marcha*. Vinculada aos tupamaros, foi ferida durante um confronto. Durante sua prisão, passou três anos na condição de refém da ditadura uruguaia.

³⁷ PADRÓS, Enrique Serra. O Rio Grande do Sul e a conexão repressiva no Cone Sul: do exílio brasileiro no Uruguai ao voo rasante da operação Condor em Porto Alegre. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 41, p. 359-389, jan./jun. 2007.

intenção era de que seu rastro sumisse no limbo da repressão argentina. Após duas simulações de fuzilamento e outras sessões de tortura, Tavares foi oferecido à ditadura brasileira.³⁸ Entretanto, seu sequestro veio a público o que, provavelmente, evitou seu desaparecimento final. Considerando que o jornalista havia sido banido do Brasil (era um dos presos políticos trocados pelo embaixador dos EUA Charles Ellbrick), caso tivesse ocorrido a "entrega", provavelmente teria sido morto (como ocorreu com todos os banidos que voltaram clandestinamente ao Brasil e foram encontrados pelos agentes da repressão).

A dinâmica da participação do Brasil na Operação Condor pode ser exemplificada por esta conhecida sequência de documentos do DOPS/RS:³⁹

DOPS/RS

06/01/76

Assunto: Oscar Perez

Confidencial

PEDIDO DE BUSCA Nº 016/76/DBCI/DOPS/RS

1. DADOS CONHECIDOS

1.1. O nominado é uruguaio, sem outros dados de qualificação.

³⁸ O próprio Tavares, em entrevista realizada logo após sua libertação, reconhecia essa iniciativa do governo uruguaio: "[...] fui sequestrado pelo exército na noite de 14 de julho de 1977 para ser entregue ao exército brasileiro. [...] No dia seguinte à minha prisão, um emissário do governo uruguaio foi ao Rio de Janeiro para combinar os detalhes da minha entrega ao Governo brasileiro. Mas a resposta deste, na 5ª feira, foi mandar que ele aguardasse uma decisão até a 2ª feira e neste dia a resposta foi negativa". LEIRIA, Luiz. Fuzilado. *Versus*, São Paulo, n. 19, p. 3-5, mar./abr. 1978. Tavares, acusado de espionagem, ficou preso até janeiro de 1978.

³⁹ Documentação que até 2007 se encontrava sob a guarda da Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, a qual geria um acervo com o mesmo nome. Ambos, Comissão e Acervo, foram criados em 1999, no governo Olívio Dutra, no estado do Rio Grande do Sul. A proposta, no espírito das comemorações dos vinte anos da aprovação da Lei de Anistia, partiu da iniciativa de militantes históricos vinculados à luta pelos direitos humanos e contra o esquecimento e a impunidade dos acontecimentos produzidos durante a ditadura. Além da responsabilidade sobre a documentação sob a sua custódia, a Comissão também desenvolveu ações de divulgação daquela, fomento de doações de acervos pessoais, bem como a realização de eventos pedagógicos como forma de contribuir na recuperação da memória e do debate em torno do passado recente. O total desinteresse do governo Yeda Crusius e a falta de condições mínimas para funcionar levou a Comissão a renunciar. Um ano depois e exatamente um ano antes da comemoração dos trinta anos da aprovação da Lei da Anistia, o Acervo da Luta Contra a Ditadura foi definitivamente fechado. A sua extinção caracteriza-se como uma ação política de apagamento dos princípios que haviam norteado a sua constituição.

⁴⁰ Ex-Acervo da Luta Contra a Ditadura / Fundo: Secretaria da Segurança Pública / Subfundo:

2. DADOS SOLICITADOS:

- 2.1. Informar se o nominado está preso na área.
- 2.2. Atendimento com brevidade.
- 2.3. Outros dados julgados úteis.⁴⁰

A resposta, diante de tal solicitação, não demorou muito:

DOPS/RS / 7ª Delegacia Regional de Polícia

21/01/76

Assunto: Oscar Perez

Reservado

INFORMAÇÃO 03/76

Em atenção ao PB [Pedido de Busca] da Referência, transcrevemos o Radiograma Nº 50/76, recebido da D.P. de Santa Vitória do Palmar, como segue:

"INFORMAMOS QUE OSCAR PEREZ FOI PRESO PELO EXÉRCITO A CERCA DE 2 MESES ATRÁS VG E ENTREGUE MEDIANTE RECIBO LOGO EM SEGUIDA A POLÍCIA URUGUAIA PT SDS – BEL. ALAMYR U.G. MADRUGA - DEL. POLÍCIA"

É a informação.⁴¹

Os documentos não só explicitam a colaboração concreta através da entrega de prisioneiros como, ainda, indicam a existência de recibos para confirmar a "entrega" da "encomenda". Cabe mencionar que se depreende dos documentos que o Exército só informou sobre o procedimento porque foi feito o pedido, o que permite inferir que havia uma dinâmica de praxe de não divulgar fatos semelhantes salvo ordem expressa.

No início dos anos 80, Porto Alegre foi alvo de novas investidas da conexão repressiva por ter sido palco da passagem de ilustres exilados,

Polícia Civil / Departamento de Polícia do Interior / 7ª Região Policial / Delegacia Regional de Rio Grande/ SOPS/ SOPS/RG - 1.1.381.3.1

⁴¹ Ex-Acervo da Luta Contra a Ditadura / Fundo: Secretaria da Segurança Pública / Subfundo: Polícia Civil / Departamento de Polícia do Interior / 7ª Região Policial / Delegacia Regional de Rio Grande/ SOPS/ SOPS/RG - 1.1.210.2.1

⁴² Na sua estada em Porto Alegre, Ferreira Aldunate, o político de maior projeção do exílio uruguaio e

figuras políticas e artistas populares, que aqui chegavam como forma de sentirem-se mais próximos dos seus países, procurando contato com conterrâneos que viviam no Brasil ou que, então, se deslocavam desde seus países de origem, antecipando um reencontro e uma volta que parecia mais próxima. A cidade, através da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, recebeu políticos como Wilson Ferreira Aldunate⁴² (convidado para um simpósio sobre "Formas de Estado"), assim como músicos e cantores como Los Olimareños, Alfredo Zitarrosa, Daniel Viglietti, Mercedes Sosa e Isabel Parra, expressões maiúsculas da cultura popular latino-americana da época. Todos viviam exilados fora do Cone Sul e a sua presença na cidade atraía a atenção da imprensa, da opinião pública e, no caso uruguaio, de muitas pessoas que atravessavam a fronteira diante da oportunidade de voltar a ter contato, após muitos anos, com seus compatriotas exilados. A conotação política de tais acontecimentos era evidente, o que os tornava objeto de intensa atividade de monitoramento e espionagem: obter listas de participantes, grampear telefones, vigiar companhias de transporte de passageiros e hotéis, etc...

O sequestro de Porto Alegre: o caso Lilián–Universindo

O fato mais emblemático da vinculação do Rio Grande do Sul com a Operação Condor foi, inegavelmente, o sequestro dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, militantes do pequeno e clandestino *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP), e dos filhos de Lilián,

que havia sobrevivido à devastadora ação do Condor que assassinou os legisladores Michelini e Gutiérrez Ruiz em Buenos Aires, em 1976, foi alvo de espionagem. O caso foi denunciado por Jair Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) de Porto Alegre. Os serviços de inteligência brasileira entregaram, ao governo uruguaio, informes, listas de passageiros das empresas ONDA e TTL e de hóspedes dos Hotéis Conceição II e City Hotel. Entrevista: Habla Jair Krischke, el denunciante del espionaje contra Wilson Ferreira Aldunate en 1983. *La República*, Montevideo, 31 mayo 2003, p. 8.

⁴³ As denúncias do ex-soldado Hugo García Rivas confirmaram a participação dos seguintes oficiais

Francesca e Camilo, em novembro de 1978, em uma ação conjunta entre um comando uruguaio⁴³ e policiais gaúchos.⁴⁴ Eles moravam em Porto Alegre havia alguns meses; seu principal objetivo era servir de contato entre a resistência interna do Uruguai e o exílio organizado, com o fim de receber informação para sustentar as denúncias feitas em fóruns internacionais contra as arbitrariedades cometidas naquele país. O sequestro de Lilián e Universindo produziu enorme impacto na cidade e as imagens de ambos, com sinais evidentes de maus-tratos espelhados nos seus rostos, divulgadas pela imprensa, (re)aproximaram os gaúchos de um horror aparentemente esquecido ou distante.

O sequestro, efetuado pela *Compañía de Contra Informaciones* do Exército uruguaio, fazia parte da *Operación Zapato Roto*.⁴⁵ Este complexo procedimento para deter os militantes do PVP residentes no Brasil havia sido precedido de contatos da cúpula militar dos dois países.⁴⁶ Para colaborar com o comando uruguaio, foi notificado o DOPS e seu mais "eficiente" profissional: o delegado Pedro Seelig. A ação tinha tudo para dar certo; a detenção dos uriguaio seria executada por profissionais de reconhecida experiência: do lado uruguaio, uma organização que acumulava mais de 150 sequestros bem sucedidos na Argentina; do lado brasileiro, a comprovada eficiência do DOPS e do delegado Seelig. Entretanto, a ação se transformou em um dos maiores fracassos da

uriguaio na Operación Zapato Roto: coronel Calixto de Armas, major José Bassani, major Carlos Rosel, capitão Glauco Yannone, capitão Eduardo Ferro e capitão Eduardo Ramos.

⁴⁴ Os policiais gaúchos envolvidos, entre outros, foram Pedro Seelig, Orandir Portassi Lucas (mais conhecido como Didi Pedalada, ex-jogador de futebol do Internacional de Porto Alegre), João Augusto da Rosa e Janito Kepler.

⁴⁵ O objetivo principal era prender Hugo Cores, principal liderança do PVP, escondido em São Paulo, e a quem estavam vinculados Lilián e Universindo. O hábito de Cores de usar sapatos bem gastos teria motivado o nome em código da operação. BOCCIA PAZ et al, op. cit., p. 220.

⁴⁶ Um mês antes do sequestro, o coronel Calixto de Armas, chefe do Departamento II do Estado-Maior do Exército uruguaio, contactou o general Paulo de Campos Paiva, chefe do Estado-Maior do III Exército brasileiro, sediado em Porto Alegre, informando-o da necessidade da ação e solicitando colaboração. O general Paiva, por sua vez, contactou o Centro de Informação do Exército (CIE) em Brasília, o qual deu sinal verde para a operação.

⁴⁷ O peso militar mudou os rumos do caso. *Zero Hora*, Porto Alegre, Caderno Especial, 22 nov. 1993, p. 3.

história das conexões repressivas da região. Os repressores brasileiros desconheciam a existência das crianças e não sabiam bem como agir diante disso, ao contrário dos uruguaios, para os quais isso não fazia diferença. Estes, em contrapartida, não contavam com a interferência da imprensa no meio da operação, fato que, nas experiências platinas, era praticamente impossível de ocorrer, dadas as condições conjunturais existentes.⁴⁷

O casal e as crianças foram levados ao Palácio da Polícia, onde os adultos foram torturados.⁴⁸ Aliás, o prédio foi identificado, dias depois, pelo menino Camilo através de uma foto que lhe foi alcançada pelos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e Tomás Pereira e os fotógrafos Barú Derkin e Ricardo Chaves.⁴⁹ Após a detenção no Palácio de Polícia, foram levados até a fronteira onde os adultos voltaram a ser torturados. Nesse momento, Lilián foi ameaçada pelo repressor Glauco Giannone de que poderia ser jogada nas águas do Rio da Prata, alusão explícita aos "voos da morte", modalidade de extermínio que vinha sendo aplicada, naquele momento, na Argentina.⁵⁰

Procurando encontrar uma forma de salvar seus filhos⁵¹ e garantir sua segurança, Lilián pensou em uma estratégia. Em troca da entrega das crianças aos avós, disse aos repressores que esperava a visita de um quadro importante da sua organização em Porto Alegre. A partir dessa informação, enquanto Universindo e as crianças eram levadas a Montevideu, Lilián era trazida de volta a Porto Alegre. O objetivo era

⁴⁸ Não deixa de ser singular o fato de que todo o esforço em negar a trama veio abaixo com o depoimento do pequeno Camilo, de sete anos de idade.

⁴⁹ CUNHA, op. cit., cap. 10.

⁵⁰ CELIBERTI, Lilián.; GARRIDO, Lucy. *Mi habitación, mi celda*. Montevideo: ARCA, 1990. p. 19.

⁵¹ A incerteza sobre o destino das crianças corroía Lilián. Era consciente do desaparecimento de crianças na Argentina, como ocorrera com os irmãos Julien, Mariana Zaffaroni e Simón Riquelme, todos filhos de companheiros do PVP. Na época do sequestro Francesca tinha três anos e Camilo, sete.

⁵² SERPAJ. *Uruguay: Nunca Más*. Montevideo: SERPAJ, 1989. p. 342. A ausência de contato telefônico de

bem claro: preparar uma armadilha no seu apartamento, fato que, entretanto, acabou abortado diante da chegada imprevista do jornalista Luiz Cláudio Cunha e do fotógrafo João Batista Scalco, da sucursal da revista *Veja*, os quais foram alertados por uma ligação telefônica anônima de São Paulo de que alguma coisa estranha acontecia naquele endereço.⁵² Em decorrência disso, a ação foi abandonada e Lilián foi retirada do país. A denúncia dos jornalistas repercutiu imediatamente, visto a postura da seção gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil, com Omar Ferri, e do Movimento de Justiça de Direitos Humanos, com Jair Krischke.

Em função da cobertura que a imprensa brasileira deu ao caso, a ditadura uruguaia teve que "legalizar" a situação dos detidos-desaparecidos. Assim, Lilián e Universindo "reapareceram" presos no Uruguai. Segundo um comunicado oficial, haviam sido detidos ao invadir o país através da fronteira brasileira com o objetivo de iniciar um novo foco subversivo:

*[las Fuerzas Conjuntas] informan a la población que Universindo Rodríguez Díaz, Lilián Celiberti Rosas y los dos menores hijos de ésta, fueron detenidos al pretender ingresar clandestinamente al Uruguay, portando documentos falsos, trayendo material de propaganda subversiva, así como importante armamento.*⁵³

O anúncio oficial da ditadura uruguaia foi corroborado por um comunicado do governo brasileiro que sustentava a versão de que os quatro uruguaios haviam abandonado o país por via terrestre e por

Lilián com determinado local, previamente combinado, alertou o dispositivo de segurança da sua organização. Durante o período em que a armadilha esteve montada, um telegrama chegado de Paris foi respondido com uma chamada telefônica de Lilián (diante dos sequestradores) suficientemente ambígua para que a organização desconfiasse e acionasse a imprensa. CELIBERTI; GARRIDO, op. cit., p. 25.

⁵³ SILVA, Alberto. *Perdidos en el bosque*. Montevideo: Familiares de Detenidos-Desaparecidos, 1989. p. 23.

⁵⁴ Da montagem do foco diversionista participaram o general Paulo de Campos Paiva (chefe do

espontânea vontade. Esta montagem diversionista ficou conhecida como "a farsa de Bagé", cidade onde, supostamente, foram vistos atravessando a fronteira. Dessa manobra diversionista participaram efetivamente o Estado-Maior do III Exército, o Serviço Nacional de Informação (SNI) e a Polícia Federal.⁵⁴ A certeza do sequestro se confirmou quando, um ano e meio depois, irrompeu Hugo García Rivas, agente desertor da *Compañía de Contra informaciones*. Em troca de ser escondido durante alguns dias em Porto Alegre, enquanto aguardava um salvo-conduto para viajar para a Europa, forneceu inúmeras informações documentadas sobre os "porões" da ditadura uruguaia, inclusive aportando dados e detalhes qualitativos da ação contra Lilián e Universindo e da montagem dessa ação binacional.

O fracasso do sequestro de Porto Alegre explicitou pedagogicamente o grau de interconexão entre as ditaduras da região. Primeiro, mostrou a dimensão geográfica de um acordo, o ainda desconhecido plano Condor. Segundo, escancarou o grau de impunidade com que agiam os comandos operativos de um país no interior de outro, explicitando a precariedade da segurança das vítimas e potenciais vítimas, diante da total falta de proteção do Estado em que estavam legalmente inseridas. Terceiro, demonstrou o grau de envolvimento de toda a estrutura de poder (militar e civil). Quarto, expôs a sintonia envolvendo as Forças Armadas de ambos os países (com particular destaque, no Brasil, para a Polícia Federal, o SNI e o Exército), inclusive, inventando alibis como o da "farsa de Bagé". Finalmente, e como maior

Estado-Maior do III Exército e vinculado ao serviço secreto militar), coronel Moacyr Coelho (diretor da Polícia Federal), coronel Luiz Macksen de Castro Rodrigues (superintendente da Polícia Federal), coronel Carlos Alberto Ponzi (chefe da Agência do SNI em Porto Alegre) e, provavelmente, o coronel Brilhante Ustra (comandante do 16º Grupamento de Artilharia de Campanha de São Leopoldo). Segundo a matéria, Ustra teria sido peça fundamental na manobra de despiste para reduzir o impacto do sequestro: a chamada "farsa de Bagé". Uma farsa para resguardar o regime. *Zero Hora*, Porto Alegre, Caderno Especial, 22 nov. 1993, p. 2.

consequência, o fracasso da operação tornou público o complexo encobrimento da conexão repressiva regional. Pela primeira vez, o método do Condor era revelado.

Inegavelmente, a irrupção dos jornalistas no local da armadilha abortou a tocaia para prender os contatos do PVP, limitou as possibilidades de sucesso da ação repressiva e permitiu a sobrevivência dos quatro sequestrados. A veiculação, pela imprensa brasileira, do sequestro impediu que os adultos fossem executados e provavelmente desaparecidos. O reconhecimento da sua prisão não evitou uma dura situação carcerária, mas possibilitou que Lilián e Universindo sobrevivessem e recuperassem a liberdade em 1983. Quanto às crianças, se não fosse a rápida intervenção da família, alertada pela imprensa, considerando a idade de ambos, possivelmente teriam se tornado "butim de guerra" (desaparecimento, supressão de identidade, apropriação do corpo e da vida), como ocorreu com centenas de crianças no Rio da Prata. As crianças foram entregues aos avós, mas, durante treze dias, estiveram sequestradas no Brasil e no Uruguai, e foram usadas como reféns para exigir que a mãe colaborasse; portanto, é importante reafirmar que durante esse tempo, Francesca, de três anos, e Camilo, de sete, viveram a condição de detidos-desaparecidos.

O fato gerou uma importante reação política em Porto Alegre e outras grandes cidades do Brasil. Como ferida aberta, a agressão contra os cidadãos de outros países foi associada à agressão territorial perpetrada pela repressão uruguaia e à ignominiosa participação da ditadura brasileira e dos seus agentes estatais. Frente a isso, surgiram vigorosas campanhas pela liberdade de Lilián e Universindo, assim como se reforçaram aquelas que exigiam a liberdade de cidadãos brasileiros que estavam detidos por questões políticas na Argentina (Flavio Koutzii) e no Uruguai (Flávia Schilling). De certa forma, a ação da *Condor* em Porto

Alegre confluuiu no debate sobre a democracia e o autoritarismo no Brasil. Em 1979, a mobilização da sociedade civil obrigou a administração Figueiredo a negociar a lei de anistia. Se é verdade que o sequestro dos uruguaiois, a curto prazo, seguiu seu rumo sem poder ser revertido, não se pode ignorar que o impacto produzido pela sua denúncia pesou no marco das mobilizações que acompanharam os últimos anos da ditadura no Brasil.

Reflexões finais

No período das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, o Rio Grande do Sul foi um cenário de extrema importância. As autoridades locais, além de se preocuparem com as tradicionais atribuições de proteção do território – diante de vizinhos historicamente vistos com desconfiança –, foram obrigadas a monitorar uma população interna bastante marcada pelo trabalhismo, um dos inimigos prioritários, segundo os parâmetros do regime instalado em 1964. Como se não bastasse, tiveram que vigiar uma extensa faixa fronteiriça diante de duas ameaças preocupantes: a primeira, a presença, sobre uma das suas fronteiras externas, de importante concentração de dissidentes; a segunda, o crescimento da "subversão" tanto no Uruguai quanto na Argentina, potencial fator de contaminação sobre certos setores pouco confiáveis da população gaúcha.

As experiências de colaboração policial, incluindo as da Operação Condor, confirmam claramente como as fronteiras políticas, no interior do Cone Sul, foram utilizadas como zona fluida para a mobilidade do dispositivo da coordenação repressiva. Como percepção final pode-se afirmar que um dos fatos mais evidentes foi o de que as

fronteiras, no contexto da interconexão das ditaduras, não funcionaram como marco legal, administrativo e político da soberania nacional e da proteção da população de um país em relação a qualquer possibilidade de agressão do país vizinho. Na prática, as fronteiras funcionaram como barreira para os cidadãos perseguidos, os grupos de oposição e resistência e as redes de solidariedade, mas, paradoxalmente, foram muito fluidas para a atuação da coordenação repressiva.

Uma eficiente política oficial de esquecimento e anestesiamento permitiu que o Brasil, durante décadas, se eximisse de responsabilidades quanto à integração nos esforços contrainsurgentes (antes e durante a Operação Condor), como ocorreu, por exemplo, com a Argentina, o Chile e o Uruguai. A persistência da impunidade, a falta de informações sobre os desaparecidos, o negligenciamento na abertura dos arquivos e as dúvidas sobre a morte do ex-presidente João Goulart são alguns dos sinais evidentes de uma história recente que permanece traumatizada pela desmemória e pelo anestesiamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCCIA PAZ, Alfredo et al. *En los sótanos de los generales. Los documentos ocultos del operativo Cóndor*. Asunción: Expolibro/Servilibro, 2002.

BOCCIA PAZ, Alfredo; GONZÁLEZ, Myrian; PALAU, Rosa. *Es mi informe: los archivos secretos de la Policía de Stroessner*. Asunción: Servilibros, 2006.

BONNEFOY MIRALLES, Pascale. *Terrorismo de Estadio: prisioneros de guerra en un campo de deportes*. Santiago: Chile América/CESOC, 2005.

CALLONI, Stella. *Los años del lobo. Operación Cóndor*. Buenos Aires: Peña Lillo/Continente, 1999.

_____. *Los archivos del horror del Operativo Cóndor*. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/arg>>. Acesso em: 8 ago. 2008.

CAPITANI, Avelino. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.

CASSOL, Gissele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria/RS: UFSM, 2008.

CELIBERTI, Lilián.; GARRIDO, Lucy. *Mi habitación, mi celda*. Montevideo: ARCA, 1990.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. *Banhos de Sangue*. São Paulo: Difel, 1976.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

DEMASI, Carlos. *La caída de la Democracia. Cronología comparada de la historia reciente del Uruguay (1967-1973)*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1996.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GUTIÉRREZ, Cláudio A. Weyne. *A guerrilha Brancaléone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

JULIEN, Claude. *El imperio americano*. México, D.F.: Grijalbo, 1969.

MARIANO, Nilson Cezar. *Montoneros no Brasil. Terrorismo de Estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2006.

MARQUES, Teresa C. S. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado em História). Cuiabá: UFMT, 2006.

MOTTA, Aricildes de Morães (coord.). *1964-31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. t. 1.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2 v. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

_____. A ditadura brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 horas: intervencionismo ou *neocisplatinação* do Uruguai? *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 37, p. 227-249, jan./jun. 2005.

_____. O Rio Grande do Sul e a conexão repressiva no Cone Sul: do exílio brasileiro no Uruguai ao voo rasante da Operação Condor em Porto Alegre. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 41, p. 359-389, jan./jun. 2007.

PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006.

QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras. Perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. Tese (Doutorado em História). Niterói/RJ: UFF, 2005.

ROBIN, Marie-Monique. *Escuadrones de la muerte: la escuela francesa*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

ROJAS BAEZA, Paz et al. *La gran mentira: el caso de 119 detenidos desaparecidos*. Santiago: Lom, 2005.

SEPÚLVEDA RUIZ, Lucía. *119 de nosotros*. Santiago: Lom, 2005.

SERPAJ. *Uruguay: Nunca Más*. Montevideo: SERPAJ, 1989.

SILVA, Alberto. *Perdidos en el bosque*. Montevideo: Familiares de Detenidos-Desaparecidos, 1989.

SVÉLOV, B.; TARIN, O. La CIA: sindicato de violencia y terror. In: *CIA y terrorismo internacional. Documentos, testimonios y hechos*. Moscú: Progreso, 1985.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

O POVO DEVE CONTAR SUA PRÓPRIA HISTÓRIA*

*Ubiratan de Souza***

– Como iniciou tua militância?

– Eu estava com 17 anos em Cachoeira do Sul [RS] quando concorremos ao grêmio estudantil, em 1967, em plena ditadura. A nossa chapa defendia a autodeterminação dos povos (estávamos em plena Guerra do Vietnã, então defendíamos que não podia haver intervenção norte-americana), era contra o acordo MEC-USAID [reforma educacional no Brasil acordada entre o Ministério da Educação e o governo dos Estados Unidos que visava transferir recursos para escolas privadas em detrimento do ensino público], além de empunhar bandeiras de liberdade democrática contra o regime. A nossa chapa foi interdita e não pôde concorrer. Ainda fomos suspensos por dois dias do colégio. Esse foi o primeiro embate contra a ditadura. Depois, vim para Porto Alegre. Cursei o último ano do científico e fiz o vestibular para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS]. Passei e me incorporei ao movimento estudantil justamente em 1968, que é um ano emblemático não somente pela nossa luta estudantil, mas também pelas greves

* Entrevista concedida a Raquel Casiraghi e publicada no jornal *Brasil de Fato*, edição de 25 de junho a 1º de julho de 2009. As citações dentro de colchetes, no corpo do texto, correspondem a informações de autoria da jornalista responsável pela entrevista.

** Economista graduado na UFRGS. Integrou a VPR. Coordenou a implementação do Orçamento Participativo dos governos do PT em Porto Alegre e no estado (1999-2003).

operárias em Osasco (SP) e Contagem (MG), pela passeata dos Cem mil no Rio de Janeiro, pelo Maio de 68 na França, pelo assassinato de Che Guevara na Bolívia [1967], pela morte do estudante Edson Luís no restaurante Calabouço [no Rio de Janeiro]. Nossa luta tinha um enfoque no movimento estudantil contra a ditadura e a sua política, como a reforma universitária, mas ao mesmo tempo estávamos combinados com as demais manifestações.

– *Como se deu a militância com o recrudescimento da repressão em 1968?*

– Em dezembro de 1968, foi promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que é o golpe dentro do golpe. Ficou proibido qualquer tipo de manifestação; a repressão – tanto o DOPS quanto os demais organismos militares que se formaram depois, como o DOI-CODI – podia entrar na casa de qualquer cidadão brasileiro e prender. A tortura foi institucionalizada, as pessoas eram presas e torturadas e não havia nenhuma proteção e nem o *habeas corpus*. O AI-5 dá o último fechamento à ditadura, depois do grande movimento de massas. E, para aqueles que tinham o ideal de justiça, liberdade, democracia e de buscar uma nova sociedade, não havia outra alternativa, à medida que começaram a ser perseguidos, que não fosse entrar na clandestinidade. E naquela época tu eras perseguido por qualquer motivo. Se tu eras estudante e te manifestavas em sala de aula com uma opinião, tu já podias ser preso pelo DOPS na saída da sala. Se tu eras professor e explanasses alguma reflexão, muitas vezes somente histórica, eras preso, fichado e passavas a ser perseguido. Então, naquele momento fiz a opção de entrar na clandestinidade. Entrei na luta de resistência contra a ditadura, na luta armada, que passou a ser uma legítima defesa daqueles que lutam por liberdade e democracia dentro de um país no qual não se tinha mais direito a nada.

– *Como foi esse processo?*

– Entrei na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que era comandada pelo capitão Carlos Lamarca. Entrei aqui no Rio Grande do Sul e depois tive o privilégio de conhecê-lo porque fui para o Vale do Ribeira, na Serra do Mar, onde funcionava um campo de treinamento da VPR. Treinar no Brasil evitava que tivéssemos que fazer isso no exterior, correndo o risco de ser preso, e também ajudava a não perdermos a noção da realidade brasileira. No Vale do Ribeira, encontrei o capitão Lamarca e lá tivemos um treinamento guerrilheiro. Eu já tinha tido também uma formação quando prestei serviço militar obrigatório no Exército. Na Serra, nem palmito entrava; a cidade mais próxima era Registro (SP). Tínhamos uma base de apoio em um sítio no pé da montanha, mas a gente se embrenhava na mata. Nesse período, praticamente 70% da população vivia no campo. Então nossa pauta era a luta contra a ditadura a partir da guerrilha rural. Esse treinamento na zona rural era também para estabelecer bases. Meses depois, a zona foi cercada pelo Exército e tivemos que sair da região. Éramos 18 guerrilheiros; mesmo assim furamos o cerco de 20 mil soldados e nos espalhamos, alguns vieram para o Rio Grande do Sul e outros para São Paulo e Rio. Eu vim para cá e depois voltei a São Paulo, onde continuei a militância entre 1969 e 1970. Fiquei na zona urbana, onde fazíamos a luta de propaganda armada; vivíamos de expropriações, na medida em que ninguém podia trabalhar, já que estávamos sendo todos perseguidos. Tivemos uma atuação tanto política como de ações, no sentido de acumular força na cidade para depois voltar ao campo. Naquela época, a tortura aumentou em todos os órgãos de repressão – nos DOPS regionais e no DOI-CODI, que era o organismo liderado pelo Exército.

– Quando foste preso? Que lembranças tens da repressão?

– Fui preso em outubro de 1970 em uma rua durante uma batida da Operação Bandeirantes (OBAN) e levado ao DOI-CODI. Tinha uma delegacia de polícia na fachada e atrás era o DOI-CODI, com celas que ficavam no pátio e um sobradinho onde éramos torturados. Sofri tortura com pau-de-arara (onde te botavam de cabeça para baixo pendurado em uma barra de ferro em um cavalete com as mãos e os pés amarrados) e choque elétrico. Tiravam-me do pau-de-arara e me colocavam direto na cadeira do dragão (era uma cadeira de metal onde a pessoa ficava sentada e amarrada sem roupa, e com um fio elétrico davam choque). Também tinha palmatória nas mãos e nas pernas. Nos dois primeiros dias de prisão não "baixei" para a cela, fiquei somente sendo torturado. E eles iam até a madrugada. Somente paravam de torturar quando cansavam. Depois, quando me colocaram na cela, uma vez por dia ainda me levavam para a tortura. Eu estava como desaparecido. Consegui avisar a minha família por meio de uns meninos que acho foram presos por engano. Pouco antes de serem soltos, consegui repassar um bilhete com o telefone de minha família em Porto Alegre para que fosse avisada. A minha família foi até São Paulo e os militares negaram que eu estivesse preso. Meu pai chegou a ir na OBAN e se comunicou com um policial que ficava na guarita, em frente à delegacia; deu o meu nome e pediu para que me entregasse uma barra de chocolate. À noite, o guarda foi até a cela onde eu estava, avisou que o meu pai estivera ali e me deixou o chocolate. O policial não participava das equipes de tortura e nem de captura. Ele estava ali apenas como vigia. Mesmo em um ambiente desses ocorrem gestos de solidariedade. Os torturadores não podem controlar todas as pessoas.

– *Tiveste algum contato com o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra?*

– Na época em que fui preso no DOI-CODI, ele era o comandante da Operação Bandeirantes. Ele comandava as três equipes de tortura da OBAN, pois cada dia era realizada por uma equipe diferente. A mim ele não torturou, mas entrou durante as sessões em que estive, para comandar a tortura. Entrava, mandava parar, conversava com os torturadores e depois, quando ele saía, a tortura recomeçava. Inclusive fazia o comentário de que, se eu não falasse, a tortura iria continuar.

– *Ficaste com alguma sequela?*

– Não fiquei com nenhuma sequela física e nem psicológica, porque tinha convicção de que lutava contra a ditadura, que eu estava ali por minha opção. Entrei na luta armada com praticamente 18 anos, fui preso aos 21. Quando eu estava sendo torturado, a pior coisa da tortura era sentir a dor. Não tinha medo de morrer. E pensava que, se morresse, outras gerações iriam continuar a luta. Não há outra maneira de viver se não for lutando por justiça e liberdade.

– *Como tu foste solto?*

– O que me salvou foi o sequestro do embaixador suíço¹ no Rio de Janeiro, comandado pelo capitão Lamarca. Eu fui colocado na lista dos 70 presos políticos que seriam trocados pelo diplomata. Foi em 7 de dezembro de 1970, me lembro até hoje, que ocorreu o sequestro. Na mesma hora parou a tortura, até porque eu iria para o exterior e os

¹[Nota dos Organizadores]: Giovanni Enrico Bucher.

militares não queriam deixar marca. Depois fui transferido para o Presídio Tiradentes, onde os presos políticos já estavam cumprindo pena, aqueles que já haviam passado pelo processo de interrogatório e de tortura. Quando cheguei no presídio, parecia que estava no paraíso, afinal tinha saído daquele centro de tortura que não parava nunca. Fiquei em uma cela com mais 40 presos políticos, era a maior do presídio. Enquanto acontecia a negociação, que durou até o dia 13 de janeiro, fiquei no Tiradentes em uma convivência muito fraterna. Fazíamos cursos de educação para quem não era alfabetizado, curso de política, dei uma palestra sobre como foi nossa experiência no Vale da Ribeira para os demais companheiros e companheiras. Quando a negociação fechou, o governo Médici [Emílio Garrastazu Médici, de 1969 a 1974] liberou os 70 presos. A despedida foi emocionante. Quando saímos do presídio, todos os demais presos que ficaram estavam nas janelas das suas celas, que davam para o pátio interno, abanando lenços vermelhos e cantando a Internacional Socialista. Foi de arrepiar. Então seguimos para o Rio de Janeiro, onde ainda ficamos uns três dias no Aeroporto do Galeão, algemados dois a dois. Até que nos colocaram em frente ao avião, fotografaram (para sair no jornal no outro dia, a fim de que os companheiros que estavam com o embaixador soubessem que estávamos embarcando) e viajamos ao Chile.

— *E o exílio?*

— Foi uma viagem direta, sem escala, da Varig. Fomos muito bem recebidos lá porque estava no poder o socialista Salvador Allende, que era um governo democrático, e que estava construindo o que chamávamos na época de o socialismo pela via democrática. O ministro das Relações Exteriores nos encontrou no aeroporto e não deixou que descêssemos

algemados no solo chileno. Cortaram as algemas na escada do avião. Na época, Allende governava em Valparaíso e um grupo de dez presos políticos, do qual eu fazia parte, foi até o presidente. No gabinete de Valparaíso, Allende nos ofereceu hospedagem no Chile e também em Cuba, já que estava saindo um navio para lá naquela semana. Optei em ficar no Chile, onde militei muito. Como havia um processo de transformação no país, onde as minas de cobre haviam sido estatizadas e nacionalizadas, a reforma agrária estava sendo feita... empresas que seus donos – para boicotar o governo, fechavam (o locaute) – eram tomadas pelos trabalhadores. Assim se criou a área social, que era uma gestão feita pelos sindicatos de trabalhadores com o governo. As organizações populares prosperaram: organizações de movimentos comunitários, dos cordões industriais (organizações que uniam todos os sindicatos de trabalhadores de uma determinada região de Santiago). Ainda teve a reforma urbana, já que, à medida que os trabalhadores tomavam os terrenos ociosos, Allende desapropriava e transformava em habitação popular. Não nos sentíamos como exilados, até porque nos incorporamos naquele processo tão rico. No entanto, alertávamos para a necessidade de que o povo estivesse organizado caso ocorresse um golpe de Estado. Porque nós vivenciamos o caso do Brasil, em que o governo de João Goulart era de transformação pela via democrática, reformista e o imperialismo norte-americano e as elites civis brasileiras, utilizando os militares, não pensaram duas vezes em dar o golpe e violar o processo democrático, estabelecendo a ditadura. Sabíamos que naquela disputa da Guerra Fria, os Estados Unidos iriam financiar um golpe no Chile. E foi o que aconteceu. Eu trabalhava em uma das fábricas tomadas pelos trabalhadores, se chamava *Consortio Nietos Hermanos*, que era uma fábrica de conserva, em que tinha entrado para aprender o ofício de torneiro mecânico. Tínhamos nos preparado para resistir na fábrica e

esperávamos um levante de parte do exército para a insurreição popular. No entanto o racha não aconteceu e estávamos desarmados.

– Pela segunda vez, clandestinidade e exílio?

– Depois do golpe e do assassinato de Allende [em 1973] dispersamos e fui para uma comunidade, de São Miguel, que era um bairro popular de trabalhadores dos partidos socialista e comunista. Estávamos em casas de famílias chilenas que nos deram abrigo. Ficava uma noite em cada casa. Os militares começaram a atirar panfletos pela cidade, em que pediam para que a população denunciasse o primeiro estrangeiro que encontrassem "porque foram eles que trouxeram o germe do marxismo e do comunismo para o Chile". O Exército ainda tinha patrulhas que andavam nas principais ruas de Santiago. No entanto, ainda tínhamos esperança, pois havia uma notícia de que o general Carlos Prats (das Forças Armadas, leal ao governo Allende, que havia sido comandante do Exército) viria com tropas do Sul para iniciar uma insurreição. Tudo mudou quando vimos Prats na TV algemado, vimos que não tinha como ocorrer alguma resposta imediata. Tivemos que entrar na clandestinidade. Me mudei para uma outra vila, chamada de João Goulart (em alusão ao presidente brasileiro que sofreu o golpe). Nessa, corri maior risco, porque foi cercada pelo Exército chileno e as casas foram revistadas uma por uma. A repressão do Chile foi tão violenta, como se fosse um exército de ocupação, como o exército nazista fez na Segunda Guerra Mundial. Não precisavam de denúncia nem nada. Iam revistando para ver se encontravam algum suspeito estrangeiro ou arma. Militares brasileiros estavam no Estádio Nacional, em Santiago, para identificar os brasileiros e ensinar tortura aos militares chilenos. Eu ainda tinha comigo uma carta com orientações políticas escrita a próprio

punho pelo capitão Lamarca, na qual me nomeava representante da VPR no Chile, e tive que queimá-la, porque se me encontrassem com ela, me passavam diretamente aos policiais brasileiros. Em novembro de 1973 consegui entrar em um refúgio das Nações Unidas que ficava em um convento de padres. Nesse refúgio tinha umas mil e duzentas pessoas entre brasileiros, uruguaios, bolivianos e outros latino-americanos. Conseguimos viver inclusive em comunidade. Tiramos uma coordenação para administrar o espaço já que era muita gente. E, em janeiro de 1974, fui enviado a Cuba.

– Como foi teu período em Cuba e a volta ao Brasil?

– Em Cuba foi um alívio, já que o socialismo estava instituído. Fomos recebidos com muita solidariedade. A população, mesmo sofrendo com problemas habitacionais, doou um apartamento por edifício aos exilados que vieram do Chile. É fantástica a solidariedade do povo cubano. Fiquei até o final de 1977, quando começaram os movimentos pela anistia no Brasil. Eu e outros companheiros decidimos ir para a Europa para depois preparar a volta ao nosso país. Fui para Paris, na França. Em agosto de 1979 foi aprovada a anistia, e volto ao Brasil em 1º de novembro daquele mesmo ano, para Porto Alegre, onde me inseri no processo de reedição do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assim como vários outros companheiros da luta armada e da esquerda. No entanto, o partido não seguiu o rumo que achávamos que deveria e, em 1989, fomos os primeiros a apoiar a candidatura de Lula, começando assim a nossa transição para o PT. Rompemos definitivamente em 1990, quando o PT não tinha chances de vencer eleições ao governo do Rio Grande do Sul e já o PDT tinha. Somos respeitados até hoje por isso.

– O editorial em que o jornal *Folha de S. Paulo* classificou a ditadura brasileira como "ditabranda" causou indignação. Como tu enxergas essa reação da mídia convencional em relação à ditadura?

– A elite brasileira até hoje não se conforma quando perde as eleições. Vemos isso no episódio da morte de Getúlio Vargas [agosto de 1954], que era um governo de plataforma nacionalista e anti-imperialista; também, quando não quiseram dar posse ao Juscelino Kubitschek (quem garantiu a posse dele foi o general Henrique Teixeira Lott). Isso que o JK não era nem um governo reformista e muito menos de esquerda. E, depois, com a renúncia de Jânio Quadros, não queriam deixar João Goulart – vice-presidente eleito, assumir o poder. Só assumiu devido à Campanha da Legalidade encabeçada pelo governador Leonel Brizola. Mesmo assim, em 1964, a elite conseguiu golpear o governo do Jango. E não foi porque havia algum perigo à democracia, mas sim porque o governo tinha apoio popular e estava fazendo transformações, como as reformas de base, limitando remessas de lucro das multinacionais para o exterior, fazendo reforma agrária na beira de grandes rodovias... E o caso das acusações da mídia à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, forte candidata à presidência da República, por ela ter participado da luta armada. Isso é o que está em questão quando a *Folha de S. Paulo* chama a ditadura de "ditabranda". A ditadura é igual em qualquer lugar, independente da correlação de forças de cada país. A entrevista que a *Folha* fez com a Dilma sobre a militância dela durante a ditadura foi um verdadeiro interrogatório policial. O capitão Maurício, que a *Folha* entrevistou, me torturou. Era oficial do Exército junto com o Lamarca, e por isso nutria raiva pessoal aos integrantes da VPR. Quando ele soube que eu tinha estado com o Lamarca na Ribeira, ele me sentou na cadeira do dragão, pegou a

manivela que gerava o choque e somente parou quando cansou. Em que nível nós chegamos quando um jornalista entrevista um torturador desses? Isso é um desserviço; os jornalistas não deveriam concordar com tudo o que os seus patrões mandam.

– *As ações judiciais que as famílias estão movendo contra os torturadores contribuem para que ocorra justiça em relação à tortura?*

– Essa ação, da família Teles contra o Ustra,² cumpre com um papel para que haja o reconhecimento de que ele comandou a tortura; no caso deles, de que ele torturou. São ações muito importantes para resgatar a história e também é uma punição moral. Todos esses movimentos que marcam, por exemplo, os aniversários do golpe, a fim de mostrar o que realmente aconteceu, também são importantes. É uma luta fundamental para que se tenha uma sociedade democrática, de justiça, de livre pensamento e inclusive para que a sociedade se transforme. Mostrar que as elites não podem golpear e ficar por isso mesmo. Se temos democracia hoje é porque houve luta e resistência. Os torturadores, os seus comandantes e os presidentes militares devem ser julgados, porque os crimes de tortura são de lesa-humanidade e, portanto, imprescritíveis.

– *Ao teu ver, ainda existe repressão?*

– Essa ação do promotor Gilberto Thums contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST] é um exemplo disso, e é

² [Nota dos Organizadores]: Refere-se à Ação Declaratória levada adiante pela família Teles-Almeida contra o coronel Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI/SP, entre 1970 e 1974. Em 2008, a Justiça se pronunciou reconhecendo que o citado militar praticou atos de tortura. Fonte: COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 46-47.

inadmissível. E o governo de Yeda Crusius [PSDB/RS] se aproveitou para fechar as escolas itinerantes. O argumento de que as escolas seriam ideológicas é inadmissível. O que as escolas luteranas, católicas, maristas, que ensinam religião, são? Como assim, não se pode falar em Che Guevara? Ele é até hoje um herói do povo latino-americano. Por que não se pode falar em Carlos Lamarca, que lutou contra a ditadura – até hoje os militares dizem que ele é um desertor – e dizer que ele é na verdade um herói do povo brasileiro? Nós é que temos que contar a nossa história. Assim como a gente não quer que os torturadores fiquem impunes, a atitude desse promotor e do governo Crusius também não pode ficar. Criminalizar é uma prática policial que não devemos deixar se expandir. O MST é uma organização que cumpre uma função social, entre elas a da educação, e aí vem um governo de direita e acaba com tudo. A repressão não acabou na ditadura, existe até hoje. Devemos nos indignar e agir sobre isso. E aí não precisa ser somente os sem-terra, também devem ser os trabalhadores do campo e da cidade, os estudantes, todos nós.

– O que ficou da luta de vocês contra a ditadura?

– O que ficou é que a nossa luta não foi em vão. E a luta hoje é continuidade histórica da nossa luta anterior, com as novas gerações. Podemos dizer que a nossa geração, apesar de ter sofrido derrotas, também teve grandes vitórias, como a luta pela anistia, a construção de partidos de esquerda no Brasil, algumas transformações feitas por Lula, as nossas ideias que estão triunfando em alguns países da América Latina. A crise do capitalismo que hoje vivemos, a crise estrutural de produção e de consumo, essa é a nossa maior vitória. O muro de Wall Street caiu. Nem mesmo com a ditadura da mídia eles conseguem esconder isso. E cabe a nós lutar para transformar a sociedade em mais

humana e igualitária. Como diz Antonio Gramsci, devemos ter o pessimismo da razão e o otimismo da vontade para construir uma nova sociedade, que não será igual em todos os países. Mas que seja uma sociedade estruturada na democracia e na igualdade, que seja socialista.

TRAJETÓRIAS*

*Flavio Koutzii***

Começando a reconstruir o cenário da década de 60 que emoldura o golpe de Estado de 1964, é obrigatório recordar o que já está nos livros de história e presente na historiografia brasileira, que são as circunstâncias tensas por meio das quais o governo federal se constituiu na entrada dos anos 60, quando, em uma forma que não existe no presente, Jânio Quadros é eleito e o vice, João Goulart (Jango), é também eleito por voto direto. Portanto, representavam campos políticos diferentes.

Isso instabiliza o processo, sobretudo a partir da renúncia de Jânio e do episódio da Legalidade, aqui no Rio Grande do Sul, em 1961, que foi a luta pela garantia do cumprimento da Constituição, ou seja, de que Jango assumisse. Já aí é preciso perceber que havia uma dinâmica golpista. Chega-se até a criar o Parlamentarismo, que dura alguns meses, como forma institucional tampão; era uma maneira de tentar contornar a posse do vice-presidente, e isso se dá em um clima de mobilização das Forças Armadas.

*Depoimento concedido à jornalista Vanessa Albertinence Lopez em 13 de agosto de 2009.

** Sociólogo/*École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris. Autor do livro *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984. Ex-vereador e ex-deputado estadual pelo PT. Participou da resistência às ditaduras no Brasil e na Argentina. Atualmente é Assessor do Presidente do Tribunal de Justiça do RS.

Já era um clima de golpismo. O mesmo golpismo, aliás, que em 1954 tinha levado Getúlio Vargas ao suicídio. O Lacerdismo/Udenismo que encabeçava as posições conservadoras neste país tinha atuado intensamente já nos anos 50. Juscelino Kubitschek consegue abrir um hiato a partir de sua eleição com a inflexão desenvolvimentista de seu governo, o que despolariza um pouco essa situação. Com Jânio, no entanto, era diferente.

Hoje, em 13 de agosto de 2009, como então, a lógica de usar o tema da ética e da luta contra a corrupção como central e quase único no embate político é e era uma característica dominante. Essa é uma questão incontornável importante, mas não é a única substância da política. A substância central da política é o poder. E o uso do poder, geralmente e cada vez mais nos dias de hoje, é centrado em quem o tem. E quem o tem, principalmente, é quem detém o capital, os recursos, as grandes indústrias, os grandes bancos e os grandes jornais. O nome disso é poder.

O poder político se materializa, dentro de uma sociedade democrática, por representações políticas de interesses mais ou menos antagonicos. Isso não é um velho clichê. É uma velha realidade. E atual também. Mas, naquele momento, era bem isso que antagonizava. Estamos falando de 50 anos atrás, quando as elites brasileiras, mais elites e mais pretensiosas e separadas da população mais do que nunca porque não tinham a Rede Globo para fazer o meio de campo, acentuam seu caráter reacionário e conservador e retomam o tema da moral. É por isso que Jânio se elege com o tema da vassoura, uma coisa que parece um pouco caricatural, mas que acaba sendo uma temática permanente, principalmente para quem não tem projeto político mais substantivo para a sociedade.

Quem fala neste depoimento é alguém que tem a pretensão de ter lutado sempre pelo rigor nas coisas com o dinheiro público. Mas não

me filio à ideia de que isso é o começo e o fim de todas as coisas. Nem por isso relativizei minhas posições. É interessante não fazer um depoimento que seja um retrato cristalizado, uma fotografia um pouco desbotada do passado, mas das coisas vivas daquele passado que persistem ou podem ser relidas ou lembradas com uma certa seiva da vida. São referências que não se esmaeceram. Então, o tema da vassoura é recorrente e permanente.

Sob o pretexto da corrupção que existia no governo Getúlio. O ataque a ele – Vargas – por meio de sua segurança pessoal, o Gregório Fortunato. Para resolver o problema do imperialismo norte-americano e das forças conservadoras, abaixo Getúlio. Para resolver os problemas do país, a vassoura do Jânio. Para resolver e tentar bloquear uma presidência João Goulart, de conotação popular, pelo fato de pertencer ao PTB e à tradição varguista, que tinha um apego da classe trabalhadora porque havia feito concessões significativas dentro de uma construção de direitos, fora Jango.

Depois da Legalidade e de uma série de idas, voltas e tensionamentos, Jango assume com uma plataforma política que, naqueles anos, fazia muito sentido porque o país realmente carecia do que se chamou, textualmente, de Programa de Reformas de Base, que tinha como objetivo avançar em vários terrenos. Na reforma agrária, no controle da remessa de lucros – que hoje faria qualquer um rir por causa da globalização. Naquela época, era tentar limitar um pouco o que as grandes multinacionais drenavam como *royalties* para suas matrizes nas grandes capitais imperiais.

Como éramos um país com muita potencialidade, riqueza, mas subdesenvolvido e subordinado ao império norte-americano e a interesses europeus importantes, obviamente levantar algumas bandeiras que reforçassem a perspectiva nacionalista e os cuidados com os

interesses do Brasil era uma posição progressista e positiva contra, digamos assim, os interesses internacionais. Portanto, os setores conservadores associados a esses grandes capitais operaram para desestabilizar o governo João Goulart, e operaram, principalmente, porque o governo João Goulart não se transformou neles.

Como manteve uma certa fidelidade à ideia das reformas de base que defendia, ele preservou uma parte das ideias, o que é bastante valioso. Não chegou ao governo e fez o contrário do que pregava. O golpe de 1964 foi um pouco feito improvisadamente, conforme os livros e depoimentos já escritos sobre isso. Há uma mobilização importante da classe média, que oscila, indo, por vezes, em direção ao campo popular e, por vezes, se postando a reboque do conservadorismo. É daquela época a formação da Tradição, Família e Propriedade (TFP). São daquele tempo as marchas pela família e outros dinossauros reacionários. Mas isso teve uma grande presença de massas. Não eram meia dúzia de beatas, havia a presença da classe média, com aquela facilidade que ela adere a alguns temores e pânicos.

Constitui-se um ambiente político de mobilização, uma ativação das alianças nacionais e internacionais, e o golpe de 1964 é fruto disso. Portanto, é importante afirmar que o golpe é uma interrupção do processo de reformas do país. Havia esse processo. Aos trancos e barrancos, em ritmos diferentes, mas em uma certa direção interessante para um crescente protagonismo do Brasil enquanto nação e algumas melhorias para o seu povo. E a identificação de alguns temas que estavam muito atrasados, como a distribuição da terra. O próprio protagonismo que a União Nacional dos Estudantes (UNE) tinha nessa época, de fato, era notável. Temos isso interrompido, e, portanto, o país brasileiro que somos mudou de curso. Não dá para fazer ficção científica nem adivinhações, mas é possível e muito provável que, se não tivesse havido

essa interrupção que levou a uma ditadura de 20 anos, o modelo de desenvolvimento brasileiro teria adquirido outras características.

Algumas questões que vão ficar para muito depois teriam avançado mais rapidamente. Aí, entra o fato de que não devemos ter um olhar maniqueísta nem simplificador sobre os cenários históricos de cada período. Se, de uma parte, o varguismo concedeu garantia a uma série de direitos trabalhistas, por outro lado, controlou e atrelou os sindicatos. De certa maneira, isso impediu a existência de sindicatos autônomos em relação ao Estado e de uma grande central sindical independente. Uma coisa fantástica se comparada com o que vivi na Argentina. É que, apenas um ano e meio antes da queda de Jango, se forma a Central Geral de Trabalhadores (CGT), que é muito frágil ainda. Ela desmorona com o golpe. Se tivesse 30, 40 anos de existência, de construção, de tradições de luta, não só de concessões do Estado, poderia ter significado uma outra capacidade de resistir e de se opor ao golpe. Isso acaba não acontecendo.

Em termos de história comparada, já havia centrais sindicais na Argentina, no Chile, no Uruguai há décadas. É muito forte o significado disso. Há uma tentativa no Brasil, nos anos 60, e vem um golpe para breçar também isso. Entre as coisas que significavam avanços na organização da sociedade, esse negócio de central sindical independente era detestado pela direita. Obviamente, essa é uma das razões do golpe.

Em 1982, finalmente, é formada a Central Única de Trabalhadores (CUT), a partir de uma coisa singular na história também, de um partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980. Oriundo do setor trabalhista, é fundamental para a fundação de uma central sindical. Na história mundial, esse movimento se dá quase sempre ao contrário. Da luta dos trabalhadores nasce um partido, que os representa.

Esses são os grandes elementos que compõem uma sociedade, por isso é importante lembrá-los. Tem a elite dominante e a organização dos trabalhadores industriais, que havia crescido por meio do modelo de substituição de importações, com os grandes países industriais enfrentando desafios da Segunda Guerra Mundial. Com isso, abre-se um espaço para que a indústria nacional cresça. Não se podia mais importar certos produtos. No Brasil, é um momento bem importante, de uma certa consolidação da classe trabalhadora. Nessas condições, teremos um tensionamento crescente entre o Brasil conservador e o mais moderno, no qual se rediscute a questão dos direitos dos mais pobres, dos trabalhadores organizados, da busca de terra garantida por uma reforma agrária. Esse é o centro político-ideológico do golpe. E são as questões que nos fazem entender a interrupção de um modelo de tentativa de desenvolvimento.

Esse modelo, como falei antes, é bloqueado, e quem assume, os militares, em uma primeira etapa, busca esmagar essas formas de organização popular, banir as reformas que incipientemente estavam sendo feitas e, por último, junto com isso e para isso, banir a democracia. Fechar os partidos, coibir os direitos, seja censurando a imprensa, seja suspendendo direitos jurídicos como o *habeas corpus*. Além disso, estabelecer uma ditadura que vai se tornando, crescentemente, cada vez mais violenta e opressora. É nesse quadro que as coisas se dão.

Nos anos de 1965 e 1966, no meu caso, vivi isso. Aqueles que tinham sido atropelados pelo golpe e, particularmente, aqueles que tinham uma atividade mais consciente do ponto de vista político, seja no seu sindicato, seja como estudante ou militante político de esquerda, vão se interrogar sobre como foi que caímos como uma espécie de castelo de cartas. Como um golpe improvisado, embora tivesse o apoio dos tanques, das armas e boa parte do Exército, aconteceu sem a resistência das forças

populares brasileiras. Elas estavam tão frágeis que não puderam resistir. Claro, tem o papel dos líderes. Temos o exemplo da resistência do Leonel Brizola. Por que o Jango optou por evitar o que ele pensou que pudesse se tornar uma guerra civil? Os líderes têm o seu papel, mas isso não anula o fato de a sociedade não estar com a capacidade de resposta. Pelo menos uma parte da sociedade.

Nesses dois anos, no campo da esquerda em especial, vai se fazer uma reflexão e até uma autocrítica sobre quais as lições a serem tiradas do que aconteceu e os caminhos a serem seguidos. Isso vai coincidir com uma circunstância histórica muito intensa e hoje já reconhecida pela história que foram os famosos anos 60. Se de um lado, como no Brasil, se tem na América Latina uma série de golpes militares, o modelo da época da dominação imperialista-capitalista era: *Em caso de dúvida, acaba-se com a democracia, arrebatam-se os caras e assegura-se a grana*. Estou sendo vulgar aqui, mas eles merecem, pelo que fizeram com seus torturadores, seus generais submissos, falando de dignidade nacional, mas entregues aos interesses contrários aos brasileiros. Nessas circunstâncias teremos uma sucessão de golpes. O episódio brasileiro está entre os inaugurais.

Em 1965, tem a invasão da República Dominicana pelas forças enviadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), inclusive com soldados brasileiros. Isso porque o coronel Francisco Caamaño comanda um processo nacionalista revolucionário. Eles forjam uma espécie de força multinacional para derrubar também esse ensaio nacionalista a ferro e fogo. No mesmo ano, na Indonésia, onde governava Sukarno, que também era um dirigente nacionalista, há um golpe de Estado igual, mas infinitamente mais sangüinário, no qual são assassinados 700 mil, um número estarrecedor, quase inacreditável. Lá, inaugura-se uma ditadura. Tudo no mesmo ano.

Nós, aqui, começamos a pensar como havia acontecido o golpe no Brasil e para onde iríamos. Ocorre, no meio disso, uma sincronia de movimentos das forças do bloco ocidental hegemônicas. De outro lado, a queda sucessiva de governos populares. Ao mesmo tempo, um pouco mais adiante, em 1966, os Estados Unidos já estão no Vietnã e há a chamada Ofensiva da Estação das Chuvas, no verão vietnamita, quando as forças americanas de então quase são postas para fora. Isso também entra no cenário que *fazia a nossa cabeça*, no sentido de que houve uma resistência do país de palha frente à mais potente nação do mundo. Os caras estavam começando a apanhar. Isso é muito importante.

Quando avançamos no presente, menos inteligível fica a luta dos jovens daquela época. Por que muitos abraçaram a luta armada e por que se constituíram as guerrilhas? Essa composição que faço tem a intenção expressa de dizer que não éramos um bando de loucos com testosterona alta. Foi uma conjuntura mundial que levou a isso.

A sequência de golpes de Estado, a nitidez crescente sobre a capacidade de resistência e luta do Vietnã, a proximidade com a Revolução vitoriosa de Cuba, em 1959, instalaram no cenário das interpretações políticas-teóricas e no imaginário da juventude outro modelo, que não o russo e o chinês, de chegada ao poder. Um terceiro modelo que teve uma grande influência por ser um exemplo de guerra de curta duração e vitória em dois anos. Eles desembarcam em 1957 e tomam o poder em 1959, em Cuba.

Isso tinha um impacto naquele período que já antecedia a própria queda de Jango e também era um componente da Guerra Fria e ideológica, no sentido de que a direita dizia: qualquer manifestação é um perigo, pois pode virar outra Cuba. Isso embora houvesse diferenças gigantescas em termos de tipo de país e de desenvolvimento. Aqui, no norte da América do Sul, já havia experiências importantes de guerrilha

desde o início dos anos 60, e, no final dos anos 60 e início dos 70, mais ao sul da América. Já era o efeito da Revolução Cubana, que se tornou potentíssimo a partir de 1961, materializando-se na adoção do modelo de luta armada no campo e na cidade.

Voltando para 1966, no mesmo momento em que aconteciam os primeiros reveses dos norte-americanos no Vietnã, aumentava, nos Estados Unidos, um movimento que se tornou gigantesco. Naquele momento, a luta contra a opressão do negro nos Estados Unidos estava atingindo seu auge. E tinha várias vertentes, a principal comandada por Martin Luther King, assassinado à maneira da direita americana em 1968, mas também pelos Panteras Negras, a ala mais radical. A luta pelos direitos civis tinha um peso gigantesco na capital do mundo ocidental. Não era só uma guerra injusta contra um pobre país como Vietnã, que não se dobrava, mas havia dentro de casa a luta contra a opressão racista. E mais adiante, em 1967, principalmente, crescia um movimento potentíssimo pela paz e que tem números extraordinários. Um milhão de jovens norte-americanos, que não queriam lutar nessa guerra que não achavam justa, emigram, por razões políticas, para a Europa do Norte ou para o Canadá.

Nesse mundo que estou desenhando, as coisas tinham essa intensidade espantosa. Os Estados Unidos estavam atravessados pela luta dos negros, pressionados pela perda crescente dos jovens americanos no campo de guerra e com um movimento de paz crescendo enormemente. Por outro lado, havia ainda a influência da Revolução Cubana. Mais adiante, isso terá consequências em 1968. Não por acaso, o Maio Francês é nesse ano. Assim como a Primavera de Praga. Há uma intensificação enorme a partir de 1966 da luta dos palestinos por sua terra e sua pátria.

Havia um mundo efervescente. De certa maneira, as utopias e as hipóteses revolucionárias tinham muito sentido. E por que havia esse sentido? De um lado, tentava-se atuar dentro das regras da sociedade democrática, avançava-se um pouco, reformava-se um pouco e acabava-se sofrendo um golpe de Estado. Assim, não tinha mais como atuar politicamente de forma institucional. E aí, como fazer? Com armas na mão, até para distribuir um panfleto.

Isso vai sendo introjetado também pelos intelectuais que eram referência das nossas gerações. Mas a vida confirma isso. E, ao mesmo tempo, os exemplos. Não só os golpes que nos esmagam, mas as lutas que nos referenciam e têm essa densidade espetacular e extremamente importante. Nesse processo, a esquerda brasileira vai repensar seus caminhos e, praticamente no final de 1966, surgem as organizações armadas, que são dissidências ou sobrevivências dos antigos partidos comunistas e que, ao mesmo tempo, tiram de seu entendimento de então as lições do que havia acontecido no golpe de 1964.

Há uma sucessão de elementos que se acrescentam nesse período, o ponto mais alto antes do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, que é uma espécie de endurecimento dentro da dureza da ditadura e por meio do qual se unificam todos os sistemas de inteligência. A repressão passa a ser mais contundente e implacável. Nesse período, há a impregnação de todos esses cenários que estou descrevendo. Alguns são depois de 1966. O ano de 1964 não é uma data fixa, mas uma circunstância que interrompe um processo. Tira-se um presidente, param-se as reformas e instala-se um novo modelo, sintonizado com outros tantos golpes que se davam por aí. Estabelece-se um padrão, dentro do qual ainda há, nos primeiros dois ou três anos, um pouco de espaço, e, ao mesmo tempo, não só o da reelaboração com arrancada a partir de 1967, mas também o de sincronia com coisas inspiradoras das lutas no mundo. Que lutas! Que temas!

Nesse quadro vivemos nossa própria experiência e buscamos as respostas como a nossa geração tentou. Os elementos eram esses. É difícil se colocar na pele da sensibilidade de um jovem universitário em 1966 e 1967, quando a Revolução Cubana recém tinha acontecido e havia uma espécie de teorização do modelo cubano feita no famoso livro de Régis Debray, *A Revolução na Revolução*. Todo mundo o tinha lido. E parecia ser uma sofisticação intelectual, organizada, dando categorias e determinando um modelo para algo que tinha acontecido empiricamente. Como modelo acaba sendo inspiradora. E sendo adotada pela maioria dos grupos.

Há uma parte que, por razões igualmente importantes, vai se inspirar no modelo da Revolução Chinesa, que sai vitoriosa dez anos antes da Cubana, em 1949. É outra coisa: a construção de um grande exército camponês em um país que nem tinha unidade nacional e que vai teorizar a ideia do cerco da cidade pelo campo. A construção de um exército e a Longa Marcha. Um modelo considerado, do ponto de vista teórico, mais adequado por alguns militantes brasileiros. E quem sabe mais compatível com a realidade de um país continental como o Brasil. De uma forma ou de outra, essas coisas confluem para os tipos de movimentos que vão surgir. E vamos ter aí, então, uma espécie de refundação das esquerdas brasileiras, com as ações e os caminhos que elas escolheram. Do ponto de vista do efeito da ditadura, era, talvez, o combustível natural.

Voltando para o efeito do golpe, vamos ter um crescente enrijecimento do autoritarismo com o bloqueio de todas as expressões democráticas clássicas, em nível de liberdade de imprensa, de censura das músicas, dos jornais, da sustação das existências partidárias, da perseguição dos que pensavam diferente e da prisão ou do exílio e morte dos que atuavam diferente, além de pensar diferente. A ação política

contra o sistema ditatorial é feita já em condições clandestinas. Portanto, a sociedade brasileira sofre perdas.

Vemos, às vezes, de forma melancólica, opiniões de pessoas que dizem que talvez fosse melhor voltar a um governo militar. Essas pessoas não sabem do que estão falando, pois não têm a dimensão do custo que isso representava, além de ser uma abdicação radical de valores essenciais da democracia, do livre arbítrio, da escolha e da responsabilidade dos caminhos, errando ou acertando. Cada um, do jeito que quiser, no grau e na intensidade que quiser, se responsabiliza, na sua cota, pelos destinos da sociedade. Esse negócio de entregar para um grupo de militares é uma abdicação completa da própria liberdade, uma certa bossalização da inteligência e uma alienação da própria existência.

Não acho que seja um problema que se tenha no presente e no horizonte, mas aparece como manifestações isoladas. Também compreendo que apareça face às coisas complicadas que andam acontecendo. As pessoas acabam se desesperando diante de certas impunidades e de dilemas éticos muito mal-resolvidos. Isso vai desmoralizando a democracia, pois há um sentimento de falta de justiça. Trata-se de um tema do presente, mas podemos ter certeza de que a resposta não está lá atrás, mas deve estar aí na frente.

Eu estava ligado ao PCB, já em 1963, quando presto os vestibulares para Economia e Filosofia. Aprovado, logo de saída me somo a um grupo de pessoas que começa a reorganizar o PCB na Faculdade de Filosofia. Rapidamente, tenho um certo papel protagônico, o que me leva a ser candidato ao centro acadêmico em outubro de 1963. E sou eleito, sabidamente, como membro do PCB, presidente do Centro Acadêmico da Filosofia Franklin Delano Roosevelt, de muitas tradições naquela época e na década subsequente. Acompanhei, ainda muito inexperiente, aos 20 anos, o clima que se vivia no Brasil naquele ano de 1963 em torno dos temas das reformas.

Também são fáceis de lembrar as condições políticas e culturais da época, sublinhando as culturais. Em 1961, aparece a Bossa-Nova. Logo depois, com o patrocínio da UNE, constituem-se os Centros Populares de Cultura (CPCs), que se irradiam por todo o país, dando lugar à criação dos Teatros de Arena, especialmente de São Paulo, Rio e aqui, mais tarde um pouco. É uma explosão criadora. Nasce também o Cinema Novo. Tem também uma revolução no grafismo brasileiro. Lembro bem disso. Ia ao Rio pegar cartazes na UNE para pôr no centro acadêmico. Eram totalmente revolucionárias as soluções dos cartazes. Também as experiências de teatro eram muito intensas. Logo depois, surge o Teatro de Oficina. Isso dá uma ideia de como era fecundo o clima vivido no Brasil. Todo esse processo precisou recuar. Especialmente a música. Mas, talvez, os caras mais geniais tenham conseguido crescer e se mostrar mais talentosos, como vemos em parte das canções de Chico Buarque e Caetano Veloso, ao fazerem a construção clássica das letras com duplo sentido. Tinham que driblar a censura. Isso com mais criação, mais talento. Esse foi um respiradouro.

Era nesse clima e nesse ambiente, associado à ideia das reformas, que se desenvolvia a atividade política, que era intensa e crescente nas universidades e, nos últimos tempos, nas escolas secundaristas. A partir daí, vou viver isso. Militante do PCB, líder estudantil, a quebra produzida pelo golpe, a busca nos anos de 1965 e 1966, que vão desembocar numa ruptura com o PCB e na criação de um novo caminho, por conta das nossas posições crescentemente inquietas e do balanço em relação à posição oficial do Partido Comunista Brasileiro. Todos os setores universitários do *Partidão* rompem e criam as chamadas dissidências.

E, depois desse processo de 1965 e 1966, feita uma certa caminhada analítica, de reflexão e de balanço, vai se definir o que eu já tinha falado antes, os reagrupamentos. No meu caso, em particular, ajudei

a formar a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul. Tínhamos saído do PCB. E entre as pessoas que faziam parte desse grupo estavam Marco Aurélio Garcia, assessor para Assuntos Internacionais do Lula, Marcos Faermann, já falecido, um grande jornalista gaúcho, pioneiro de várias experiências nacionais de criação de revistas, talentosíssimo, e outros companheiros, como Pilla Vares e o próprio Raul Pont. Pessoas que lembro terem construído sua caminhada longamente e que, até hoje, estão nessa direção.

Tivemos uma experiência fecunda. Havia poucas organizações de esquerda no Brasil antes do golpe. O PCB, pró-soviético; o PCdoB, pró-chinês; a Ação Popular (AP); a base de esquerda da igreja católica; e a Política Operária (POLOP), que era um grupo menor, mas de muita influência intelectual. Vários intelectuais de importância no Brasil estavam ali. Emir Sader, Eder Sader, que já faleceu, Ruy Mauro Marini, Teotônio dos Santos. Eram a nata da intelectualidade progressista de então. Eles também passam por um processo de balanço e dividem-se. Acabamos nos unindo à parte mais tradicional deles. Em 1967, a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul se une à POLOP e funda o Partido Operário Comunista (POC). Há outros companheiros que tinham notável importância como Fábio Marengo, falecido, que integrava nosso núcleo central; Ernesto Martins, um revolucionário alemão que havia migrado para o Brasil e tinha uma experiência anterior bastante profunda, desde os anos 30, a partir da Guerra Espanhola. Ele foi o cara-chave da POLOP. Quando a POLOP se divide, Ernesto Martins fica como referência fundamental dentro do POC.

Vivemos esses momentos menos dramáticos em meio ao debate, à formação de uma nova organização. Mas, a partir de 1968, as coisas vão ficando extremamente difíceis – a partir do AI-5 – para a nossa organização, como outras. Em nosso caso menos, porque nosso eixo

central não era a luta armada, como eram claramente a VAR-Palmares, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Ação Libertadora Nacional (ALN), embora compusesse nossa linha de intervenções. Nós buscávamos o equilíbrio maior ao fazermos um trabalho político e de organização.

Esse processo se dá e, a partir de dezembro de 1968, temos um endurecimento da situação. Conseguimos atuar com certa consistência no Rio Grande do Sul até 1970. Dentro e fora da universidade. Há um fato externo a nossa existência como grupo que é a famosa tentativa de sequestro do cônsul americano aqui no Rio Grande do Sul, em abril de 1970. Foi uma ação de um grupo ligado à VPR, que fracassa. A partir dali, alterou-se, qualitativamente, a repressão no Rio Grande do Sul.

Isso porque as atividades da luta armada aqui eram raras. Diferentes correntes e grupos entendiam que, como era o ponto de passagem da fronteira para a saída do país, tinha que estar um pouco menos obstruído. E era também a saída mais adequada para cidades como Montevideu e Buenos Aires. Diferentemente do que seria sair pela selva boliviana. Essa situação se rompe, dada a gravidade qualitativa da ação. Muita gente conhecida começa a cair depois disso. Todos nós tínhamos nossos nomes de guerra, mas 90% tinham estudado na mesma universidade, isso quando não havia sido na mesma faculdade. Então, todo mundo se conhecia. Quando endurece a repressão, as coisas ficam muito mais difíceis...

No mês de abril, quando se dá essa tentativa de sequestro, acontece uma repressão muito grande e muitas pessoas são presas no Rio Grande do Sul. Consegui me retirar organizadamente para São Paulo, pois havia me dado conta de algumas coisas e havia tomado alguns cuidados. Vou trabalhar dentro do POC em São Paulo, já na condição de clandestino, em abril de 1970. Ficamos até quase o final do ano, quando

outro tipo de debate, não só no POC, mas em todas as organizações, começa emergir, que é a percepção de que estávamos sendo derrotados. Nesse momento as coisas começam a acontecer de maneira rápida. Passamos por uma espécie de crescimento, com o auge até a metade de 1968. A Passeata dos Cem Mil no Rio é emblemática para representar esse momento porque é um ato de massas e não de organizações clandestinas. Com o AI-5 as coisas se endurecem. Unificam-se as inteligências do sistema de repressão. E as quedas começam a acontecer duramente. A tortura fica cada vez mais violenta, assim como as mortes. As prisões começam a se encher e, obviamente, a partir de certo momento, com diferentes perspectivas e balanços, as organizações começam a debater: como é, como fica e o que faz?

Nesse processo, um grupo de dirigentes do POC, dentro do qual eu estava, considera que era preciso dar um tempo e sair clandestinamente do país. Fizemos isso. Fomos para a França e formamos lá um grupo que iniciou uma reflexão sobre o que estava acontecendo. Isso no final de 1970. No primeiro semestre de 1971, discutimos e refletimos sobre o que tínhamos feito até então, quais foram as lições, o que sobrou de tudo. Há um balanço particular de nosso grupo, quando decidimos voltar para o Brasil. Nos ligamos à 4ª Internacional, que era liderada por Ernesto Mandel e que tinha justamente na França sua sessão mais pujante, a Liga Comunista Revolucionária, que era o grande grupo que nasceu, primeiro, das lutas de solidariedade com o Vietnã, mas, sobretudo, a partir de maio de 1968. A partir dessa vivência com eles, redefinimo-nos no terreno político. Isso acentuou uma certa perspectiva de luta armada. Mais do que antes. Iniciamos o retorno pelo Chile. Quando lá chegamos, dois terços dos que restavam da organização no Brasil caem pela repressão.

É aí que, nesse processo, minha história e desse grupo fica muito particular. Nós nos chamávamos de POC-Combate. Acabamos tomando a decisão, alguns de nós, de ir para a Argentina. Fui em fevereiro de 1972 para me integrar em um grupo que era, na época, ligado à 4ª Internacional também, o chamado Partido Revolucionário dos Trabalhadores - Exército Revolucionário do Povo (PRT-ERP). Era uma das duas grandes organizações argentinas. Lá, havia também os *Montoneros*, que era o Peronismo Revolucionário. O PRT-ERP era inspirado no modelo vietnamita, com partido e exército misturados dentro de uma organização marxista. Na verdade, era como se fôssemos lá aprender a experiência deles, no terreno da luta deles. Éramos mais uns ali.

Inicia-se, nesse momento, todo o processo da vivência na Argentina, que vai ter muitos desdobramentos. Começo militando com eles no início de 1972. No final daquele ano nos separamos em razão de algumas divergências e construímos, com companheiros argentinos, um grupo, uma fração. Naquela época, há uma certa coincidência. Aquela ditadura argentina, que tinha se constituído no golpe de Estado de 1966, estava nos estertores em 1972. Juan Domingo Perón estava por voltar. Em março de 1973, foram as eleições democráticas na Argentina, as quais vence Héctor Cámpora, que era o candidato de Perón. Depois, ele renuncia; há nova eleição em setembro de 1973, quando Perón é candidato e a lamentável Isabelita Perón é a candidata a vice, que assume a presidência quando o marido morre (em 1974).

Para situar a cronologia: final de 1972, às vésperas da democratização e com todos os sinais de que ela estava chegando, há divergências de alguma importância de parte de militantes argentinos do ERP e a sua direção. Há essa divisão e formamos um grupo. Era um grupo até expressivo, minoritário em relação aos dois principais.

No mesmo dia da eleição de Cámpora, em março de 1973 – tenho uma lembrança intensa disso porque é algo que acontece uma vez em cada vida –, cerca de 40 mil pessoas fazem uma marcha para que sejam libertados todos os presos políticos. Há uma pressão de massa. Fomos caminhando do centro de Buenos Aires até a prisão de *Villa Devoto*, que já foi destruída. No mínimo, 40, 50 mil pessoas com archotes. Cercamos a área da prisão e ninguém saía. Lá dentro, já haviam sido abertas todas as celas. Os que estavam presos já falavam pela janela. Para mim, que havia chegado na Argentina praticamente um ano antes, quase todos eram desconhecidos, mas era uma cena cinematográfica. Os carcereiros sentiram que as coisas haviam mudado. À meia-noite, veio a ordem presidencial e as portas foram abertas. Os presos saíram e se reencontraram com os que estavam lá. Foram cenas extraordinárias, inesquecivelmente comovedoras. Isso ilustra um pouco o período.

Entramos em um período de redemocratização da Argentina no qual as forças que ali lutaram contra a ditadura militar tinham crescido nessa luta, tanto quantitativamente como qualitativamente. O peronismo era um leque muito estranho que ia da ponta direita à ponta esquerda. Uma parte das forças progressistas dentro do peronismo ganha posições no aparelho do Estado com a eleição, e são nomeados pelo presidente. Muitos deles são assassinados pela direita peronista. Uma história muito complicada.

Era uma época em que se vive um hiato democrático muito importante, e nosso grupo até cresce e faz ações interessantes. Há uma espécie de hibridismo, não só do nosso pequeno grupo como o PRT-ERP e os *Montoneros*, que era o fato de que ninguém entregou as armas, as ações não pararam, mas mudaram de caráter. Abrem-se todos os poros da sociedade democrática, mas os grupos continuam com um certo grau de mobilização armada. O peronismo tinha um grande envolvimento da

sociedade. Havia a JP, que era a Juventude Peronista, e tinha a área dos sindicatos, era uma coisa muito maciça. Nesse momento, são nomeados expoentes da esquerda peronista, assim como, em alguns setores, são nomeadas pessoas da direita. Então, abre-se um período no qual também pudemos nos desenvolver.

No período subsequente, gradualmente a situação foi ficando difícil, a partir de 1975. Em 24 de março de 1976, vem outro golpe de Estado, genocida, que soma 30 mil desaparecidos e 10 mil presos em um primeiro momento. Eu já estava na prisão. Aliás, um golpe de Estado é duro quando já se está preso. Isso porque já se sabe que só pode piorar. De certa maneira, isso também salvou a minha vida e a de outros. É meio paradoxal.

Pelas atividades políticas desenvolvidas lá, sou preso em maio de 1975. Eu e alguns outros do grupo. Estavam começando a desaparecer pessoas e havia uma força paralela, mas, inicialmente, eu e minha companheira de então, Norma Espíndola, somos sequestrados. Eles não reconhecem que estamos presos, assim como fazem com outros companheiros nossos. Como havia alguns brasileiros que souberam logo no Brasil o que tinha acontecido, houve uma interferência do Itamaraty, o que melhorou nossa situação. Pela caracterização que faziam de nós na imprensa, como agentes internacionais, acredito que teria sido certo que não teríamos saído com vida da etapa inicial. Fomos torturados. Íamos ser assassinados, não fosse a interferência brasileira. Mesmo havendo o governo militar no Brasil, tinha em meio a esse processo todo familiares que nos ajudaram. Ficaram sabendo rápido e escapamos do fuzilamento por isso.

De maio de 1975 a junho de 1979, estive na prisão. Foram quatro anos. Era uma prisão extremamente planejada, dentro de um sistema que objetivava destruir psiquicamente os presos. Estive em várias prisões.

Foram me empurrando cada vez para mais longe. Primeiro em La Plata, a 60 quilômetros de Buenos Aires; depois, fui transferido para *Rawson*, na Patagônia; depois, *Coronda*, que era uma antiga colônia penal entre Santa Fé e Rosário; e, por último, *Nova Villa Devoto*, um edifício que de longe parecia normal. Era uma planta norte-americana com os últimos inventos para neutralizar os contatos entre os presos. Foi a última prisão na qual estive antes da minha liberdade.

O sistema era basicamente de cela isolada. Ficava-se sozinho na cela. Sem nada, sem um livro. Eu escreveria sobre isso. Quando saio em liberdade, vou para a França e, nos anos seguintes, escrevo uma tese na Escola de Sociologia. Fiz uma análise sobre o sistema prisional para presos políticos entre 1976 e 1980 no governo militar da Argentina. Descrevo como era o sistema. Sua lógica e maneira visavam ao aniquilamento psíquico e moral dos presos, o que não conseguiram, diga-se de passagem. E trato de identificar como resistimos enquanto coletivo para não haver essa degradingolada individual. Achamos as maneiras de nos contatarmos.

Os companheiros que saíram do Brasil em geral foram para o Chile ou para a Europa. Os que saíram para o Chile acabaram vivendo, em 1973, com o golpe de Pinochet, uma experiência duríssima e traumática. Alguns chegaram a ir para a Argentina e já pegaram um país que estava ficando muito pesado, não tanto em 1973, mas em 1974, quando começou essa coisa de sequestrar pessoas e matá-las. O Perón morre em junho de 1974. Praticamente dali em diante a Isabel assume a presidência e o grupo da direita peronista, bem fascista, é que controla e constrói grupos paralelos de extermínio. Não se usava essa terminologia carioca, mas era isso que eles faziam.

Começam a matar artistas progressistas. É algo muito violento. Um prenúncio de um giro à direita, ainda dentro da democracia. Em

1975, há uma crise econômica espantosa. E aí, quando os militares vêm, chegam de novo e mais duramente com a bênção da sociedade, porque a situação era caótica. Portanto, não são só os militares que têm responsabilidade sobre o que aconteceu.

De qualquer maneira, na minha experiência pessoal, em maio de 1975 sou preso, e a partir dali são quatro anos na prisão em condições de profundo isolamento. Isso vai agregar na minha vivência particular experiências no limite da condição humana. O sequestro, a tortura por muitos dias, a prisão.

A análise do sistema de prisão política é o conteúdo da tese. Quando voltei em 1984 para o Brasil, a L&PM editou-a na forma de um livro que se chama *Pedaços de Morte no Coração*, que se esgotou naquela época, e é exatamente uma descrição da organização prisional e da contraorganização nossa para neutralizar os seus efeitos mais perversos.

Cada ser humano tem uma digital, uma personalidade, uma singularidade. Mesmo levando em conta que cada pessoa reage de um jeito mesmo nas situações extremas, dá para dizer que há marcas eternas, como se fosse uma tatuagem, algo que não sai mais, na alma. E a grande maioria dos prisioneiros da Argentina sobreviveu a esse sistema com uma certa integridade. Foi uma grande vitória humana. É um clássico. Embora a tese seja exatamente sobre o que vi e ouvi dos meus companheiros e com textos que alguns haviam produzido depois, li bastante sobre os mundos concentracionários, os campos de concentração, e esse é um pouco o modelo moderno de tentativa de extermínio. Não é uma câmara de gás, mas uma câmara de silêncio.

Obviamente, isso, o conjunto da experiência argentina, marca fortemente minha vida. Foram sete anos lá. Nos anos 60, de 1963 a 1970, há a luta contra a ditadura no Brasil e um certo tipo de derrota; de 1972 a 1979, a luta na Argentina contra a ditadura, incluindo a prisão. Ali, muito

mais do que em qualquer lugar, a metade dos meus companheiros morreu, o que é uma coisa que também nunca mais se separa da pessoa. Isso no sentido de que você tem responsabilidades. E a menos que cultive a amnésia ou a indiferença não tem como esquecer. É algo que se leva junto. Com certa serenidade depois se elabora, mas é um terreno complicado. É onde estão a culpa, a responsabilidade, as escolhas, a força e a fraqueza a cada decisão. Essa segunda década tem essa marca e uma derrota mais pesada.

Sou posto em liberdade em junho de 1979, por uma circunstância muito singular e grata para mim, que foi a campanha do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e também dos amigos europeus. A batalha chegou a um volume tal no Brasil, de 1978 para 1979, com grande intensidade por conta da ascensão da luta pela anistia, que se cria uma espécie de comitê especial voltado para os três brasileiros presos no exterior: eu, na Argentina, e o Flávio Tavares e a Flávia Schilling, presos no Uruguai. A própria atuação da Norma, que já havia saído em liberdade, ativando em todos os lugares, primeiro aqui, por onde passou, e depois na França, em todas as coisas que convergiam para identificar minha situação junto à Cruz Vermelha e à Anistia Internacional. Virou um caso internacional. Eu tinha um problema cardíaco do qual nem tinha conhecimento. Foi o médico da prisão que me contou. Eu não sabia se meu problema era importante ou não. Mas, visto de fora, pelos parentes e amigos, era muito ameaçador, pois cada vez eu estava sendo empurrado para mais longe, ficando mais isolado.

A luta permanente de minha mãe, Clara, foi também uma ação central para minha liberdade.

Éramos os três Flávios, todos gaúchos, uma coincidência. Naquela circunstância, eles devem ter feito suas contas e era mais negócio me soltar. Estava condenado há seis anos e meio na Argentina. Como caí

antes, fui julgado. Eu tinha processo. Eles decidem me indultar para eu deixar de ser uma razão para estarem sempre criticando a ditadura argentina, fato cada vez mais comum na imprensa brasileira. Há vários fatos anedóticos sobre isso. Finalmente me indultam e me expulsam do país por eu ser estrangeiro. Como ainda não tinha sido anistiado no Brasil – isso só vai acontecer em agosto –, saí direto para a França, onde reencontro a Norma. Decido ficar um tempo para elaborar essas duas décadas: minhas derrotas, perdas e danos, uma coisa sábia, não minha, mas dos que me ajudaram a perceber.

O atípico é que todo mundo (os exilados brasileiros) estava voltando em 1978 e 1979 e eu estava indo. Portanto, minha etapa de elaboração e metabolização, inclusive elaboração psicanalítica, será vivida lá. Depois de um ano lidando com tudo isso e não conseguindo avançar, acabo buscando um analista que também era brasileiro. Era uma pessoa solidária com os que haviam passado por essas situações. Ele tinha interesse profissional nisso e, de certa maneira, foi muito generoso, porque fizemos um trabalho bem intenso durante uns dois anos pelo menos. Esse trabalho e a preparação da tese na França permitiram que eu fizesse um processo de elaboração. A tese custou a sair. Vivo cinco anos lá, de 1979 até 1984, quando volto no dia 22 de agosto. Estive fora do país durante 14 anos e, quando cheguei, tinha feito, de um lado, um processo de elaboração e, de outro, a elaboração, que era escrever a própria tese.

Eu estava na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, uma escola de muito nível. Não era um aluno normal. Eu tinha meus documentos do Brasil, um currículo prévio, mas tinha uma certa liberdade para trabalhar. Pode-se selecionar as cadeiras que se quer cursar. Mas meu orientador, Claude Lefort, um dos grandes filósofos e sociólogos da França, é um intelectual de muito preparo e muita sabedoria. Lembro que no primeiro ano eu estava lendo sobre o tema,

mas não conseguia escrever nada. Meio envergonhado, combinamos de falar. Ele marcou em um café, bem à moda parisiense. Cheguei com um grande constrangimento. Aí ele me disse, o que foi muito importante para que eu conseguisse terminar o trabalho: *Vem cá, tu achas que vou te tratar que nem meus jovens estudantes de 20 anos? Eu te trato como um cara que saiu da prisão, dessa prisão que tu estás tentando explicar aqui. Então vai no teu tempo e nas tuas possibilidades.* Sem exageros, é um dos gigantes do pensamento contemporâneo daqueles anos, entre 1960 e 1990.

A tese era um trabalho original, não no sentido de ser o primeiro, mas de ser um trabalho de elaboração sobre o universo carcerário constituído com essa estratégia de isolamento e destruição.

Está passando nos cinemas (em agosto de 2009) a história da banda Baader-Meinhof, que era um grupo das Brigadas Vermelhas da Alemanha. Tanto no filme como na literatura que cheguei a ler acerca da Anistia Internacional do ano 1980 – fui conferir em casa depois de ver o filme –, a experiência prisional é muito parecida com a da Argentina no final dos anos 1970. Nela, as celas são individuais, isoladas acusticamente, o que é enlouquecedor. Isso não tinha na Argentina. Eu lembrava que tinha lido isso.

Estou evocando essa história porque quero dizer que começava a existir uma técnica mundializada, sobretudo quando se enfrentam prisioneiros políticos. Loucos ou não, estratégias erradas ou não, não estou discutindo isso, mas a condição dos prisioneiros, cujos elementos de isolamento são trabalhados em meu livro pelo depoimento fático. Como passei por quatro prisões eu conto como foi cada uma delas. Em cada uma tinha uma diferença para aplicar o mesmo método. Analiso isso. O fato é o fato. O livro é seco, como uma radiografia.

De fato, para contornar esse sistema era imprescindível que todos fossem solidários. Sempre eram saídas coletivas. Ninguém

precisava ser herói nem especialmente corajoso. Faço as duas elaborações paralelas: uma psicanalítica e a outra com a tese, que significou trabalhar a vivência na prisão no sentido singular como uma compreensão de onde tinham me encerrado. Portanto, isso é uma lição de vida. Alguns usam a expressão – fui um dos que usei na introdução do livro: *O que importa não é o que fizeram de ti, mas o que tu fazes do que fizeram de ti*. Ou seja, como tu lidas com isso. Reconhecer que foi difícil é o começo do acerto. Dizer que não foi assim, que não foi tão duro quanto foi, é uma negação defensiva.

Com isso, posso dizer que os anos da França foram de uma certa reconstrução parcial, mas suficiente e imprescindível para que, quando eu voltasse ao Brasil, de forma direta, conseguisse me inserir no Partido dos Trabalhadores (PT) e, depois, em uma série de processos dos quais não tenho como me queixar. Até por ter sido estrangeiro por tanto tempo.

Não é fácil esse negócio de reencontrar-se com a sua terra. Conheço muitas pessoas para quem ficou muito difícil depois. Até profissionalmente. Acabei tendo um caminho que me levou a opções políticas, à confirmação da minha opção pela política e pela esquerda, num projeto novo que, de certa maneira, contemplava um pouco do balanço das coisas das quais eu tirara lições. Eu achava interessante o projeto tal como se desenhava. Talvez mais maduro. Como de fato aconteceu. Já não é o que foi, mas quando foi, pelo menos por 20 anos, pela primeira vez conseguimos construir um projeto de esquerda nacional, de massas, que são termos clichês mas são reais na vida.

Elejo-me vereador de Porto Alegre quatro anos depois de voltar. Dois anos depois de voltar, em 1986, fui candidato ao Senado pelo PT, quando o partido ainda era frágil. Enfim, os caras do interior achavam que eu era meio esquisito. Para mim, foi genial ter percorrido o Rio Grande do Sul, o que significou um certo reencontro. As coisas foram muito afortunadas, porque, dois anos depois, quando Olívio Dutra é

eleito prefeito, sou candidato a vereador e tenho uma excelente votação. Certamente não pelo que eu havia feito recentemente aqui, pois tinha vindo há pouco de fora. Foram circunstâncias felizes. Depois, tive os mandatos como deputado.

Quero encerrar meu depoimento com essa ideia, que é muito presente hoje. Acho que sou uma pessoa que teve a felicidade de sobreviver a algumas coisas, outros não tiveram, e de me reencontrar com a cidade e o país. E com a minha escolha principal, que é a política. E ter tido a confiança de pessoas e, quem sabe, pela maneira como agi em meus mandatos, ter honrado alguns dos valores que reivindico até hoje. A própria decisão recente de não me candidatar em 2006, o que é um pouco atípico no campo da política, foi muito importante. Não que eu ache que meus companheiros que se candidataram estivessem errados, mas eu achei que tinha que fazer isso.

Justamente uma questão que está muito presente, que é da mais absoluta atualidade, é essa discussão sobre o universo político. Visitamos isso no começo da entrevista com os temas da corrupção ou da suposta corrupção do governo Vargas, o estilo do Jânio. E, sendo eu uma pessoa que, por esse tema, não se candidatou para não fazer uma coisa ambígua, para não dizer ao mesmo tempo *vote em mim, eu sou dos legais*, me sinto com muita autoridade neste sentido. Há um percurso histórico que agora fica mais claro. Quando falei de décadas, a década da ditadura brasileira, a década na Argentina, a década dos 1980 – que é um trânsito entre a reconstrução pessoal e a reinserção –, a década de 1990, que é de muita atividade política, em que tenho mandato por três vezes e compo paradas centrais aqui em temas importantes, entre eles as privatizações do Estado, as montadoras, o calendário rotativo, isso mostra que sou um cara do meu tempo.

O que acho que me interroga e interroga a todos do campo progressista, e os petistas deveriam se sentir interrogados – ainda sou petista –, é que esse percurso que fizemos, hoje, ele é, na minha opinião, uma referência. Não porque tenhamos ficado presos ao passado, mas porque o presente que temos é construído pelo conjunto de vivências que tivemos. Inclusive essas. Se a luta armada tinha futuro ou não, se essa estratégia era a mais adequada, o que interessa fundamentalmente é que fica aí um legado contínuo de determinados valores e sacrifícios. Para uns foram definitivos. Não estão aqui para fazer balanço. Essa, para mim, é uma questão ética central.

Não tomar o presente como se ele tivesse nascido de si mesmo anteontem. O presente é uma sequência de determinadas lógicas históricas, materiais, de poder, de comportamentos e de atitudes. Neste sentido, essa é a minha filiação que eu não topo relativizar. E tem muita gente dos meus, que eram dos meus, que relativizam em nome de uma espécie de necessário realismo político. Fui Chefe da Casa Civil do governo do estado do Rio Grande do Sul. Não se pode dizer que eu sempre tenha estado na oposição e não tenha ideia da realidade de governar. Ela é complicada mesmo. E, quem sabe, tenhamos feito algumas concessões. Quanto mais o tempo passa, ao contrário do que pensam alguns ou muitos, mais acho interessante o governo Olívio, como a expressão de um governo de esquerda possível e com preocupações de reforma na sociedade gaúcha.

Em nome disso é que acho que há um núcleo inegociável que me interroga. Eu não tenho a pretensão absurda de que eu mesmo não tenha sido, muitas vezes, incoerente em relação a isso. O fato de não esquecer de onde venho, como foi o caminho, me ajuda a não perder a bússola. Não posso me *libertar*, nem quero, como diz o grande compositor cubano

Silvio Rodriguez, autor de *Pequenã serenata diurna*. Na verdade, os versos são assim:

*Soy un hombre feliz
y pido que me perdonen
Los muertos de mi felicidad.*

No mais fundo de mim, não quero que me perdoem, nem quero esquecê-los. Só posso viver como uma pequena parte daquele tempo e uma grande parte do presente. Logo, irremediavelmente dilacerado.

O FIM DAS FRONTEIRAS POLICIAIS ENTRE BRASIL E URUGUAI*

Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez**

Conheci em período recente o historiador uruguaio Universindo Díaz Rodríguez. Universindo ficou conhecido entre nós no episódio do sequestro dos uruguaiois em 1978 e é atualmente pesquisador da Biblioteca Nacional do Uruguai. O sequestro de Universindo e de Lilián Celiberti, ocorrido na cidade de Porto Alegre, foi uma operação articulada da repressão uruguaia e do DOPS do estado do Rio Grande do Sul com pleno conhecimento e apoio das instâncias militares e federais repressivas brasileiras. A Operação *Zapato Roto*, visando à prisão de integrantes do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP), incluiu a presença de militares uruguaiois carregando inclusive militantes presos no Uruguai para Porto Alegre. Universindo, Lilián e os filhos dela foram presos por agentes policiais brasileiros e militares uruguaiois. Torturados ainda em nosso território, foram depois devolvidos ao Uruguai. Os agentes repressores uruguaiois retornaram a Porto Alegre apenas com Lilián e montaram no apartamento no Bairro Menino Deus, em Porto Alegre, uma *ratonera* na esperança de prender outros militantes e

* Considerações sobre a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai a partir de um artigo publicado no semanário *Marcha* pelo jornalista Alfonso Correa, “Brasil–Uruguay: el fin de las fronteras policiales”. *Marcha*, Montevideo, 28 nov. 1969, p. 15.

** Integra a coordenação do Movimento de Ex-Presos e Perseguidos Políticos, ex- integrante da Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura. Autor do livro *A guerrilha Brancalione*. Porto Alegre: Proletra, 1999. Participou da resistência à ditadura no Brasil.

particularmente Hugo Cores, dirigente do PVP. O desaparecimento dos uruguaios em Porto Alegre não passa despercebido para seus companheiros, e quem termina chegando ao apartamento onde estava montada a tocaia são dois jornalistas brasileiros, Luiz Cláudio Cunha, da revista *Veja* no Rio Grande do Sul, e João Baptista Scalco, fotógrafo da revista *Placar*. O acontecido desmobilizou o aparato repressivo, e, em que pesem as ameaças aos jornalistas, o sequestro de Lilián e Universindo foi amplamente divulgado no Brasil e no mundo.¹

Guardadas as diferenças das épocas históricas, o sequestro de Universindo e Lilián acontece num momento em que todo o Cone Sul está submetido a ditaduras e em plena vigência da Operação Condor. O sequestro e a devolução de militantes, sem formalidades legais, têm similaridades com a devolução de brasileiros em Montevideu, no final de 1969. Quase uma década antes do sequestro de Universindo, brasileiros perseguidos políticos foram sequestrados e devolvidos para a ditadura brasileira. Eu mesmo fui preso fora do marco legais uruguaios numa operação articulada pelos órgãos de repressão brasileiros e uruguaios, com características de sequestro, cujo objetivo era devolver-me ao Brasil, como já haviam logrado fazer com outros brasileiros refugiados no Uruguai. A intenção deste texto é relatar esses momentos tomando como guia um artigo do jornalista uruguaio Alfonso Correa, publicado no semanário *Marcha*, em 28 de novembro de 1969, intitulado *Brasil-Uruguay: el fin de las fronteras policiales*. Meu texto se propõe a ser também um modesto registro do relevante papel prestado pela imprensa uruguaia, particularmente a de esquerda, ao denunciar práticas ilegais realizadas pelo governo uruguaio de então e a ditadura brasileira. Temos, todos os

¹ PADRÓS, Enrique Serra. El vuelo del cóndor en la frontera uruguayo-brasileña: la conexión represiva internacional y el Operativo Zapatos Rotos. *Revista Estudios Históricos*, Rivera, n. 1, mayo 2009. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion_1/enrique-serra.pdf>. Acesso em: 10 out. 2009.

brasileiros perseguidos políticos que vivemos o período, o dever de gratidão com os periódicos *De Frente*, muito em especial, e *El Popular* e com os semanários *Marcha* e *El Oriental*, entre outros.

O Brasil de então era governado pelo general Emílio Garrastazu Médici, que assumira a presidência da República no dia 30 de outubro de 1969. O país durante o governo Médici tornou-se campeão mundial em desrespeito aos direitos humanos e repressão aos movimentos sociais e de oposição. Com o AI-5, que no dia 13 de dezembro de 1969 completaria seu primeiro ano de vida, o cerceamento à liberdade de imprensa aumentou, os sindicatos sofreram intervenção, o movimento estudantil foi desmantelado e grande número de seus quadros aderiu à luta armada. A repressão a estes movimentos foi feroz, com torturas, assassinatos e desaparecimentos.

O Uruguai de novembro de 1969 também estava longe da prosperidade do pós-guerra, quando ficou conhecido como a "Suíça da América" e vivia profunda crise econômica e institucional. O presidente Jorge Pacheco Areco respondia às pressões políticas e demandas sociais com um governo autoritário que tangenciava os limites dos mecanismos constitucionais. Pacheco Areco lançava mãos das chamadas *Medidas Prontas de Seguridad*, instrumento jurídico que equivalia ao estado de sítio de outros países. Durante a vigência das *Medidas Prontas de Seguridad* as liberdades fundamentais e de expressão sofriam limitações. A imprensa era censurada, e os movimentos grevistas, como os dos bancários, eram reprimidos, inclusive, com a militarização dos trabalhadores.²

² Uma síntese do período e do acerbamento do autoritarismo do governo Pacheco Areco é descrito na tese de Doutorado de Enrique Padrós. Cf. PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2 v. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 273-282.

A situação dos brasileiros perseguidos políticos tornara-se muito difícil. Apesar de toda a tradição de asilo que o Uruguai possuía, nenhum dos nossos companheiros que haviam ingressado recentemente eram reconhecidos como asilados. O instituto do asilo, uma tradição para as frequentes crises entre as elites políticas e militares do continente, não era um instrumento para proteger militantes de movimentos sociais e revolucionários num cenário de um continente cada vez mais tumultuado.

O artigo do jornalista Alfonso Correa, publicado em *Marcha*, pode ser visto, na verdade, como um pacto com a comunidade dos brasileiros perseguidos que visavam obter o estatuto do asilo. Através do relato do que acontecia, publicando inclusive os nomes completos de muitos brasileiros que se encontravam ameaçados de devolução, tentava-se criar constrangimentos locais e internacionais para impedir que o governo de Pacheco Areco devolvesse essas pessoas à ditadura brasileira. O artigo de Alfonso Correa se refere ao momento e à situação que viviam os brasileiros que solicitavam asilo:

Estos casos, ya abundantes, pero aislados todavía mirados en su contexto, no están desvinculados de otros hechos sintomáticos con que se ha tropezado la segunda gruesa tanda de refugiados brasileños que comenzó a llegar al país desde junio de este año. Mientras a los de la primera hora – después del golpe de estado de Castelo Branco en 1964 – se les otorgó asilo con una demora mínima, algunos días, una semana – a todos los que han llegado últimamente se les mantiene a la expectativa.

La enumeración de cada caso, inevitablemente fatigosa, importa para demostrar que no hay invenciones: Renata Ferraz Guerra de Andrade y Wilson Elidio Fava, pidieron asilo político el 24 de junio; Cleide Almeida Fernandes, el 10 de agosto; Cesar Ronaldo Pereira Gomes, el 2 de setiembre; Pio Pereira dos Santos un día después; José Ferreira, José Leonardo Sobrinho, Silvio de Sousa Gomes, lo pidieron el 5 de setiembre, el mes más nutrido; Zelia Maluza Stein, el 10 de octubre; Carlos Olavo da Cunha Pereira, el

17 de octubre; Celerino Almeida Carriconde, en fecha no precisada; Claudio Weyne Gutiérrez quien fue el último en pedirlo, el día 14 de noviembre. La lista no está completa: se sabe que entre los refugiados que eligen Uruguay como trampolín para emigrar a otras tierras y los numerosos turistas hay gente que aspira a un estatuto de asilado, que tradicionalmente ha dado garantías.

Alfonso Correa relata como estes brasileiros iam periodicamente aos órgãos públicos, caso do Ministério das Relações Exteriores uruguaio, para saber de suas solicitações de asilo. A resposta, invariavelmente, era a de que não havia novidades, e era sugerido que retornassem passados quinze dias. Correa relata que um funcionário do Ministério um dia mudou a cantilena: *"Parece que van a suspender el asilo para los terroristas [...]"*.

Correa descreve o cotidiano dos brasileiros que solicitavam o asilo, a obrigação de comunicarem qualquer mudança de endereço, as visitas de surpresa de policiais com revistas minuciosas dos locais que habitavam, os movimentos suspeitos e provocações perto de suas residências:

A Cleide Almeida Fernandes, una realizadora cinematográfica a quien habían distinguido en su cautiverio de nueve meses en San Pablo con una diaria comparecencia a la sala de torturas para presenciar interminables sesiones practicadas contra sus compañeros, la fueron a visitar a su pensión agentes de Interpol. Allí le pidieron carnet de identidad uruguayo que lógicamente no poseía. Les mostró una certificación que sirve únicamente en su tierra y la constancia del pedido de asilo. Le exigieron comprobar su condición de asilada. Mientras trataba de explicar vio como revisaron la pieza hasta el último rincón. No encontraron nada y al final la dejaron tranquila.

O artigo de Alfonso Correa tem momentos em que é premonitório, como comprovarão, quase uma década depois, Universindo e Lilián:

Aunque todavía la policía brasileña no ha tenido oportunidad de prestar favores similares a los que ya fueron aludidos por el jefe de seguridad riograndense, la reciprocidad puede darse por otra explicación coherente para fundamentar la larga tensión y angustia que ha acompañado por varios meses la estada montevideana de todos estos refugiados sin haber podido obtener la protección del asilo, de tanto arraigo en nuestro medio.

Alfonso Correa relata que, no Brasil, os dirigentes sindicais foram substituídos por interventores e que candidatos a cargos eletivos deviam apresentar atestado ideológico controlados pelos DOPS. Qualquer reivindicação, como aumento de salário, passou a ser considerada subversiva. Comenta o esmagamento do movimento estudantil, a UNE clandestina, a infiltração policial e o controle das universidades e do meio estudantil e acadêmico. Também traz forte denúncia contra as torturas e a repressão existentes no Brasil, razão do pedido de asilo político de tantos brasileiros:

Las garantías de vida dependen de la voluntad omnímoda de un aparato represivo que oficialmente no existe ante el silencio de una prensa controlada o autocensurada. De este ambiente, en fin, han salido estas mujeres y hombres brasileños la mayoría de los cuales ha sentido en carne propia el rigor de la picana eléctrica, los "pau de arara", los "teléfonos" y otros medios no necesariamente muy refinados de tortura. A ellos se les abrió la frontera nuestra, quedando atrás inenarrables recuerdos que explican y justifican ampliamente que hayan optado por el exilio temporario como último recurso de subsistencia. Todos los extremos exigidos por el derecho de asilo son aplicables a ellos y pretextos o cortapisas que se arguyan por las autoridades competentes solo llevarán a reforzar la convicción de que también le ha llegado la hora del descaecimiento a una institución pilar de nuestra imagen exterior.

Ao chegar a Montevideu, em novembro de 1969, por indicação de companheiros brasileiros refugiados fui morar numa pensão na *calle Vázquez*, perto da Universidade e do centro da cidade. Poucos dias

depois, chegava à pensão um estudante paulista, Euclides Garcia Paes, outro perseguido político. Através do advogado e deputado Edmundo Soares Netto, político ligado ao *Frente de Izquierda de Liberación* (FIDEL) e ao *Partido Comunista Uruguayo*, encaminhei ao Ministério das Relações Exteriores meu pedido de asilo político. Soares Netto, ao tomar conhecimento de que meu pai era uruguaio, paralelamente ao pedido de asilo começou a tramitar meu processo de cidadania natural uruguaia à que tinha direito pela Constituição uruguaia.

A repressão no Brasil, como foi descrita no artigo de Alfonso Correa, era muito intensa e ocorria dentro do marco do AI-5 – e era centralizada e comandada pelos organismos militares. A esquerda tentava furar o bloqueio de informações da ditadura com atos que tivessem grande visibilidade. Em setembro, numa ação conjunta, a Ação de Libertação Nacional (ALN)³ e o MR-8 haviam sequestrado o embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick. O sequestro foi acompanhado de grandes perseguições policiais e militares contra o MR-8 (antiga dissidência do PCB da Guanabara), na cidade do Rio de Janeiro, e contra a ALN, em São Paulo. As sucessivas quedas da ALN e particularmente a prisão dos freis dominicanos no Convento de Perdizes, em São Paulo, permitiram o cerco da repressão a Carlos Marighella. No início de novembro, com profunda emoção, nos deparamos com a manchete da morte de Marighella, fuzilado em uma emboscada no dia 4 de novembro de 1969.

As prisões de integrantes da ALN só tinham paralelo com as quedas da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) nos primeiros

³ A repressão do período em São Paulo fez surgir a figura do "desaparecido político". O militante da ALN Virgílio Gomes da Silva foi preso com sua companheira e filhos e barbaramente torturado e assassinado na Operação Bandeirantes. Seu corpo jamais foi entregue à família e encontra-se, até o dia de hoje, desaparecido. Assim, surgia a figura do desaparecido político e se tornaria o principal símbolo das ditaduras de Segurança Nacional de "novo tipo"; o Brasil sinalizou o seu surgimento no Cone Sul.

meses de 1969. As quedas da VPR foram resultado da repressão à fuga de Lamarca, em 24 de janeiro de 1969, do quartel de Quitaúna com a carga de 63 fuzis FAL, algumas metralhadoras leves e muita munição. Naquela ocasião, alguns integrantes e dirigentes da VPR refugiaram-se no Uruguai, cruzando as fronteiras do Rio Grande do Sul.

Em novembro de 1969 o clima na colônia de brasileiros foragidos era péssimo. Havia desaparecido alguns exilados; sabia-se que tinham sido detidos pelos órgãos de segurança uruguaios, que negavam a autoria ou qualquer informação a respeito.

No dia 19 de novembro fomos eu e Euclides até a praia de Pocitos e aproveitamos para dar uma passagem por um tradicional ponto de encontro dos brasileiros asilados, o restaurante Cangaceiro, de propriedade do ex-ministro de trabalho de João Goulart, Amauri Silva. Ao regressar à nossa pensão, um forte aparato policial nos esperava. Sequestrados, fomos levados ao *Departamento de Inteligencia y Enlace* – o DOPS deles –, situado então em um velho casarão na Avenida 18 de Julio. Transportados à noite para o prédio central da polícia, ficamos presos em pequeno cubículo no quarto andar. Partiu de Euclides a ideia de escrevermos um bilhete denunciando nossa prisão e anexá-lo a uma nota de dinheiro uruaio. Ao sermos removidos para um quartel, tivemos a oportunidade que esperávamos. No bilhete, relatávamos o sequestro, o endereço da pensão onde sucedera e pedíamos para avisar o *De Frente*, um jornal diário de esquerda.

No quartel, o CGIOR, centro de preparação de oficiais da reserva, nos encontramos com o Caio Venâncio Martins, paulista e estudante de Direito. Soubemos que há poucos dias teriam deportado ilegalmente Wilson Barboza do Nascimento. Carioca, professor de História ligado à ALN, Wilson era um indivíduo corpulento e versado em lutas marciais. Não foi fácil retirá-lo do quartel. Diziam os próprios

militares uruguaios que voaram soldados para todos os lados. Wilson Barboza do Nascimento foi devolvido; posteriormente, foi barbaramente torturado em quartéis e prisões do Rio de Janeiro,⁴ de onde sairia, em janeiro de 1971, como um dos setenta presos trocados no sequestro do embaixador da Suíça.⁵

Na manhã do dia 22 de novembro, o jornal *De Frente* denunciou nossa prisão com grandes manchetes. Respiramos aliviados, pois nossa prisão tornara-se um fato público. Foi um dia de movimentações intensas, a denúncia provocara visível contrariedade às autoridades uruguaias. À noite entrou no quartel uma caminhonete da polícia com a ordem de levar-me para o aeroporto de Carrasco. Não havia dúvida, ia ser devolvido para o Brasil. Minha prisão era relacionada com as quedas da ALN e suas repercussões em Porto Alegre. O *Correio do Povo* do dia 20 de novembro, sob a manchete "Segurança Pública confirma ligação de Frei Betto com esquema terrorista", estampava os retratos do Ico (Luiz Eurico Tejera Lisboa), da Dedé (Vera Maria Idiart) e o meu como perigosos terroristas.

A prisão de Frei Betto ocorreu no dia 9 de novembro de 1969, em Porto Alegre. No dia 4 de novembro, agentes do Cenimar, órgão de informações da Marinha, tinham vasculhado o seminário onde Frei Betto estava morando e levado preso um frade que recebia as correspondências da ALN. Frei Betto começou uma peregrinação que se

⁴"[...] que esteve preso cinquenta e três dias, sendo posteriormente deportado para o Brasil e entregue ao Exército brasileiro, na cidade de Livramento, fronteira do Brasil com o Uruguai; que quer declarar ainda que, no Brasil, prestou depois de preso seis depoimentos: no 7º RC em Livramento, no 18º RI em Porto Alegre; na 3ª Cia. da PE, em Porto Alegre; no DOPS de Porto Alegre e no 18º RI, a pedido do Delegado de Ordem Política de São Paulo (Delegado Fleury) [...]". Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria. Wilson do Nascimento Barbosa. In: ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. tomo V, volume 3, p. 916, apud BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 225.

⁵[Nota dos Organizadores]: Trata-se do diplomata Giovanni Enrico Bucher.

estenderia por quase uma semana. Refugiou-se em diferentes locais da Igreja e, através de contatos com a Cúria Metropolitana, ficou sob a tutela de uma tradicional família porto-alegrense, os Chaves Barcellos. A ditadura tinha muito cuidado ao tratar com o clero gaúcho. A Igreja já era crítica severa dos desmandos dos militares, principalmente da brutal repressão e torturas a que haviam sido submetidos os freis dominicanos em São Paulo. Os militares viam no cardeal Dom Vicente Scherer de Porto Alegre, um dos expoentes conservadores da CNBB, um possível aliado. A prisão de Frei Betto pelo major Áttila ocorreu na luxuosa mansão situada na Avenida Independência, pertencente à família Chaves Barcellos. Não é mistério que a Igreja Católica, independentemente de posturas ideológicas, tenha uma posição de defesa de seus integrantes. Certamente isto, e o fato da ditadura não querer atrito com o setor do clero com o qual ainda mantinha diálogo, impediu que Frei Betto fosse submetido às sevícias que os serviços de inteligência julgavam necessárias para obter informações. A repressão estava ansiosa para botar as mãos em pessoas que tivessem participação no esquema de fronteira e que não tinham o manto protetor da Cúria Metropolitana.

O secretário de Segurança do estado do Rio Grande do Sul Jaime Mariath tinha como questão de honra a minha devolução e encaminhara pedido oficial de minha captura junto ao governo uruguaio. Naqueles dias, em Porto Alegre, o casarão da Rua Santo Antônio, onde moravam meus pais e minhas irmãs, havia sido minuciosamente revistado por tropas comandadas pelo major Áttila e o delegado Pedro Seelig. Encontrava-se em Montevideu, para acompanhar as ramificações do esquema de fronteiras, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, da Operação Bandeirantes, notabilizado pelas torturas a presos políticos.

Eu estava decidido a vender caro a minha entrega para o DOPS; não tinha a menor dúvida do que me aguardava no Brasil e,

particularmente, em São Paulo, para onde seria certamente transportado. Com um pedaço de vidro que tinha guardado, já pensando na eventualidade, provoquei profundos cortes no braço esquerdo. Saiu muito sangue, e a repressão uruguaia, por mais que já utilizasse torturas, ainda era aprendiz de feiticeira. Os policiais encarregados de transportar-me ao aeroporto e o oficial do dia entraram em pânico e me levaram ao hospital mais próximo. Lembro-me até hoje do desespero do policial que ia dirigindo:

– *"Hijo de puta! Estoy para jubilarme"*. Certamente, preocupava-se com registros em sua ficha profissional de burocrata policial prestes a se aposentar.

O centro de atendimento mais próximo do quartel era uma clínica do Sindicato Médico do Uruguai, tradicionalmente vinculado à esquerda. Na clínica consegui entrar em contato com meu advogado, Soares Netto. O caso voltou a ter notoriedade e farta cobertura. *El Popular*, jornal do *Partido Comunista Uruguayo*, invocou minha cidadania uruguaia. Não tinham mais como devolver a mim e aos perseguidos políticos presos comigo no quartel, inclusive aos outros brasileiros a quem negavam o asilo. Imediatamente me transportaram para o Hospital Militar. No artigo *Brasil-Uruguay: el fin de las fronteras policiales*, Alfonso Correa assim aborda o sucedido:

Contados días después que un primitivo pero todavía curioso medio de comunicación alertara sobre la misteriosa desaparición de dos estudiantes brasileños en Montevideo, Claudio Antonio Weyne Gutiérrez, un ciudadano natural uruguayo que estaba radicado en Porto Alegre encontró otro método, este si riesgoso, para poner en evidencia una situación que lo amenaza a el e inquieta a la colonia de varias decenas de asilados políticos o aspirantes a tales que eligieron Uruguay para evadir un largo, metódico y en algunos casos refinado martirio padecido en su tierra.

A la esquila pegada a un billete de 100 pesos que alertaba a "De Frente" sobre la desaparición de Weyne Gutiérrez y su colega paulista Euclides García Páez de una pensión de la calle Vázquez, siguió la espectacular y dolorosa noticia de la internación del primero en una clínica donde ingresó con profundos cortes en las venas de ambos brazos, para evitar su internación en tierra brasileña.

Tres días antes de que se conociera en Montevideo la desaparición de ambos – reclusos en forma secreta en el CGIOR – el secretario de Seguridad de Río Grande del Sur, Jaime Mariath, en una de sus repetidas incursiones pidió la entrega a las autoridades uruguayas de Weyne Gutierrez. Esta sorpresiva demanda que en otros tiempos hubiera despertado un revuelo de indignación y rechazo en los propios círculos policiales y judiciales uruguayos se correspondía con otras declaraciones anteriores del mismo jerarca donde anunciaba que José Calvet, un refugiado que había podido escapar al cerco del DOPS había sido entregado por las autoridades uruguayas. Sin que estuvieran refrendados por el inmediato aval de un reconocimiento expreso, como en este caso, se sucedieron antes y después, hechos significativos. Wilson Barboza de Nascimento, profesor de historia, vino de paso al Uruguay para viajar a un país socialista, en uso de una beca. Dos personas que dijeron ser abogados de su familia preguntaron por él. A los pocos días se supo que Barboza de Nascimento había vuelto a su tierra. No se habló más de su viaje. Miranda Jordão, un periodista de "Folha de São Paulo" llegó temprano en la mañana a un hotel y se comunicó con un asilado. Este, en seguida fue a verlo. Jordão había salido acompañado por una chica. A los cinco días aparecía detenido en Porto Alegre. Hay casos que lindan en lo risueño: Sebastian Mendez Filho también reapareció misteriosamente en Brasil hasta que consiguió escapar al cerco y volver a tierra oriental. Tarcino Guimarães Mendez, su hermano sacerdote, fue detenido en Artigas. Traía un certificado firmado por las propias autoridades brasileñas donde constaba que Sebastián no era buscado por ningún delito común. Su presencia apaciguó los temores de su hermano, pero le trajo inmediatas complicaciones. Algún apresurado matutino capitalino afirmó que con Guimaraes Mendez se había apresado otro peligroso subversivo.

Correa trata también do caso de Caio Venâncio Martins, que se encontrava preso no CGIOR comigo e com Euclides. Estudante de Direito do Largo de São Francisco, Caio migrou como tantos outros do

movimento estudantil para a luta armada, seu périplo na busca do exílio foi longo e tortuoso:

Cuando notó que sus compañeros de la Facultad de Derecho de San Pablo iban desapareciendo aceleradamente se decidió a irse de su estado. Lo protegió la relativa falta de coordinación que aun existe entre un estado y otro del gigantesco país. Siempre con la meta puesta en la frontera uruguaya, fue pagando su viaje, mientras trabajaba por el camino. A los seis meses llegó a Santa Ana de Livramento. Se sintió perseguido, dejó sus valijas en un hotel y atravesó la frontera. Llegó hasta Montevideo y como no conocía a nadie se echó a caminar hasta que halló la embajada mexicana. Allí pidió asilo, pero se lo negaron argumentando que debía solicitarlo en el propio Uruguay "para no crear problemas de competencia".

En jefatura, donde le recomendaron ir, fue tratado amablemente y firmó una solicitud de asilo. Otro día, con el pretexto de unas declaraciones suyas en un matutino, lo trasladaron al CGIOR. Para vigilar su seguridad personal, explicación que se le dió. Está internado allí desde el 11 de noviembre.

Após ser levado à Policlínica do Sindicato Médico pelos cortes que fiz em meu braço, fui transladado ao Hospital Militar de Montevidéu. Foi uma noite longa. Algemado na cama do hospital, com o braço devidamente costurado e com o soro gotejando, ainda recebi a visita de um grupo que de longe me observava. Alguns não conseguiam disfarçar um sofrível portunhol. Sem dúvida, havia policiais ou militares brasileiros. Para seu desespero, a caça lhes escapara das mãos.

O artigo de Alfonso Correa mostra que tinha razões para estar preocupado quanto ao meu imediato deslocamento para São Paulo uma vez enviado ao Brasil:

Hay una punta más gruesa en esta madeja de curiosidades. Sergio Fleury, uno de los más renombrados de los 29 delegados que componen la dirección del DOPS se apresta a venir a Montevideo, en compañía de algunos colaboradores íntimos. Fleury, que dirigió

el operativo contra Carlos Marighela y su grupo y ganó méritos suficientes como para constituirse en elemento indispensable en cuanto nuevo frente represivo se abre en su tierra – orienta ahora una campaña de depuración contra los elementos radicales del clero "gaucho" – se dedicó a otros menesteres menos lustrosos antes de dirigir al DOPS: fue jefe del renombrado "Escuadrón de la muerte", que exterminó pordioseros y delincuentes comunes en una fulminante campaña.

Le esperan aquí importantes reuniones con jefes policiales. El tema será, a no dudarlo, el del reforzamiento de la seguridad interna. Cae de su peso que en todo este trasiego que se ha venido haciendo y los que estarán ya previstos, a pretexto de la agudización de las tensiones internas se irán afirmando vínculos y perfeccionando mecanismos.

No Hospital Militar de Montevideu, à medida que os dias passavam, comecei a ficar apreensivo. Tinha sessões diárias com um psiquiatra militar que eram, na verdade, interrogatórios policiais. Fiz duas greves de fome, totalizando 20 dias sem me alimentar. Consegui, em determinado momento, passar dos meus 60 quilos da época para menos de quarenta. Na verdade, minha preocupação tinha já componentes paranoicos. Passei o Natal e o 1º do ano (ano-novo) de 1970 no hospital. Fui solto na segunda semana de janeiro. No total, havia ficado detido mais de cinquenta dias entre polícia, quartel e Hospital Militar, e a repercussão do caso havia detonado o esquema de devolução dos refugiados brasileiros.

Alfonso Correa finaliza profeticamente seu artigo mostrando que a tendência dos movimentos que acontecem no Uruguai apontam a repressão dos movimentos sociais e de esquerda sem considerar as fronteiras políticas:

Si en las contadas 24 horas uruguayas del enviado especial de Nixon⁶ hubo tiempo para pedirle armas es fácil suponer que, en su periplo brasileño, nuestro presidente haya podido discutir sobre una teoría original del entonces presidente Costa e Silva,

⁶[Nota dos Organizadores]: O jornalista refere-se a Nelson Rockefeller.

formulada junto a Onganía en 1967: la de las fronteras ideológicas que borran las geográficas.

Hay infraestructuras – o superestructuras – que parecen más fáciles de ir orquestando. Mientras en los ejércitos existen escozores nacionalistas y concepciones estratégicas de hondo arraigo, las policías, por el papel que se les ha ido reservando están preocupadas por artes menos sutiles. En esta desordenada partida de ajedrez, jugada entre gallos y medianoche, sin mucha ortodoxia, empieza a atisbarse los movimientos iniciales de los peones [...].

A política intervencionista do Brasil no início dos anos 70 nos países vizinhos foi muito significativa. O Brasil teve papel ativo no golpismo uruguaio, apoiando o regime crescentemente autoritário de Jorge Pacheco Areco, conspirando contra a possibilidade do jovem *Frente Amplio* uruguaio chegar ao governo. A ditadura brasileira apoiou econômica e militarmente o golpe de Banzer contra Torres em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia). Hoje, com novos documentos de arquivos secretos divulgados nos Estados Unidos, sabemos inclusive com mais provas o que já sabíamos, a intervenção pesada da ditadura brasileira no golpe contra Allende, em 11 de setembro de 1973. Novos fatos são revelados a cada momento, como o apoio da ditadura brasileira na fraude às eleições gerais e presidenciais uruguaias de novembro de 1971, cujo resultado, a vitória do político Juan Bordaberry, de continuidade das políticas de Pacheco Areco, só veio a ser divulgado em fevereiro de 1972. Este resultado fora fraudado; ganhara as eleições Wilson Ferreira Aldunate, do *Movimiento por la Patria*, do *Partido Blanco*. O Estado repressivo brasileiro tornou-se modelo para todo o Cone Sul da América Latina. Passada a segunda metade da década de 70, todos seus países estavam mergulhados em ditaduras que seguiam a Doutrina de Segurança Nacional, monstruosos clones da ditadura brasileira.⁷

⁷A participação brasileira no redesenho da geopolítica do Cone Sul foi extremamente significativa: apoio às forças golpistas contra Torres, na Bolívia; preparação da invasão do Uruguai no início da

A imprensa popular uruguaia pagou um alto preço. Todos os jornais a que me referi, como *De Frente* e *El Popular*, assim como o semanário *Marcha*, não sobreviveram à ditadura uruguaia. *Marcha* foi fechado por publicar um conto picante envolvendo um chefe de polícia integrante do esquadrão da morte uruguaio.⁸ Poderíamos dizer que *Marcha* morreu lutando, morreu atirando!

A devolução de refugiados políticos, com o passar dos anos, foi tornando-se muito comum no Cone Sul. E não apenas isto, mas também os atentados, os assassinatos e os desaparecimentos, indiferentemente das fronteiras geográficas. A partir de 1975, estas práticas foram configuradas na Operação Condor, articulação dos órgãos de repressão latino-americanos que, a meados dos anos setenta e início dos oitenta, levaria à morte milhares dos combatentes contra as ditaduras latino-americanas.

década de 70 – Operación 30 Horas (cf. PADRÓS, op. cit.); participação em fraudar as eleições uruguaia de 1971 e conspiração e auxílio logístico e militar no golpe contra Allende, no Chile (cf. The National Security Archives, disponível em <<http://www.gwu.edu>>).

⁸[Nota dos Organizadores]: O conto *El guardaespaldas*, de Winston Nelson Marra, venceu, em 1973, o prestigioso concurso literário que *Marcha* organizava anualmente. O texto, contendo alusões diretas às práticas de tortura praticadas pelo regime, foi publicado em fevereiro de 1974. Diante disso, a ditadura processou o autor do conto por "atentado à força moral do Exército" e o condenou a 30 meses de prisão. Prendeu, também, durante um mês, todos os integrantes do júri, inclusive o presidente Juan Carlos Onetti, o escritor uruguaio de maior prestígio internacional na época. Também foram detidos o diretor do semanário, Carlos Quijano, o redator Julio Castro (posteriormente desaparecido) e Hugo Alfaro. O semanário *Marcha* foi proibido de circular por vinte edições.

MEMÓRIA DA RESISTÊNCIA OU A RESISTÊNCIA COMO CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA*

*Flávia Schilling***

Não é fácil falar sobre memória, não é fácil falar sobre resistência e é muito difícil falar sobre memória da resistência. E, quem sabe, imaginar o trabalho da memória, de construção da memória como uma forma de resistência. Com a preocupação de precisar alguns dos termos com que trabalharemos, decidi organizar meu depoimento da seguinte forma: iniciar com uma problematização sobre o tema da memória, depois o da resistência e, ao final, fazer um breve relato sobre (minha) memória da resistência.

O tema da memória é central. Nestes anos, plenos de datas importantes para o país, há uma tentativa de debater – ou recuperar, ou construir, de alguma forma, momentos históricos nacionais e institucionais. O tema de hoje e o que gira em torno dele está presente na mídia; enfim, nota-se uma tentativa de falar ou compor "memórias".

Estive, em julho de 2004, no lançamento do Observatório dos Direitos Humanos no Mercosul, em Córdoba, na Argentina. Queria fazer uma observação inicial para vocês, porque me chamou muito a atenção as diferenças entre memória no Brasil, memória na Argentina e memória no Uruguai. Percebi que o tema da memória é também definido

*Texto modificado de depoimento apresentado na mesa "Testemunho-debate" do evento *Memória e Resistência: a educação pelo engajamento*, na Faculdade de Educação/USP.

** Professora da Faculdade de Educação/USP. Membro da Cátedra Unesco de Educação para a Paz e os Direitos Humanos. Ex-presença política no Uruguai.

pelas especificidades de cada país. Nesses três, o trabalho se dá com a memória, pela memória, mas de formas bem diferentes. De alguma maneira existe, no Brasil, a construção do esquecimento, típica do trabalho com a memória aqui. Só para dar um exemplo: quando fui pesquisar o caso do *impeachment* de Collor de Mello (meu doutorado em sociologia política se relaciona ao tema – é uma análise das condições parlamentares de inquérito na luta contra a corrupção no Brasil em 1995, recuperando acontecimentos dos anos 1990, 1991 e 1992), estes pareciam pertencer à "pré-história nacional". Encontrei dificuldades em levantar os dados, os materiais, as memórias dos atores. A história já estava sendo recontada ou o esquecimento já estava sendo construído. Uma dessas versões propunha que nós não tínhamos feito nada naquele momento, que a participação popular não tinha tido nenhuma importância. Isso me incomoda. Por isso, não falo de "falta de memória", não uso esse termo, porque na verdade a questão que identificamos e que nos desafia é a da construção do esquecimento existente no Brasil. Essa construção do esquecimento é sistemática, é uma característica muito importante neste país. Também me incomodou o que, talvez, pudesse chamar de obsessão pela memória na Argentina. Trouxe o material que foi produzido para divulgação nas escolas de lá sobre os acontecimentos da ditadura. É um tipo de trabalho com a memória que também me parece estranho.

Enfim, como estive presa no Uruguai e metade da minha vida está ligada àquele país,¹ em parte por ser filha de um exilado político que viveu lá² (fiz o liceu público, o ginásio e iniciei minha carreira universitária), é muito marcante minha experiência naquele país. Foi por isso que me identifiquei mais com a possibilidade de trabalho com a

¹ De 1972 a 1980, por conta da militância política.

² Paulo Schilling, exilado no Uruguai e depois na Argentina durante todo o período militar, figura relevante nas lutas por liberdade e emancipação no país.

memória lá existente e a partir dessa possibilidade farei algumas reflexões. Atualmente no Uruguai está sendo lançada uma coleção de relatos que recupera a memória da resistência cujo título é *Memória para Armar*.

Quando vi o título dessa coleção, pensei que renderia uma boa discussão. Vou apresentar como meu pensamento foi se desenvolvendo nessa perspectiva. A primeira ideia, portanto, é pensar esse título, essa proposta da memória para armar – "armar" quer dizer, inicialmente, pensar a memória como se fosse um quebra-cabeça, pensar a memória constituída por peças, por fragmentos e por pedaços, como um quebra-cabeça. Cada um de nós contribui com um pedaço, com um fragmento, e esse é um dado muito interessante. A memória, é verdade, é sempre individual, é uma construção individual, mas ela só pode ser constituída coletivamente, cada um coloca um pedaço, um fragmento dessa memória em algo maior, num coletivo. Então, existe o lado individual e o lado coletivo nessa ideia de memória para armar, nessa memória que é como um quebra-cabeça.

A outra observação é a seguinte: não se deve esperar que o resultado desse jogo de armar – e aqui, sim, o resultado é diferente do que se tem na montagem de um quebra-cabeça – seja coerente, inteligível ou legível. Essa é uma diferença em relação ao quebra-cabeça, que se monta a partir de um conjunto de peças, porque, quando se monta o quebra-cabeça, pode-se ter uma paisagem, uma figura, algo coerente e completo. Já no caso dessa memória para armar, talvez o resultado da junção desses pedaços, desses fragmentos, não leve a algo inteligível, coerente, que acalme. Pode ser que o resultado dessa "armação/montagem" seja incoerente e absurdo, sugerindo a necessidade de um novo jogo de memória para armar. Esta foi a primeira reflexão que fiz diante dessa peculiaridade que identifiquei na memória do Uruguai: a compreensão

da memória com sua dimensão individual e coletiva e sem a pretensão de levar a algo necessariamente completo, legível, coerente.

Há outra possibilidade, porém, nessa compreensão da "memória para armar". Ela nos diz que a memória nos arma de alguma maneira: é um instrumento, uma arma, e nos fortalece de certa forma para algum tipo de luta. Portanto, quando se pensa em memória, não se deve esquecer que ela é um fragmento, é individual e só pode se compor no coletivo. Igualmente não se pode perder a noção desta característica: a memória é uma arma.

Ainda quanto ao estudo sobre a memória, temos de nos deter na importância do esquecimento, porque é nesse jogo que se enfrenta o desafio da memória, da concretude da memória. Vou brincar um pouco com vocês trazendo um texto de um autor que me agrada muitíssimo: Jorge Luis Borges. É um texto sobre a memória absolutamente ímpar que se chama "Funes, o memorioso".³ O Funes é uma pessoa condenada, segundo Borges, porque tem a qualidade (ou a maldição) de não esquecer nada, de possuir a memória total. Só para já contar uma memória da resistência, conheci Borges na prisão política nos anos 70. Naquela época, não se lia Borges – era considerado um autor conservador – em alguns setores da esquerda. Por acaso, caiu em minhas mãos, na prisão, uma revista feminina parecida com a *Capricho* ou a *Cláudia*, e nela havia um conto do Borges chamado *There are More Things*. É um conto de terror que acaba onde geralmente os outros contos de terror começam. Foi uma experiência literária inesquecível, e assim caí nos braços de Borges e nunca mais o deixei. Essa, por exemplo, é uma memória de resistência, porque de alguma maneira, questionando algumas lógicas dominantes, foi possível romper com essa lógica, fazer uma crítica e viver a

³BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: _____. *Ficções*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

possibilidade de uma leitura ou interpretação de algo que, para mim, foi a abertura de um mundo que me ajudou a pensar de uma margem diferente.

Vou retomar alguns aspectos do conto "Funes, o memorioso" lendo alguns fragmentos que têm relação direta com o tema da memória fragmentada, individual e coletiva, falta e excesso. Farei alguns recortes deste maravilhoso texto para perceberem algumas ideias de Borges:

Recordo-o, (não tenho o direito de pronunciar esse verbo sagrado, somente um homem na Terra teve direito e esse homem morreu) com um escuro livro da paixão nas mãos, vendo-o como ninguém o viu, embora o avistasse do crepúsculo do dia até o da noite, toda uma vida. [...] mais de três vezes não o encontrei. [...].⁴

Contou-me: mais recordações tenho eu sozinho mais do que as tiveram todos os homens desde que o mundo é mundo. [...] Meus sonhos são como a vigília de você. [...] Minha memória, senhor, é como despejamento de lixos. [...].⁵

Tinha aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, entretanto, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes, não havia senão pormenores, quase imediatos. [...].⁶

O texto termina assim:

A esquiva claridade da madrugada entrou pelo pátio de terra. Então vi o rosto da voz que toda noite falara. Irineu tinha 19 anos; nascera em 1868; pareceu-me monumental como bronze, mais antigo que o Egito, anterior às profecias e às pirâmides. Pensei que cada uma de minhas palavras (que cada

⁴ BORGES, op. cit., p 115.

⁵ Ibid., p. 121.

⁶ Ibid., p. 124.

um de meus gestos) perduraria em sua implacável memória; paralisou-me o temor de multiplicar gestos inúteis.⁷

Pelo modo apresentado no texto, *"pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair"*. Então, se pensar é generalizar e esquecer diferenças, o jogo, portanto, da memória, da memória para armar é também composto de esquecimentos. Isso porque, talvez, da possibilidade do esquecimento surja, nasça a possibilidade de criação do novo.

Agora vou falar a respeito da resistência.⁸ Fiz no mestrado um estudo sobre a "resistência". Queria saber o que se pretendia dizer quando se falava em resistência. É uma palavra multifacetada, e tentei percorrer a bibliografia existente para entender o quanto se resiste, como se resiste, contra quem se resiste, com quem se resiste. Há esta definição encontrada em um dicionário:

Resistência é o ato ou efeito de resistir, é uma força que se opõe a outra, que não cede a outra. É uma força que defende um organismo do desgaste; luta em defesa; oposição e reação a uma força opressora; vigor, moral, ânimo. Força que se opõe ao movimento de um sistema. Embaraço, estorvo, obstáculo, empecilho.⁹

Resistência é uma palavra que tem vários significados. Dois deles se evidenciam em primeiro plano. Por exemplo, quando alguém diz que algo é "resistente", pode estar afirmando que é algo que não aceita mudança, com uma conotação negativa, ou, ainda, com uma conotação positiva, que é algo que dura, permanece, oferece garantias de não se

⁷ BORGES, op. cit., p. 125.

⁸ SCHILLING, Flávia. *Estudos sobre resistência*. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas/SP: Unicamp, 1991.

⁹ *Novo Dicionário Aurélio*. Ed. Nova Fronteira. p. 1223; *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2 ed. Ed. Nova Fronteira, p. 1494.

quebrar, de manter-se. Trabalhei o tema na perspectiva foucaultiana, como algo que acontece em uma relação de luta constante nas relações de poder.

Foucault disse que jamais somos aprisionados pelo poder, podemos sempre modificar essas relações e sua forma cristalizada como dominação em condições determinadas e seguindo uma estratégia precisa.¹⁰ Nesse estudo, descobri, portanto, que resistência pressupõe um saber sobre o poder – isso é fundamental. Assim, insisto tanto na questão do saber com os meus alunos, pois é por meio dele, do saber, que o sujeito se "empodera". Hoje, na situação que vivemos de desqualificação do saber na escola pública, é um ato de resistência ousar saber. Mais do que nunca. Então, a resistência supõe um saber sobre o poder; quer dizer: "consigo agir de maneira resistente se tenho a coragem de saber como é que são e como se dão as relações de poder". A base da resistência acontece mediante o saber, pelo ato de conseguir produzir um questionamento das regras do jogo. Muitas vezes, também, pode estar ocorrendo uma confusão em torno do que é ou não é "resistência" (ao poder). Alguém acha que está questionando as regras do jogo e, na verdade, está simplesmente reproduzindo as regras do jogo. Daí a importância de situar a luta que se analisa em uma história e uma geografia.

Há uma observação de José Saramago muito linda que selecionei para ler aqui:

¹⁰“Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao Poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea [...]. Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder [...] tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de "baixo" e se distribua estrategicamente [...]. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder; podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 241.

Abençoados os que dizem não, porque deles deveria ser o reino da Terra. Deveria, disseste. O condicional foi deliberado, o reino da Terra é dos que têm o talento de pôr o não ao serviço do sim, ou que, tendo sido autores de um não, rapidamente o liquidam para instaurarem um sim.¹¹

Não basta, portanto, você colocar um não, você precisa substituir esse não inicial por um sim, um sim que possa comportar uma mudança nas regras, uma transformação destas regras do jogo. *Daí a relação entre resistência e emancipação/liberdade.*

A palavra resistência sempre é ambígua. Não se espere encontrar, nas instituições ou em nós aquele "diamante puro da resistência". Vamos nos lembrar que a resistência é algo que se dá no enfrentamento, no face a face, nas relações do poder e é permeada de contradições e ambiguidades. A resistência é uma crítica a uma lógica de determinado sistema, sempre comporta uma crítica a certo sistema. Em todas as pesquisas que analisei para descobrir o que queria dizer resistência, há sempre uma relação marcada de resistência e autonomia. A resistência seria uma defesa de nosso direito de constituir a nossa própria lei, e tal constituição passa por defender, recuperar, constituir um saber, seja esse próprio, seja um saber do ofício, um saber do estilo de vida e das relações que desenvolvemos, ou, ainda, saber da experiência, de defender, recuperar, construir o próprio tempo. Existe hoje a luta em torno do tempo, inicialmente do tempo do trabalho, hoje, de forma mais expandida, por termos algum tipo de controle do uso do nosso tempo em geral. Há muitos estudos contemporâneos sobre a rapidez, a instantaneidade, a velocidade cada vez maior exigida na realização de uma série de coisas. Aí pode haver um campo de resistência a uma lógica dominante: talvez uma atitude de

¹¹SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 330.

resistência hoje passe por negar-se à rapidez, não vê-la necessariamente como uma virtude, e, quem sabe, recuperar, como propõe Bauman, o tempo lento do pensamento.

Essas seriam formas e lugares de possíveis resistências: recuperar o uso do espaço, do tempo, do nosso corpo. Atualmente, as lutas nas relações de poder se dão fortemente em nosso corpo, em torno do nosso corpo individual e coletivo.

Retomando agora o que expus anteriormente, poderia concluir: falei da memória enquanto trabalho de construção a partir de fragmentos individuais e coletivos, sem que este trabalho/construção necessariamente apresente um resultado inteligível ou legível. Trabalho que se desenvolve em um jogo instável com o esquecimento. Aí, talvez, possa surgir o novo, a crítica, a resistência, que nos arma para questionar as normas do jogo e constituir novas regras.

Passo, agora, à questão da memória da resistência. A prisão política no Uruguai foi bastante diferente da brasileira - tenho uma hipótese de que até hoje não existem plenamente instituições disciplinares no Brasil e muito menos prisões disciplinares -, porque foi absolutamente onidisciplinar. Era uma instituição onidisciplinar, daquele tipo clássico descrito em uma obra de Foucault, *Vigiar e Punir*,¹² ou seja, tinha como pretensão mudar as pessoas. Pois as instituições disciplinares (escolas, prisões, hospitais, quartéis) são estufas para mudar pessoas. Sua ação direciona-se para construir determinado tipo de indivíduo. São instituições que pretendem determinar cada detalhe da forma de viver: outra referência são as instituições totais, tal como estudadas por Goffman.¹³ Foi aquilo o que nós vivemos. Os militares do Uruguai, gestores daquela prisão, tinham essa perspectiva em mente.

¹² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

¹³ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

Uma vez, um dos diretores de uma das prisões políticas comentou: "Não liquidamos a todos quando tivemos oportunidades e algum dia teremos de soltá-los. Temos de aproveitar o tempo que nos resta para torná-los loucos".¹⁴ Porque os militares tinham muita consciência de que as prisões políticas não são feitas para durar. Muitas vezes falavam isso e, até mesmo, tentavam muitas vezes justificar algumas atitudes brutais dizendo assim: "Só estamos fazendo isso com vocês porque sabemos que as prisões políticas não duram, e as coisas vão mudar daqui a pouco. Nós estaremos nesse lugar, e vocês farão a mesma coisa conosco". E nós, como atitude de resistência, dizíamos: "Nós jamais faremos isso com vocês, nós não somos iguais a vocês".

Naquela perspectiva, na prisão, se o direito de ir e vir, direito humano fundamental, é o primeiro a ser cerceado, vai-se criando todo um sistema de regras de mil proibições e interdições, cada uma com sua punição, para retirar ao máximo qualquer autonomia que se possa ter sobre o tempo, o espaço, o corpo, o trabalho, o pensamento. A prisão foi, portanto, desde seus inícios, uma

detenção legal encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal [...] o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdades e a transformação técnica dos indivíduos.¹⁵

A prisão excede, portanto, a detenção (a privação da liberdade), propõe um suplemento disciplinar em relação ao jurídico que conforma o

¹⁴ Palavras do diretor do Establecimiento Militar de Reclusión nº 1 Penal de Libertad apud GONZÁLEZ BERMEJO. *Las manos en el fuego*. Montevideo: Banda Oriental, 1985. p. 83.

¹⁵ FOUCAULT, op. cit., p. 209.

universo propriamente dito "penitenciário". Esse "excesso" da prisão, intrínseco a ela e contemporâneo de seus primórdios, procuraria, mais do que reconstituir o sujeito jurídico do pacto social (pacto que fora rompido pelo delito cometido), reconstituir o sujeito de obediência, dobrado à forma ao mesmo tempo geral e meticulosa de um poder qualquer.

Ouçamos a este respeito o comentário de Flavio Koutzii, preso político brasileiro na Argentina durante a ditadura:

o ato de rir, ou de olhar direto nos olhos era imediatamente considerado uma provocação ou uma ironia e severamente reprimido. Ser prisioneiro significava, em última análise, a subordinação total do corpo ao desejo do carcereiro: ele decide onde ponho meus braços, onde eu pousei meus olhos.¹⁶

Essa fala do Flavio, a análise sobre a prisão clássica feita por Foucault, reflete algo vivido por todos nós, naquelas prisões. Algo que é contado por Dostoiévski em *A Recordação da Casa dos Mortos*.¹⁷ É também contado por Jack Abbott, em seu livro *No ventre da besta*,¹⁸ marcando o controle minucioso de absolutamente tudo. Pelo menos era essa a pretensão. Aí está a importância daquilo que falei anteriormente como o marco da resistência: a construção de um saber. Não se pode ficar distraído, é preciso saber o tempo todo que isso existe, que, nessas minúcias, está o espaço da resistência.

É preciso explicar a importância desse "coração informado"?

Uma companheira uruguaia, que entrevistei para meu trabalho de mestrado, dizia o seguinte:

¹⁶ KOUTZII, Flavio. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984. p. 37.

¹⁷ DOSTOIÉVSKI, Fedor. *Recuerdos de la Casa de los Muertos*. Barcelona: Juventud, 1974.

¹⁸ ABBOTT, Jack. *No ventre da besta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

Y la forma de resistir es esto mismo: no dejar de pensar; todo: lo minucioso del inmediateísimo, lo grande del después; estar irrevocablemente seguro de cuál es la meta, cuál es el camino y cuáles los pasos. Seguro de lo que querés, finalmente, o por lo menos, de lo que no querés, de lo que no podés ni vas a tolerar aunque vengan degollando.

Então, quando a gente não tinha mais muita clareza do que queria, ao menos buscávamos ter muita clareza do que não toleraríamos jamais. Isso só pode ser construído a partir do que Bruno Bettelheim¹⁹ e vários autores que discutem a resistência nomeiam como sendo o "coração informado", aquele que sabe.

Há uma história que considero marco nessa memória da resistência e é muito preciosa para mim. Diz respeito a não se colocar no lugar de vítima. Você pode pensar: "mas a coitadinha ficou presa tantos anos, não merece ficar no lugar da vítima?". Já vou explicar isso, mas antes ainda quero fazer um comentário. O tempo todo, nós, na década de 70, éramos feministas antes do feminismo, não é verdade? Nós, de alguma maneira, inventamos o feminismo sem dar esse nome de feminismo. Mas o tempo todo, por exemplo, os militares, naqueles tempos, nos ofereciam um lugar, dizendo: "Puxa vida, mas você, mulher, tão jovem (éramos muito jovens), obviamente está aqui porque teu marido ou teu namorado te obrigou. Você fez isso por amor. Devia amar muito seu marido, queria acompanhá-lo e se meteu nessa. Só porque te obrigou, te enganou".

O que eles estavam fazendo agindo assim? Por um lado, buscavam uma maneira de se tranquilizar, porque a existência de mulheres na luta armada era algo que inquietava muito, era uma indagação geral. Eles tentavam nos puxar para dentro de um campo conhecido e tradicional como o de "coitadinha, ela foi vítima do

¹⁹ BETTELHEIM, Bruno. *O coração informado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Também, do mesmo autor, _____. *Sobrevivência e outros estudos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

namorado". Não houve uma de nós que não resistiu a isso, que não disse: "Olha, sinto muito, eu estou aqui porque acredito nessa luta. Eu era absolutamente consciente do risco que corria e fiz isso porque quis".

O que estávamos fazendo quando nos negávamos a ocupar esse lugar de vítima, a ocupar esse lugar da mulher "coitadinha" tradicional, esse lugar tradicional do feminino? Simplesmente, reivindicando nosso lugar como sujeitos. Por isso brinco um pouco: somos todas feministas, muito antes de se falar nisso. Por quê? Porque se a gente aceitasse esse lugar comportado do "Oh, coitadinha!", provavelmente até atraísse menos violência para nós, mas a sensação que se tinha é que a queda não teria mais fim. Esqueceríamos quais eram as nossas metas, os nossos objetivos, o porquê lutávamos. Talvez até mesmo esqueceríamos o que não poderíamos suportar, quais seriam os limites do intolerável. Então, na prisão política feminina, negamos profundamente assumir o lugar de vítimas, porque considerávamos vítima quem se queixa: nosso lugar era de cidadãs, lutadoras que reivindicavam, que lutavam e não o de vítimas queixosas. Penso que a base, talvez, da resistência das mulheres se constituiu a partir desse eixo. Foi assim que se estruturou essa resistência.

Novamente, vou citar a fala de outra companheira: *"Essa luta foi cotidiana como é a luta do trabalhador pelo pão de cada dia"*.²⁰ Essa fala me agrada muitíssimo porque de alguma maneira muitos de vocês deveriam estar aqui e eu no lugar de vocês. Proponho essa troca, porque faço questão de dizer que quem esteve preso não queria estar preso. Sinceramente, eu não queria estar presa, mil vezes preferia estar livre. E luta, batalha e resistência não foram privilégios de quem esteve preso. A luta foi geral, cotidiana, minúscula, naquele face a face com o poder. Enfim, foi cotidiana como a luta do trabalhador pelo pão de cada dia. Então, estou falando isso porque é verdade: o lugar da vítima não é um

²⁰ MACIEL, Lia. *Qué diré de la cárcel*. Colección Escritos de la cárcel, v. 5, CIC, p. 1.

lugar para ser ocupado, mas também não é para ocupar um lugar de herói - esta é outra discussão a ser feita. Por isso eu brinco: vocês podem vir para a mesa com total competência, com total direito, porque a luta foi cotidiana nas cadeias, como foi e como é a luta do trabalhador pelo pão de cada dia.

Provavelmente, contei poucas histórias, mas de alguma maneira tentei trazer essas ideias, essas provocações, sobre o tema da memória, o tema da resistência e algumas passagens sobre a resistência na prisão.

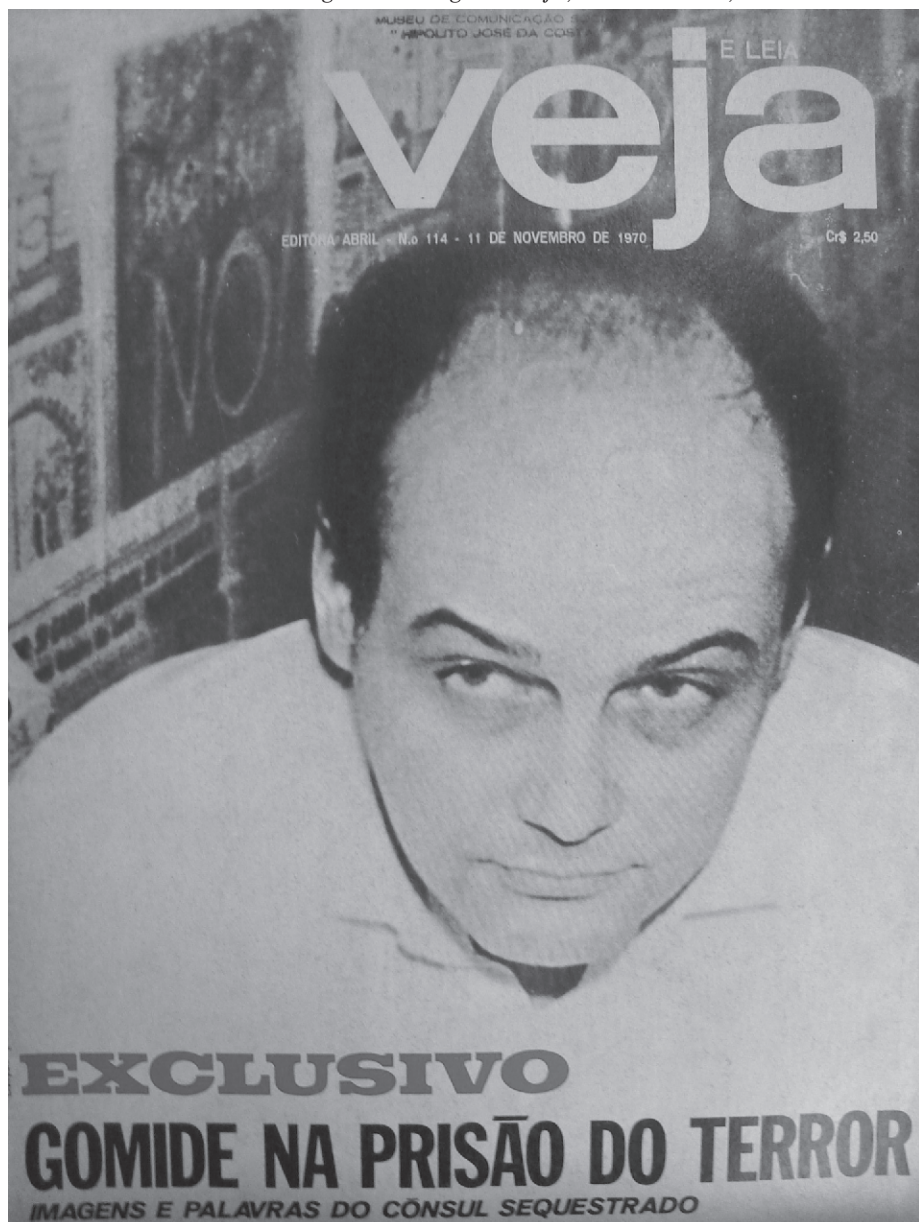
Passeata em Montevideu em favor do governo João Goulart, 1963. Aurelio González/Acervo do jornal *El Popular*.



Mitrione em Belo Horizonte: no Brasil, êle só deixou boas lembranças

O agente norte-americano Anthony Dan Mitrione assessorou a polícia de Belo Horizonte entre os anos de 1960 e 1962, e a polícia do estado da Guanabara em 1967. Em 1969, instalou-se no Uruguai, sendo executado pelo Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros, em 1970. *Veja*, Rio de Janeiro, 19 ago. 1970, p. 33.

Divulgação na imprensa das primeiras informações sobre o interrogatório feito pelos tupamaros ao cônsul brasileiro Aloysio Dias Gomide, sequestrado pelo Movimento de Libertação Nacional - Tupamaros, com o intuito de denunciar a conexão repressiva entre a ditadura brasileira e o governo uruguaio. *Veja*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1970.





Estádio Nacional, em Santiago do Chile. Após o golpe de Estado, em 11 de setembro de 1973, mais de cinco mil pessoas foram levadas para este local, que se transformou em um verdadeiro campo de concentração. No estádio, torturadores brasileiros cooperaram e instruíram os agentes repressivos chilenos.

Disponível em: <<http://www.memoriaviva.com>>.



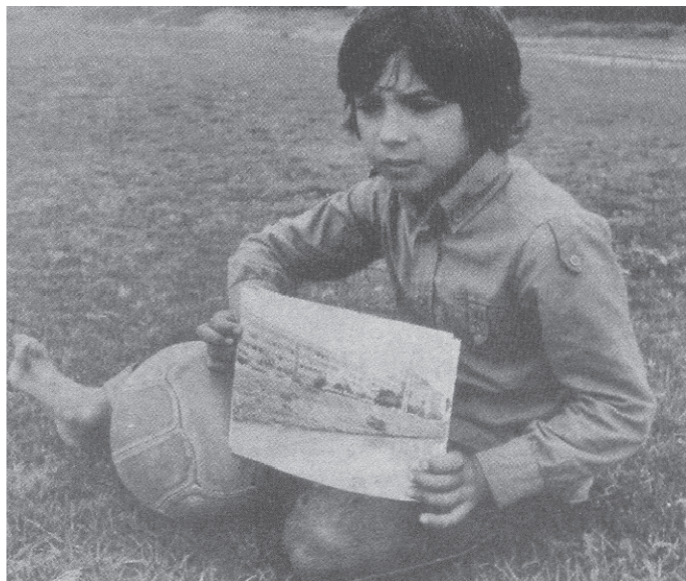
Ditador Augusto Pinochet (Chile) ao lado de outros três ditadores da região: Hugo Banzer (Bolívia), Rafael Jorge Videla (Argentina) e Alfredo Stroessner (Paraguai). Disponível em: <<http://www.memoriaviva.com>>.

Prédio Automotores Orletti, um dos principais centros clandestinos de detenção e desaparecimento utilizados pelos comandos da Operação Condor, em Buenos Aires. Disponível em: <<http://www.cels.org.br>>.



Cadáver de vítima dos “voos da morte” argentinos, localizado próximo ao Farol do Albardão, em Santa Vitória do Palmar, em abril de 1978. Foto : Jurandir Silveira.





Camilo com a foto de seu cativo em Porto Alegre.

Camilo reconheceu o arroio Dilúvio, que ele via do 2º andar do prédio da Secretaria de Segurança Pública, onde funcionava o DOPS.

In: CUNHA, Luiz Cláudio:
Operação Condor: O sequestro dos uruguaios. Porto Alegre: L&PM, 2008.



Lilián reencontra a filha Francesca, em 1983, após ter ficado cinco anos na prisão, em Montevidéu.

Acervo de imagens da Zero Hora.

Disponível em: <<http://www.zerohora.clickrbs.com.br>>.



Mães da *Plaza de Mayo*, Buenos Aires, jan. 2008. Acervo Pessoal de Caroline Silveira Bauer.



XIII Marcha de Silencio, em homenagem aos desaparecidos políticos, Uruguai. *La República*, Montevideo, 21 maio 2008, p. 5.

Ano IV Nº 36 C\$ 15,00

Dezembro de 1978

EXTRA JORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE



BOMBA:
*Identificado
um dos
seqüestradores
dos uruguaiois!*

É um ex-jogador do Inter
que hoje trabalha no Dops

URUGUAI, ATÉ QUANDO?

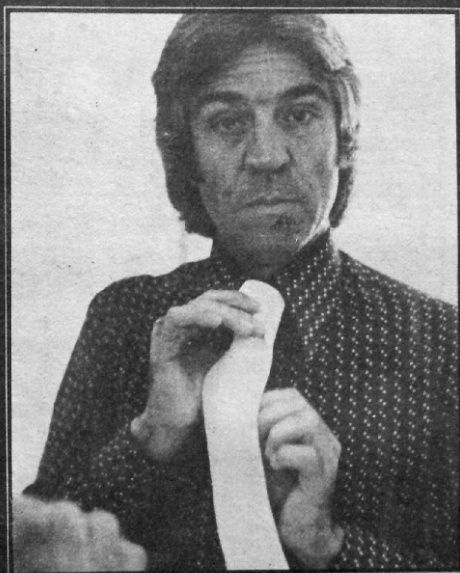
AS CARTAS DE FLÁVIA 117 NA LISTA DOS SEQÜESTROS OUTRO BRASILEIRO PRESO

cooJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

A filha do general Mourão também tem suas memórias:

**"Meu pai ficaria
escandalizado!"**



**PEDRO SEELIG, UM
DELEGADO
ACIMA DA LEI?**

Por causa do seqüestro dos uruguaios
ele foi afastado do DOPS.
Mas diz: "Não tenho medo de nada"



Buenos Aires: no obelisco no centro, um pedido – "Castigo para todos os culpados" – e nomes de oficiais implicados. *Veja*, Rio de Janeiro, 22 maio 1985. p. 36.



Memorial de los Detenidos/Desaparecidos, Montevideu.
Acervo pessoal de Cláudia Bruno.



Notícia sobre a prisão de Frei Betto, no jornal *Correio do Povo* de 20 nov.1969, e as fotografias dos terroristas por Vera Maria Idiart (Dedé), Luiz Eurico Lisboa e Cláudio Gutiérrez. Acervo pessoal de Antônio Gutiérrez.



Weyne está en libertad. *De Frente*, Montevideo, 2ª quinzena de janeiro de 1970. Acervo pessoal de Antônio Weyne Gutiérrez.

**COMITÊ BRASILEIRO
PELA ANISTIA -RS**

BOLETIM ESPECIAL



**FLÁVIO KOUTZII,
VIVO E LIVRE !**

Panfleto a favor da libertação de Flavio Koutzii.
Acervo pessoal de Suzana Keniger Lisboa.

CORREA, Alfonso. Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales.
Marcha, Montevideo, 28 nov. 1969, p. 15.

uruguay-brasil: el fin de las fronteras policiales

CONTADOS días después que un primitivo pero todavía curioso medio de comunicación alertara sobre la misteriosa desaparición de dos estudiantes brasileños en Montevideo, Claudio Antonio Wayne Gutiérrez, un ciudadano natural uruguayo que estuvo radicado en Porto Alegre empujando un negocio, éste sí riesgoso, para poner en evidencia una situación que lo atormenta a él e inquieta a una colonia de varias decenas de asilados políticos o aspirantes a tales que eligieron Uruguay para vivir un largo ostracismo y en algunos casos refugio sanitario padeciendo en su tierra.

A la segunda pagada a un billete de 100 pesos que alertó a "De Frente" sobre la desaparición de Wayne Gutiérrez y su colega paulista Euzébio de Aguiar, más de una pensión de la calle Vázquez, sirvió la espectacular y dolorosa noticia de la internación del primero en una clínica donde ingresó con profundas cortes en las venas de ambos brazos, para evitar su internación en tierra brasileña.

Tres días antes de que se conociera en Montevideo la desaparición de ambos —reducidos en forma secreta en el CCIOR— el secretario de Seguridad de Rio Grande del Sur, Jaime Marinho, en una de sus repentinis incursiones pidió la entrega a las autoridades uruguayas de Wayne Gutiérrez. Esta

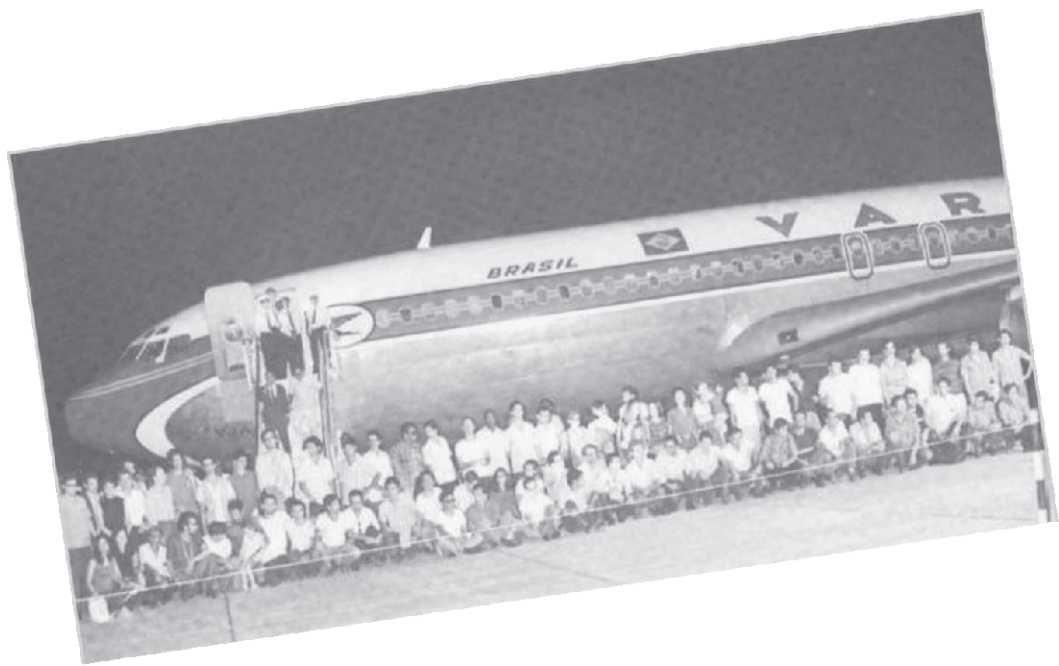


EUZÉBIO DE AGUIAR

DIRIGENTES sindicales, estudiantiles, intelectuales y artistas integran este grupo humano al cual se le cerró, en su tierra, toda posibilidad de movilización. Porque en Brasil los dirigentes laborales fueron sustituidos por peleles ideológicos por el IADSL, aparato burocrático para la división sindical; los datos electorales necesitan ser presentados al DCTV que tiene irracional poder de depuración; convulsos aumentos de salarios es subversivo; directores académicos sustituidos a la UFRJ clandestina y combatiente; la policía penetra en las clases de las facultades y se lleva a punta de bayoneta a los alumnos que figuran en la lista negra; los estudiantes considerados subversivos no pueden volver a estudiar en ninguna facultad por un mínimo de 3 años —durante lo cual pueden ejercer los polizontes—; las garantías de vida dependen de la voluntad onífrida de un aparato represivo que oficialmente no existe ante el silencio de una prensa controlada o autocensurada. De este ambiente, en fin, han salido estas mujeres y hombres brasileños, la mayoría de los cuales la senda en carne propia el rigor de la piqueta eléctrica, los "pase de terror", los "testimonios" y otros métodos no necesariamente muy refinados de tortura. A ellos se les abrió la frontera nuestra, quedando así innumerables recuerdos que explican y justifican ampliamente que



Torturas no Uruguai. SERPAJ. *Uruguay Nunca Más*.
Montevideo: SERPAJ, 1989. p. 156.



Os 70 presos políticos libertados em troca da soltura do embaixador suíço dirigem-se para o Chile. Acervo pessoal de Ubiratan de Souza.



Ubiratan de Souza, no Chile. Acervo pessoal.

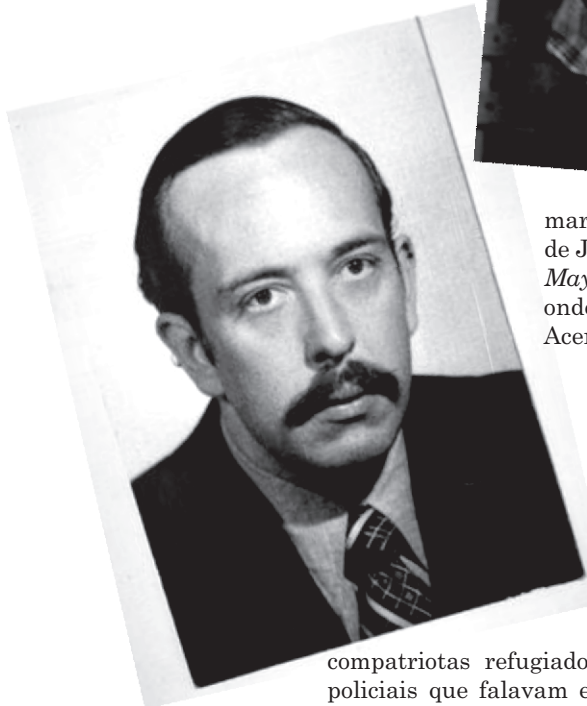


Enrique Ernesto Ruggia, argentino sequestrado no Brasil, desaparecido e morto aos 18 anos, em julho de 1974, em Foz do Iguaçu, junto com os brasileiros Onofre Pinto, José Lavechia, Victor Carlos Ramos e os irmãos Joel e Daniel de Carvalho, pertencentes à VPR, que estavam refugiados em Buenos Aires. Acervo pessoal de Nilson Mariano.

Horacio Domingo Campiglia, argentino sequestrado no Brasil. Comandante dos *Montoneros* no exílio mexicano, foi preso em 12 de



março de 1980 ao desembarcar no Rio de Janeiro. Enviado para o *Campo de Mayo*, nos subúrbios de Buenos Aires, onde desapareceu. Tinha 30 anos. Acervo pessoal de Nilson Mariano.



Norberto Armando Habegger, jornalista e escritor, argentino sequestrado no Brasil. Em 30 de julho de 1978, deixou o México e viajou para o Rio de Janeiro, onde encontraria compatriotas refugiados. Foi detido em um hotel por policiais que falavam espanhol. Removido à Argentina, desapareceu. Tinha 37 anos. Acervo pessoal de Nilson Mariano.



Mónica Susana Pinus de Binstock, argentina sequestrada no Brasil. Foi presa em 12 de março de 1980 ao desembarcar no Rio de Janeiro. Enviada para o *Campo de Mayo*, nos subúrbios de Buenos Aires, onde desapareceu. Tinha 27 anos. Acervo pessoal de Nilson Mariano.

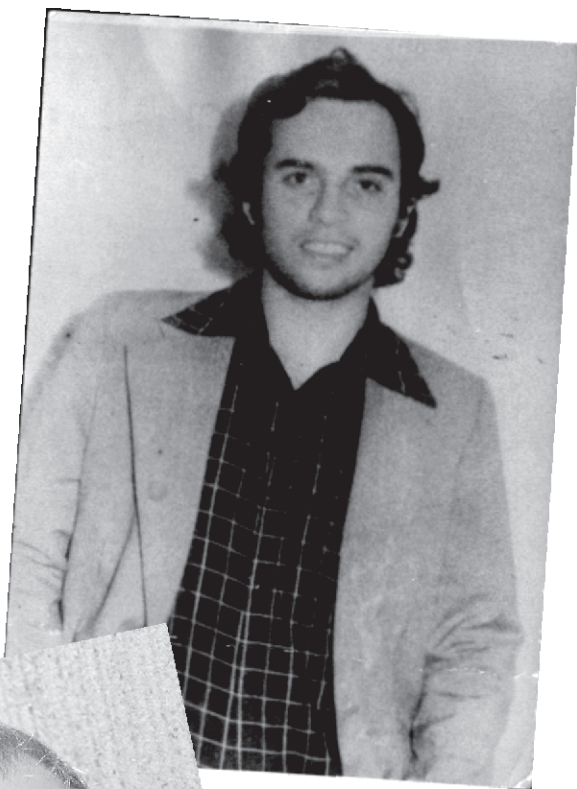
Lorenzo Ismael Viñas, universitário, sequestrado em 26 de junho de 1980 quando atravessava a ponte internacional sobre o rio Uruguai e chegava a Uruguiaiana. Desaparecido em Buenos Aires, com 25 anos de idade. Acervo pessoal de Nilson Mariano.



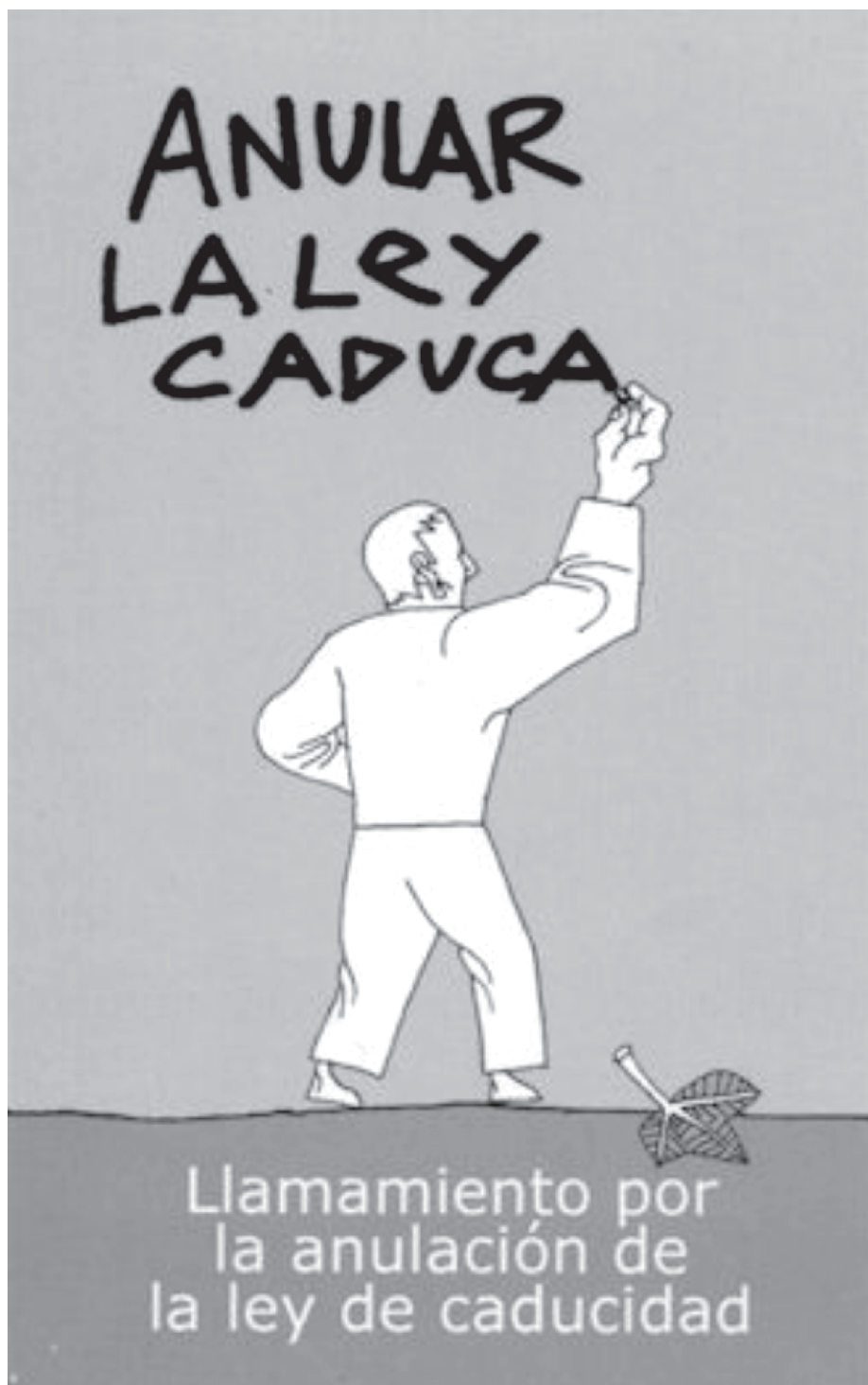
Padre Jorge Oscar Adur, capelão dos *Montoneros*. Sequestrado em 26 de junho de 1980, na fronteira entre as cidades de Uruguiaiana (Rio Grande do Sul) e Paso de los Libres (Província de Corrientes), tendo desaparecido aos 48 anos. Acervo pessoal de Nilson Mariano.



Universindo Rodríguez Díaz.
Acervo pessoal.



Universindo Rodríguez Díaz.
Acervo pessoal.



Panfleto a favor da anulação da *Lei de Caducidad*. Uruguai, 2009.

Flavio Koutzii, preso desde 1975 na Argentina, no momento em que saía daquele país em 1979, após uma grande campanha pela sua libertação realizada pelos movimentos de anistia no Brasil e de solidariedade internacional. Foto: Gerson Schirmer.



Flavio Koutzii sendo recepcionado por Suzana Keniger Lisbôa, em 1984, no Aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro, ao retornar da França. Acervo pessoal de Flavio Koutzii.



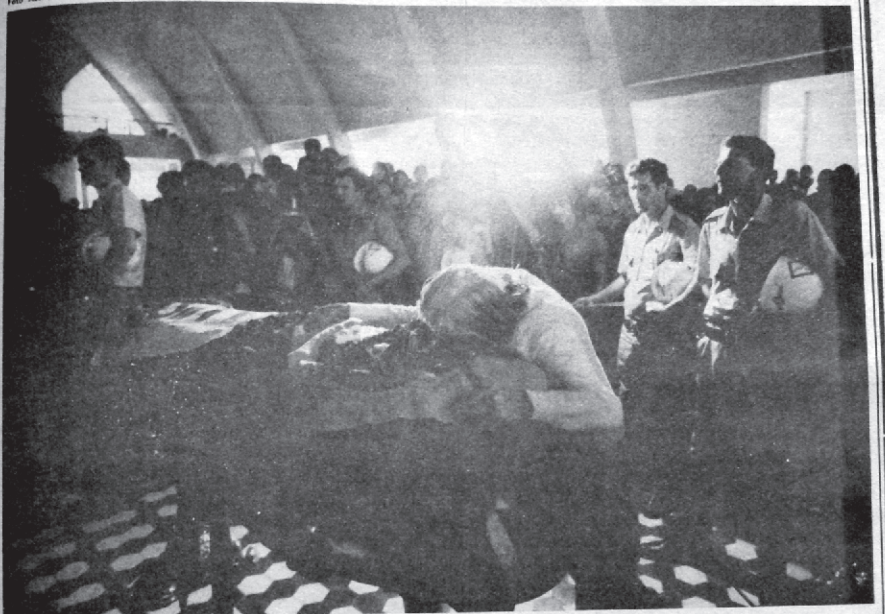
Chegada de Flávia Schilling ao aeroporto de Congonhas, em São Paulo, no dia 14 de abril de 1980. Flávia permaneceu presa no Uruguai por sete anos e meio.
Foto: Eduardo Simões/Nilmagens.



Ex-ESMA (*Escuela Mecánica de la Armada*), atual *Espacio para la Memoria y para la Promoción y Defensa de los Derechos Humanos*, Buenos Aires, janeiro de 2008.
Foto: Caroline Silveira Bauer.

JANGO: A MORTE NO EXÍLIO

Foto: Assis Hoffmann



Largou o livro que lia na cama e pediu para a mulher apagar a luz. Foram os últimos gestos de João Goulart. Em seguida Maria Teresa percebeu que ele estava ofegante e mal teve tempo de chamar os empregados. Jango morria a menos de 300 quilômetros do lugar onde queria morrer: São Borja, a sua cidade.

Do menino Janguinho, apelido da família, as lembranças são poucas. Terceiro filho de uma família de oito irmãos, (1), morou na fazenda até os 10 ou 11 anos, onde aprendeu a montar, desenvolveu o gosto pelos passeios no campo e ficou sabendo pouco da cidade de São Borja. Seu gosto manifestou pela vida de campearadas foi interrompido nessa idade, quando seu pai — Vicente Rodrigues Goulart, chefe de tropas das revoluções de 1930/32, que ganhou o título de coronel — o mandou estudar interno no Colégio Santana, de Uruguaiana, dos irmãos maristas. Ali ele deveria fazer o curso ginasial, mas rodou na quarta série, uma consequência do pouco estudo e muitas brincadeiras, entre elas a de atravessar o Rio Uruguai nadando, conta sua irmã Maria Goulart Domelles. Como castigo, o pai o transferiu para o Colégio Anchieta, em Porto Alegre, quando morou com dois estudantes universitários, amigos da família, Almir Palmero e Abade Ayub. Foram eles que, em 1932, o levaram para jogar de zagueiro na "equipe filhote" — os juvenis de agora — do Internacional (2).

Um guri excepcional, muito fechado, inteligente e muito, muito bom, recorda Salvador Arizô, hoje com 61 anos, que era centroavante da "equipe" que foi campeão em 32. "Ele nunca usou a influência do pai para qualquer coisa dentro do clube. Era filho de pai rico, muitas vezes chegava para jogar num Packard preto do governo mas tratava todo mundo igual. A gente que às vezes não tinha dinheiro para

o bonde". O "filho do coronel Goulart" que jogou com ele em 32, Salvador Arizô — jogador de seleção gaúcha e goleador até 1943 — só reencontrou 29 anos depois, como presidente da República.

Tivemos uma audiência. Eu entrei sozinho e os generais se peraltaram. O João me abraçou e até chorou. Eu só tremia, minhas pernas estavam molles. Entreguei a foto da equipe campeão de 32 e na saída, ele prometeu uma ajuda, que mandou depois, para construir a sede da nossa associação de jogadores.

Além do título de campeão pelo Inter, o menino João ganhou o prêmio prometido pelo pai se passasse no exame: voltar ao Colégio Santana de Uruguaiana para concluir o ginasial.

Foi ainda por decisão do pai que Jango retornou a Porto Alegre, para realizar um curso preparatório e ingressar a seguir na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de onde saiu formado em 1939 mas disposto a nunca exercer a profissão de advogado. Nascido em 17 de março de 1918, João Belchior Marques Goulart, que até os três anos de idade usou vestido e não cortou o cabelo para cumprir uma promessa feita pelos pais (3), tinha aprendido durante a infância, a gostar da vida nas fazendas e, na mocidade, começara os contatos com a gente

Trabalharam na edição: Osmar Trindade, Ricardo Schmit, Assis Hoffmann, Jacqueline Joner (São Borja), Rômulo Trindade (Rio), Rosvite Saueressig, Marco Antônio Schuster, Paulo...



TODO ESTÁ CARGADO EN LA MEMORIA, ARMA DE LA VIDA Y DE LA HISTORIA*

*Universindo Rodríguez Díaz***

A comienzos de 1978 varios militantes uruguayos de izquierda vinculados al Partido por la Victoria del Pueblo (PVP) nos instalamos en Brasil. Algunos habíamos logrado escapar, "en ancas de un piojo", de la brutal represión que se desató en la Argentina luego del golpe militar de marzo de 1976 y viajamos a Europa a través del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR). Nuestro objetivo era conseguir apoyos para la búsqueda de los compañeros desaparecidos, denunciar la violación sistemática de los derechos humanos, la disminución de los niveles de vida de la población trabajadora, el no cumplimiento de los convenios con la OIT y los ataques permanentes a la autonomía de la Universidad de la República por parte de la dictadura cívico-militar instaurada en nuestro país en junio de 1973.

Éramos conscientes de las dificultades planteadas para el desarrollo de las tareas de solidaridad y de los enormes riesgos para nuestras vidas y las de nuestras familias en un Brasil con dictadura desde 1964. Una dictadura militar que era referencia para las fuerzas conservadoras y autoritarias de la región en la aplicación de la Doctrina de la Seguridad Nacional. El entonces presidente, general Ernesto

* *La Memoria*, León Gieco (2001).

** Licenciado em História pela *Universidade de la República/Uruguay* e integrante do *Departamento de Investigações de la Biblioteca Nacional/Uruguay*. Sequestrado em Porto Alegre e preso político no Uruguai.

Geisel, había prometido una apertura lenta, gradual y segura. O sea, habría dictadura por varios años más con todo lo que ella implicaba en censura y represión.

Los uruguayos que fuimos a Brasil en el 78 éramos jóvenes, optimistas, rebeldes, con muchas utopías en nuestras mochilas. Abandonar a los pocos meses el exilio en Europa, luego de haber salvado el pellejo a duras penas en Uruguay primero y en la Argentina después, no fue una decisión cómoda ni fácil. Pero nuestras utopías eran de esas que al decir de Eduardo Galeano están en el horizonte y nos sirven, nos impulsan para caminar. Entonces, participar en la lucha de nuestro pueblo por las libertades y la emancipación social era una hermosa tarea y valía la pena arriesgarse, comprometerse en un esfuerzo colectivo de construcción y resistencia. Confiábamos en la generosidad y en la comprensión de los sectores democráticos del pueblo brasileño, que estaban en plena lucha por la recuperación de sus derechos, conquistas y libertades.

¿Por qué Brasil?

A fines de la década de 1970 se daba la particular situación de que, mientras en Paraguay, Uruguay, Chile y la Argentina las dictaduras estaban en pleno desarrollo y perseguían a los opositores dentro y fuera de fronteras, en Brasil se desarrollaba un importante proceso de lucha por lograr una apertura política plena y recuperar las libertades públicas y sindicales. Esa lucha contaba con la creativa participación de los trabajadores industriales, gente de la cultura y de la música popular de protesta, abogados, periodistas y sectores de la Iglesia.

Las huelgas de los metalúrgicos en el ABC de San Pablo; las canciones de Chico Buarque de Hollanda, Geraldo Vandré, Elis Regina, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Bethânia y tantos otros cantantes populares; los libros de Jorge Amado y Paulo Freire, entre otros, nos alertaban, nos conmovían, nos entusiasmaban. Todos los que sufríamos persecuciones y veníamos acumulando derrota tras derrota encontrábamos fuerza y esperanza en la presencia de muchos jóvenes en las manifestaciones; en la actuación de los abogados nucleados en la OAB; en los organismos religiosos como CLAMOR, con el arzobispo de San Pablo, Paulo Evaristo Arns; en los periodistas que investigaban, denunciaban y se comprometían. Todo eso contagiaba y fortalecía nuestras ansias libertarias. En aquel Brasil, a pesar del militarismo reinante, de las prohibiciones para el desarrollo de actividades políticas y sindicales y de los importantes contrastes sociales, se respiraba un aire significativamente distinto al del resto de la región.

Había también una historia enlazada. El movimiento sindical, el estudiantil y la izquierda uruguaya siguieron muy de cerca el proceso político brasileño que culminó en la noche del 1º de abril de 1964 con el golpe de los militares que tuvieron el apoyo de los gobernadores de San Pablo, Minas Gerais, Paraná y Guanabara. Los uruguayos se solidarizaron con los miles de brasileños que, junto al presidente constitucional derrocado João Goulart, del Partido Trabalhista Brasileiro, a Leonel Brizola, Eloy Dutra, Saldanha Coelho, Amaury Silva y Darcy Ribeiro, se exiliaron en nuestro país, donde fueron durante años vigilados y hostigados por los servicios de Inteligencia (DNII) que actuaban en coordinación con la Embajada de Brasil en Montevideo.¹

¹ La desclasificación de los archivos de la Dirección de Investigaciones del Ministerio del Interior prueba las tareas de control y vigilancia sobre el exilio brasileño en Uruguay: Memoria Mensual N°. 2. Actividad política. Dirección de Investigaciones. Departamento de Inteligencia y Enlace. Memorándum. Ref. Informe gremial correspondiente a setiembre de 1964. Problemas

Cuando se produjo el golpe de Estado en Brasil, el Comando General de Trabajadores (CGT), en coordinación con las Ligas Campesinas y la Unión Nacional de Estudiantes, convocó a la desobediencia civil y a una huelga general que no tuvo mayor andamio.

Los trabajadores uruguayos aprendieron de esa experiencia brasileña y formalmente decidieron en sus congresos prepararse con anticipación para enfrentar un posible golpe de Estado con una huelga general y la ocupación de los lugares de trabajo y centros de estudio. Cuando en la noche del 27 de junio del 73 el presidente constitucional uruguayo Juan María Bordaberry, del Partido Colorado, con el apoyo de los militares decretó la disolución del Parlamento y la creación de un Consejo de Estado, la Convención Nacional de Trabajadores (CNT) declaró la huelga general. Durante los 15 días que duró la huelga general, la CNT asumió el liderazgo de la lucha en defensa de las libertades y la resistencia popular contra la dictadura cívico-militar.

Esa fue la experiencia de lucha colectiva, de alcance nacional, más importante desarrollada por el movimiento sindical uruguayo. La medida desplegada por la CNT con el apoyo de la Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay (FEUU), del Frente Amplio y los sectores mayoritarios del Partido Nacional (Por la Patria y Movimiento de Rocha), no logró derrotar la dictadura pero le quitó apoyo social y dignificó la lucha obrera y popular.²

internacionales. 1) Solidaridad con Brasil, Acto de los asilados brasileños, Acto en el Paraninfo de la Universidad, Asociación de brasileños.

² Sobre el golpe de Estado en Uruguay véase: RICO, Álvaro; DEMASI, Carlos; RADAKOVICH, Rosario; Wschebor, Isabel; SANGUINETTI, Vanesa. *15 días que estremecieron al Uruguay. Golpe de Estado y huelga general. 27 de junio – 11 de julio 1973*. Montevideo: Fin de Siglo, 2005; RODRÍGUEZ, Universindo; VISCONTI, Silvia; CHAGAS, Jorge; TRULLEN, Gustavo. *El sindicalismo uruguayo a 40 años del congreso de unificación*. Montevideo: Taurus, 2006; *A las 5 en punto*. Documental de José Pedro Charlo, Universindo Rodríguez y María Eugenia Jung. Montevideo, Cooperativa Memoria y Sociedad, 2004.

Levantada la huelga general por la CNT, que convocó a pasar a otras formas de lucha, se desató el revanchismo patronal y miles de trabajadores fueron sancionados y despedidos. Otros miles fueron detenidos, torturados y procesados por la Justicia Militar. Cientos de activistas sindicales y estudiantiles pasaron a la clandestinidad y miles marcharon al exilio. La represión contra la oposición continuó dentro y fuera del país. El resultado: detenidos, muertos, desaparecidos y repatriados ilegalmente fundamentalmente desde la Argentina, pero también se persiguió a los uruguayos exiliados en Paraguay, Chile y Brasil. La coordinación represiva de las dictaduras y de los servicios de Inteligencia alcanzó su punto más significativo a partir de 1975, con la creación, en Chile, del Plan Cóndor.

Los trazos de la memoria

Relatar la peripecia personal, traer al presente los momentos vividos en el marco de la represión es una tarea que asumimos con la intención de que sirva para construir-reconstruir la memoria y la historia de las experiencias colectivas de resistencia y de formulación de propuestas. A aquel Brasil al que nos referimos antes llegamos con el firme propósito de quedarnos, hacer una vida normal y vivir en la legalidad sin intervenir en la interna política más allá de nuestra preferencia por las fuerzas progresistas nucleadas – entonces todas – en el Movimiento Democrático Brasileño (MDB).

Llegamos individualmente a Rio de Janeiro. Luego, nos corrimos a San Pablo. Algunos meses después, mientras muchos compañeros y compañeras se quedaron allí, con Lilián Celiberti nos fuimos a Porto Alegre. La capital del estado de Río Grande del Sur nos

deslumbró por la cercanía con Uruguay, su bellísima geografía y el encanto de los "gaúchos", hombres y mujeres, de una cultura y una sensibilidad notable. Alquilamos un pequeño apartamento en la calle San Antonio, cercano a la Estación Rodoviaria, y comenzamos a establecer vínculos con militantes del MDB, con sindicalistas, periodistas, gente de la cultura y ciudadanos comunes.

En poco tiempo hicimos buenas amistades. A todos, luego de una primera etapa de mucha cautela, les dijimos quiénes éramos y los por qué de nuestra presencia en Brasil y les entregamos nombres y direcciones de personas e instituciones de Derechos Humanos a quienes avisar en el caso de detenciones. Hacíamos una vida tranquila, procurábamos no andar de noche, pasar desapercibidos. Concurríamos a librerías, cines, al Theatro São Pedro, Parque Farroupilha y a la Plaza Garibaldi. Disfrutábamos de las "feijoadas", los "churrascos" y de buenos "cafezinhos" en los bares del Centro. Buscábamos atrapar la vida, hacer lo que era necesario hacer sin perder la alegría.

Así, con una barrita de amigos "colorados" iba frecuentemente al Estadio Beira-Rio, a disfrutar del juego del equipo del Internacional y las destrezas de su volante central Paulo Roberto Falcão. El movimiento, los colores, los olores, las músicas "gauchasca" y "serrana", la alegría de la gente hacían más llevadera la nostalgia de nuestro "paisito querido"³ pisoteado por las botas militares. Los riesgosos encuentros periódicos que manteníamos con familiares y compañeros uruguayos en Porto Alegre y en los pasos de frontera (Chuy, Santana do Livramento, Quaraí, Barra del Cuareim, Yaguarón) nos renovaban la esperanza y el compromiso. La información que recibíamos de la resistencia que se desarrollaba en el interior del país, en condiciones muy difíciles, daba más

³[Nota dos Organizadores]: Expressão afetiva com a qual os uruguaios denominam o seu país.

sentido a las tareas de apoyo y búsqueda de solidaridad que realizábamos desde el exilio uruguayo.

La apuesta era a una lucha prolongada, a largo plazo, con una fuerte presencia de la clase trabajadora junto a los demás sectores perjudicados por las políticas sociales, económicas y culturales de la dictadura. Para nosotros, el socialismo y la libertad eran la alternativa a la dictadura.

Al poco tiempo decidimos cambiar de apartamento. Alquilamos una vivienda un poco más amplia. Nos instalamos en la calle Botafogo 621, bloc 3, apartamento 110, casi Getúlio Vargas, en el antiguo y hermoso barrio Menino Deus. Lilián Celiberti viajó entonces a Milán, Italia, a buscar a sus hijos Camilo (7 años) y Francesca (3 años). A poco de llegar los niños fueron anotados en el Jardín de Infantes "Cisne Blanco" y nos propusimos como objetivo central conseguir un trabajo estable. En esto estábamos cuando nos "cayó la cana". Fuimos secuestrados por un comando binacional armado de los servicios de Inteligencia, torturados en el Departamento de Orden Político y Social (DOPS) y deportados ilegalmente a Uruguay en una típica "Operación Cóndor", muy común en esos años en nuestra América Latina.

Nombre clave: "Operación Zapato Roto"

Desde que llegamos sabíamos perfectamente los peligros y la posibilidad cierta de caer presos, con todo lo que eso implicaba en riesgos y sufrimientos. Había que estar dispuestos a soportar con la dignidad y el silencio necesario, los interrogatorios, las torturas y la cárcel. Estuvimos. Por eso mismo procuramos desde el comienzo generar vínculos fuertes, sólidos y sinceros con ciudadanos, instituciones, fuerzas sociales y

políticas que nos dieran cierta garantía de no terminar muertos o desaparecidos. Y, sobre todo, no dar información que les permitiera a los servicios de Inteligencia realizar nuevas detenciones y, con ello, debilitar la resistencia popular a la dictadura uruguaya. Actuar durando y durar actuando era nuestra perspectiva. No era una cuestión sencilla. Vivíamos en un estado de alerta permanente, controlando tentaciones e impaciencias, tratando de ser revolucionarios, dignos y coherentes en nuestra manera de actuar, relacionarnos, vivir.

A fines de octubre del 78 nuestra situación se complicó cuando nos enteramos por los familiares que un compañero de militancia en el PVP cayó preso, en el barrio Colón de Montevideo. El compañero fue interrogado y torturado en dependencias de la Compañía de Contra Información del Ejército. A los pocos días se sucedieron nueve detenciones más. Todos los detenidos fueron golpeados y torturados: plantón, submarino, picana eléctrica, colgadas, gancho, caballete, amenazas y apremios psicológicos.

En los interrogatorios, los agentes de Inteligencia obtuvieron información sobre la lucha de resistencia que se desarrollaba en el país y de los apoyos y vínculos con el activo exilio uruguayo – en particular, los contactos permanentes con opositores uruguayos residentes en Brasil y Argentina. Los militares, motivados por los "éxitos" obtenidos, decidieron salir otra vez de fronteras para atrapar a opositores.⁴ El objetivo era impedir por todos los medios legales e ilegales que la resistencia en el interior del país creciera y se extendiera por todo el territorio nacional.

⁴ En 1976 y 1977 militares y policías uruguayos, en coordinación con sus pares argentinos, se instalaron en Buenos Aires y con total impunidad detuvieron a decenas de compatriotas muchos de los cuales fueron asesinados y varias decenas permanecen como detenidos-desaparecidos. Otros tantos, fueron trasladados ilegalmente a Uruguay y procesados, con actas fraguadas, como detenidos en el país. Este tipo de operaciones era una modalidad del Plan Cóndor.

Para llevar adelante lo que llamaron "Operación Zapato Roto"⁵ los jefes de los servicios de Inteligencia se comunicaron con sus colegas del DOPS y montaron un gran operativo que movilizó a mucha gente y duró varias semanas. En un camión y en una camioneta Kombi trasladaron a Brasil, bajo fuertes amenazas, a cuatro de los diez detenidos en Montevideo.⁶ Durante varios días militares armados de la Compañía de Contra Información, en vehículos uruguayos con chapas adulteradas, junto a policías del DOPS instalaron un puesto clandestino de vigilancia en la Rodoviaria de Porto Alegre y recorrieron calles, parques y plazas en busca de integrantes del PVP que realizaban en Brasil tareas de denuncia y editaban el periódico *Compañero*. Fundamentalmente les interesaba detener a Hugo Cores, secretario general del PVP, a Hermann Steffen, a Lilián Celiberti y a mí.

El conocimiento que teníamos de la forma de actuar de los militares uruguayos nos llevó a tomar un conjunto de precauciones. Suspendimos reuniones y salíamos a la calle lo menos posible. Pusimos al tanto de la situación a los compañeros del exilio. En Porto Alegre quedamos solamente Lilián, y yo, junto a Camilo y Francesca. Los días siguientes transcurrieron sin mayores novedades. Sabíamos, intuíamos, por la experiencia vivida en Uruguay y luego en Argentina, que esa calma era tan sólo aparente. Algunos de los compañeros detenidos en Montevideo sabían de nuestra presencia en Porto Alegre. Detenernos era una tentación y un objetivo militar importante para la dictadura.

El domingo 12 de noviembre Lilián debía ir a la Rodoviaria a encontrarse con una madre integrante del Comité de Familiares de

⁵ [Nota dos Organizadores]: O nome da operação apontava para o principal líder do PVP, Hugo Cores, quem também se encontrava no Brasil e tinha o hábito de caminhar muito para fazer contatos políticos.

⁶ Según las declaraciones del ex soldado Hugo García Rivas, de la Compañía de Contra Información del Ejército uruguayo, el camión en el que llevaron personas uruguayas detenidas en Montevideo a Porto Alegre era de la Comisión Administradora de Abastos de Carne (CADA).

Desaparecidos. Valoramos la conveniencia de no concurrir a ese encuentro. Finalmente, Lilián decidió ir a la terminal de ómnibus tomando recaudos. Por mi lado me preparé para ir al Beira-Rio a ver el juego del Inter con Caxias do Sul. Alrededor de las 2 de la tarde, en momentos que cerraba la puerta del apartamento, mientras los niños jugaban en el jardín, fui encañonado con un arma de fuego por un hombre canoso, elegantemente vestido, con traje, chaleco y corbata, que resultó ser el delegado Pedro Seelig del temible DOPS "gaúcho".

Seelig venía acompañado con más de diez personas, todas de civil, empuñando armas cortas. Me introdujeron al apartamento y comenzaron a golpearme, preguntar y revisar la casa. Buscaban afanosamente dólares y armas. No había, no hubo.⁷ El que más pegaba era un morocho, gordo y grandote, que resultó ser "Didí Pedalada", Orandir Portassi Lucas, un ex jugador del Internacional de Porto Alegre que culminó su juego como "tira" de los servicios de Inteligencia.

Por el lenguaje y la forma de preguntar me di cuenta de la presencia de uruguayos. El principal de ellos era el entonces capitán Glauco Yanonne, destacado torturador y miembro de los servicios de inteligencia del Ejército uruguayo. Pese a la gravedad de la situación, al miedo, la golpiza y los insultos, procuré no perder la calma. Me preocupaba centralmente la situación de los niños. En ese momento no sabía qué le había pasado a Lilián. No quería que Camilo y Francesca terminaran desaparecidos como muchos otros niños en Buenos Aires en los años 76 y 77.

Los secuestradores me dijeron que Lilián Celiberti había sido detenida por Yanonne unas horas antes en la Rodoviaria. Entonces le

⁷ En la negociación, para lograr el apoyo para la realización de la "Operación Zapato Roto", los militares uruguayos les hicieron creer a los jefes del DOPS "gaúcho" que los militantes del PVP residentes en Brasil eran peligrosísimos "subversivos internacionales". Nada que ver la fantasía de los servicios de Inteligencia con la realidad.

planteé al delegado Pedro Seelig y al capitán Yanonne que sólo me dejo sacar del apartamento sin gritar que estoy siendo secuestrado si me garantizaban que los niños iban a ser entregados a la madre delante de mí. Conversaron entre ellos y dijeron estar de acuerdo. Me sacaron caminando disimuladamente del edificio, me pusieron en el piso de una camioneta llena de milicos de civil y me encapucharon. A los pocos minutos llegamos al edificio central del DOPS, en la Avenida Ipiranga.

Me llevaron donde estaba Lilián con Camilo y Francesa. Nos saludamos. Nos deseamos suerte conscientes que los tormentos recién comenzaban. Me introdujeron en una pieza de torturas. Seelig y Yanonne dirigían los interrogatorios y las torturas. Ya desnudo me golpean con patadas, puños y cachiporras. Gritan, preguntan, insultan y amenazan. Están apurados, desesperados, enloquecidos. Creen poder detener ya mismo a compañeros del PVP. Quieren la dirección de Hugo Cores y demás compañeros en Brasil, saber cuáles son nuestros contactos brasileños, nuestros vínculos en Uruguay, dónde se edita el periódico *Compañero*.

No logran saber más que mi nombre verdadero. Yo había ingresado con un pasaporte español a nombre de Luis Piqueres de Miguel pero en el momento de la detención usaba mi cédula de identidad uruguaya, vigente, número 31.359, del Departamento de Artigas. Entonces deciden aumentar las torturas y con una roldana me cuelgan al alto techo de la pieza, me ponen el llamado "pau-de-arara" al tiempo que colocan electrodos en la boca, brazos y piernas. Hasta la medianoche del día domingo me tienen colgado, sometido a choques eléctricos y permanentemente baldeado con agua fría.

Mantengo silencio. No menciono a ningún compañero uruguayo ni les doy un solo nombre de los muchos brasileños, hombres y mujeres, con los que manteníamos relación para el desarrollo de las tareas

de denuncia de la violación de los derechos humanos por parte de la dictadura uruguaya. A media noche me bajan al piso. Me desplomo, desnudo, sangrando y vomitando. Después de horas me dejan ir al baño.

Seelig vino a verme y me dijo que me preparara "para un largo viaje". El delegado ordenó que un subalterno me tomara del brazo y me ayudara a caminar. Durante un buen rato el policía me llevó de una punta a la otra de un pasillo interno de un piso superior del DOPS. Pido entonces hablar con el jefe brasileño de esa repartición de Inteligencia. Luego de muchas idas y vueltas me llevaron al elegante despacho del director del DOPS. El delegado-jefe me recibió sentado frente a su escritorio. Yo sigo parado y maltrecho. Le hablé con claridad absoluta, procurando convencerlo – cosa que no logré – del error político en que incurrirían si nos entregaban a los militares uruguayos. Le confirmé que éramos refugiados de Naciones Unidas y que, si desaparecíamos, en pocas horas todos se iban a enterar e iba a haber una campaña internacional de denuncias.

Le hice ver que Brasil no era la Argentina del general Rafael Videla donde los militares uruguayos actuaron con discrecionalidad y secuestraron niños y adultos, matando y desapareciendo a decenas de compatriotas. Le señalé que Brasil vivía un proceso de apertura, que en pocos días había elecciones nacionales⁸ y que la denuncia de nuestro secuestro y deportación ilegal a Uruguay le iba a acarrear al gobierno un costo político muy grande. La imagen nacional e internacional del gobierno militar brasileño se vería muy afectada. Más, le dije que iba a ser un escándalo político cuando tomara estado público que militares uruguayos armados y con documentos falsos actuaron impunemente en territorio brasileño.

⁸[Nota dos Organizadores]: Universindo Rodríguez Díaz refere-se às eleições legislativas (estaduais e federais) marcadas para o dia 15 de novembro, portanto, exatamente três dias após o sequestro.

Mis argumentos no fueron suficientes. El delegado-jefe dudaba. El delegado Pedro Seelig, también. Pero los militares uruguayos presionaban. Finalmente, pasada la medianoche me pusieron en el asiento de atrás de un pequeño auto junto al capitán Yanonne y marcharon conmigo rumbo a la frontera con Uruguay. A Lilián la llevaban en una Brasília blanca y en una camioneta iban los niños. En el mismo camión de "CADA" retornaban a Montevideo los cuatro compañeros que habían sido llevados a Porto Alegre, a comienzos de noviembre, para rastrearnos.

Durante el viaje Yanonne se dedicó a amenazarme y pegarme trompadas para impedir que me durmiera. No me dieron comida, agua ni me dejaron orinar. En las Aduanas del Chuy nos tuvieron tirados en el piso de los autos durante un par de horas. Del lado uruguayo varios miembros de la Compañía de Contra Información, al mando del entonces capitán Eduardo Ferro, esperaban.

Los brasileños retornaron a Porto Alegre. La "caravana de la muerte" siguió con los cuatro secuestrados rumbo al Fuerte de Santa Teresa, en la costa oceánica del Departamento de Rocha. En un amplio descampado junto al mar fuimos nuevamente sometidos a interrogatorios, amenazas, torturas y submarino. El capitán Ferro, viendo que no podían "quebrarnos", nos puso encima de unas rocas e hizo un simulacro de fusilamiento.

En la tardecita del lunes 13 de noviembre fui llevado a Montevideo. Hasta la noche del martes 14 fui interrogado y torturado en el local de la calle Dante (actual Eduardo Víctor Haedo) y República. Luego me trasladaron en un camión de la Compañía de Transporte del Batallón 13 de Infantería, con vendas en los ojos, encapuchado y esposado, a la "base" de la Compañía de Contra Información, en Colorado 2298 esquina avenida Bulevar Artigas.

El lugar era muy frío, húmedo y con las paredes totalmente tapiadas para impedir que se escucharan ruidos del exterior. Al llegar, siempre esposado, me desnudaron, me pusieron un mameluco de los que usan los obreros y me engrillaron con cadenas y candados. Día y noche la música de Radio Clarín, qué solo difunde música "típica y folclórica para la Cuenca del Plata", sonaba a todo volumen.

En los días siguientes en horas de la mañana y de la tarde continuaron durante horas los interrogatorios, los golpes y "el submarino". Me esfuerzo por saber si también estaban Lilián Celiberti y los niños en este centro de detención clandestino. Pero no estaban. Semanas después, ya en el Batallón de Infantería N° 13, me enteré de que Camilo y Francesca fueron llevados el lunes 13 de noviembre a un apartamento de la Compañía de Contra Información en la calle Río Negro en el centro de Montevideo. A Lilián la retornaron a Porto Alegre y montaron una "ratonera" en nuestro apartamento de la calle Botafogo, confiados en detener a Hugo Cores en una supuesta reunión prevista para el viernes 17 de noviembre.

El capitán Eduardo Ferro, del Ejército del Uruguay, y el delegado Pedro Seelig, del DOPS, se instalaron en el apartamento alertas, expectantes y confiados en sumar nuevos lauros a sus respectivos currículos. Sin embargo, el miércoles 15 de noviembre pasó lo que habíamos previsto que pasara en situaciones de emergencia. Nuestros compañeros, preocupados porque desde hacía varios días no respondíamos a las señas acordadas, se comunicaron con otros integrantes del PVP en Europa. Y llegó al apartamento un telegrama del compañero Rubén Prieto, desde París, pidiendo que lo llamaran por teléfono.

Como en el apartamento no había teléfono⁹ Seelig y Ferro decidieron llevar a Lilián al DOPS a hacer la llamada. Lilián, luego de pensar mucho en cómo hacer para pasar un mensaje sin que los represores lo percibieran, les dijo en clave a los compañeros que estábamos en peligro. Los represores no se dieron cuenta del mensaje cifrado. Contento y feliz el comando secuestrador retornó con la secuestrada al apartamento y se prepararon para recibir visitas.

Efectivamente, el viernes 17 a la tarde, golpearon a la puerta del apartamento. El inspector Irno (João Augusto da Rosa) del DOPS y el capitán Ferro del Ejército del Uruguay, sonrientes y confiados, se turnaron mirando por la mirilla para confirmar la buena nueva y obligaron a Lilián a abrir a los dos visitantes. Luiz Cláudio Cunha y João Baptista Scalco entraron al hall de la vivienda e inmediatamente fueron encañonados y puestos contra la pared con las manos en alto y las piernas bien abiertas. Pero los visitantes no eran uruguayos; eran brasileños y, para desgracia del comando clandestino binacional de secuestradores, periodistas brasileños.¹⁰

Los "inteligentes", los "ganadores" pasaron de la euforia al nerviosismo. De la sonrisa burlona a la bronca, al insulto y la desesperación. La situación los sorprende. No estaba en el libreto. ¿Qué hacer con la secuestrada? ¿Qué hacer con estos periodistas entrometidos? ¿Qué hacer? Esa es la cuestión. Luego de hablar a solas entre ellos, de hacer consultas con sus superiores del DOPS y de la Compañía de Contra Información en Montevideo, decidieron levantar la "ratonera". A los periodistas los dejaron salir del apartamento luego de amenazarlos y decirles que guardaran silencio y no contaran nada de lo que habían visto.

⁹ En esa época tampoco había celulares, computadora, internet, messenger, skype.

¹⁰ Luiz Cláudio recibió una llamada de Hugo Cores, desde un teléfono público de San Pablo, denunciando que una pareja de uruguayos y dos niños posiblemente fueron secuestrados en Porto Alegre. El doctor Omar Ferri, al igual que otros periodistas, abogados y religiosos, también fueron alertados sobre el secuestro. Cuando Ferri llegó al apartamento de la calle Botafogo no encontró a nadie. Los secuestradores se habían llevado a los secuestrados y levantado la "ratonera".

Se trata de "extranjeros indocumentados", les dijo un inspector Irno, tenso y nervioso. Luiz Cláudio Cunha, responsable de *Veja* en Río Grande del Sur, y João Baptista Scalco, fotógrafo de la Revista *Placar*, se marcharon silenciosos y asustados luego de haber salvado la vida y preocupados por ver a Lilián Celiberti en manos de los "policiales". A Lilián la llevaron al DOPS y, en la noche, la retornaron a Uruguay, esta vez por Livramento-Rivera. El sábado 18 de noviembre la condujeron a la base de la Compañía de Contra Información de Colorado y Bulevar Artigas en Montevideo, donde yo me encontraba desde el martes 14.

Los interrogatorios, las presiones y las torturas continuaron. El "menú diario" eran golpizas y submarino en un "medio tanque". Los secuestradores estaban muy enojados, molestos, frustrados por no haber podido atrapar a más compañeros. Después que nos detuvieron a Lilián y a mí en Porto Alegre, a partir de la información que obtuvieron en Montevideo, no cayó preso nadie más. Esta situación los molestó. Hasta entonces habían tenido bastante éxito en sus operaciones de secuestro amparadas en la coordinación Cóndor.

Pero mientras esto sucedía se desarrollaba una formidable campaña internacional de denuncia del secuestro de Lilián Celiberti, sus hijos Camilo y Francesca y Universindo Días (Rodríguez Díaz). Doña Lilia Rosas de Celiberti, madre de Lilián, con coraje y dignidad lideró la protesta y el reclamo. El doctor Omar Ferri, con capacidad e iniciativa, asumió la defensa de los uruguayos secuestrados.¹¹ Periodistas brasileños de los diversos medios denunciaron e investigaron lo que la policía no investigaba. Estas circunstancias junto a la rápida y decidida actuación de

¹¹ En octubre de 1981, el doctor Omar Ferri publicó en Porto Alegre un libro que fue todo un suceso editorial: *Sequestro no Cone Sul: o caso Lilián e Universindo*, por la Editorial Mercado Aberto. En noviembre de 2008, a 30 años de aquel acontecimiento, la Editorial L&PM publicó en Brasil un extenso y muy buen documentado libro del periodista Luiz Cláudio Cunha quién con valentía y rigor histórico brinda nuevas informaciones y reflexiones sobre el Plan Cóndor y el secuestro de Porto Alegre: *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*.

los compañeros del PVP y del exilio uruguayo fueron decisivas para que no pasáramos a engrosar la lista de muertos o detenidos-desaparecidos.

A fines de noviembre de 1978, el compañero Hugo Cores escribía desde San Pablo a sus hijos Paula y Andrés en París (Francia) comentando alternativas de nuestra presencia en Brasil y las repercusiones del secuestro: *"Recuerdo que hace tres meses encarábamos con el amigo URD (Universindo Rodríguez Díaz) el cómo hacer para que la prensa brasileña rompiera un poco el silencio acerca del Uruguay. Y no había caso. 'Es que allá no pasa nada, saben, y es difícil hacer una nota si no hay un gran acontecimiento', decían... ¿Quién iba a decir que el acontecimiento que iba a conmover a la prensa brasileña sería su propio secuestro?"*¹²

Los soberbios, los impunes, los secuestradores, tuvieron que ceder frente a las evidencias, la protesta y el reclamo de la opinión pública democrática internacional. Los militares redactaron un acta con argumentos falsos y nos presentaron como detenidos en territorio uruguayo huyendo desde Brasil, en vehículos repletos de armas largas y cortas. A través de los comunicados 1400, del 25 de noviembre, y 1401, del 1º. de diciembre de 1978, difundidos por la Cadena de Radio y Televisión de las 20 horas, las Fuerzas Conjuntas dieron sus explicaciones a la población y a la opinión pública internacional. El mismo día 25 de noviembre, los pequeños Camilo y Francesca fueron entregados a los abuelos. El primer comunicado señalaba textualmente: *"Con la finalidad de satisfacer la inquietud natural creada por las noticias de la prensa nacional y extranjera de que dos ciudadanos uruguayos, Universindo Rodríguez Díaz y Lilián Celiberti Rosas de Casariego y dos hijos menores de edad de ésta última habían desaparecido en la ciudad de Porto Alegre, comuníquese a la población que los mismos fueron detenidos por las Fuerzas Conjuntas al penetrar en*

¹² Carta de Hugo Cores a sus hijos, 24 nov. 1978, citada por Ivonne Trías en *Hugo Cores. Pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya*. Montevideo: Trilce, 2008. p. 225.

territorio uruguayo, encontrándose en su poder material sedicioso, que ratifica las informaciones que se sabía sobre sus actividades en varios países, integrando una vasta organización internacional marxista. Todas las personas citadas se encuentran en perfecto estado de salud y, por las razones arriba indicadas, se prefirió sacrificar el secreto de los procedimientos y el éxito de los mismos, disponiéndose además de eso entregar custodia de los menores a los abuelos. Oportunamente se ampliará este comunicado".

Prisión, libertad y después...

En diciembre de 1978, Lilián y yo junto a los diez militantes del PVP detenidos en Montevideo fuimos llevados al Batallón 13 de Infantería y alojados en pequeños calabozos individuales.¹³ Allí permanecimos durante mucho tiempo. En enero de 1979, a consecuencia de haberse descubierto que algunos soldados llevaban información de Lilián Celiberti para sus padres, fuimos sometidos a brutales torturas dirigidas por el comandante del cuartel, teniente coronel Luis Abraham, junto a Glauco Yanonne y Eduardo Ferro de la Compañía de Contra Informaciones. Al compañero Luis Alonso lo ataron en una tabla y le hicieron el submarino en las piletas de la Plaza de Armas del cuartel ante decenas de soldados. Los jefes del 13 de Infantería buscaban, con esta tortura "pública", hacer un escarmiento y un llamado de alerta a los

¹³ El Batallón de Infantería Blindada N° 13, en la Avenida de las Instrucciones 1325, fue uno de los principales centros de detención y tortura durante los 12 años de dictadura. Era un cuartel que dependía directamente del Comando General del Ejército y coordinaba sus operaciones más directas y sofisticadas con los organismos encargados de la represión. Los miembros de la Organización Comando de Operaciones Antisubversivas (OCHOA) y de la Compañía de Contra Informaciones realizaban los operativos, dentro y fuera de fronteras, en cooperación con los oficiales de Inteligencia del 13 de Infantería. Fue uno de los mayores centros de detención clandestino conocido como "300 Carlos", "Infierno Grande" o "La Fábrica", y se destacó especialmente en la represión contra el Partido Comunista y el PVP. En diciembre de 2005, fueron encontrados en su predio los restos del escribano Fernando Miranda, hasta entonces desaparecido.

soldados para que no colaboraran con los "pichis", como nos llamaban a los presos políticos que allí estábamos detenidos. Y, efectivamente, en buena parte lo lograron.

A partir de entonces el trato de los oficiales y soldados con los presos políticos fue extremadamente duro. Llegamos a tener, durante meses, solamente tres minutos por día para ir al baño, situación que nos llevaba a hacer las necesidades fisiológicas en una pequeña bolsita de nylon. Durante ese lapso de tiempo no hubo recreos, atención médica, ni odontológica y tampoco visita de familiares. Aislamiento absoluto, presión psicológica y la luz encendida todo el día en los calabozos era el trato que nos daban. Regularmente se aparecían Yanonne y Ferro para interrogar, darnos algunos golpes de karate y recordarnos que nuestros familiares podían sufrir represalias si continuaban las denuncias internacionales de nuestro secuestro en Porto Alegre.

El 24 de marzo de 1979 fuimos procesados por la Justicia Militar (Juzgado Militar de Instrucción de 1er. Turno de la Avenida 8 de Octubre y Jaime Cibils) a 5 años de prisión, mediante actas falsas, por los delitos de Asociación Subversiva en grado de Conspiración Seguido de Actos Preparatorios y uso de Documento Falso. En la ocasión nos designaron abogados de oficio. A mí me tocó el doctor Barbé Saravia. Poco tiempo después el Supremo Tribunal Militar dictó sentencia definitiva y ratificó la condena de primera instancia. Inmediatamente las compañeras mujeres (menos Lilián Celiberti) fueron llevadas al Establecimiento Militar de Reclusión N° 2 (Punta de Rieles) y los compañeros varones (menos yo) fueron llevados al Establecimiento Militar de Reclusión N° 1 (Penal de Libertad). Recién el 20 de setiembre de 1979 se me levantó la incomunicación y se autorizó la visita de mi hermano, doctor Luis Augusto Rodríguez, actual director del Museo Histórico Nacional.

En mayo de 1980, por unos días, mejoraron las condiciones de reclusión porque nos visitó, al igual que a los compañeros rehenes del MLN-Tupamaros, una delegación de la Cruz Roja Internacional. Pero el "buen trato" duró poco. A la semana fui "flauteado" o sea llevado encapuchado y esposado al centro de detención clandestino de La Tablada, en las afueras de Montevideo, donde en ese momento estaban torturando a decenas de militantes de la resistencia anti dictatorial. En ese lugar, donde estuve hasta comienzos de junio, fui reiteradamente interrogado por los mismos miembros de la Compañía de Contra Información sobre mis posibles vínculos con militantes sindicales del PVP detenidos por su participación en las jornadas de protesta clandestina del 1º de Mayo, Día Internacional de los Trabajadores. Luego me retornaron al 13 de Infantería. Finalmente, luego de llevar más de un año y medio preso, el 13 de junio fui llevado al Penal de Libertad, donde me asignaron el número 2723. Lilián Celiberti fue llevada al Penal de Punta de Rieles y le asignaron el número 590.

Cuando llegué al Penal de Libertad recibí inmediatamente, a través de diversos gestos, el cariño y el reconocimiento de los cientos de compañeros presos. Les informé de nuestra militancia en el exilio y del secuestro al que fuimos sometidos.

Mucho ayudó a la campaña internacional de denuncia de nuestro secuestro en Brasil el testimonio brindado por Hugo Walter García Rivas, ex soldado y fotógrafo de la Compañía de Contra Información del Ejército uruguayo que desertó en 1980.¹⁴ Las declaraciones de Hugo García fueron publicadas, a partir del 13 de junio de 1980, en el diario *Zero Hora* de Porto Alegre, en crónicas realizadas por los periodistas Carlos Kolečka y Paulo Maciel.

¹⁴ Las declaraciones de este ex soldado fueron publicadas en el libro GARCÍA RIVAS, Hugo Walter. *Memorias de un ex torturador*. Buenos Aires: El Cid, 1984. [Nota dos Organizadores]: Há uma edição rara em português: VÍCTOR, J. *Confissões de um ex-torturador*. São Paulo: Semente, 1980.

El 19 de noviembre de 1983 fui liberado al igual que Lilián Celiberti bajo el régimen de libertad vigilada, a cargo del Grupo de Artillería N° 1 (Cuartel de La Paloma en la Villa del Cerro). Al llegar a la casa de la familia de Lilián, en la calle Santiago Rivas 1676, en el barrio del Buceo, fue una inmensa alegría encontrarme con Doña Lilia, con Don Homero, con Camilo, Francesca, familiares, compañeros, vecinos y una delegación amplia de brasileños (políticos, abogados, parlamentarios, sindicalistas, periodistas, integrantes de organismos de solidaridad como el SIJAU,¹⁵ Amnistía, Movimiento de Justicia y Derechos Humanos). También estaban presentes periodistas y políticos uruguayos.

Numerosos agentes de los servicios de Inteligencia, en autos Volkswagen blancos con matrículas que finalizaban en 284, vigilaban la casa, nuestros movimientos y a los brasileños llegados a Montevideo. Nos seguían a todos lados. Pese a la ausencia de libertad de prensa, numerosos órganos de prensa escrita y radial uruguayos difundieron la noticia de nuestra liberación. Hicimos varias entrevistas en directo para radios y canales de televisión de Brasil. En todas, realizadas a pocas horas de salir de la cárcel, ratificamos las denuncias de nuestro secuestro en Porto Alegre por un comando binacional del DOPS y del Ejército uruguayo.

A los pocos días hicimos una conferencia de prensa en el Hotel Presidente con la presencia, entre otros, de los ciudadanos brasileños Omar Ferri, Belisario dos Santos, Olivio Dutra y Jair Kriskhke. En ese momento se desarrollaban grandes movilizaciones por la recuperación de las libertades en Montevideo y en el interior del país. El 27 de noviembre se realizó un multitudinario acto de la oposición en el Obelisco de los Constituyentes donde Alberto Candau, primer actor de la Comedia

¹⁵ Secretariado Internacional de Juristas por la Amnistía en el Uruguay.

Nacional, leyó la proclama *Por un Uruguay democrático sin exclusiones*. Nos sentimos formando parte de ese colectivo popular inmenso. La lucha realizada, los sufrimientos padecidos, bien valieron la pena.

Como forma de cooperar a la lucha del pueblo uruguayo por la recuperación de las libertades, el 23 de febrero de 1984, patrocinados por los abogados Hugo Batalla y Jaso Anchorena, presentamos la primera denuncia penal todavía en dictadura por la violación de los derechos humanos. Verdad y justicia era nuestro reclamo. En el escrito presentado a la Justicia Civil uruguaya finalizábamos señalando: *"...Esta denuncia tiene para nosotros, señor Juez, un imperativo ético. Hemos recibido en otros países solidaridad y ayuda. En Brasil, la imprevista intervención de los periodistas Luiz Cláudio Cunha y João Baptista Scalco dio lugar a una impresionante cobertura de prensa que ha sido constante hasta hoy, ya estando los comparecientes liberados. Es permanente su preocupación por nuestra situación. La clarificación de los hechos se ha producido en otros países con la determinación clara de responsabilidades y sanciones. No sería honesta nuestra conducta ni ante quienes han sido solidarios con nosotros, ni ante nuestro país, ni ante nosotros mismos, si calláramos, por temor o indiferencia, hechos que han golpeado duramente nuestras vidas y que han significado cinco años de dura privación de libertad. Diríamos que más que reparar lo ocurrido, nos lleva a esta denuncia el más absoluto convencimiento de que tales hechos no pueden volver a suceder. Por todo ello es que hemos decidido la formulación de la presente denuncia, aportando al Magistrado, para su decisión todos los elementos de que disponemos y los que recabará, sin dudas, en la ratificación pertinente"*.

Luego de presentada la denuncia realizamos una conferencia de prensa en el estudio del doctor Jaso Anchorena, que contó con la presencia del entonces presidente de la Asamblea Legislativa de Río Grande del Sur, doctor Antenor Ferrari, y de Jair Krischke, presidente del

Movimiento de Justicia y Derechos Humanos. Semanas después fuimos con Lilián Celiberti a ratificar y ampliar nuestra denuncia. Los militares acusados fueron citados. En febrero del 84 viajamos con Lilián Celiberti a Porto Alegre a hacer público nuestro reconocimiento por el apoyo recibido. Para salir del Uruguay por unos días, tuvimos que solicitar autorización a la Justicia Militar. El 22 de diciembre de 1985 el Parlamento, con la mayoría de los votos del Partido Colorado y del Partido Nacional, aprobó la ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado (conocida como ley de impunidad), que priva al Poder Judicial de juzgar a los militares y policías responsables de las violaciones a los derechos humanos.

El 16 de abril de 1989 se realizó un plebiscito que ratificó la ley de impunidad en un clima de miedo y la amenaza de retorno de los militares. El Voto Amarillo obtuvo 1.073.345 votos para apoyar la ley de Caducidad y, el Voto Verde, 821.260 votos para anular la ley de Caducidad. La lucha por la anulación de la ley de impunidad continúa aún. Los uruguayos acabamos de concretar la recolección de firmas que hace posible convocar a un plebiscito en octubre de 2009 para anular la ley de impunidad (Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado).¹⁶

Recientemente el Poder Legislativo (con los votos solamente del Frente Amplio) y el Poder Ejecutivo presidido por el doctor Tabaré Vázquez, se pronunciaron por la inconstitucionalidad de la ley de Caducidad. También el fiscal de Corte, doctor Rafael Ubiría, se manifestó a favor de la inconstitucionalidad de la ley de Caducidad. Ubiría señaló que la ley de Caducidad viola la Constitución de la República y "diversos instrumentos de derecho internacional relativos a

¹⁶ [Nota dos Organizadores]: A lei de impunidade (*Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado*) foi mantida. Segundo dados finais da Corte Eleitoral da República Oriental do Uruguai, somente 47,3% da população, correspondente a 1.090.859 eleitores, votou pela anulação daquela. Disponível em: <<http://elecciones.corteelectoral.gub.uy/20091025/SSPMain.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

los derechos humanos" y, en consecuencia, aconseja a la Suprema Corte de Justicia declarar su inconstitucionalidad.

Agradecer y abrazar

Han pasado los años. Éramos jóvenes y estábamos comprometidos con la construcción colectiva de un mundo mejor. Ahora, ya no somos tan jóvenes pero seguimos creyendo que otro mundo es posible.

Somos también sobrevivientes de la represión, en nosotros perdura la memoria y estamos éticamente obligados a defenderla, a reencontrarnos con ella aunque sea dolorosa. A exponerla y mostrarla como recuerdo vivo en tanto sirva para reconstruir una conciencia colectiva cuyos custodios sean los pueblos.

Tuve la posibilidad de sobrevivir. Llevo conmigo la obligación de no olvidar. Desde mi doble condición de ex secuestrado e historiador asumí – como tantos otros hombres y mujeres – el compromiso de rescatar del olvido los hechos de un pasado que está presente, la existencia de aquellos compañeros/as, de aquellas bellas utopías, de aquellos proyectos, que intentaron borrar a través del terrorismo de Estado.

Llevo también conmigo la calidez del afecto, la fuerza de la solidaridad recibida que compromete.

En Brasil, especialmente en Porto Alegre, hicimos una experiencia inolvidable. Aprendimos mucho. Recibimos la comprensión, el apoyo y la solidaridad de mucha gente y de muchas instituciones: periodistas, abogados, sindicalistas, políticos, religiosos, Amnistía Internacional, CLAMOR, Movimiento de Justicia y Derechos Humanos.

Sabíamos que la solidaridad se retribuye, aprendimos que también es necesario agradecer. Por eso, a todas y a todos ellos, como bien dice Maria Bethânia, queremos "agradecer y abrazar" siempre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORES, Hugo. *Memorias de la resistencia*. Montevideo: Banda Oriental, 2002.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FERRI, Omar. *Sequestro no Cone Sul: o caso Lilián e Universindo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

GARCÍA RIVAS, Hugo Walter. *Memorias de un ex torturador*. Buenos Aires: El Cid, 1984.

JUNG, María Eugenia; RODRÍGUEZ, Universindo. *Juan Carlos Mechoso. Anarquista*. Montevideo: Trilce, 2006.

MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

LAITANO, J. C. Rolhano. *Jogo do passa-conto*. Porto Alegre: Italiana, 1995.

SILVA, Alberto. *Crónicas de noches, de sueños y pesadillas*. Montevideo: TAE, 1989.

_____. *Entre la rabia y la ternura*. Montevideo: Banda Oriental, 1987.

TRÍAS, Ivonne. *Hugo Cores. Pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya*. Montevideo: Trilce, 2008.

VÍCTOR, J. *Confissões de um ex-torturador*. São Paulo: Semente, 1980.

Documentales

Ycuando sea grande. Director: César Charlone. Brasil, 1980. 55 minutos.

Cone Sul. Director: João Guilherme Reis e Silva. Brasil, 1985. 29 minutos.

El extraño casco azul. Director: Gonzalo Arijón. Francia, 1989. 24 minutos.

LILIÁN, CAMILO E FRANCESCA CELIBERTI: UMA FAMÍLIA URUGUAIA NA MIRA DO CONDOR EM PORTO ALEGRE

*Ramiro José dos Reis**

Entreguem meus netos, pelo menos!
Dona Lilia Celiberti¹

Segundo o jurista francês Jean Louis Weill,² do Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai (SIJAU), a família tradicional está no cerne da Doutrina de Segurança Nacional, que fundamentava ideologicamente as ditaduras civil-militares das décadas de 60 e 70 no Cone Sul. Entretanto, paradoxalmente, ela era alvo do Terror de Estado coordenado que desestruturava famílias inteiras em toda a região. A colaboração internacional repressiva, oficializada em 1975, sob o nome de Operação Condor, foi responsável pelo sequestro e desaparecimentos de mais de uma centena de cidadãos uruguaios, bem como pela apropriação de crianças, sobretudo na Argentina. Nesses casos, as crianças apropriadas perdiam sua identidade ao serem doadas a militares ou civis que as registravam como se fossem suas. Isso por pouco não ocorreu com a família uruguaia da professora Lilián Celiberti (29

* Professor da rede pública municipal de Cachoeirinha. Mestrando em História/UFRGS. Está desenvolvendo a dissertação *Operação Condor em Porto Alegre. O sequestro de Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz*.

¹ FERRI, Omar. *Sequestro no Cone Sul: o caso Lilián e Universindo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p. 45.

² Depoimento no documentário *Y cuando sea grande*. Diretor: César Charlone. Brasil, 1980. 55 minutos.

anos) e seus filhos, Camilo (7 anos) e Francesca (3 anos) que, juntamente com o estudante Universindo Rodríguez Díaz (27 anos), se estabeleceu em Porto Alegre, no final da década de 1970, procurando instalar uma base de conexão do exílio uruguaio com a resistência no interior do Uruguai.

A ideia dos uruguaio era morar na capital gaúcha até que a ditadura de Segurança Nacional terminasse em seu país. Para tanto, Lilián e Universindo alugaram um apartamento na Rua Botafogo, no bairro Menino Deus. Mas em novembro de 1978 os quatro cidadãos uruguaio foram sequestrados por um comando binacional³ sob cobertura do Plano Condor. Contudo, a ação repressiva conjunta teve que ser abortada, já que no dia 17 de novembro houve a inesperada irrupção dos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco, os quais, naquele momento, testemunharam o fato. Seus depoimentos, bem como a atuação do advogado Omar Ferri e da mãe de Lilián, dona Lilia Celiberti, foram fundamentais para salvar a vida das crianças.

Quanto às crianças, se não fosse a rápida intervenção da família alertada pela imprensa, considerando a idade de ambos, possivelmente teriam se tornado "botín de guerra" e sofrido o mesmo destino do desaparecimento, da supressão de suas identidades e da apropriação dos seus corpos e da sua vida. As crianças foram entregues aos avós no dia 25. Durante treze dias, estiveram sequestradas e foram usadas como reféns para exigir que a mãe colaborasse; portanto, durante esse tempo, Francesca, de três anos, e Camilo, de sete, foram detidos-desaparecidos.⁴

Esse fato foi absolutamente singular se comparado às centenas de outras operações de sequestro realizadas com sucesso pelas Forças

³ Realizada por militares uruguaio da Companhia de Contrainformações do Exército e policiais do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul.

⁴ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2 v. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 765.

Conjuntas uruguaias. Fatores como a conjuntura brasileira favorável do final da década de 1970 ou os mecanismos de organização e segurança do partido de Lilián e Universindo incidiram no seu desenlace. Entretanto, gostaria de salientar, ainda, o papel das próprias vítimas do sequestro, mais especificamente da família Celiberti, o que também contribuiu para um desfecho peculiar. Sendo assim, vejamos como essa família uruguaia foi forjada na luta política de resistência às ditaduras a partir da trajetória e atuação de cada um de seus integrantes: a mãe, a avó e as crianças.

La madre

Lilián Celiberti tinha apenas 16 anos quando iniciou sua militância política como estudante da *Asociación de Estudiantes de Magisterio* nos conturbados anos 60. Em uma de suas primeiras manifestações de rua, em 1966, a jovem tímida bradava em praça pública um fervoroso discurso contra a repressão depois de ver sua colega sangrando após sofrer um golpe de um policial. Segundo Lilián, esse fato surpreendeu os outros manifestantes, pois, apesar da timidez e inexperiência, falava como se fosse uma legítima dirigente. Isso porque a indignação movia a jovem estudante a lutar contra as injustiças desde sua adolescência em Montevideu.

Nessa época, em que o Uruguai já não era mais considerado a "Suíça da América",⁵ Celiberti tornou-se uma das principais militantes da *Resistencia Obrero Estudiantil* (ROE), organização de base libertária que aglutinava o movimento sindical, estudantil, intelectual e

⁵ Em meados da década de 1960 a crise econômica afetou drasticamente o setor de exportação de carne e de lã depois da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto foi se espalhando, por todo o país oriental, uma série de manifestações espontâneas da juventude reivindicando melhorias sociais.

organizações de bairros. A história de Lilián Celiberti se confunde com a de outros jovens professores de sua geração que, como ela, tinham entre 18 e 20 anos quando a crise da sociedade uruguaia estourou com toda a sua força.⁶ Foi nessa intensa e entusiasmada conjuntura de militância política e social, animada pelo lema "*arriba los que luchan*" da ROE, que Celiberti conheceu Hugo Casariego, um combativo estudante e notório orador, com quem teria dois filhos.

Porém, foi nesse contexto de muita luta estudantil, política e social no emblemático ano de 1968 que se iniciou a escalada autoritária do governo conservador do ex-pugilista Jorge Pacheco Areco com suas leis de exceção, as temíveis *Medidas Prontas de Seguridad*. Nesse regime de intensificação repressiva, Celiberti foi presa e torturada em 1972 e, no ano seguinte, processada por "*asistencia a los asociados subversivos*", cumprindo sua primeira pena no presídio feminino de *Punta Rieles* até maio de 1974 (a segunda seria após seu sequestro em Porto Alegre). Depois disso, a jovem professora se exilou na Itália com seu companheiro Hugo e seu filho Camilo. Em Milão, ela teve sua segunda filha, Francesca.

Na Europa, Lilián continuou sua militância atuando pelo *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP). Após uma Conferência Extraordinária⁷ em Paris, em 1977, foi designada juntamente com o estudante de Medicina Universindo Rodríguez Díaz para organizar uma campanha internacional pelos uruguaio desaparecidos na Argentina no marco de uma ação política do seu partido. Em Porto Alegre, Lilián e Universindo elaboravam um dossiê de denúncia das violações dos direitos humanos no Uruguai além de ajudarem na distribuição

⁶ *Compañero*, Montevideo, 18 dic. 1978, p. 15.

⁷ Em novembro de 1977, os quadros do PVP na Europa se reaglutinaram em uma Conferência Extraordinária em Paris, para realizarem uma "*autocrítica para avanzar*".

clandestina do jornal *Compañero* e estabelecer vínculos com setores da oposição democrática brasileira.

Porém, no dia 12 de novembro de 1978, Lilián foi sequestrada pela manhã na Estação Rodoviária de Porto Alegre e seus filhos, à tarde, junto com Universindo Rodríguez Díaz, quando se preparavam para ir a um jogo de futebol no estádio Beira-Rio. No DOPS, Celiberti conseguiu informar à escritã Faustina Elenira Severino,⁸ que tomou conta de seus filhos, sobre o desaparecimento de crianças na Argentina, enquanto ela e Universindo eram torturados pelo capitão Glauco Yanonne e pelo delegado Pedro Seelig.

Camilo e Francesca, que esperaram ir ao futebol com Yano (Universindo) enquanto ela, na Delegacia, nua e com arame nos ouvidos e nas mãos, recebe as descargas elétricas e a água, as descargas e a água, as descargas e a água, pensando no filho de Sara, na filha de Emilia, em Camilo e Francesca, Camilo e Francesca.⁹

A maior preocupação de Lilián Celiberti era com seus filhos, pois temia que tivessem o mesmo destino de Mariana Zaffaroni e Simón Riquelo, filhos de Emilia Zaffaroni e Sara Méndez, respectivamente, companheiras dela no PVP, sequestradas em Buenos Aires através do Plano Condor. Resistiu às torturas físicas e psicológicas no DOPS e, ao ser transladada para o Uruguai, foi pensando em alguma maneira de informar os companheiros sobre o sequestro para que eles pudessem denunciá-lo.

Na fronteira, os adultos foram torturados novamente com um simulacro de fuzilamento na frente das crianças. Foi nesse momento que

⁸Um dos fatos mais obscuros do sequestro foi a repentina morte da escritã Faustina Elenira Severino, que teria falecido devido a um "acidente cardiovascular", segundo o laudo médico. A escritã, que havia tomado conta dos filhos de Lilián, era o "elo fraco da corrente". O mais curioso foi que em seu enterro compareceram os mais altos nomes da hierarquia militar e civil do Rio Grande do Sul.

⁹CELIBERTI, Lilián; GARRIDO, Lucy. *Meu quarto, minha cela*. Porto Alegre: L&PM, 1989. p. 11.

Lilián disse que receberia companheiros, no apartamento da Rua Botafogo, no dia 17 de novembro. Dessa forma, conseguiu convencer os sequestradores a voltar com ela a Porto Alegre e montar uma armadilha para prender os supostos integrantes do PVP. Especulava, quanto a isso, que os mecanismos de segurança do PVP já tivessem sido acionados e a imprensa contatada. Efetivamente, isso se confirmou com a chegada dos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco, em vez de alguma vítima desavisada. Frustrada a ação, Lilián foi imediata e definitivamente levada ao Uruguai. Continuava na condição de sequestrada e desaparecida, mesma situação sofrida no Uruguai, até aquele momento, pelas crianças e por Universindo. Isso fez com que a mãe de Lilián viesse à capital do Rio Grande do Sul em busca de sua filha e de seus netos.

La abuela

Dona Lilia Terrón Rosas Celiberti não pensou duas vezes em embarcar rumo a Porto Alegre ao receber um telefonema de sua filha mais velha que estava na Europa, Mirtha. Esta havia sido informada sobre o desaparecimento da irmã através do PVP. Ao chegar à capital gaúcha, a mãe de Lilián procurou o jornal *Zero Hora* e clamou em entrevista coletiva: "Entreguem meus netos, pelo menos!".¹⁰ No dia 23 de novembro, os jornais publicaram esse apelo dramático de uma mãe que conhecia a dura realidade do Cone Sul da Segurança Nacional, com milhares de presos políticos desaparecidos e centenas de crianças sequestradas.¹¹

¹⁰ FERRI, op. cit., p. 45.

¹¹ O sequestro e apropriação dos filhos de prisioneiros políticos foram um dos crimes praticados na Argentina na década de 1970. Segundo as associações de familiares, foram mais de 500 crianças que tiveram suas identidades roubadas, ainda que os casos denunciados e documentados sejam menos e as crianças identificadas sejam muito menos ainda. Segundo Abuelas de Plaza de Mayo, no final de 2009, o número de crianças recuperadas correspondia a 99.

O clamor sensível e corajoso da senhora Lilia Celiberti, aliado às denúncias e investigações do advogado Omar Ferri, da imprensa e do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), foram fundamentais para salvar as crianças, já que no dia 25 de novembro de 1978 as Forças Conjuntas uruguaias devolveram Camilo e Francesca à família e assumiram a prisão de Celiberti e Rodríguez. A mãe de Lilián mal pode conter a emoção ao receber a notícia de que seus netos estavam com o avô Dom Homero Celiberti. Contudo, o terror psicológico continuou sendo exercido contra ela e sua família através de patrulhas e ameaças veladas ou diretas para que não colaborasse com os advogados e jornalistas brasileiros. Além disso, coube à avó a árdua tarefa de explicar à pequena Francesca o porquê de sua mãe estar presa e quando voltariam a morar todos juntos em uma casa grande novamente.

Enquanto isso, no cárcere, Lilián Celiberti, que não havia desistido de lutar, conseguiu enviar bilhetes clandestinos para sua mãe, escritos com agulha no papel aluminizado dos maços de cigarros. Em um deles, a jovem professora dizia: *"Es facil decir que nos les pasaría nada a los gurises, pero vivir el llanto de Francesca cuando nos separamos y la tristeza de Cami ya no es tan simple. Pero dentro de todos mi errores [...] yo he buscado defenderme y voy a luchar por mi libertad y la de Yano [Universindo]"*.¹²

Los niños

A decisão de trazer os filhos pequenos a Porto Alegre não foi uma ação inconsequente e aventureira de Lilián Celiberti, já que a mesma veio pessoalmente, sozinha, ao Brasil, para analisar a conjuntura e avaliar

¹²Bilhete escrito em papel aluminizado com agulha por Lilián Celiberti para sua mãe, dona Lilia. [s. d]. In: FERRI, op. cit. p. 234. Outros bilhetes podem ser localizados no Arquivo Pessoal Omar Ferri (APOF), originalmente inserido no ex-Acervo da Luta Contra a Ditadura e, atualmente, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

os riscos. A ideia de viver na capital gaúcha enquanto persistisse a ditadura no Uruguai foi preponderante para trazer seus filhos. Camilo nasceu em Montevideu em 6 de dezembro de 1970 e Francesca no exílio, em Milão, em 11 de agosto de 1975. Ambos foram matriculados na escola maternal Cisne Branco, localizada a poucas quadras do apartamento da Rua Botafogo. Lilián chegou a pagar a creche com antecedência nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, mas o último dia de aula foi 10 de novembro de 1978, e as crianças nem puderam se despedir dos colegas. Segundo uma funcionária da escola, as crianças eram muito queridas entre as demais, e ela, particularmente, havia ficado muito triste com o sequestro de Camilo e Francesca.¹³

Contudo, se a vida no exílio já era complicada para os adultos, muito mais o era para um menino de sete anos e uma menina de três que, com tão pouca idade, já haviam morado no Uruguai (no caso de Camilo), na Itália e no Brasil (no caso de ambos). A dificuldade com os idiomas era nítida, pois, mal tinham aprendido a se comunicar em italiano, já tinham que aprender o português. Segundo Cunha, Camilo chamava Lilián de *mamma*, ao invés de *mamá*, e falava num esquisito *italianol* (mistura de italiano com espanhol).¹⁴

Era a vida atribulada e instável de crianças com pais separados e exilados pelos regimes militares que desfaziam casamentos, lares, famílias, partidos e vidas no assombrado Cone Sul do continente. Em Porto Alegre, na ficha de matrícula de Francesca na escola maternal Cisne Branco, a três quadras de distância do apartamento da Rua Botafogo, Lilián resumiu a curta experiência de vida de sua filha. "Sono: agitado".¹⁵

¹³ Depoimento no documentário *Y cuando sea grande*. Diretor: César Charlone. Brasil, 1980. 55 minutos.

¹⁴ CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008. p. 53.

¹⁵ *Ibid.*

Além dessa dificuldade cotidiana, as crianças também estavam no "olho do furacão" político das ditaduras civis militares de Segurança Nacional articuladas pelo Terrorismo de Estado internacional:

*Los hijos de los militantes políticos corrieron los mismos riesgos que sus padres y sufrieron en carne propia la represión y la violencia que se ejerció durante las dictaduras sobre los vínculos familiares. Los hijos de los perseguidos, de los presos, de los exiliados, de los desaparecidos, de los sitiados, los niños nacidos en prisión, los niños robados. Temas que forman parte de la vida de todos los luchadores y pasan como testigos a las siguientes generaciones.*¹⁶

Com isso, Camilo e Francesca vivenciaram a situação-limite de um sequestro seguido de um traslado clandestino com constantes ameaças. Ainda no DOPS, Camilo tentou fugir de seus alcoses, mas, sem sucesso, ficou na condição de detido-desaparecido, assim como sua irmã, sua mãe e Universindo. Para as crianças, o terror só foi amenizado quando finalmente foram entregues ao avô, mas com a nefasta condição de permanecerem sem a presença materna durante cinco anos (período de prisão de Lilián).

A suspensão do sequestro após o testemunho dos jornalistas fez com que a imprensa e a seção gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS) intensificassem as investigações no intuito de esclarecer a verdade sobre o caso *Lilián-Universindo*. Sendo assim, foi enviada uma comitiva para Montevideu com o intuito de colher o depoimento do menino Camilo, já que Lilián e Universindo estavam incomunicáveis. Como o menino gostava muito de futebol e em Porto Alegre havia adotado o Internacional como time do coração, os jornalistas e advogados levaram fotos de alguns jogadores do seu time, entre as quais haviam

¹⁶ TRÍAS, Ivonne. *Hugo Cores. Pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya*. Montevideo: Trilce, 2008. p. 8.

misturado uma do delegado Seelig e do *Didi Pedalada*. Camilo reconheceu os dois, os quais não faziam parte do seu querido colorado. "Didi", paradoxalmente, havia sido jogador do Inter, mas, naquele momento, atuava na equipe da repressão política do DOPS.

Além disso, Camilo havia identificado o local onde havia estado detido junto com a irmã, a mãe e o amigo: um *"edificio grande, en la ciudad, al frente de un arroyito con dos calles, una de cada lado"*.¹⁷ Esse local descrito pelo menino nada mais era do que a Secretaria de Segurança Pública (Palácio da Polícia) do Rio Grande do Sul, que fica na esquina das avenidas João Pessoa e Ipiranga (esta última, cortada pelo arroio Dilúvio, o *arroyito* identificado por Camilo). No terceiro andar desse prédio ficava o famigerado DOPS. Por fim, o menino revelara, ainda, que haviam sido detidos por brasileiros, mas acompanhados por dois uruguaios. Era a prova da coordenação entre militares uruguaios e policiais gaúchos na ação de sequestro internacional.

Conclusão

A família Celiberti foi indubitavelmente vítima do Terror de Estado coordenado sob a cobertura da Operação Condor em Porto Alegre. O trauma do sequestro, da tortura e da ausência de Lilián, presa por cinco anos nos terríveis cárceres políticos da ditadura uruguaia, é irreparável para seus filhos e para ela mesma. A própria pressão exercida pelas Forças Conjuntas uruguaias contra Dona Lilia configurara o clima de terror psicológico envolto no desdobramento do sequestro de Lilián, Universindo, Camilo e Francesca.

¹⁷ CUNHA, op cit., p. 107.

Entretanto, a particularidade histórica do caso no marco da coordenação repressiva regional foi o de que as vítimas sobreviveram à rapinagem da Operação Condor. Dentre diversos fatores que possibilitaram tal desfecho singular, podemos destacar a atuação corajosa da família Celiberti, que não deve ser vista apenas como vítima indefesa do comando repressivo binacional. Além do grande sofrimento ocasionado por uma situação-limite, deve-se salientar a luta de resistência às ditaduras no Brasil e no Uruguai desenvolvida pelos uruguaios no final da década de 1970, no Rio Grande do Sul.

No próprio caso do sequestro, pode-se destacar a astúcia de Lilián para tirar proveito do descompasso repressivo entre as ditaduras uruguaia e brasileira,¹⁸ o apelo público dramático e corajoso de dona Lilia Celiberti, o reconhecimento do local de detenção dos quatro uruguaios, a identificação dos sequestradores e a revelação da coordenação repressiva feita pelo menino Camilo. Portanto, constata-se a coragem e a luta dessa família pela vida. Hoje, após três décadas do *caso Lilián e Universindo*, Francesca tem um filho de três anos, ou seja, a mesma idade que tinha quando foi raptada na capital gaúcha. O neto de Lilián Celiberti é a prova mais contundente de que os uruguaios sequestrados em Porto Alegre venceram; venceram, inclusive, ao pior inimigo da oposição às ditaduras do Cone Sul e à Operação Condor: o desaparecimento e a apropriação de crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CELIBERTI, Lilián; GARRIDO, Lucy. *Meu quarto, minha cela*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

¹⁸ Enquanto a conjuntura do Brasil acenava para um clima de relativa abertura política, no Uruguai imperava o Terror de Estado.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FERRI, Omar. *Sequestro no Cone Sul: o caso Lilián e Universindo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2 v. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

TRÍAS, Ivonne. *Hugo Cores: pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya*. Montevideo: Trilce, 2008.

Documentário *Y cuando sea grande*. Diretor: César Charlone. Brasil, 1980. 55 minutos.

Compañero, Montevideo, 18 dic. 1978.

Lilián Celiberti. Entrevista realizada pelo autor no dia 12 de novembro de 2008.

O SEQUESTRO DE MONTONEROS NO BRASIL

*Nilson Mariano**

A ditadura militar do Brasil foi solidária e cooperativa com as vizinhas que subjugaram o Cone Sul pelo Terrorismo de Estado nas décadas de 1970 e 1980. Em conexão direta com a Argentina, permitiu a captura e o posterior traslado de seis militantes do grupo *Montoneros* dentro do território brasileiro. Eles foram apanhados no Rio de Janeiro, no Paraná e no Rio Grande do Sul, em diferentes datas, quando tentavam entrar ou sair do país. Enviados para campos de concentração na Argentina, desapareceram. Os corpos jamais foram localizados.

Sócio ativo da Operação Condor – a aliança secreta com as ditaduras da Argentina, do Uruguai, do Chile, do Paraguai e da Bolívia –, o Brasil colaborou para o aprisionamento de outros ativistas de esquerda sul-americanos. Há o caso dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Díaz, em novembro de 1978, no Rio Grande do Sul. Antes, em 1974, quatro paraguaios do Movimento Popular Colorado (MOPOCO), a dissidência do partido oficial do tirano Alfredo Stroessner, foram interceptados em Foz do Iguaçu, no Paraná. Foram vários os episódios.

* Jornalista, mestre em História/PUCRS. Autor da dissertação *Montoneros no Brasil. Terrorismo de Estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*, defendida em 2006. Autor dos livros *Operación Condor: Terrorismo de Estado en el Cono Sur*. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998; *As Garras do Condor*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

Porém, os *Montoneros*¹ foram os mais atingidos em número de pessoas e nas consequências. Enquanto as demais vítimas sobreviveram, eles foram assassinados.

Antes de detalhar os sequestros de argentinos dentro do Brasil, convém explicar quem eram os *Montoneros*, quais as razões de terem sido tão perseguidos além das fronteiras. No final dos anos 1960, quando a Argentina era sacudida por crise econômica e política, eles se proclamavam herdeiros do Peronismo.² Queriam reformas sociais, exigiam a volta do proscrito Juan Domingo Perón, expulso do país com o golpe de 1955. Orientavam-se por uma mescla ideológica: nacionalismo, Teologia da Libertação, culto ao Peronismo e a luta armada de Guevara. O distintivo era um fuzil e uma lança de taquara (homenagem aos gaúchos primitivos) cruzados. No meio do escudo, podiam figurar as letras M (de *Montoneros*) ou P (Peronismo).

O estilo dos *Montos* era voluntarioso, agressivo. Nas manifestações de rua, hostilizavam os policiais que formavam os cordões de isolamento para conter as multidões. Gritavam insultos ("éguas putas, apátridas, gorilas") e cuspiam nos capacetes e nas fardas. Isso lhes foi cobrado depois, quando iniciada a perseguição que ensanguentou o país.

Mas o que mais pesou foram os atentados e os assassinatos. Logo na ação de estreia, em 1970, um comando *Montonero* executou o ex-presidente da República Pedro Eugenio Aramburu, um dos golpistas da Revolução Libertadora que derrubara Perón 15 anos antes. Aramburu estava aposentado, aos 67 anos, mas fora um carrasco no passado. Em 1956, ordenara o fuzilamento de 27 peronistas que conspiravam contra o

¹ Surgiram em 1968/1969, combinando dedicação ao casal Evita-Juan Domingo Perón com os ideais revolucionários de Che Guevara. O nome foi inspirado nas Montoneras, como eram chamadas as guerrilhas a cavalo que lutaram pela independência da Argentina no início do século XIX.

² Movimento surgido em 1945, quando multidões de operários apoiaram Juan Domingo Perón. Juntando política, sindicalismo e assistência social, o Peronismo se tornou doutrina nacional, conferindo ao Estado o papel de organizador do povo.

seu governo recém-empossado. Depois, mandou profanar e esconder os restos mortais de Evita Perón.³ Sob essas justificativas, foi morto com cinco tiros na cabeça.

Os *Montos* tentavam agradar a Perón, mas não percebiam que o astuto caudilho manipulava os cordéis políticos desde o exílio em Madri, usava o ardor dos jovens esquerdistas para desestabilizar o governo do general Onganía (assumira em 1966) com greves e protestos de rua, os *estallidos* que tumultuavam as grandes cidades. Manobrando os guerrilheiros como um "temível aríete", Perón alcançava duplo propósito: apossava seus inimigos e demonstrava que somente ele poderia controlar a desordem. Quando reassumisse a Argentina, confiava que os *Montoneros* deporiam armas e se enquadrariam disciplinadamente no setor juvenil do Peronismo.

Ao mesmo tempo em que tolerava a rebeldia dos *Montos*, o ex-presidente aflagava outras organizações que gravitavam em torno do Peronismo, inclusive a fascista *Guardia de Hierro*, inimiga dos guerrilheiros. O plano de Perón era formar um governo de pacto social, que unisse empresários, políticos e sindicalistas. Prometia reforçar a indústria nacional, aumentar salários e consultar adversários políticos. Acima de tudo, tratava de cativar as classes média e alta – as mais refratárias – de que havia mudado. Dentro da Argentina, diluíam-se as resistências contra sua volta.

E assim foi, o caudilho retornou triunfalmente em junho de 1973. Só que os *Montoneros* não foram convidados para a festa. Já na recepção no Aeroporto de Ezeiza (periferia de Buenos Aires), a ala direitista do Peronismo atirou de metralhadora contra os *Montos*, no meio da multidão, para evitar que se aproximassem do palco e se

³ Eva Duarte de Perón, a Evita, morreu em 1952, aos 33 anos. Seus restos mortais foram furtados em 1955, na Argentina, e enterrados clandestinamente na Itália. Foram devolvidos a Perón em 1971.

adonassem das homenagens. Nunca se soube exatamente o número de mortos, as cifras oscilaram entre 35 até 200, além das dezenas de feridos.

Em setembro de 1973, Perón elegeu-se presidente da nação pela terceira vez, com os *Montos* aliados da nova ordem. Desconfiados, não entregaram os arsenais e começaram a fustigar o chefe nas manifestações públicas. Passaram a ser perseguidos. Com a morte de Perón, em 1º de julho de 1974, a Argentina ficou à deriva. O aparato de repressão endureceu, com torturas e assassinatos massivos, antecipando o Terrorismo de Estado que seria oficializado com o golpe de 24 de março de 1976. As organizações guerrilheiras, o Exército Revolucionário do Povo (ERP) e os *Montos* à frente não retrocederam e pagaram alto por isso.

Foi justamente no mês da morte de Perón que ocorreu o primeiro sequestro de um argentino dentro do Brasil. Enrique Ernesto Ruggia era aspirante a guerrilheiro, tinha 18 anos, orgulhava-se de carregar o prenome do compatriota Che Guevara. Estudante de Veterinária, desapontara-se com os *Montoneros*: fora recusado devido à falta de adestramento com armas, poderia ser aceito apenas para tarefas políticas, como distribuir panfletos. Proibido temporariamente de vestir o impecável uniforme dos *Montos* (calça azul-marinho, camisa azul-celeste e jaqueta de couro preta, estilo aviador), aproximou-se de cinco brasileiros que estavam refugiados em Buenos Aires, pertencentes à Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR do capitão Carlos Lamarca.

Esses *veperristas* haviam sido expulsos pela ditadura brasileira, parte deles esteve no Chile (até o golpe de Pinochet) antes de se internar na Argentina. No início de julho de 1974, decidiram voltar ao Brasil, levando Enrique Ernesto junto, a pedido dele, com planos de reativar a guerrilha.

Enrique Ernesto e os *veperristas* saíram de Buenos Aires comandados pelo último líder da VPR ainda vivo, o ex-sargento do Exército brasileiro Onofre Pinto. Ao chegarem a Foz do Iguaçu (triângulo onde convergem as fronteiras do Paraguai, da Argentina e do Brasil), caíram numa emboscada no Parque Nacional de Iguaçu. Foram executados por um comando militar brasileiro que os aguardava na floresta. Além do rapaz argentino e de Onofre, morreram os irmãos Joel e Daniel de Carvalho, José Lavéchia e Victor Carlos Ramos.⁴ Sepultados em local desconhecido, os corpos não foram encontrados.

A atitude de Enrique Ernesto, de se juntar ao que restara de uma célula guerrilheira para invadir outro país, foi atribuída à ebulição revolucionária dos estudantes. Sentiam-se motivados com a aura continental de Guevara e os efeitos da rebelião de maio de 1968. Em Buenos Aires, Enrique Ernesto deslumbrara-se com a trajetória de chilenos, uruguaios e brasileiros que haviam escapado das suas ditaduras. Familiares rogaram que não se aventurasse pelo Brasil, mas ele não ouviu.

Operação Morcego

A morte de Enrique Ernesto foi um episódio isolado que antecedeu a Operação Condor, formalizada no ano seguinte (1975). O sequestro dos outros cinco *Montoneros* em solo brasileiro já foi orquestrado entre os serviços de inteligência. A ditadura argentina montara o Batalhão de Inteligência 601, o B. 601, com a missão exclusiva de perseguir guerrilheiros em outros países. Baseado em Buenos Aires, o B. 601 articulou-se com o Serviço Nacional de Informações (SNI) brasileiro.

⁴PALMAR, Aluizio. *Onde foi que enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa, 2005. p. 15.

Havia uma operação específica, no B. 601, somente para caçar *Montoneros* que estivessem no Brasil e em países vizinhos, a *Murciélagos* (morcego), a cargo do coronel argentino Carlos Alberto Tepedino. Agentes morcegos agiam fora da Argentina, seguindo uma das estratégias da Operação Condor, a de infiltrar espões nas embaixadas, nos consulados, nas companhias aéreas, nas empresas multinacionais. Entre dezembro de 1978 e janeiro de 1981, o coronel Jorge Ezequiel Suárez Nelson foi agregado militar em Brasília.

Os cinco sequestros atribuídos ao B. 601 ocorreram durante a Contraofensiva Popular, quando *Montoneros* exilados no México e na Espanha após o golpe de 1976 decidiram voltar à Argentina na fracassada investida para derrubar a ditadura. Os sequestros ocorreram em dois momentos: na ida, quando pretendiam ingressar na Argentina; e na volta, ao tentarem fugir novamente para o exílio via Brasil.

O jornalista e escritor Norberto Armando Habegger, apelidado *Cabezón*, foi a primeira vítima do B. 601. Em 30 de julho de 1978, deixou o México e viajou para o Rio de Janeiro, onde encontraria compatriotas refugiados. Para não despertar suspeitas, utilizou um passaporte falsificado em nome de Hector Estebán Cuello. Prometeu telefonar para a mulher, Florinda, que ficara na Cidade do México, tão logo desembarcasse no Rio. Não ligou. Secretário de Relações Políticas dos *Montos*, Norberto caiu numa armadilha ao desembarcar no Rio, sendo detido em um hotel por policiais que falavam espanhol. Removido à Argentina, desapareceu. Tinha 37 anos.

Do México também partiu o terceiro argentino sequestrado no Brasil, Horacio Domingo Campiglia, de codinome Petrus. Segundo Comandante dos *Montos* no exílio mexicano, foi preso em 12 de março de 1980 ao desembarcar no Rio de Janeiro. Tinha 30 anos e duas filhas. Junto com ele, estava a também *montonera* Mónica Susana Pinus de

Binstock, 27 anos, a quarta a ser capturada em território brasileiro. Ambos foram remetidos para o *chupadero* (centro de tortura e prisão) de *Campo de Mayo*, nos subúrbios de Buenos Aires, onde desapareceram.

Em 1980, as ditaduras militares do Cone Sul apresentavam sinais de desgaste, principalmente devido à repercussão dos crimes de lesa-humanidade. A barbárie iniciada na década de 1970 tornara-se conhecida no exterior. Os próprios Estados Unidos, fiadores dos golpes em série, julgavam desnecessária a continuidade dos regimes autoritários.

Os *Montos* faziam escalas pelo Brasil por imaginarem que seria o caminho menos perigoso. Os outros países limítrofes à Argentina – o Uruguai, o Chile e o Paraguai – estavam sob rígidas ditaduras e, aparentemente, exerceriam maior controle nas fronteiras e nos aeroportos. Efetivamente, o regime brasileiro encerrara a fase mais dura, punha fim à censura e encaminhava a transição. No entanto, não havia desmontado a máquina repressiva, mantinha-se alerta e participava da Operação Condor. Não queria "subversivos e terroristas" estrangeiros incomodando no seu território e colaborava para manter a estabilidade autoritária na região.

Foi nesse contexto de prevenção a movimentos de esquerda que ocorreram os dois últimos sequestros de argentinos, ambos na fronteira entre as cidades de Uruguaiana (Rio Grande do Sul) e Paso de los Libres (província de Corrientes). Foram em 26 de junho de 1980, mas em horários diferentes. Um dos capturados foi o padre Jorge Oscar Adur, capelão dos *Montoneros* refugiados na Espanha. Cristina Zuker, que registrou suas memórias em livro, conviveu com o religioso e contou: "*A su vez, el padre Jorge Adur cumplía la función de asesor espiritual*".⁵ Nos

⁵ ZUKER, Cristina. *El tren de la victoria: una saga familiar*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003. p. 162.

preparativos para a Contraofensiva, padre Adur rezou missa aos guerrilheiros que embarcaram para enfrentar a ditadura argentina.

Para ficar com os seus pupilos, Adur também entrou clandestinamente na Argentina. Ao tentar sair, em direção a Porto Alegre, onde pretendia denunciar as atrocidades da ditadura militar ao papa João Paulo II, que então visitava o Brasil, foi sequestrado no cruzamento Libres-Uruguaiana. Viajava num ônibus da empresa General Urquiza. Tinha 48 anos, desapareceu.

O universitário Lorenzo Ismael Viñas, 25 anos, foi apanhado no mesmo dia que o padre Adur, mas havia saído da cidade argentina de Santa Fé com destino ao Rio de Janeiro, num ônibus da Pluma. Portava documento falso em nome de Néstor Manuel Ayala.

Lorenzo viera do México com a mulher, Claudia Olga Allegrini. Como os integrantes da Contraofensiva estavam sendo dizimados pela repressão dentro da Argentina, decidiram voltar ao Brasil. Claudia ficou na Argentina, porque a viagem de ônibus seria penosa para a filha recém-nascida, María Paula. Quando chegasse ao Rio de Janeiro, Lorenzo mandaria um telegrama: "Cheguei Bem".⁶ Era a senha para Claudia se preparar, embarcaria depois que o marido providenciasse a moradia. A mensagem não veio.

Documento da Justiça Federal da Argentina indicou as circunstâncias do sequestro. Teria ocorrido quando o ônibus da Pluma já atravessara a ponte internacional sobre o Rio Uruguai e chegava a Uruguaiana. Ato contínuo, Lorenzo foi devolvido para Libres e, depois, recambiado a Buenos Aires, para instalações do B. 601, onde desapareceu.

⁶ ALLEGRINI, Claudia. Entrevista ao autor deste artigo. Buenos Aires, 13 set. 2005.

[...] *Y se cree que desapareció en el cruce fronterizo... presumiblemente del lado brasileiro (sic), dado que la empresa de colectivos mencionada informó que según sus registros la víctima había cruzado la frontera.*⁷

Antes de serem transportados a Buenos Aires, os detidos podiam sofrer o primeiro interrogatório em Paso de los Libres por agentes do Destacamento de Inteligência 123 (D. 123), ligado ao B. 601. Eles utilizavam uma fazenda de gado, batizada *La Polaca* (alusão à sua primeira dona, Sofia Selinsky, migrante da Polônia), situada a 15 quilômetros da cidade, no distrito de Palmar, e a 600 metros das margens do Rio Uruguai. Dentro do casarão da estância, os prisioneiros eram torturados com choques elétricos, acionados por um "telefone de campanha", queimaduras de cigarros e perfurações com agulhas.

Seguindo recomendação de Barbara Tuchman,⁸ aquela de que se deve conferir o local dos acontecimentos, o autor deste artigo foi conhecer *La Polaca*. Dentro do casarão, guarnecido por tipuanas e árvores frutíferas, há um porão que mede três metros por três metros de largura e 2m85cm de altura. Numa das paredes laterais, há vestígios de que a porta de entrada foi alargada, em tamanho suficiente para receber um veículo. Moradores locais contaram ver camionetes militares chegando à fazenda de noite.

La Polaca funcionou como um centro de triagem, para o interrogatório inicial. Assim como Norberto, Horacio e Mónica, Lorenzo e padre Adur foram levados ao *Campo de Mayo*. Depois de *chupados* (quando não tinham mais nada para contar e se tornavam "cadáveres em espera", na qualificação de Goebbels citada por Hannah

⁷ ARGENTINA. Justiça Federal. Processo nº 6859, pasta 57, f. 544. Buenos Aires, 1998.

⁸ TUCHMAN, Barbara W. *A Prática da História*. Rio de Janeiro: José Olympio/Biblioteca do Exército, 1995. p. 12.

Arendt)⁹, podem ter sofrido a solução final: o *traslado* em aviões, sendo atirados no Oceano Atlântico.

Entre 1976 e 1983, a ditadura militar argentina produziu 30 mil mortos e desaparecidos, conforme estimativas da Associação das Mães da Praça de Maio, superando as vizinhas do Cone Sul no obituário. A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), liderada pelo escritor Ernesto Sabato, conseguiu identificar 8.961 das vítimas, mas admitiu que o número era bem maior. Nas suas memórias, Sabato contou ter sofrido a "obscura sensação" de que não voltaria a ser o mesmo, como acontece "quando se desce aos infernos".¹⁰ O Brasil contribuiu para o genocídio argentino, franqueando suas fronteiras para o sequestro de seis *Montoneros*. Não se pode saber se os restos mortais se decompuseram nos abissais do Atlântico, como tantos outros atirados em alto-mar. Mas não há dúvidas de que desapareceram, fulminados por duplo Terrorismo de Estado: o brasileiro e o argentino.

⁹ ADLER, Laure. *Nos passos de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 138.

¹⁰ SABATO, Ernesto. *Antes do fim*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 100.

DE *JANGO*, DE SILVIO TENDLER, AOS DIAS DE HOJE: UMA ATUALIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE A MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART

Caroline Silveira Bauer*

Este breve artigo tem como objetivo fornecer uma atualização do debate sobre a morte do ex-presidente João Goulart através das pesquisas desenvolvidas em âmbito acadêmico, das investigações realizadas por periodistas, da disponibilização de acervos documentais e das iniciativas governamentais desde 1984 – ano de lançamento do filme *Jango*, de Silvio Tandler. Nestes últimos 25 anos, houve avanços historiográficos significativos em relação às ditaduras de segurança nacional do Cone Sul, assim como mudanças na política de direitos humanos desses países, o que vêm contribuindo para o conhecimento da história recente da região.

O filme *Jango*: "A história que começa a ser contada"

Em fevereiro de 1984, faltando um pouco mais de um mês para o vigésimo aniversário do golpe civil-militar brasileiro de março de 1964, a equipe do historiador e cineasta Silvio Tandler terminou um projeto iniciado fazia dois anos: *Jango*. Parte do material utilizado para a confecção do documentário já havia sido coletado para outra produção, *Os Anos JK*, lançado em 1980, acrescido pelo acervo particular da família do ex-presidente. A filha de João Goulart, Denize Goulart, trabalhara como co-produtora do filme.

* Doutoranda em História/UFRGS. Autora da dissertação *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964–1982)*, defendida em 2006. Está desenvolvendo a tese *Hermanas: um estudo comparativo entre as estratégias de implantação do terror através da montagem e atuação dos aparatos repressivos das ditaduras argentina e brasileira*.

O Brasil ainda vivia em uma ditadura civil-militar. Mesmo que se possa afirmar que estava em seu fim e que o período seja lembrado muito mais pela campanha das "Diretas Já" do que pelo autoritarismo do regime, a ditadura e seu aparato burocrático e repressivo vigiam e continuavam a implementar o medo na população, o que pode ser evidenciado através do veto do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal do Rio de Janeiro à exibição do documentário.

Jango, submetido à avaliação de um censor desse órgão, recebeu o seguinte parecer:

[...] O diretor deixou claro, com a maneira com que armou o filme e com a narração sempre sarcástica em certos casos e exaltante em outros, o desejo de achincalhar os militares e a revolução. Não usou absolutamente de imparcialidade, negou que a revolução estivesse em 64 sendo realmente almejada e que tenha sido considerada uma vitória naquela época para a maioria dos brasileiros [...]. Enfim foi tendencioso, não teve o suficiente despojamento de suas tendências, suas animosidades para simplesmente narrar os fatos passados sem distorcê-los. Deixou-se levar pelo atual clima antirrevolucionário para fazer uma propaganda de suas ideias. Não houve distanciamento suficiente para uma análise serena dos tempos apresentados. A narração é irônica e debochada ofendendo autoridades ainda atuantes e apresentando como verdadeiros fatos que realmente não sei se o são. [...] Considero a exibição do filme totalmente inadequada ao momento político presente, achando-o feito de encomenda para um acirramento de ânimos, visando tumultuar o já conturbado cenário político brasileiro. A figura-título (*Jango*) é utilizada para propaganda de forças de novo atuantes no cenário nacional, procurando reascender as mesmas polêmicas que levaram a sociedade ao choque de 1964.¹

¹ DEPARTAMENTO de Polícia Federal do Rio de Janeiro. Serviço de Censura de Diversões Públicas. Parecer sem número, 13 fev. 1984. Disponível em: <<http://www.memoriacinebr.com.br>>. Acesso em: 18 ago. 2009.

Os argumentos utilizados pelo censor para vetar o filme foram que este degradava a imagem dos militares e da "revolução", e que o documentário era parcial, incapaz "de narrar os fatos sem distorcê-los" e não possuía suficiente distanciamento.

Sabe-se que a construção de qualquer narrativa está permeada por subjetividade, que se manifesta desde o momento da escolha do tema que será tratado, e que, desta forma, retratará determinado ponto de vista, e nunca a verdade sobre determinado acontecimento; porém, a afirmação de que o filme distorcia os fatos evidencia que somente existia uma verdade sobre a ditadura, que não estava sendo retratada desta forma pela obra. Além disto, o censor admitiu desconhecer determinados episódios retratados no filme, porém, isto não o impediu de identificá-los como falsos.

Por fim, o censor reproduziu a lógica da implantação do terror, incitando o medo através da comparação dos supostos interesses do filme com os mesmos motivos – segundo a lógica dos golpistas – que levaram os militares a tomar o poder em 1964.

Poucos dias após a resposta do Serviço de Censura de Diversões Públicas, o *Jornal do Brasil* publicou uma entrevista com Silvio Tendler. Com o título "Jango: a história que começa a ser contada", a edição de 15 de fevereiro de 1984 relatava o episódio da proibição da exibição e inscrição do filme no Festival de Cinema de Gramado daquele ano.

Tendler afirmava:

Jango foi o único presidente brasileiro a morrer no exílio. Por coincidência, foi também o único a mexer na estrutura social do país. Nem Getúlio, do qual Jango foi um descendente político, tentou modificar essa estrutura. Jango pagou o preço por essa tentativa, e de uma certa maneira, quando quero resgatar sua figura, também estou pagando. Esse veto para participar do Festival reacende a censura política. Obviamente, a Censura não gostou, e algumas pessoas

querem julgar o que é bom pra o país. A causa, a meu ver, é simples: querem apagar a história de Jango da História do Brasil. Têm medo da figura de Jango, o que significa medo da História que construíram.²

A produção do filme recorreu, então, à Divisão de Censura de Diversões Públicas, órgão subordinado ao Departamento de Polícia Federal, em Brasília. Em 24 de fevereiro, recebeu parecer favorável, permitindo a exibição do filme: "A película tem um grande interesse histórico e se destina a quantos se interessem em conhecer o nosso passado, independente de idade. Nada impede que seja liberado sem restrição".³

Houve aqueles que preferiram ficar em casa, assistindo às propagandas oficiais de uma ditadura que sucumbia, em uma postura apologética e até mesmo saudosista. Porém, muitos lotaram as salas de cinema do Brasil, tornando *Jango* o sexto documentário de maior bilheteria no Brasil. O filme ganhou o Troféu Margarida de Prata, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o Prêmio Especial do Júri, o Prêmio do Público e o Prêmio de Melhor Trilha Sonora, no Festival de Cinema de Gramado; e o Prêmio Especial do Júri, no Festival de Havana, todos em 1984.⁴

Os avanços historiográficos e algumas interpretações sobre os anos 1970 no Cone Sul

Pode-se afirmar que, nos últimos 25 anos, não somente houve avanços historiográficos significativos em relação às ditaduras de

² Jango: a história que começa a ser contada. *Jornal do Brasil*, Brasília, 15 fev. 1984. Disponível em: <<http://www.memoriacinebr.com.br>>. Acesso em: 18 ago. 2009.

³ MINISTÉRIO da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Divisão de Censura de Diversões Públicas. Parecer 1978/84, 24 fev. 1984. Disponível em: <<http://www.memoriacinebr.com.br>>. Acesso em: 18 ago. 2009.

⁴ Informações disponíveis em <<http://www.imdb.com>>. Acesso em: 18 ago. 2009.

segurança nacional do Cone Sul, mas, sim, que sua história propriamente dita passou a ser escrita. Sem desprezar as análises de cientistas políticos, historiadores e jornalistas realizadas anteriormente – fundamentais para uma compreensão imediata do que estava se vivendo –, pode-se afirmar que é a partir do fim das ditaduras que se iniciaram as pesquisas de História, obteve-se acesso a alguns arquivos documentais e houve maior liberdade para a escrita.

As pesquisas acadêmicas e investigações periodísticas crescem a cada ano. A experiência do exílio e as conexões dos aparatos repressivos das ditaduras do Cone Sul – dois assuntos correlatos a este artigo – são temáticas de seminários, de dissertações de Mestrado e Doutorado, de livros, de reportagens jornalísticas, etc.

Uma das principais elucidações destas investigações e pesquisas foi que houve, desde os primórdios da ditadura civil-militar brasileira, ações sistemáticas de colaboração entre os aparatos de informação e repressão dos países do Cone Sul; ou seja, a cooperação instituída oficialmente através da Operação Condor, em 1975, era uma prática rotineira dos órgãos desses países.

Outros trabalhos contribuíram para análise do funcionamento desses órgãos responsáveis pela informação e repressão. A partir desses resultados, tomou-se conhecimento de um vasto aparato de informação e repressão, suas práticas, casos de torturas, mortes e desaparecimentos em que estiveram envolvidos, etc.

O aparato repressivo da ditadura civil-militar brasileira utilizou para o controle e repressão dos brasileiros banidos e exilados vários de seus órgãos,⁵ em nível estadual e federal. Entre os responsáveis pelas

⁵ Não somente os brasileiros banidos ou exilados eram monitorados pelos órgãos de informação da ditadura civil-militar brasileira. Qualquer cidadão brasileiro que vivesse no exterior e desenvolvesse atividades consideradas "suspeitas" ou "subversivas" era passível de ser vigiado. É importante ressaltar a amplitude da definição de atividades "suspeitas" ou "subversivas" utilizadas por esses órgãos.

informações estavam o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), as Divisões de Segurança e Informações (DSIs) das embaixadas brasileiras e os adidos do Exército (ADIEEx), da Aeronáutica (ADIAer) e da Marinha (ADIDAL). Os órgãos responsáveis pelas execuções das operações extrafronteiriças eram o Comando Operacional do Serviço Nacional de Informações (COPEsNI), os comandos operacionais dos órgãos de informações das Forças Armadas brasileira, o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPSs), dentre outros.

O CIEEx, órgão vinculado hierarquicamente ao Ministério das Relações Exteriores, foi especialmente criado com a função de controlar os brasileiros que estavam no exterior. Acompanhava as atividades dos banidos e exilados através de espionagens, infiltrações, violação de correspondência, trocas de informações com outros órgãos de informação (incluindo agências congêneres no exterior), etc.⁶

Na América do Sul, a atuação do CIEEx foi mais intensa em Buenos Aires, Montevideu e Santiago, capitais que eram consideradas "centros de irradiação de atividades e propagandas comunistas"⁷ e destino de um grande número de banidos e exilados brasileiros. Na Europa, o CIEEx possuía escritórios em Paris, Praga, Moscou e Lisboa.

A preocupação do regime com os brasileiros que viviam no exterior, seja como banidos e exilados, seja como viajantes, estava relacionada com quatro pontos específicos: 1) o possível retorno dos exilados; 2) as campanhas de denúncia das violações dos direitos

⁶ PENNA FILHO, Pio. O elo perdido da repressão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mar. 2004, p. 6. Há uma versão on-line disponível em <<http://www.jb.com.br>>.

⁷ Ibid.

humanos e pela anistia, com as consequentes reuniões dos exilados para discutirem os rumos do movimento; 3) atuação dos brasileiros exilados no exterior; e 4) monitoramento das viagens de brasileiros ao exterior.⁸

Havia, já em 1971, normas estabelecidas para o "retorno ao país de indivíduos que se encontram no exterior, atingidos pelas sanções dos Atos Institucionais, condenados pela Justiça Militar ou de alguma forma comprometidos com atividades contrárias aos interesses nacionais".⁹

O primeiro item da norma afirmava que assim que a DSI do Ministério das Relações Exteriores fosse informada sobre um possível retorno de exilados, deveria informar à agência central do SNI, para que fosse reunido pelo Serviço o maior número de informações disponíveis sobre a pessoa, até mesmo para averiguar se se tratava de foragido da Justiça Militar.¹⁰

No momento do retorno ao Brasil, a pessoa deveria ter sua bagagem inspecionada, e qualquer material considerado "subversivo" deveria ser apreendido. Depois, a pessoa seria encaminhada para interrogatório, que consistia de 24 perguntas relativas à identidade da mesma, à viagem e à chegada ao país de destino, assim como ao regresso ao Brasil e sobre o contato com brasileiros no exterior. Ainda, a pessoa deveria dar sua opinião sobre o Ato Institucional n° 5 e o Decreto-lei 4.777, sobre os dissidentes soviéticos e sobre a postura que o país deveria adotar em um mundo bipolar.¹¹

Entre os brasileiros mais visados pela atuação dos órgãos de informação estavam o ex-presidente João Goulart e o ex-governador do Rio Grande do Sul e deputado cassado Leonel Brizola.

⁸ QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004. p. 320.

⁹ Ibid., p. 320-321.

¹⁰ Ibid., p. 321.

¹¹ Ibid., p. 321-322.

O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), por exemplo, mostrava uma grande preocupação com os exilados brasileiros em Montevidéu, devido ao exílio de Jango e Brizola, mas também em relação a uma série de outros políticos, simpatizantes, ex-militares e demais cidadãos que se refugiaram na cidade.¹² A grande concentração de brasileiros e a organização de manifestações de repúdio à ditadura implementada em 1964, o contato com setores progressistas uruguaios e a rede de informações criada por Brizola fizeram com que o DOPS/RS estabelecesse esquemas de controle dos exilados no Uruguai. Ordens de busca e pedidos de informação e prisão foram emitidos de Porto Alegre às delegacias regionais de polícia do interior do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, o DOPS/RS elaborou uma série de estudos sobre as pessoas que tinham contatos com exilados, as rotas de entrada e saída do país e as infraestruturas de apoio a essas pessoas nas zonas de fronteira.¹³

Nestas últimas duas décadas, produziu-se uma vasta quantidade de trabalhos sobre a Operação Condor em si. Sua idealização e seus objetivos, os países membros, sua implementação, os responsáveis e as ações empreendidas foram descobertas desse período.

Por fim, desenvolveu-se uma série de pesquisas sobre a experiência do exílio, as redes de solidariedade, a militância política no exterior, etc.

A experiência do exílio foi vivida de maneira heterogênea pelos exilados. Essa heterogeneidade foi decorrente de variáveis como os traços

¹² Cf. BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

¹³ Cf. PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2 v. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

de personalidade de cada um,¹⁴ a saída do país (se tratou-se de exílio voluntário ou forçado, de banimento, de acompanhamento de exilados, etc.), os países escolhidos como destino e a decisão de continuar ou não com a militância política no exterior.

Há, também, algumas experiências que são comuns aos exilados. Em primeiro lugar, poder-se-ia citar o sentimento de insegurança, pois o exílio não representava uma "fuga" dos órgãos de informação, que continuavam agindo, monitorando as ações dos brasileiros no exterior. Havia, também, sentimentos de estranhamento, perda de identidade e luto. Alguns exilados relataram que não conseguiram registrar seus filhos nas embaixadas brasileiras no exterior, o que aumentava ainda mais o sentimento de perda de cidadania.¹⁵

Após o golpe de Estado deflagrado no Brasil em 31 de março de 1964, uma série de brasileiros que foram cassados através dos Atos Institucionais, foram demitidos, haviam sido presos ou estavam sofrendo perseguições decidiram exilar-se. O exílio é uma estratégia política que tem por objetivos, entre outros, eliminar a contestação política; tratou-se de mais uma das estratégias do terrorismo de Estado aplicada pela ditadura brasileira e suas congêneres no Cone Sul.¹⁶

O exílio dos anos 60 e 70 foi uma tentativa de afastar e eliminar as gerações que contestavam, a partir de um projeto, a ordem política e/ou econômica identificada à ditadura civil-militar. É preciso, portanto, compreendê-lo na mesma lógica da prisão política, dos assassinatos, da imposição à clandestinidade; como tentativa de destruição de uma determinada experiência política. O exílio, em sentido mais amplo, seria, ao mesmo tempo, a emigração política, a cadeia e a clandestinidade vivida por muitos no Brasil.¹⁷

¹⁴ROLLEMBERG, Denise. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vida no exílio. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004. p. 279-280.

¹⁵QUADRAT, op. cit., p. 326.

¹⁶Cf. BAUER, op. cit., 2006.

¹⁷ROLLEMBERG, op. cit., p. 281.

Houve dois grandes períodos de saída de brasileiros do país. O primeiro, em 1964, foi o exílio daqueles que possuíam algum tipo de vinculação com o regime político deposto. Seu principal destino foi Montevideu, no Uruguai. O segundo momento ocorreu entre os anos de 1968 e 1973, e representa o exílio dos militantes do movimento estudantil e os integrantes da luta armada brasileira. Esses se exilaram em países como Chile (até o golpe de Estado de setembro de 1973), França e Cuba.¹⁸ Estima-se que, em 1979, houvesse cerca de 25 mil brasileiros exilados.¹⁹

Os avanços historiográficos citados acima fornecem componentes fundamentais para a compreensão da conjuntura onde ocorre a morte do ex-presidente João Goulart e, também, sobre circunstâncias específicas desse episódio.

Desde a década de 1960 existiam relações de cooperação entre os militares dos países do Cone Sul da América Latina, que haviam recebido juntos especialização contrainsurgente nas academias militares estadunidenses, onde forjaram laços de solidariedade. *"Esta especialización se enmarcó dentro de la 'Doctrina de Seguridad Nacional', cuya esencia era la de lograr el 'orden' en la sociedad civil y la eliminación física de los disidentes"*.²⁰ Assim, a cooperação entre os países latino-americanos iniciou-se bem antes da implementação da Operação Condor. O intercâmbio preexistente entre esses países se dava de diferentes formas, entre elas, cursos para formação de oficiais, conferências bilaterais entre as forças armadas, auxílio nas ações golpistas, circulação de material

¹⁸ ROLLEMBERG, op. cit., p. 283.

¹⁹ Direito & Avesso, Porto Alegre, n. 13, jan. 2005, p. 14.

²⁰ GUTIERREZ CONTRERAS, J.C.; VILLEGAS DÍAZ, Myrna. Derechos Humanos y Desaparecidos en Dictaduras Militares. KO'AGA ROÑETA se.vii (1999). Disponível em: <<http://www.derechos.org/koaga/vii/contreras.html>>. Acesso em: 18 ago. 2009.

impresso como manuais e dicionários, bem como na própria circulação de informações sobre elementos considerados "subversivos".²¹

A Operação Condor foi uma organização conjunta das forças repressivas de alguns países latino-americanos que firmaram um acordo de cooperação entre os serviços de informações e repressão da Argentina, Bolívia, Chile, Brasil, Paraguai, Peru e Uruguai, cujo objetivo foi o intercâmbio de informações sobre "subversivos" e a colaboração na perseguição e extermínio destes, visando à consecução de metas políticas e econômicas das ditaduras e a neutralização ou eliminação da oposição política e de outras pessoas por motivos ideológicos.²²

A operação concebeu, desenvolveu e executou um plano sistemático de detenções ilegais seguidas de sequestros prolongados, que derivavam em desaparecimentos forçados de pessoas ou em assassinatos, precedidos de torturas na maioria dos casos. Essas ações afetaram cidadãos argentinos, espanhóis, ingleses, estadunidenses, chilenos, suíços e franceses, por exemplo. Permitiu que os órgãos de informações e as Forças Armadas desses países entrassem livremente em seus territórios para sequestrar, desaparecer e assassinar os inimigos.²³

Os primeiros alvos de perseguição e atentados foram altos dirigentes e líderes opositores das ditaduras latino-americanas, como Carlos Prats, assassinado em Buenos Aires; Orlando Letelier, assassinado em Washington; e Bernardo Leighton, que sobreviveu a um atentado em Roma.²⁴

As ações repressivas da Operação Condor foram estendidas a outros militantes e simpatizantes de esquerda. Chilenos, uruguaios,

²¹ QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: o "Mercosul" do terror. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. XXVIII, n. 1, p. 171, jun. 2002.

²² Cf. BAUER, op. cit. Para maiores informações sobre a Operação Condor, ver DINGES, John. *Os anos do Condor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

²³ Cf. PADRÓS, op. cit.

²⁴ GUTIERREZ CONTRERAS, J.C.; VILLEGAS DÍAZ, Myrna, op. cit.

paraguaios, brasileiros e bolivianos foram objetos de detenções ilegais e sequestros por agentes policiais de seus próprios países, na Argentina e no Paraguai. Para a realização desse tipo de crime, utilizou-se da impunidade que lhes outorgavam os respectivos governos ditatoriais, assim como de uma infraestrutura adequada, proporcionada por estes para a internacionalização do terror.

Segundo um documento desclassificado em parte pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos (as duas primeiras folhas do documento encontram-se com tarjas pretas), classificado como "ultrassegredo" e datado de 24 de setembro de 1974, o Brasil participaria das atividades do operativo, mas não em território europeu:

*La operación cóndor avanza: (tachado) reporta que Brasil ha concordado participar solamente en la fase latinoamericana de la 'Operación Cóndor', el plan secreto antiterrorista concebido para facilitar el intercambio de información y el asesinato de oponentes subversivos de los gobiernos cooperantes (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay). Los planes Cóndor estaban siendo mantenidos en suspenso mientras Brasil decidía se cooperaba en los ataques a objetivos residentes en Europa Occidental. Con la decisión brasileña de confinar sus actividades a los límites territoriales de las naciones Cóndor el entrenamiento ha comenzado en Buenos Aires para agentes argentinos, chilenos y uruguayos que operarán en Europa Occidental.*²⁵

No marco da Operação, foram feitos acordos amplos entre os serviços secretos da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, participando de forma mais discreta Brasil e Peru. O campo de ação foi fixado entre os limites de todos os países membros do acordo, estabelecendo facilidades para o trânsito clandestino de agentes desses países e a execução de operações repressivas conjuntas. Também se

²⁵ BOCCIA PAZ, Alfredo et al. *En los sótanos de los generales: los documentos ocultos del Operativo Cóndor*. Asunción: Expolibro/Servilibro, 2002. p.215.

aprovou a formação de equipes especiais dos países membros para viajar pelo mundo com o objetivo de eliminar políticos opositores, "subversivos" ou colaboradores das organizações de esquerda latino-americanas.

O caso em que se evidenciou a participação brasileira nos operativos da Condor foi o sequestro dos uruguaios Lilián Celiberti e seus filhos, Camilo e Francesca, e Universindo Díaz, em Porto Alegre.²⁶

As questões políticas: a quem interessa (ainda) a morte de João Goulart?

No dia 1º de abril de 1964, Jango deixou o Rio de Janeiro, partiu para o Rio Grande do Sul e, de lá, para o Uruguai. No dia seguinte, em uma tumultuada sessão no Congresso Nacional, o presidente da Câmara dos Deputados, Paschoal Ranieri Mazzilli, declarou a vacância do cargo presidencial, atitude ilegal, já que João Goulart ainda se encontrava no país.

Neste momento, iniciou-se a atividade de espionagem sobre o presidente deposto. A *Central Intelligence Agency* (CIA), em um telegrama secreto, difundia a informação de que João Goulart partira de Porto Alegre em direção a Montevideú às 13 horas do dia 2 de abril.²⁷

²⁶ Para maiores informações sobre o sequestro dos uruguaios em Porto Alegre e da participação do Brasil na Operação Condor, ver REIS, Ramiro José dos. Terrorismo de Estado e Operação Condor no Brasil: 30 anos do sequestro político internacional dos uruguaios em Porto Alegre. *Revista História & Luta de Classes*, [s. l.], v. 7, p. 52-57, jul./2009. Para maiores informações sobre as conexões repressivas entre a ditadura brasileira e o governo uruguaio, ver os trabalhos de FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009; FERNANDES, Ananda Simões. A resistência dos exilados brasileiros no Uruguai e o controle pelos órgãos de repressão e espionagem. In: MOSTRA de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 6, 2008, Porto Alegre. *Anais: produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2008. p. 373-395.

²⁷ CENTRAL Intelligence Agency. Intelligence Information Cable. Subject: Departure of Goulart from Porto Alegre for Montevideo. 2 apr. 1964. Brazil Marks 40th Anniversary of Military Coup. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

Oito dias depois, com a promulgação do primeiro Ato Institucional, seus direitos políticos foram cassados por 10 anos.

Há uma grande quantidade de informes do SNI sobre suas atividades no exílio uruguaio e as viagens que realizou.²⁸

Em seu aniversário, em 1975, o ex-presidente ofereceu uma festa em sua estância em Maldonado, Uruguai, na qual um agente do SNI conseguiu infiltrar-se. Este agente remeteu à agência central do órgão, em Brasília, 11 fotografias do evento, além de alguns informes sobre as pessoas que lá estiveram e sobre o que se conversou.²⁹

Nos meses que antecederam sua morte, o controle sobre o ex-presidente aumentou, frente ao seu desejo público de retornar ao país. Somente com a data de 17 de agosto de 1976 há oito informes sobre Jango, a maioria contendo comentários dele e de terceiros sobre seu regresso ao Brasil.

Com o título de "Dr. João Goulart – retorno em dezembro", o Informe n° 4.637, de 17 de agosto de 1976, trata das supostas intenções do ex-presidente de retornar ao Brasil:

O ex-presidente [...] está convicto de que poderá voltar ao Brasil neste fim de ano, ou início de 1977. Seus amigos no Rio Grande do Sul estão se movimentando junto às autoridades do III Exército para esse fim. O general Oscar Luís da Silva, que defendeu seu retorno, e outros militares do III Exército aconselharam Jango a não participar do processo das eleições municipais, a fim de não haver pretexto contra a sua presença no Brasil.³⁰

²⁸ Para maiores informações sobre o exílio de Jango e outros brasileiros no Uruguai, cf. MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado em História). Cuiabá: UFMT, 2006.

²⁹ BAFFA, Aírton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989. p. 45-46.

³⁰ BAFFA, op. cit., p. 132.

João Goulart morreu no dia 6 de dezembro de 1976 em sua fazenda em La Villa, no município argentino de Mercedes, vítima de um ataque cardíaco.

A primeira investigação governamental realizada com o intuito de apurar as circunstâncias da morte de João Goulart foi realizada no ano 2000, através de uma comissão externa montada na Câmara dos Deputados, em Brasília. Porém, a precariedade de recursos financeiros e os empecilhos encontrados na disponibilização de arquivos secretos, fundamentais para o esclarecimento do fato, fizeram com que o relatório final não apontasse conclusões ou evidências de maior significância para o esclarecimento da morte do ex-presidente.

Entretanto, a investigação apontou alguns indícios que aumentaram as desconfianças sobre a versão oficial da morte de Jango. Um deles seria a constatação que, no período de nove meses, entre agosto de 1976 e maio de 1977, dois ex-presidentes brasileiros (Juscelino Kubitschek e João Goulart) e um ex-deputado (Carlos Lacerda), todos integrantes da Frente Ampla,³¹ morreram em circunstâncias mal esclarecidas. Estas mortes assemelham-se aos atentados realizados pela Operação Condor para o assassinato de políticos e outras personalidades opositoras às ditaduras do Cone Sul.

Esta metodologia pode ser aferida através de um documento do Serviço Nacional de Informações, datado de 24 de setembro de 1975, classificado como "urgente" e "secreto" (o segundo maior nível de sigilo que um documento poderia ter).³² Trata-se de um comunicado ao

³¹ A Frente Ampla foi um movimento político de oposição à ditadura civil-militar brasileira organizado desde o exílio por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Sobre as suspeitas sobre o possível assassinato de seus três integrantes, cf. CONY, Carlos; LEE, Ana. *O beijo da morte*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003; DIAZ, Enrique Foch. *João Goulart: el crimen perfecto*. Montevideo: Arca, 2000; BOCCIA PAZ, Alfredo et al, op. cit.

³² Para maiores informações sobre os arquivos repressivos e o sigilo de informação, cf. CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (comps.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI, 2002; BAUER, Caroline Silveira. Arquivo-morto ou arquivos vivos? Os

embaixador do Brasil em Portugal, Carlos Alberto Fontoura, sobre uma resolução do Comando Operacional do SNI (CONOPESNI).

Assinado pelo então chefe do SNI, general João Batista Figueiredo, afirma:

Informo a V. Exa. que, em cumprimento a uma ordem secreta de S. Exa. o presidente da República quem, em uso de suas atribuições e, prévio parecer favorável do CONSUSENA, o CONOPESNI, determino a execução de uma operação código 12, contra os seguintes indivíduos:

- Cândido da Costa Aragão, brasileiro, ex-militar, atualmente domiciliado em Lisboa, e
- Carlos Sá, brasileiro, advogado, também domiciliado em Lisboa.

Os indivíduos acima citados foram considerados "grave risco" para a segurança nacional; o primeiro pelas suas atividades políticas dentro das F.A. portuguesas, e o segundo pelas suas comprovadas conexões a terroristas de renome internacional. A presente, confirma o teor do nosso telex secreto de 23pp.³³

Seguem-se duas páginas com a tradução desse telex, que se encontrava, originalmente, cifrado:

Por decisão do Comando Operacional do Serviço Nacional de Informações, o senhor deverá [ilegível] antes do dia 15/10/1979 uma operação código doze (refere-se a um atentado do tipo 'acidente') contra o ex-almirante Cândido Aragão e Dr. Carlos Sá. Simultaneamente, empreenderemos como cortina de fumaça uma ação em Paris ou Roma a cargo da DINA. Assinado João Batista Figueiredo.³⁴

arquivos da repressão das ditaduras civil-militares de segurança nacional do Cone Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 124-129.

³³ 20-C-43 documento 4951 [s.p.]. Dossiês DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

³⁴ Ibid.

Em dezembro de 2002, o jornalista uruguaio Roger Rodríguez publicou em *La República* uma série de reportagens com Mario Ronald Barreiro Neira. Dentre outras confissões do *Teniente Tamús*, estava a de que havia participado da *Operación Escorpión*, cujo objetivo era o assassinato de João Goulart. Ainda, Barreiro Neira afirma ter militado na organização paramilitar uruguaia *Juventud Uruguaya de Pie* (JUP) e ter trabalhado para a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID). Depois, integrou outro grupo paramilitar, chamado Garra 33 e, finalmente, somou-se, em 1972, a uma "agência secreta" denominada Grupo Gamma, onde atuou antes e depois do golpe militar uruguaio. Atualmente, encontra-se detido no presídio de segurança máxima de Charqueadas, Rio Grande do Sul, acusado de porte ilegal de armas e roubos.³⁵ Barreiro Neira afirma que a morte de João Goulart não fora mais uma das ações da Operação Condor, mas sim a continuidade de um plano de extermínio dos dissidentes políticos brasileiros. *"Cuando se hizo la Operación Escorpión, en la que murió João Goulart, la considerábamos una extensión natural de la Operación Yacarta con la que los brasileños planearon eliminar a sus disidentes"*.³⁶ Segundo o depoente, a *Operación Escorpión*

*[...] fue una de las más largas y que duró más tiempo antes de llegar a su final. Porque fue una operación que comenzó antes de que yo perteneciera al Gamma y terminó en diciembre de 1976. Duró muchos años. Yo creo que en principio no se pensaba en la muerte de Goulart. Sólo se buscaba una vigilancia preventiva de una persona que era considerada peligrosa. La operación no era contra Goulart, sino contra varios disidentes brasileños, entre los que él era importante.*³⁷

³⁵ RODRÍGUEZ, Roger. La confesión del teniente Tamús. *La República*, Montevideo, 22 dic. 2002, [s. p.].

³⁶ Ibid.

³⁷ Ibid.

O depoimento de Barreiro Neira está cercado de contradições, e as organizações de Direitos Humanos do Cone Sul têm muita cautela ao trabalhar com os dados que fornece. No entanto, mesmo que não tenha participado das operações como afirma, Barreiro Neira demonstra ter um conhecimento bastante extenso sobre o funcionamento da repressão uruguaia, assim como tem muitas informações sobre a vida de Jango que somente poderiam ter sido obtidas através do contato com documentação dos órgãos de informação.

Alguns anos depois, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, Barreiro Neira afirmou que Sérgio Paranhos Fleury, enquanto delegado do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP), fora a ligação entre a inteligência uruguaia e o governo brasileiro, que a ordem para que Jango fosse morto partiu de Fleury e a autorização do então general no poder Ernesto Geisel.³⁸

Em julho de 2008, uma comissão especial formada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul declarou que "são fortes os indícios de que Jango foi assassinado de forma premeditada, com o conhecimento do governo Geisel".³⁹

No final desse ano, em 15 de novembro de 2008, foi julgado pela Comissão de Anistia Política, vinculada ao Ministério da Justiça, o pedido de anistia de João Goulart, movido por sua mulher. O pedido foi aprovado e Maria Teresa receberá uma indenização.

Em março de 2009, a revista *Carta Capital* publicou uma reportagem que retomou a discussão sobre a morte do ex-presidente, evidenciando a espionagem a que Jango estava submetido.

³⁸ Goulart foi morto a pedido do Brasil, diz ex-agente uruguaio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jan. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u367282.shtml>>. Acesso em: 18 ago. 2009.

³⁹ WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Há fortes indícios de que Jango foi assassinado com conhecimento de Geisel. *Carta Capital*, São Paulo, 17 jul. 2008, [s. p.].

Segundo a reportagem da *Carta Capital*, há dois anos foram entregues à família de Jango pela ministra Dilma Rousseff mais de 7.000 documentos dos órgãos de informação e inteligência brasileiros. Parte desta documentação poderia esclarecer o envio de substâncias químicas que poderiam ter sido utilizadas para o suposto envenenamento do ex-presidente.

A repercussão dessa matéria fez com que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados decidisse investigar a suspeita de envenenamento do ex-presidente. Concomitantemente, o deputado estadual do Rio Grande do Sul, Adroaldo Loureiro, no Grande Expediente organizado na Assembleia Legislativa do estado em ocasião da rememoração dos 45 anos do golpe civil-militar no Brasil, no dia 31 de março de 2009, afirmou que o relatório que a comissão especial da casa estava terminando apontava que poderia ter havido uma adulteração nos comprimidos que Jango tomava, sendo que existe a informação de que um agente norte-americano – Frederick Latrash – teria sido o responsável pela entrega de substâncias químicas a agentes da repressão uruguaia.

Considerações finais

Em um determinado momento da entrevista com Silvio Tendler publicada no *Jornal do Brasil*, que foi citada neste artigo, o diretor declara:

Quando um país quer superar suas chagas, o melhor processo é expô-las, e não abafá-las, escondendo feridas vivas e gangrenas. Quando Jango foi deposto eu tinha 14 anos, e um dos motivos alegados foi o de que queria dar um golpe de República sindicalista. Deram um golpe para evitar essa ditadura, e eu, que tenho 33 anos, nunca votei para Presidente. Acho que está na hora.

A recuperação da figura de João Goulart através do documentário *Jango*, no contexto das lutas que reivindicavam a volta da democracia, pode evidenciar uma tentativa de buscar um melhor entendimento desse conceito, já que João Goulart fora deposto e uma ditadura fora implementada em nome da defesa da democracia.

Hoje, os múltiplos esforços para a elucidação das circunstâncias da morte do ex-presidente estão inseridos em uma conjuntura onde os responsáveis pelos crimes da Operação Condor vêm sendo julgados e condenados.

Mesmo que ainda não se possa afirmar que essa morte, na verdade, tratou-se de um assassinato, e que este possível assassinato tenha relações com a coordenação repressiva das ditaduras do Cone Sul, sabe-se, através da divulgação de documentos sigilosos dos órgãos de informação dos Estados Unidos, que Jango esteve sob espionagem em seu exílio desde os primeiros dias de abril até o dia 6 de dezembro de 1976, dia de sua morte.

Trata-se de um momento onde a discussão sobre as medidas de reparação e justiça, assim como os deveres de memória e história estão sendo realizados no Cone Sul. Espera-se que não somente a morte de João Goulart seja esclarecida, mas as circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos da maioria das quase 38 mil vítimas do terrorismo de Estado nesses países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

20-C-43 documento 4951 [s. p.]. Dossiês DEOPS/SP. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Direito & Avesso, Porto Alegre, n. 13, jan. 2005.

Jango, a morte no exílio. *CooJornal*, Porto Alegre, ano 2, n. 11, dez. 1976.

RODRÍGUEZ, Roger. La confesión del teniente Tamús. *La República*, Montevideo, 22 dic. 2002, [s. p.].

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Há fortes indícios de que Jango foi assassinado com conhecimento de Geisel. *Carta Capital*, São Paulo, 17 jul. 2008, [s. p.].

Sítios na Internet

<<http://www.derechos.org/koaga/vii/contreras.html>>

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u367282.shtml>>

<<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm>>

<<http://www.imdb.com>>

<<http://www.jb.com.br>>

<<http://www.memoriacinebr.com.br>>

Bibliografia

BAFFA, Airton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BAUER, Caroline Silveira. Arquivo-morto ou arquivos vivos? Os arquivos da repressão das ditaduras civil-militares de segurança nacional do Cone Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 124-129.

_____. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BOCCIA PAZ, Alfredo et al. *En los sótanos de los generales: los documentos ocultos del Operativo Cóndor*. Asunción: Expolibro/Servilibro, 2002.

CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (comps.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

CONY, Carlos; LEE, Ana. *O beijo da morte*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

DIAZ, Enrique Foch. *João Goulart: el crimen perfecto*. Montevideo: Arca, 2000.

DINGES, John. *Os anos do Condor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. A resistência dos exilados brasileiros no Uruguai e o controle pelos órgãos de repressão e espionagem. In: MOSTRA de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 6, 2008, Porto Alegre. *Anais: produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2008. p. 373-395.

MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

_____. *Operación Condor: terrorismo de Estado en el Cono Sur. Una investigación sobre como las dictaduras de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay montaron una acción conjunta para aniquilar adversarios políticos en la década del setenta*. Buenos Aires: Lohlé Lumen, 1998.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado em História). Cuiabá: UFMT, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 2 v. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

_____. A ditadura brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 horas: intervencionismo ou *neocisplatinação* do Uruguai? *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 37, p. 227-249, jan./jun. 2005.

QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004. p. 315-328.

_____. Operação Condor: o "Mercosul" do terror. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, PUCRS, v. XXVIII, n. 1, jun. 2002.

REIS, Ramiro José dos. Terrorismo de Estado e Operação Condor no Brasil: 30 anos do sequestro político internacional dos uruguaios em Porto Alegre. *Revista História & Luta de Classes*, [s. l.], v. 7, p. 52-57, jul./2009.

ROLLEMBERG, Denise. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vida no exílio. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004. p. 279-296.

O RIO GRANDE DO SUL E O CONTEXTO DE DITADURAS CIVIL-MILITARES: AS CONEXÕES REPRESSIVAS*

Graciene de Ávila

Marcos Machry

Mariana Ferreira e Silva

*Marla Barbosa Assumpção***

A presente cronologia aborda a inserção do estado do Rio Grande do Sul e a trajetória de alguns gaúchos no contexto de ditadura civil-militar no Brasil. Mais especificamente, investigamos aspectos concernentes às conexões repressivas estabelecidas entre o nosso regime e as demais ditaduras de Segurança Nacional instauradas na década de 1960 e 1970 no Cone Sul. Estas colaborações foram cristalizadas e formalizadas com a Operação Condor, configurando um mecanismo de continuidade destas relações, e, muito embora não fosse precursora destas últimas, ela atingiu um patamar mais complexo, sofisticado e letal, como diversos dados têm evidenciado. Destarte, a aplicação da metodologia repressiva extrapolou as fronteiras dos referidos países, desrespeitando, por exemplo, direitos internacionais firmados como o de asilo e de soberania nacional, uma vez que agentes estrangeiros agiam impunemente em territórios alheios. Instaurou-se, assim, uma verdadeira caçada ao "inimigo interno", evidenciando a diretriz comum destes governos: o anticomunismo.

Algumas recentes iniciativas acadêmicas e tantas outras que extrapolam os muros da universidade, como o presente livro, buscam

*É importante destacar que as cronologias dos quatro volumes complementam-se entre si.

**Graduandos em História/UFRGS.

colocar em pauta a importância e a especificidade do nosso estado. A seguir, sistematizamos alguns dados relativos ao contexto supracitado, destacando o protagonismo do Rio Grande do Sul, enquanto um estado que tem uma localização relevante e peculiar, ocupando uma posição estratégica nas coordenações repressivas estabelecidas entre o Brasil e os demais países da região, além de servir também como ponte entre o exílio e a resistência que emergiram nos países envolvidos. Como última ressalva, gostaríamos de destacar que, no intuito de complementar o conhecimento sobre o assunto, diante da falta de sistematização dessas informações, utilizamos diversas fontes – como imprensa, memórias e artigos acadêmicos; por vezes, entretanto, elas se mostram discordantes. Apesar do caráter limitado deste levantamento, acreditamos que possa preencher, de alguma forma, importantes lacunas deste período traumático de nossa história recente.

CRONOLOGIA

Os fatos referentes às questões do Rio Grande do Sul encontram-se em itálico.

1964

Ao longo do ano, inicia-se a ação dos denominados "pombos-correio", pessoas de confiança de Leonel Brizola, que levavam e traziam informações, procurando articular politicamente o exílio no Uruguai e a resistência interna no Brasil.

Março

- ¹⁹ *The New York Times* publica matéria segundo a qual, no dia 16 de março, o Secretário Adjunto norte-americano, Thomas Mann, teria anunciado nova doutrina, que levaria seu nome, pela qual os EUA não negariam apoio às ditaduras militares.
- ³¹ Golpe de Estado no Brasil.

Abril

- ² *O presidente deposto, João Goulart, depois de ter ido do Rio de Janeiro a Brasília, segue para Porto Alegre.*
- ⁴ João Goulart chega ao Uruguai em busca de asilo político.

Junho

- ¹³ É criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), objetivando recolher e processar todas as informações de interesse da Segurança Nacional.

Setembro

O recém-nomeado embaixador brasileiro no Uruguai, Manoel Pio Corrêa, é recebido pelo governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre.

1965

Fevereiro

Confinamento de Leonel Brizola na cidade balneária de Atlântida, no Uruguai, solicitado pelo embaixador Manoel Pio Corrêa, na tentativa de limitar as possibilidades de contato com os "pombos-correio" e de facilitar a sua vigilância.

Outubro

- ¹⁰ *Pio Corrêa encontra o general Castelo Branco em Bagé e relata a situação da Embaixada no tocante às relações com o governo uruguaio e das disposições deste com o governo do Brasil.*

1966

Criação do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), vinculado hierarquicamente ao Ministério das Relações Exteriores, órgão de espionagem que atuava além das fronteiras nacionais, visando a controlar e monitorar os exilados brasileiros. O envolvimento do CIEEx com agências estrangeiras de informações, em especial com os países do Cone Sul da América (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai), contribuiu para comprovar a existência da Operação Condor.

Junho

- ²⁸ *Golpe de Estado na Argentina, liderado pelo general Juan Carlos Onganía.*

1967

Maio

Circula entre os organismos de segurança do Brasil um extenso documento, referente a uma ofensiva de três mil guerrilheiros treinados em Cuba, que iriam convulsionar a América Latina. O sul do Brasil seria uma das zonas visadas pelo movimento.

Julho

- ³¹ Inicia-se a Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em Havana, Cuba.

Dezembro

- ⁷ Ascensão de Jorge Pacheco Areco ao governo uruguaio: início da escalada autoritária no país.

1968

A ditadura de Stroessner, no Paraguai, começa a aplicar diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional na sua política interna.

Junho

- ⁴ *Decreto-Lei n° 348 declara de interesse de segurança nacional vários municípios brasileiros. No Rio Grande do Sul, principalmente os municípios de fronteira ou próximos são considerados áreas de segurança nacional.*

Dezembro

- ¹³ Decretação do Ato Institucional n° 5.

1969

Brasil recebe militares de todo o Cone Sul para a realização de cursos teóricos e de instrução.

Maio

- 11 Nelson Rockefeller inicia a primeira etapa da missão na América Latina.
- 31 Rockefeller visita a Bolívia, permanecendo na base militar do aeroporto.

Junho

- 3 A Chancelaria do Chile solicita a suspensão da visita de Rockefeller.
- 13 Missão Rockefeller chega ao Brasil.
- 21 Missão Rockefeller chega ao Uruguai.
- 26 Visita de Rockefeller ao Paraguai.
- 29 Rockefeller chega à Argentina.

Julho

- 18 Dan Mitrione é transferido para o Uruguai. Posteriormente, isto facilitaria a ida de integrantes dos "Esquadrões da Morte" brasileiros a Montevideu para colaborar no treinamento que o agente norte-americano promovia junto às forças de segurança uruguaias.

Agosto

O jornalista Jorge de Miranda Jordão, exilado no Uruguai, é sequestrado em Montevideu e "solto" oficialmente na fronteira Rio Branco-Jaguarão, onde foi imediatamente detido no lado brasileiro.

Setembro

- 8 Ato Institucional nº 13 estabelece a pena de banimento do território nacional.

Novembro

O professor Wilson do Nascimento Barbosa, exilado no Uruguai, é preso e, posteriormente, devolvido ilegalmente à ditadura brasileira, na cidade de Santana do Livramento.

- 9 *Prisão de Carlos Alberto Libânio Christo, Frei Betto, integrante do "grupo do Marighella" e responsável pelo "esquema de fronteiras". Detido pelo DOPS, foi mantido nas dependências e interrogado pelo coronel Jaime Mariath, secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, e pelo delegado Fermino Perrez Rodrigues.*
- 10 *Viagem do delegado Sérgio Fleury até Porto Alegre para interrogar Frei Betto e levá-lo para o DOPS de São Paulo.*
- 19 *Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez e o paulista Euclides Garcia Paes são sequestrados em Montevidéu e levados ao Departamento de Inteligência e Enlace.*
- 20 *Rosto de Gutiérrez é estampado, juntamente com o de Frei Betto, no Correio do Povo, como sendo o de um perigoso terrorista.*
- 28 *O semanário Marcha publica uma matéria intitulada "Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales", onde, refletindo a preocupação com a persistência de boatos sobre a presença de agentes estrangeiros no país, denuncia o recrudescimento da repressão no Brasil e informa que 12 brasileiros haviam solicitado asilo político no Uruguai, sem obterem resposta.*

1970

Ainda no primeiro semestre, Médici reuniu-se com o presidente uruguaio, Jorge Pacheco Areco, na fortaleza de Santa Teresa, no Uruguai, quase fronteira com o Brasil (Chuy).

Janeiro

Entre as duas primeiras semanas do mês, Gutiérrez é solto pelo governo uruguaio.

Julho

- ³¹ No Uruguai, a organização guerrilheira Tupamaros sequestra o cônsul brasileiro Aloysio Dias Gomide, considerado representante de um governo que apoiava a escalada autoritária no Uruguai, e o agente norte-americano Dan Mitrione. Agentes da inteligência brasileira dirigem-se a Montevidéu em busca do esconderijo do cônsul. Há rumores de que o delegado Sérgio Fleury também teria se dirigido para essa capital.

Agosto

- ⁹ Dan Mitrione é executado no Uruguai.

Outubro

- ⁹ *O gaúcho Luiz Renato Pires de Almeida, militante do Exército de Libertação Nacional, na Bolívia, é morto, junto com companheiros, pelas tropas bolivianas, nas regiões de Masapar e Haicura, a 300km de La Paz. Está desaparecido até hoje.*

Dezembro

- ¹³ Maria Aparecida Dias Gomide começa a campanha para arrecadar um milhão de dólares para o resgate do cônsul brasileiro em Montevidéu, Aloysio Dias Gomide.

1971

Fevereiro

- ²¹ Libertação de Dias Gomide.

Junho

Rumores sobre a "Operação Trinta Horas" começam a circular no Exército brasileiro, inclusive nas unidades localizadas no Rio Grande do Sul.

Agosto

- ²¹ Golpe de Estado na Bolívia, liderado por Hugo Banzer, derruba Juan José Torres. Conta com o apoio da ditadura brasileira.

Novembro

Militares concentrados no Rio Grande do Sul estiveram de prontidão durante semanas para uma possível intervenção no Uruguai, caso a Frente Ampla ganhasse as eleições presidenciais – "Operação Trinta Horas".

Dezembro

- ³ O presidente eleito no Uruguai, Juan María Bordaberry, declara à imprensa a sua afinidade ideológica com o governo brasileiro.

1972

Março

Inaugurada a Escola Nacional de Informações (EsNI) que desenvolve um "know-how", assimilado pelos órgãos de informação das Forças Armadas e policiais, e passa a exportá-lo para os demais países do Cone Sul. Agentes de informações desses países cursaram a EsNI, em Brasília.

Junho

O veterinário brasileiro Haroldo Collares de Irazoqui é detido no Uruguai sob acusação de subversão, sendo condenado a nove anos de prisão.

Novembro

- ²⁴ A gaúcha Flávia Schilling, filha de Paulo Schilling, vinculada à organização tupamara, é presa no Uruguai, permanecendo no cárcere por sete anos.

1973

Junho

- 15 *O gaúcho Nilton Rosa da Silva, militante do Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR), no Chile, morre nos conflitos de rua devido à radicalização dos embates entre os setores conservadores e golpistas e os setores de esquerda e pró-Allende.*
- 27 Golpe de Estado no Uruguai, patrocinado pelo próprio presidente Juan María Bordaberry e pelas Forças Armadas.
- 29 Tentativa de golpe no Chile – *Tancazo*.

Setembro

- 11 Golpe de Estado no Chile leva o general Augusto Pinochet ao poder do país. A embaixada brasileira foi um ativo centro de conspiração contra o governo Allende.
- 11 O catarinense Wânio José de Matos, banido para o Chile em 1971, é levado preso, juntamente com sua esposa, para o Estádio Nacional em Santiago.

Outubro

- 16 Wânio José de Matos morre de peritonite aguda no Estádio Nacional do Chile, por falta de atendimento médico.

Dezembro

- 5 *O gaúcho Joaquim Pires Cerveira e o catarinense João Batista Rita são sequestrados na Argentina pela "Operação Mercúrio", realizada por policiais brasileiros com o aval dos órgãos de segurança do governo argentino, sendo levados para o DOI-CODI do Rio de Janeiro, onde foram desaparecidos no dia 13 de janeiro de 1974.*
- 11 *Os sequestros de Joaquim Pires Cerveira e de João Batista Rita são denunciados pela Associação Gremial dos Advogados da Argentina, que protestou contra a violação da soberania nacional do país.*

- 31 Uma análise feita com documentos secretos do Itamaraty descobriu que, neste dia, o mesmo havia sido formalmente comunicado sobre a morte de Wânio José de Matos. Contudo, mesmo vinte anos depois, os ministérios brasileiros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica informaram oficialmente ao ministro da Justiça que não sabiam daquela morte.

1974

A família Goulart muda-se para a Argentina, a convite do presidente Juan Domingo Perón, devido à insustentável situação vigente no Uruguai.

Julho

- 13 Os integrantes da VPR Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, José Lavecchia, Onofre Pinto, Vitor Carlos Ramos e o argentino Enrique Ernesto Ruggia são assassinados pelas forças repressivas ao tentarem entrar clandestinamente no Brasil, por Foz do Iguaçu. Estão desaparecidos até hoje.

Setembro

- 30 São assassinados, em Buenos Aires, o general e ex-ministro do governo Allende, Carlos Prats, e sua esposa.

1975

O brasileiro Nelson Rolim de Moura e uma amiga foram detidos em Colônia do Sacramento e, depois de passarem por inúmeros interrogatórios e agressões, foram devolvidos clandestinamente ao Brasil, sendo recebidos pela Polícia Federal no Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. Nos interrogatórios que se seguiram, foram utilizados materiais que haviam sido retirados de Moura no Uruguai.

Maio

- 11 Flávio Koutzii, vinculado ao PRT-ERP, é preso na Argentina pelos órgãos de segurança daquele país.*

Junho

Edmur Péricles Camargo é preso por autoridades brasileiras e argentinas quando o avião em que estava (trajeto Chile-Uruguai) fez um pouso em Buenos Aires; contudo, as informações acerca de sua prisão e desaparecimento são muito imprecisas.

Outubro

- 19** São estabelecidos os principais objetivos da Operação Condor
a durante a XI Reunião de Chefes de Estado-Maior dos exércitos
26 latino-americanos ocorrida em Montevideu.

Novembro

- 25** Primeira Reunião Interamericana de Inteligência Nacional, em
a Santiago do Chile, na qual comparecem delegações da Argentina,
1/12 Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. O Brasil, que enviou uma
delegação como observadora, se integraria à coordenação
repressiva em 1976.

1976

Março

- 18** Francisco Tenório Cerqueira Júnior, pianista conhecido como Tenorinho, desaparece em Buenos Aires enquanto acompanhava Vinicius de Moraes e Toquinho em uma turnê pelo Uruguai e pela Argentina. Aparentemente, Tenório foi preso por possuir alguma semelhança com um líder *Montonero*. Foi levado à Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA), onde a embaixada brasileira foi acionada. Por não haver qualquer suspeita contra ele, começaram os preparativos para libertá-lo. Contudo, o SNI manifestou interesse pelo preso, que foi torturado para que relatasse nomes de "artistas comunistas".

- 24 Golpe de Estado na Argentina: assume a Junta Militar.
- 25 A Embaixada brasileira é comunicada oficialmente sobre a morte de Tenorinho.

Abril

- 19 *Jorge Alberto Basso, estudante brasileiro que havia nascido na Argentina, é preso em um hotel de Buenos Aires e desaparece.*

Mai

Um grupo paramilitar invade o escritório de João Goulart, na Avenida Corrientes, para sequestrá-lo. Contudo, Jango havia deixado o lugar minutos antes.

- 20 São assassinados, em Buenos Aires, vítimas da Operação Condor, os parlamentares uruguaios Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez Ruiz.

Junho

- 1 É assassinado na Argentina, vítima da Operação Condor, o general Juan José Torres, ex-presidente da Bolívia.

Agosto

- 22 Morre em acidente de carro o ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Setembro

- 21 É assassinado, em Washington, vítima da Operação Condor, o ex-ministro do governo Allende, Orlando Letelier.

Dezembro

- 6 *Morre na Argentina, na localidade de Mercedes, o presidente deposto pelos militares, João Goulart, vítima de um ataque cardíaco. Especula-se, atualmente, que Jango possa ter sido vítima da "Operação Escorpião", perpetrada em conjunto pelas ditadura brasileira e as do Prata, tendo sido envenenado. Assim, Jango finalmente cruza a fronteira brasileira, embora para ser sepultado em São Borja, sua cidade natal.*

1977

Ao longo do ano, verificam-se inúmeros casos de uruguaios, com visto de permanência no Brasil, sequestrados em Santana do Livramento, estendendo-se até o ano de 1978.

Julho

- ¹⁴ *O jornalista gaúcho Flávio Tavares é sequestrado em Montevideú, sofrendo torturas e fuzilamentos simulados e, posteriormente, sendo oferecido à ditadura brasileira, que recusou a oferta, uma vez que o caso já tinha se tornado público.*

1978

Janeiro

- ²³ *Flávio Tavares é finalmente libertado no Uruguai, depois de inúmeros apelos internacionais, sendo expulso do país e exilando-se em Lisboa.*

Julho

- ³¹ *O argentino Norberto Armando Habegger desaparece ao chegar ao Rio de Janeiro, proveniente da Cidade do México. Segundo algumas testemunhas, o sequestro teria sido planejado por órgãos de segurança argentinos, envolvendo também os serviços de inteligência brasileiros que, por sua vez, teriam torturado Norberto antes de entregá-lo aos policiais argentinos.*

Novembro

- ¹² *Os uruguaios Universindo Rodríguez Díaz, Lilián Celiberti e os filhos desta, Camilo e Francesca, são sequestrados em Porto Alegre, em uma ação conjunta de um comando uruaio e policiais do estado do Rio Grande do Sul. Operação que, graças às denúncias do jornalista Luís Cláudio Cunha e do fotógrafo J. B. Scalco, deflagrou a existência de atividades da Operação Condor no Brasil.*

- 25 *Francesca e Camilo, filhos de Lilián Celiberti, são devolvidos aos avós, depois de ficarem treze dias sequestrados.*

Dezembro

- 2 *Lançamento da Campanha Nacional pela Libertação de Flávia Schilling, na Assembleia Legislativa/RS.*

1979

Diversas entidades de direitos humanos do Rio Grande do Sul (MJDH, OAB) intensificam suas denúncias diante da confirmação do sequestro dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz.

Fevereiro

- 11 *O jornal Movimento publica matéria intitulada "Brasil também ajudou a prender e bater lá fora".*
- 15 *O uruguaio Asdrúbal Moreira Fontoura Cardoso, radicado há vários anos em Santana do Livramento, é preso por policiais uruguaios no Rio Grande do Sul, sendo levado, então, para uma prisão no Uruguai. A vítima foi liberada em Rivera, mediante assinatura de que a detenção ocorrera na linha divisória da fronteira, e não dentro do território brasileiro.*

Março

- 12 *Lançada na Assembleia Legislativa RS a campanha pela Libertação de Flavio Koutzii.*
- 23 *Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito pela ALERGS sobre o sequestro ("remoção coativa") dos uruguaios Lilian Celiberti Casariego, de seus filhos menores Camilo e Francesca e de Universindo Rodrigues Díaz. Presidente da ALERGS: Carlos Giacomazzi (MDB)-Membros da CPI: Nivaldo Soares (Presidente); Romildo Bolzan (Vice-presidente); Carlos Augusto Souza, Ivo Mainardi, pelo MDB. Romeu Martinelli, Cícero Viana, Jarbas Lima (Relator), pela ARENA.*

Junho

- 18 *Flavio Koutzii é libertado após uma intensa campanha internacional de solidariedade capitaneada por sua mãe, Clara Koutzii, e por sua companheira, Norma Espíndola. Expulso da Argentina, parte para o exílio.*

Outubro

- ¹⁸ *Encerramento da CPI dos sequestros dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, da Assembleia gaúcha. O Relator, deputado Jarbas Lima (ARENA) concluiu que “não houve delito. Logo não há autoria”, inocentando os policiais Pedro Carlos Seelig e Orandir Portassi Lucas (o Didi Pedalada).**

1980

Março

- ¹² Os argentinos Horacio Domingo Campiglia e Mónica Susana Pinus de Binstock são sequestrados no Rio de Janeiro, com participação de autoridades brasileiras que, inclusive, deram o aval para que uma equipe especial de agentes argentinos capturasse o casal e o levasse à Argentina, onde foram desaparecidos.

Abril

- ¹ *Durante show da cantora argentina Mercedes Sosa, no Gigantinho, em Porto Alegre, explode uma bomba de gás lacrimogêneo.*
- ¹⁴ *Libertação de Flávia Schilling no Uruguai e volta ao Brasil.*

Junho

- ²⁶ *O argentino Lorenzo Ismael Viñas desaparece em Uruguaiana, ao ter embarcado em um ônibus que ia de Buenos Aires ao Rio de Janeiro, onde, então, pretendia ir ao seu destino final, o exílio na Itália.*
- ²⁶ *O padre argentino Jorge Oscar Adur desaparece na fronteira de Uruguaiana.*

Julho

- ²¹ *Os policiais gaúchos Orandir Portassi Lucas (Didi Pedalada) e João Augusto da Rosa (Irno) são processados por participação no sequestro de Lilián Celiberti, Universindo Díaz e das crianças.*

* A maioria emedebista da CPI reagiu à conclusão de Jarbas Lima: o relatório foi recusado e os componentes da CPI escolheram um novo relator pelo MDB, o Deputado Ivo Mainardi. O relator reconheceu a consistência dos fatos e das testemunhas, acatou o envolvimento de Pedro Seelig e Didi, bem como descartou a inocência do motorista, o cobrador e o taxista - farsantes de Bagé -, que se prestaram à farsa montada pelo general Medeiros e seus comandados, ao afirmarem que “viram os uruguaios atravessando pacificamente a fronteira como prosaicos passageiros de um ônibus que fazia a linha entre Bagé e a cidade uruguia de Melo”.

Agosto

- ² Os argentinos Liliana Ines Goldemberg e Eduardo Gonzalo Escabosa cometem suicídio com cianureto na iminência de serem presos, a bordo de uma lancha, quando faziam a travessia entre o Brasil e a Argentina em Foz do Iguaçu, no Paraná. A emboscada sofrida pelo casal contou com a participação de policiais brasileiros e argentinos.

1981

Julho

- ³ *Show da dupla uruguaia Los Olimareños, na Assembleia Legislativa – RS.*

1982

Janeiro

- ²² Morre, em Santiago do Chile, o ex-presidente chileno Eduardo Frei. Há especulações de que a sua morte tenha sido provocada por agentes da ditadura Pinochet.

Outubro

- ¹⁰ Fim do governo ditatorial na Bolívia.

1983

As atividades desenvolvidas pelo político uruguaio exilado, Wilson Ferreira Aldunate, em Porto Alegre, são alvo de espionagem, segundo denúncia do presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Jair Krischke.

Novembro

- ¹⁹ Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz são libertados da prisão, no Uruguai, porém em regime de liberdade vigiada.

Dezembro

- 10 A Junta Militar é dissolvida na Argentina.

1984

O fotógrafo brasileiro Antônio Pires da Silva é preso no Uruguai, permanecendo no cárcere durante cinco meses, onde sofreu permanentes torturas. Presenciou a morte sob tortura do médico Vladimir Roslik e conheceu na prisão uruguaia o gaúcho Rubem Malikovsky, condenado a trinta anos de reclusão.

Agosto

- 22 Volta de Flavio Koutzii para o Brasil.

Setembro

- 5 Antônio Pires da Silva é levado à fronteira Rivera-Livramento, onde foi libertado, após o caso ter sido divulgado pela imprensa brasileira.

1985

Janeiro

- 15 Tancredo Neves é eleito presidente pelo Colégio Eleitoral.

Fevereiro

- 28 Redemocratização do Uruguai; posteriormente, Paraguai (1989) e Chile (1990).

Março

- 15 Posse do vice-presidente, José Sarney, em função da doença de Tancredo Neves.

Abril

- 21 Morte de Tancredo Neves.

FONTES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*, 1ª ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancalione*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

HOLZMANN, Lorena et al (orgs.). *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. O Rio Grande do Sul e a conexão repressiva no Cone Sul: do exílio brasileiro no Uruguai ao voo rasante da Operação Condor em Porto Alegre. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 41, p. 359-389, jan./jun. 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia legislativa. *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar as circunstâncias que motivaram a morte do ex-sargento do Exército Nacional, Manoel Raimundo Soares, bem como o tratamento dispensado aos presos políticos*. Porto Alegre, 1966.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia legislativa. *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Seqüestro ("remoção coativa") dos uruguaios Lilian Celiberti Casariego, de seus filhos menores Camilo e Francesca e de Universindo Rodrigues Diaz*. Porto Alegre, 1979.

RODEGHERO, Carla S. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul – República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007. v. 4. p. 83-112.

JORNAIS

Correio do Povo
Última Hora
Zero Hora

SITES

<<http://www.al.rs.gov.br>>
<<http://www.cpdoc.fgv.br>>
<<http://www.fgv.br/>>
<<http://www.folha.uol.com.br/>>
<<http://www.fpabramo.org.br>>
<<http://www.institutojoaogoulart.org.br/jango3atos/>>
<<http://www.revistadehistoria.com.br>>
<<http://www.senado.gov.br/sf/>>
<<http://www.torturanuncamais-rj.org.br>>
<<http://www.ufmg.br>>
<<http://www.ufrj.br>>

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	<i>Alianza Anticomunista Argentina</i>
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ADIAer	Adidos da Aeronáutica
ADIDAL	Adidos da Marinha
ADiex	Adidos do Exército
ADP	Ação Democrática Popular
AEP	Associação de Educadores e Pesquisadores
AI	Ato Institucional
AI-1	Ato Institucional N° 1
AI-5	Ato Institucional N° 5
ALERGS	Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
AID	Agência Internacional de Desenvolvimento
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARI	Associação Rio-Grandense de Imprensa
ARS	Aliança Republicana Socialista
CADA	<i>Comisión Administradora de Abastos de Carne</i>
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CEEE	Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense
CEJIL	Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CELAM	Conferência Episcopal Latino-americana

CEMPD	Comissão Especial Mortos e Desaparecidos Políticos
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CFMD	Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos
CGIOR	Centro Geral de Instrução para Oficiais da Reserva
CGT	Comando Geral de Trabalhadores
CIA	Agência Central de Inteligência
CIDE	<i>Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico</i>
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEx	Centro de Informações do Exterior
CISA	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNT	<i>Convención Nacional de Trabajadores</i>
COLINA	Comando de Libertação Nacional
COPESENI	Comando Operacional do Serviço Nacional de Informações
CRT	Companhia RioGrandense de Telecomunicações
CUTR	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DINA	<i>Dirección de Inteligencia Nacional</i>
DNII	<i>Dirección Nacional de Información y Inteligencia</i>

DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DVS	Destaque para Votação em Separado
EC	Emenda Constitucional
ELN	<i>Ejército de Libertación Nacional</i>
ENE	Encontro Nacional de Estudantes
ERP	<i>Ejército Revolucionario del Pueblo</i>
ESG	Escola Superior de Guerra
ESMA	<i>Escuela de Mecánica de la Armada</i>
EsNI	Escola Nacional de Informações
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FAU	<i>Federación Anarquista Uruguaya</i>
FBT	Fração Bolchevique Trotskista
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FEUU	<i>Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay</i>
FIDEL	<i>Frente Izquierdista de Liberación</i>
FUSNA	<i>Fusileros Navales</i>
GAU	<i>Grupos de Acción Unificadora</i>
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas
IEPES	Instituto de Estudos Políticos e Sociais
IML	Instituto Médico Legal
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial-Militar
ITT	<i>Internacional Telephone and Telegraph</i>
JAC	Juventude Agrária Católica
JCR	<i>Junta Coordinadora Revolucionaria</i>
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JID	Junta Interamericana de Defesa
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
JUP	<i>Juventud Uruguay de Pie</i>
LCF	Lei Complementar Federal
LSN	Lei de Segurança Nacional
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MIR	<i>Movimiento de Izquierda Revolucionario</i>
MJDH	Movimento de Justiça e Direitos Humanos
MLN-T	<i>Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros</i>

MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MPB	Música Popular Brasileira
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MR-26	Movimento Revolucionário 26 de Março
MRO	<i>Movimiento Revolucionario Oriental</i>
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
MUC	Movimento Universidade Crítica
M3G	Marx, Mao, Marighella e Guevara
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
OCOA	<i>Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OPP	Organização Pré-Partidária
OPR-33	<i>Organización Popular Revolucionária – 33 Orientales</i>
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
POC	Partido Operário Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCU	<i>Partido Comunista Uruguayo</i>

PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Política Operária
PP	Partido Popular
PPS	Partido Popular Socialista
PRP	Partido de Representação Popular
PRT	<i>Partido Revolucionario de los Trabajadores</i>
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PVP	<i>Partido por la Victoria del Pueblo</i>
RBS	Rede Brasil Sul de Comunicação
ROE	<i>Resistencia Obrera Estudiantil</i>
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEEB	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
SID	<i>Servicio de Inteligencia de Defensa</i>
SIJAU	<i>Secretariado Internacional de Juristas por la Amnistía en el Uruguay</i>

SN	Segurança Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
SOPS	Seção de Ordem Política e Social
STM	Superior Tribunal Militar
TDE	Terror de Estado
TFP	Tradição, Família e Propriedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UGES	União Gaúcha de Estudantes Secundaristas
UMESPA	União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de Porto Alegre

COMO NA ARGENTINA*

Luis Fernando Verissimo

Não é fácil eliminar um corpo. Uma vida é fácil. Uma vida é cada vez mais fácil. Mas fica o corpo, como lixo. Um dos problemas desta civilização: o que fazer com o próprio lixo. As carcaças de automóveis, as latas de cerveja, os restos de matanças. O corpo boia. O corpo vai dar na praia. O corpo brota da terra, como na Argentina. O que fazer com ele? O corpo é como o lixo atômico. Fica vivo. O corpo é como o plástico. Não desintegra. A carne apodrece e ficam os ossos. Forno crematório não resolve. Ficam os dentes, ficam as cinzas. Fica a memória. Ficam os parentes. Ficam as mães. Como na Argentina.

Seria fácil se o corpo se extinguisse com a vida. A vida é um nada, acaba-se com a vida com um botão ou com uma agulha. Mas fica o corpo, como um estorvo. Os desaparecidos não desaparecem. Sempre há alguém sobrando, sempre há alguém cobrando. As valas comuns não são de confiança. A terra não aceita cadáver sem documento. Os corpos são devolvidos, mais cedo ou mais tarde. A terra é protocolar, não quer ninguém antes do tempo. A terra não quer ser cúmplice. Tapar os corpos com escombros não adianta. Sempre sobra um pé, ou uma mãe. Sempre há um bisbilhoteiro, sempre há um inconformado. Sempre há um vivo.

*Texto publicado com autorização do autor.

Os corpos brotam do chão, como na Argentina. Corpo não é reciclável. Corpo não é reduzível. Poderia-se dissolver os corpos em ácido mas não haveria ácido que chegasse para os assassinados do século. Valas mais fundas, mais escombros, nada adianta. Sempre sobra um dedo acusando. O corpo é como o nosso passado, não existe mais e não vai embora. Tentaram largar o corpo no meio do mar e não deu certo. O corpo boia. O corpo volta. Tentaram forjar o protocolo - foi suicídio, estava fugindo - e o corpo desmentia tudo. O corpo incomoda. O corpo faz muito silêncio. Consciência não é biodegradável. Memória não apodrece. Ficam os dentes.

Os meios de acabar com a vida sofisticam-se. Mas ainda não resolveram como acabar com o lixo. Os corpos brotam da terra, como na Argentina. Mais cedo ou mais tarde os corpos brotam da terra, como na Argentina. Mais cedo ou mais tarde os mortos brotam da terra.

Fonte: *Zero Hora*, Porto Alegre, 4 nov. 1982, p. 6.

RELATÓRIO SOBRE A MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART*

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

SUBCOMISSÃO PARA INVESTIGAR AS
CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE
DO EX-PRESIDENTE
JOÃO GOULART

CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

Em vista do que precede, esta Subcomissão concluiu que são fortes os indícios a apontar o assassinato – premeditado – do ex-presidente João Goulart, ordenado e com conhecimento das instâncias mais elevadas do Governo Geisel. Comprovou-se a articulação entre as Forças Armadas e os serviços secretos e de inteligência dos governos brasileiro, uruguaio e argentino, mesmo antes da denominada Operação Condor. O DOPS de São Paulo atuava impunemente em território uruguaio, monitorando os brasileiros exilados, seja diretamente, seja por meio de agentes infiltrados, ou por comprovada parceria com os serviços secretos (GAMMA) e de inteligência (DNI) uruguaio. A Operação Escorpião deve ser analisada no marco da cooperação entre os serviços secretos uruguaio e argentinos, que levaram ao assassinato do senador Zelmar Michelini e do ex-presidente da Câmara dos Deputados Héctor Ruiz, sequestrados no

* O texto completo do Relatório está contido no CD que acompanha o presente volume da coletânea A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: História e Memória (1964-1985).

hotel Liberty. Ambos eram amigos de Jango, que também frequentava o mesmo hotel. O carro de Jango estava à disposição de Michelini no dia do sequestro. Agente secreto argentino, conhecido com o codinome de "Héctor Rodríguez", infiltrado no hotel por solicitação do governo uruguaio, não somente colocou pontos de escuta para a monitoração de Michelini e outros uruguaios exilados, mas também teria trocado os frascos de medicamentos de Jango na gerência do hotel Liberty. Há também fortes indícios de relacionamento com o caso do assassinato da senhora Cecilia Fontana de Heber, esposa do senador Heber, supostamente envenenada pelo agente secreto e médico legista uruguaio Carlos Milies Goluboff. Nesse sentido, esta Subcomissão propõe os encaminhamentos que se relatam a seguir, que requerem o aprofundamento de pesquisas e a realização premente de oitivas para ouvir supostos envolvidos e testemunhas no Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e USA.

ENCAMINHAMENTOS DA SUBCOMISSÃO DA ALERGS.

BRASIL

– Solicitar informações sobre o médico Guilherme Romano, suposto agente do SIGMA, coronel do Centro de Informações da Aeronáutica, vinculado ao general Burnier, com suposta especialidade de oftalmologia/infectologia. Participou de reuniões de trabalho com o médico uruguaio Carlos Milies Goluboff, para preparação do composto químico que teria matado o ex-presidente Goulart. Participou de

reuniões com Eugenio Berríos (conhecido como "Hermes", especialista em química da DINA chilena). Teria retornado ao Uruguai para obter informações com Milies sobre o "bem-sucedido" composto químico. Caso tenha falecido, convocar seus filhos e parentes mais próximos para prestar esclarecimentos sobre a atuação do médico, seu trabalho para o grupo SIGMA e Golbery, suas viagens ao Uruguai, sua participação nos casos Goulart e JK. Como obteve os diários de JK? Solicitar depoimento do coronel-aviador Ferdinando Muniz, conhecido como "Comandante Calixto", caso esteja vivo, sobre viagens de Fleury ao Uruguai e trabalho prestado ao SIGMA. Solicitar depoimento lista anexa supostos integrantes do SIGMA. Confirmar telefone do DOPS/SP nos anos 70: 11-2212341. Solicitar monitoramento do e-mail – Daniel Oliveira Martins, residente em Cachoeirinha (RS), dono da empresa Martins Construções, teria auxiliado Neira Barreiro a realizar cópia das fitas originais de monitoramento. Investigar condições do falecimento do suposto agente do SNI "Amândio do Amaral", em São Borja, que teria sido assassinado pelo serviço secreto uruguaio, por ter alertado Jango sobre o perigo de uma conspiração para assassiná-lo.

QUÍMICO-FARMACÊUTICO

– A Subcomissão, no intuito de verificar da possibilidade de ter sido usado algum tipo de veneno "Manolo-nitrile", CN-CS, clorofórmio, ortoclorobenzol, neutrox, digitalix, efortil, cafeína, Nifedin escopolamina e sulfato de atropina, e uma série de outros derivados, submeteu em apreciação ao Departamento de Medicina Legal uma série de questionamentos, onde, após análise, entendeu que não é descartada esta possibilidade; entretanto, uma série de providências deverão ser

tomadas se, por acaso, a família resolver fazer a exumação do cadáver, para preservar evidências do local, do ataúde, de flora bacteriana e outros constantes no depoimento do médico legista Dr. Manoel, constante neste relatório.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Informação sobre cursos ministrados nos anos 70, especialmente com a participação de estrangeiros (como instrutores e como alunos). Informação sobre o aluno "Mauricio Thomaz Dellapiane", tenente Tamúz (nacionalidade sul-americana, talvez chilena). Informação sobre cursos ministrados por Peter (Russo) Castelo e "Good Teacher" (adidos norte-americanos), Paul Aussareces (adido francês).

ARQUIVOS DO DOPS/SP

Atestado de curso ao tenente Mauricio Thomaz Dellapiane (nacionalidade sul-americana, talvez chilena).

Documentos do Fleury e demais presos políticos.

SENADOR ROMEU TUMA

Investigou Jango na França em setembro de 1976? Ordenou ao serviço de inteligência do DOPS que o fizesse? Qual a sua participação e do serviço secreto do DOPS neste Caso?

EMBAIXADOR PIO CORREIA

Solicitar depoimento. Repassou informação do DOPS/SP para o serviço secreto uruguaio? Qual a relação da embaixada do Brasil em Montevidéu com o GAMMA? Qual sua relação com Frederick Latrash e a CIA? Era institucional ou pessoal? Como funcionava o CIEX? Qual a sua relação com os agentes do SIGMA?

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Solicitar a desclassificação de todos os documentos relativos ao ex-presidente Goulart até o ano de 1977, em todos os graus de sigilo, especialmente as comunicações com as seguintes embaixadas: Montevidéu, Buenos Aires, Washington, Paris e Londres. Explicar o funcionamento do CIEX e trabalho dos adidos militares e de inteligência nas embaixadas nos anos de 70. Informar se os senhores Secretários Lyle Fontela e os funcionários Silvana Juriati e Rui Mello trabalhavam na Embaixada em Montevidéu nos anos 70 e seus respectivos contatos.

NEIRA BARREIRO (Presídio de Charqueadas)

Entregar ao MPF cópia dos livros "Operação Escorpião", "Diálogos de um Presidente" (onde supostamente está a transcrição das fitas de monitoramento de Jango). Cronologia de eventos feita pelo preso, que incluem as datas das viagens de Sérgio Paranhos Fleury ao Uruguai. Informações sobre brasileiros desaparecidos no Uruguai, especialmente o caso da brasileira Isis, que teria sido torturada e morta na base Arenal.

URUGUAI

Roger/Bové: Localização da Base Arenal: entrada com Kombi dos Correios, perto da estação de trem, bairro Aguada. Coronel protegido seria "coronel Covas" ou "Atila"? Fecha o espetáculo "Bodas de Sangre", em el Teatro Solís de Montevideu, com Maruja Santullo, nos anos 70. Carlos Milies Goluboff havia escrito o livro "Lesiones por Arma de Fuego"? Possíveis intercâmbios entre Carlos Milies, Berríos (chileno "Hermes") e o médico brasileiro Guilherme Romano ("coronel Romualdo"). Investigar a morte da esposa de NB, Andréa Brum Barreiro, "madre de Tainá". Solicitar oficialmente às autoridades uruguaias informações sobre o monitoramento de João Goulart, especialmente: funcionamento do Grupo GAMMA; funcionamento da DNII; monitoramento de João Goulart na França e Reino Unido, em setembro de 1976; informação sobre os seguintes agentes relacionados ao final do relatório, designados para o monitoramento de Jango repassadas ao governo brasileiro e sobre os esquadrões da morte: general Luis Vicente Queirolo; contador Cohen ("agente Roy") falecido; coronel Covas; Carlos Milies Goluboff (capitão Adónis, residente na Calle Tomás Diago, 765) falecido. Sua irmã Olga Milies e sua mãe Rosa; Homero Vaz ("major Herodes"); Mario Alvarez Reyes ("alférez Aquiles") e seu irmão Hugo Alvarez Reyes – falecidos.

ARGENTINA

Solicitar ao Governo argentino que informe sobre monitoramento de João Goulart e sobre os serviços secretos argentino, uruguaio e brasileiro, especialmente no ano de 1976. Informar sobre os seguintes supostos

agentes secretos argentinos: Héctor Rodríguez, infiltrado no hotel Liberty. Os funcionários do hotel que lá trabalharam em 1976 conheceram este funcionário, encarregado de instalar as escutas telefônicas no hotel e de trocar os remédios de Jango; Juan José Pisani (conhecido como JJ Papá ou "Latino"); agente conhecido como "Grego I".

EUA

- Solicitar oficialmente às autoridades norte-americanas a desclassificação da informação sobre o monitoramento de João Goulart no Uruguai e na Argentina;
- Solicitar depoimento de Frederick Latrash e de Peter (Ruso) Castelo;
- Solicitar informação sobre a verdadeira identidade de "Good Teacher" e sobre todos os cursos ministrado no Brasil por seus adidos civis e militares entre 1963 e 1985.

LISTA DE AGENTES DO "SIGMA" (SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DO GOVERNO SOBRE MOVIMENTOS ANTISUBVERSIVOS) CITADOS POR NEIRA BARREIRO:

Eurico Dias Pinheiro, "Tino", "Rosalvo", "Lírio Branco";

Aderval Monteiro (agente do SS do DOPS), que fez curso de interceptação telefônica;

Oswaldo Machado de Oliveira (chefe dos investigadores do SS do DOPS/SP);

João Marcos Monteiro Flacquer (ex-agente do DOPS e fundador do CCC);

General Ênio dos Santos Pinheiro, "capitão Ney";

Brigadeiro Milton Vila Fonte, ou Vilaforte, ou Villafão (agente do SIGMA e brigadeiro da reserva da FAB);

General José Lopes Bragança, general do CIEX;

Tenente Ciro (agente do SIGMA e reservista do EB);

Vanessa Nieves (esposa do Lindão).

Este trabalho não termina com este relatório, medidas serão tomadas a partir deste momento, na busca da elucidação deste fato – realmente foi envenenado o ex-presidente João Goulart? Muitas dúvidas ainda serão esclarecidas. Correspondências serão expedidas e as respostas serão encaminhadas aos órgãos competentes a esclarecerem nossas dúvidas.

DEP. ADROALDO LOUREIRO

RELATOR DA SUBCOMISSÃO

DEP. DIONILSO MARCON

DEP. PAULO BRUM

DEP. MARCO PEIXOTO

Este livro foi diagramado em
novembro de 2009,
com tipos Caslon, nos textos e
Century Schoolbook nos
títulos e legendas.